

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**A BIOGRAFIA DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL:
ENTRE A REMEMORAÇÃO, O APAGAMENTO E A POTÊNCIA DAS RUÍNAS**
ESTUDO DE CASO DE UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO NA CIDADE DE OURO PRETO (MG)

Autor: Rodolfo Nazareth Junqueira Fonseca

Brasília, 2024

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**A BIOGRAFIA DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL:
ENTRE A REMEMORAÇÃO, O APAGAMENTO E A POTÊNCIA DAS RUÍNAS**
ESTUDO DE CASO DE UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO NA CIDADE DE OURO PRETO (MG)

Autor: Rodolfo Nazareth Junqueira Fonseca

Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor.

Brasília, Agosto de 2024

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORADO

**A BIOGRAFIA DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL:
ENTRE A REMEMORAÇÃO, O APAGAMENTO E A POTÊNCIA DAS RUÍNAS**
ESTUDO DE CASO DE UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO NA CIDADE DE OURO PRETO (MG)

Autor: Rodolfo Nazareth Junqueira Fonseca

Orientador: Edson Farias (UnB)

Banca: Prof. Doutor Edson Farias.....(UnB/PPGSOL)

Prof. Doutor Leonardo Castriota.....(UFMG/EAU)

Profa. Doutora Diana Dianovsky.....(DPI/IPHAN)

Prof. Doutor Clovis Brito..... (UnB/FCI)

Prof. Doutor Everaldo Barbosa.....(UnB/GEA)

AGRADECIMENTOS

Trabalho de Pesquisa apoiado pela bolsa CAPES de Doutorado

À minha família, meu Pai e Mãe, já encantados, mesmo sem terem visto o resultado, sempre acreditaram e me incentivaram incondicionalmente nesta trajetória acadêmica e profissional. Com apenas Ensino Médio, criaram, agora, dois doutores. A Meus irmãos, pelo apoio e partilha em horas difíceis. A Marcio de Andrade e Manuela pelas acolhidas e apoios em Brasília; À Ca, pelo apoio, a amizade, o companheirismo e a compreensão em toda esta desafiadora jornada.

Ao Orientador Edson Farias, pelo incentivo, a liberdade, a paciência, a persistência e a orientação precisa e iluminadora. À Universidade de Brasília e à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGSOL/UnB), pessoalmente a seus coordenadores de curso: Prof. Joaze Costa, Prof. Thiago Araújo, Profa. Hayddée Caruso, Prof. Edson Farias. À Comissão de Pós-Graduação do PPGSOL/ UnB. Ao Setor de Bolsa da CAPES e a FAP-DF.

À Secretaria do PPGSOL/ UnB, representada por Gabriela e Renata.

Ao Grupo de Pesquisa Cultura Memória e Desenvolvimento (CMD), professores, pesquisadores e amigos.

Aos colegas estudantes, grandes amigos e parceiros do PPGSOL / UnB: Antônio Brito, Daliana Antônio, Mateus Lôbo, Cesar Aspiazu, Kely Nobre, Carolina Rodrigues, Artur Guimarães, Rodolfo Araújo, Clea Leite, Alberto, Rony Miranda, e Camila Galetti;

Ao Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários (**LAPACOM**) da **Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)**, um agradecimento especial.

Aos habitantes de Ouro Preto e das ruínas do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada

Aos Professores da Universidade de Brasília (UnB)

Marisa Veloso (PPGSOL / UnB)

Edson Farias (PPGSOL / UnB)

Clóvis Brito (FCI / UnB)

Francisca Coelho (PPGSOL / UnB)

Eduardo Dimitrov (PPGSOL / UnB)

Ao apoio e diálogo fundamental dos Professores da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Fernanda Bueno (LAPACOM / UFOP)

Márcia Arcuri (LAPACOM / UFOP)

Yara Mattos (LAPACOM / UFOP)

Leandro Brussadin (Turismo / UFOP)

Ao diálogo com Professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Leonardo Castriota (EAU / UFMG)

Diomira Faria (Turismo / UFMG)

Miriam Hermeto (História / UFMG)

Flavio Carsalade (EAU / UFMG)

A outros professores, especialistas, representantes institucionais apoiadores:

Benedito de Oliveira (FIOCRUZ)

Maria Raquel Ferreira (IPHAN – OP)

Larissa Venâncio (UFOP)

Esteban Prieto (ICOMOS)

José Márcio Barros (PUC - Minas / UEMG / ODC)

Arturo Morató (Universidade de Barcelona, Espanha)

Áurea Motta (Universitat Abat Oliba – CEU, Espanha)

Débora Ferreira - Agente Legislativo da Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP)

Armindo Teodósio - NUPEGS (PUC-Minas)

Outros agradecimentos Institucionais

ICS/UnB

CAPES

CNPq

FAP-DF

IPHAN – OP

IPHAN – MG

IPHAN – Brasília

CMOP – Ouro Preto

Arq. Pub. de OP

ICOMOS

UFOP

UFMG

ODC (UEMG /PUC-Minas)

NUPEGS (PUC-Minas)

AUGM

OEI / IBRAM - MINC

RESUMO

A Biografia de um Patrimônio Cultural: entre a lembrança, o apagamento e a potência das Ruínas – Estudo de Caso de um Sítio Arqueológico na Cidade de Ouro Preto (MG)

Palavras-chave: Patrimonialização, Patrimônio Cultural, Processo sócio-histórico, Longa Duração, Ruínas, Ouro Preto.

Esta tese analisa a patrimonialização tardia do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada, território em ruínas de um próspero arraial minerador do início do século XVIII, anterior a própria cidade de Ouro Preto (MG). Sua patrimonialização é analisada enquanto um processo que é por natureza dinâmico, descontínuo, inacabado ou não consolidado ainda na atualidade do caso. Para tal, documenta-se e estrutura-se esta patrimonialização em um largo período, jogando luzes sob sua descontinuidade, identificando e analisando sociologicamente momentos, processos, discursos e sujeitos, de maneira a constituir a proposta de um método de análise sócio-histórica da patrimonialização na longa duração. Neste método a patrimonialização é abordada em sua processualidade sócio-histórica tanto linear quanto anacrônica, constituída de políticas de memória, contíguas, coexistentes ou concorrentes no tempo e no espaço de um bem cultural, nos quais diferentes interdependências sociofuncionais tomam em cada tempo uma forma de patrimonialização do lugar, formando uma figuração, que por sua vez, se expressa em mentalidades e imaginários em que o que, como e para quem se preserva muda ao longo do processo sócio-histórico. Demonstra-se que é exatamente na mudança dos padrões de interdependência é que ocorre a mudança das concepções de patrimônio cultural ao longo do tempo. O que importa não é o patrimônio em si, mas as relações, interdependências e equilíbrio de tensões estabelecidas, a partir e com o patrimônio em diferentes tempos. O que é ou não patrimônio está em movimento e muda na longa duração. Uma patrimonialização precisa ser movida pela capacidade de imaginar dentro das políticas de memória, a ponto de reconhecer como um bem patrimonial foi, é, e continuará sendo atravessado por diferentes governos, políticas e institucionalidades no tempo e no espaço. Neste sentido, o que é socialmente considerado patrimônio, ao mesmo tempo, inclui e exclui o não patrimônio. A ruína é revelada como a síntese anacrônica do processo, expressão do movimento e da dialética entre preservar e destruir, existente em toda patrimonialização, porque se coloca na encruzilhada, dialética, além do lugar de memória e da oposição entre história e memória, nem somente material ou imaterial, inacabada e potente ao que pode ser ou se tornar, o que fundamenta a proposição da noção do “lugar de ruína”. É necessário patrimonializar a ruína no movimento entre o destruir e o por vir.

ABSTRACT

The Biography of a Cultural Heritage: between remembrance, erasure and the power of Ruins – Case Study of an Archaeological Site in the City of Ouro Preto (Brazil)

Key-words: Patrimonialization, Cultural Heritage, Socio-historical process, Long Term, Ruins, Ouro Preto.

This thesis analyzes the late patrimonialization of the Morro da Queimada Archaeological Site, territory in ruins of a prosperous mining camp from the beginning of the 18th century, prior to the city of Ouro Preto (Brazil). Its patrimonialization is analyzed as a process that is by nature dynamic, discontinuous, unfinished or not yet consolidated at the current time of the case. To this end, this patrimonialization is documented and structured over a long period, shedding light on its discontinuity, identifying and sociologically analyzing moments, processes, discourses and subjects, in order to constitute the proposal for a method of socio-historical analysis of long-term patrimonialization. In this method, patrimonialization is approached in its socio-historical processuality, both linear and anachronistic, consisting of memory policies, contiguous, coexisting or competing in time and space of a cultural asset, in which different socio-functional interdependencies take on each time a form of patrimonialization of the place, forming a figuration, which in turn, is expressed in mentalities and imaginaries in which what, how and for whom is preserved changes throughout the socio-historical process. It is demonstrated that it is precisely through changing patterns of interdependence that changes in conceptions of cultural heritage occur over time. What matters is not the heritage itself, but the relationships, interdependencies and balance of tensions established, from and with the heritage at different times. What is or is not heritage is in motion and changes over the long term. Patrimonialization needs to be driven by the ability to imagine within the politics of memory, to the point of recognizing how a heritage asset was, is, and will continue to be crossed by different governments, policies and institutionalities in time and space. In this sense, what is socially considered heritage, at the same time, includes and excludes non-heritage. The ruin is revealed as the anachronistic synthesis of the process, expression of the movement and dialectic between preserving and destroying, existing in all patrimonialization, because it is placed at the crossroads, dialectic, beyond the place of memory and the opposition between history and memory, not only material or immaterial, unfinished and powerful to what it can be or become, which underlies the proposition of the notion of “place of ruin”. It is necessary to patrimonialize the ruin in the movement between destruction and what is to come.

Resumé

La Biographie d'un Patrimoine Culturel: entre mémoire, effacement et pouvoir des ruines
– Étude de cas d'un site archéologique de la ville d'Ouro Preto (Brésil)

Palavras-chave: Patrimonialisation, Patrimoine culturel, Processus socio-historique, Long terme, Ruines, Ouro Preto.

Cette thèse analyse la patrimonialisation tardive du site archéologique de Morro da Queimada, territoire en ruines d'un camp minier prospère du début du XVIIIe siècle, antérieur à la ville d'Ouro Preto (Brésil). Sa patrimonialisation est analysée comme un processus par nature dynamique, discontinu, inachevé ou non encore consolidé à l'heure actuelle du dossier. Pour cela, cette patrimonialisation est documentée et structurée sur une longue période, mettant en lumière sa discontinuité, identifiant et analysant sociologiquement des moments, des processus, des discours et des sujets, afin de constituer la proposition d'une méthode d'analyse socio-historique des temps longs. terme de patrimonialisation. Dans cette méthode, la patrimonialisation est abordée dans sa processualité socio-historique, à la fois linéaire et anachronique, constituée de politiques mémorielles, contiguës, coexistantes ou concurrentes dans le temps et dans l'espace d'un bien culturel, dans lesquelles différentes interdépendances socio-fonctionnelles assument à chaque fois un forme de patrimonialisation du lieu, formant une figuration, qui à son tour s'exprime dans des mentalités et des imaginaires dans lesquels quoi, comment et pour qui est préservé change tout au long du processus socio-historique. Il est démontré que c'est précisément à travers l'évolution des modèles d'interdépendance que les changements dans les conceptions du patrimoine culturel se produisent au fil du temps. Ce qui compte n'est pas le patrimoine lui-même, mais les relations, les interdépendances et l'équilibre des tensions établies, à partir et avec le patrimoine à différentes époques. Ce qui est ou n'est pas patrimoine est en mouvement et évolue sur le long terme. La patrimonialisation doit être motivée par la capacité d'imaginer la politique de la mémoire, au point de reconnaître comment un bien patrimonial a été, est et continuera d'être traversé par différents gouvernements, politiques et institutions dans le temps et dans l'espace. En ce sens, ce qui est socialement considéré comme un patrimoine inclut et exclut à la fois le non-patrimoine. La ruine se révèle comme la synthèse anachronique du processus, expression du mouvement et de la dialectique entre conserver et détruire, existant dans toute patrimonialisation, car elle se situe à la croisée des chemins, de la dialectique, au-delà du lieu de la mémoire et de l'opposition entre histoire et mémoire. , non seulement matériel ou immatériel, inachevé et puissant par rapport à ce qu'il peut être ou devenir, ce qui sous-tend la proposition de la notion de "lieu de ruine". Il faut patrimonialiser la ruine dans le mouvement entre la destruction et l'avenir.



A small, handwritten mark or signature, possibly the initials "L.M.", located to the right of the main graphic.

No meio do caminho tinha uma pandemia
Tinha uma pandemia no meio do caminho
Tinha uma **pandemia**
No meio do caminho tinha uma **pandemia**
Nunca me esquecerei desse acontecimento
Na vida de minhas retinas tão fatigadas

Nunca me esquecerei que no meio do caminho
Tinha uma pandemia
Tinha uma pandemia no meio do caminho
No meio do caminho tinha uma **pandemia.**

Adaptação do poema de Carlos Drummond de Andrade (1928) – No meio do caminho - feita pelo autor da tese, substituindo “pedra” por “pandemia” em referência a Pandemia Mundial de Covid-19 (2020-22), onde morreram cerca de 700.000 mil pessoas no Brasil, segundo dados do consórcio de veículos de imprensa dos Grupos Folha de S. Paulo e o Globo, criado em junho de 2020 após o governo federal dificultar a divulgação oficial de dados.

"O passado não reconhece o seu lugar: está sempre presente..."

Mario Quintana (2005)

Sumário

Introdução	13
A história da tese, escolhas do autor, condições e caminhos	13
A concepção multidisciplinar do campo do Patrimônio Cultural	22
A Estrutura da tese em três desafios	25
Capítulo 1 – Quando há patrimônio no Morro da queimada?	28
1.1 – Situando o espaço tempo do Sítio como bem arqueológico	29
1.2 - Contextualizando o tempo espaço do Sítio Arqueológico em um processo sócio-histórico.	44
1.2.1 - Do ostracismo ao quase Patrimônio: período de 1937 a 1969	48
1.2.2 - A cidade contra o Patrimônio: período de 1970 a 1989.....	59
1.2.3 – Enfim Patrimônio, ainda que tardio, e novas políticas de memória: período de 1990 – 2015	67
1.2.4 - Patrimônio, ainda que inacabado e em risco: período de 2016 – 2022.....	99
1.3 - Uma linha do tempo como panorama construído de uma patrimonialização no tempo e no espaço.....	110
Capítulo 2 –Relativizando a patrimonialização do Morro da Queimada no tempo e espaço: ruínas e controvérsias.	120
2.1 - A Patrimonialização como construção de conhecimento e aprendizado coletivo	120
2.1.1 - Aprendizado e formação institucional do IPHAN no processo sócio-histórico	125
2.1.2 - Criação da Academia SPHAN e o Morro da Queimada	128
2.1.3 - A década de 1970 e o Morro da Queimada.....	144
2.1.4 - A década de 1980 - Aloísio Magalhães e Ouro Preto	149
2.1.5 - A década de 1990: um período difícil e Ouro Preto.....	155
2.1.6 - Anos 2000 - O Imaterial e a Paisagem das ruínas.....	157
2.2 - O que há de novo na ruína: a potência da ruína como lugar de memória.	161
2.3 - Uma patrimonialização como microcosmo das políticas patrimoniais no Brasil	167
2.4 – Como moradores de bairros limítrofes se apropriam das ruínas em diferentes momentos	171
2.5 - O aprendizado coletivo e a potência das ruínas	188

Capítulo 3 – Ruínas em longa duração: Atlas, Anacronia, memória e apagamento	196
3.1 - Ruínas em longa duração: mesma matéria e lugar, patrimônio e movimento no processo sócio-histórico	198
3.2 - Atlas e ruína: imaginando entre dois elementos anacrônicos na Longa Duração	208
3.2.1 - O <i>Atlas</i> Warburg como conhecimento da historicidade da memória pela imaginação	210
3.2.2 - Warburg e seu método aplicado à patrimonialização: a defesa de uma história anacrônica	212
3.3 – Ruínas e políticas de patrimônio no Brasil: uma definição e um bem ainda pouco patrimonializado	223
3.4 – Patrimonialização, ruína, memória e esquecimento: proposta de uma concepção sócio-histórica de ruína	228
Conclusão: as ruínas em movimento na longa duração do patrimônio cultural..	239
Referências	247
Referências de publicações institucionais	257
Referências de portais de imprensa e da internet	260
Legislações citadas e utilizadas como referência	262
Lista de Siglas	263
Lista de Figuras	265

Introdução

A história da tese, escolhas do autor, condições e caminhos

Podemos dizer que esta é uma tese feita de ruínas para falarmos de ruínas. Uma tese atravessada por muitas instabilidades e incertezas, desconstruções e reconstruções vividas tanto pela sociedade brasileira de 2018 a 2024, quanto pela vida pessoal do autor desta tese. A seguir descrevo este processo com suas transformações, dificuldades, desafios e oportunidades aproveitadas apesar do contexto.

Em 2017, a primeira versão deste projeto de pesquisa foi desenvolvida e apresentada à seleção do Programa de Doutorado em Sociologia da Universidade de Brasília (PPGSOL / UnB), tendo como ponto de partida minha vivência profissional nos anos de 2015 e 2016 como consultor da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) na capital federal no Programa Pontos de Memória – Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), vinculado ao Ministério da Cultura (MINC). Dessa maneira, este projeto de doutorado iniciou-se motivado pela busca do diálogo entre a chamada Museologia Social e a Sociologia, tomando como objeto central a atuação do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto¹, museu comunitário atuante no Sítio Arqueológico do Morro da Queimada, território em ruínas localizado nos arredores da paisagem tombada da cidade de Ouro Preto (MG)².

No entanto, ao longo do ano de 2018, primeiro ano do curso de Doutorado, e momento de cumprimento dos créditos obrigatórios de disciplinas, a problemática da pesquisa foi ampliada para o estudo do Sítio Arqueológico enquanto um Patrimônio Cultural, seus efeitos e narrativas no mesmo território de Ouro Preto (MG). Desde então, o museu comunitário e a Museologia Social são considerados neste projeto como mais um dos sujeitos e fatores diante do objeto de estudo. Este que passou a ser o Patrimônio Cultural representado pela patrimonialização do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada enquanto um processo sócio-histórico.

¹ Ecomuseu da Serra de Ouro Preto foi criado no contexto da patrimonialização recente do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada. É coordenado pela museóloga e professora da UFOP, Yara Mattos, estando inscrito desde 2006 como Projeto de Extensão – PROEX/ UFOP.

² O projeto inicial desta tese gerou um artigo sobre Museus Comunitários apresentado pelo autor na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA/ABA), dezembro de 2018, Brasília/DF, no X Seminário de Políticas Culturais da Fundação Casa Rui Barbosa – Rio de Janeiro/RJ, maio de 2019 e no XIX Congresso Brasileiro de Sociologia, julho de 2019, Universidade Federal Santa Catarina – Florianópolis, SC;

Nessa direção, com o desenvolvimento do projeto em 2019 e a realização de visitas em campo tanto seu objeto quanto o problema foram reformulados e reenquadrados, fazendo cada vez mais do Patrimônio Cultural o objeto central da pesquisa. Isto, com o objetivo de compreender a política de Patrimônio Cultural como uma política de memória construída e compartilhada pelas narrativas de diferentes sujeitos, inclusive o Museu Comunitário, na criação, definição e manutenção do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada.

A mudança de títulos do projeto nos ajuda a clarear o processo de reformulação e reenquadramento aqui descritos. Em 2017, no momento da seleção do Programa de Doutorado, o título do projeto era *Museus Comunitários como metodologia de desenvolvimento social e cultural: um estudo a partir do Ecomuseu da Serra da Queimada, Ouro Preto (MG)*. O título passa, em 2018, para: *O avesso do Patrimônio Cultural: memórias, efeitos, usos e práticas sociais nas bordas de Ouro Preto (MG)*, mudando em 2020 para: *Vestígios, apropriações e disputas narrativas acerca de um Parque Arqueológico em Ouro Preto (MG)*. Por fim em 2022, intitula-se em definitivo com a versão atual apresentada nesta tese: *A Biografia de um Patrimônio Cultural entre a Rememoração, o Apagamento e a Potência das Ruínas – estudo de Caso de um Sítio Arqueológico na Cidade De Ouro Preto (MG)*.

Para melhor esclarecimento do processo até aqui percorrido, vale destacar alguns dos caminhos e lugares acadêmicos por onde este projeto de doutorado deu seus passos. Ou seja, considerar que este trabalho foi se desenvolvendo no diálogo fundamental com o orientador professor Edson Farias, as disciplinas e professores do programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, Marisa Veloso, Francisca Coelho e Eduardo Dimitrov, e o estreitamento de relações com as professoras do Depto. de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, a historiadora Yara Mattos, a arquiteta Fernanda Bueno e a arqueóloga Márcia Arcuri, integrantes do Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários (LAPACOM / UFOP).

Por fim, é importante registrar a participação do autor com apresentações desta pesquisa em outros importantes congressos e seminários acadêmicos regionais³, nacionais e

³ Rodolfo Junqueira Fonseca apresentou o projeto de pesquisa nos Seminários Internos do Grupo de Pesquisa Cultura Memória e Desenvolvimento (CMD) - 2018 e 2019 e na Semana de Sociologia do PPGSOL/UnB-2019;

internacionais⁴ já nos anos de 2018 e 2019. Além disso, no período o autor participou como ouvinte, presencialmente, de dois importantes eventos do campo de estudos do patrimônio cultural, contribuindo para a inserção da pesquisa na área: I Congresso Internacional Gestão dos Patrimônios da Humanidade urbanos: desafios e riscos da preservação, ocorrido juntamente com o I Simpósio Internacional Patrimônios da Humanidade Mineiros no Contexto Internacional – setembro de 2019, na Universidade Federal de Juiz de Fora, e do II Colóquio Latinoamericano sobre Urbanización y Patrimonialización (CLUP) – outubro de 2019, na Universidade de Brasília.

Em 2019 e meados de 2020, foram realizados contatos e levantamentos iniciais do trabalho de campo a ser desenvolvido, assim como a reformulação teórico- metodológico do projeto de doutorado até então, já tendo o acompanhamento do professor orientador. Este processo culminou com a Qualificação do projeto, realizada em 13 de março de 2020, tendo como membros da banca os professores doutores: Eduardo Dimitrov, Marisa Veloso, Clóvis Barros e o referido orientador. A defesa de Qualificação foi realizada ainda presencialmente, mas sem público devido medidas sanitárias da iminente Pandemia de Covid-19.

Seguindo o desenvolvimento previsto no cronograma do projeto e as orientações da banca de Qualificação, a partir da segunda quinzena de março de 2020 seriam aprofundados os contatos e levantamentos de campo em Ouro Preto. Isto, tanto junto à representantes institucionais quanto às comunidades estudadas, bem como, retomado o diálogo com professores da Universidade Federal de Ouro Preto que já apoiavam localmente a execução do projeto.

No entanto, a partir de 20 de março de 2020 se reconheceu oficialmente a Pandemia de Covid-19⁵. A pandemia perdurou nos anos de 2020 e 2021 até o primeiro trimestre de 2022, impactando fortemente o planejamento de pesquisa de campo e de tese além de gerar mudanças pessoais radicais diante do generalizado isolamento social, interdição de espaços públicos e de convívio social implantado pelas autoridades de saúde pública, juntamente com o fechamento presencial das universidades federais. Todas estas são condições que impactaram fortemente o rendimento deste projeto de doutorado, somados ainda ao cenário de interdição sanitária totalmente excepcional e incomum da Pandemia.

⁴ Neste período, Rodolfo Junqueira Fonseca participou apresentando o projeto de pesquisa na 8ª Conferência Latino Americana e Caribenha de Ciências Sociais (CLACSO), Argentina, Buenos Aires - 2018, no 32º Congresso Internacional da Asociación Latino-Americana de Sociología (ALAS) - Peru, Lima – 2019 (financiamento da FAP-DF);

⁵ Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020;

A contratempo de mudanças pessoais e da crise sanitária, procurei manter-me ocupado academicamente, realizando intercâmbios pela internet com programas de pós-graduação de outras universidades, isto, diante das oportunidades online de cursar disciplinas e realizar mobilidades acadêmicas a distância. Assim, a partir do segundo semestre de 2020, participei como aluno externo de disciplinas oferecidas online, devido a Pandemia, em pós-graduações em História e de Arquitetura da UFMG – História Pública (Profa. Miriam Hermeto), Arquitetura e Patrimônio Cultural (Prof. Flávio Carsalade), Fundamentos e Conceitos da Conservação de Bens Culturais (Profa. Yacy Froner) e Abordagens biográficas em Sociologia (Profa. Yumi Garcia).

Já em 2021, apresentei online e em inglês o trabalho de pesquisa desta tese em três importantes congressos internacionais: 1) IV ISA – International Sociological Association - Forum of Sociology, Porto Alegre, PUCRS (RS). 2) XXI Curso de Verão do Centro de Estudos Ibéricos (CEI), Novas Fronteiras, Outros Diálogos: Cooperação e Desenvolvimento – CEI, Portugal e Universidade de Salamanca - Espanha; 3) Heritage Justice Symposium – Decolonizing Heritage, evento organizado pela Association of Critical Heritage Studies.

Ainda no primeiro semestre deste ano, participei de disciplinas, cursos e eventos online do Programa Bens Culturais e Patrimônio do CPDOC/FGV (prof. Celso Castro e profa. Silvia Monnerat) e da Oficina Colaborativa de Audiovisual Brasil-Portugal: Ditaduras e Resistência (coordenada pelas profas. Thais Blank e Adelina Cruz), sendo que a última resultou no filme de arquivo em curta-metragem *Foto Revolução de Abril (2022)*⁶, em co-autoria com Maria Julia Andrade (UNIFESP), reconhecido com o Prêmio Ana Galano no Encontro Anual da ANPOCS 2023. Já no PPGSOL/UnB cursei de forma remota a disciplina Sociologia do Conhecimento com a Profa. Francisca Coelho, cuja influência teórica contribuiu no desenvolvimento desta tese. Já no segundo semestre de 2021, participei de duas disciplinas: “Arte y Sociedad: estudios urbanos” e “Paisaje y Sociología” através da mobilidade online promovida pela Asociación de Universidades Grupo Montevideo

⁶ Foto Revolução de Abril é um filme realizado no contexto da Oficina Colaborativa de Audiovisual Brasil-Portugal: Ditaduras e Resistência(s), promovida pela Fundação Getúlio Vargas/CPDOC e a Fundação Mário Soares e Maria Barroso, de setembro de 2021 até abril de 2022, sob a coordenação de Adelina Cruz e Thais Blank (CPDOC-FGV) e Filipe Guimarães, Catarina Santos e Pedro Gomes (Fundação Mário Soares e Maria /Barroso [FMSMB]). O filme contou com montagem de Gabriel Borges (CPDOC/FGV) e o apoio na pesquisa de acervo e contextualização histórica da fundação portuguesa. Mais informações: <https://filmfreeway.com/Foto-RevolucaodeAbril>

(AUGM/UnB), sendo a primeira na Universidade Nacional de la República UDELAR (Uruguai) e a segunda na Universidade Nacional de La plata (UNLP) (Argentina).

Por fim, destaco que em dezembro de 2021, produzi e organizei a mesa online⁷ “Patrimônio Cultural, Museus e Turismo, associações, efeitos e potencialidades”, integrante do Encontro do Grupo de Pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD 2021), com a mediação de Diomira Faria (Dep. De Turismo/UFMG) e tendo como expositores professores Marcia Arcuri (Arqueóloga – UFOP), Fernanda Bueno (Arquiteta – UFOP), Leandro Brussadin (Turismólogo – UFOP), e por fim, Debatedores: Clovis Britto (Museologia – UnB) e Rodolfo Junqueira Fonseca (PPGSOL – UnB). A mesa foi de fundamental importância, pois reuniu professores da UFOP parceiros da pesquisa de tese para expor e debater suas pesquisas acadêmicas sobre o Parque Arqueológico do Morro da Queimada ou o turismo na região de Ouro preto.

Foi somente a partir de março de 2022, quando houve uma continuidade na flexibilização de regras sanitárias frente a Pandemia, diante da ampliação e efetivação da cobertura vacinal, é que o cronograma de trabalho de campo previsto após a qualificação do projeto começou a ser retomado. Avalio que os impactos e contratempos causados pela Pandemia de COVID-19 são inegáveis e com impactos que acarretaram o atraso de no mínimo 2 anos no cronograma do trabalho de campo e desenvolvimento da tese, perda de oportunidades de pesquisa, além da demanda de reelaboração de atividades e renegociação contínua de estratégias num contexto totalmente incerto.

Neste momento, é importante dizer que o projeto de doutorado aprovado na qualificação em março de 2020 previa uma ênfase no trabalho de campo em Ouro Preto (MG). Diante das circunstâncias, o projeto de pesquisa, a metodologia, e os capítulos da tese foram reformulados para dar forma a um trabalho acadêmico com maior enfoque em dados secundários, com um trabalho de campo mais circunscrito e restrito, e mais teórico levando em conta o projeto inicial. Assume-se de vez uma metodologia de pesquisa documental e com dados secundários encontrados em arquivos e registros de instituições públicas locais, publicações de imprensa, livros e artigos acadêmicos do campo do patrimônio cultural, memória social, sociologia urbana e da cultura.

⁷ A mesa online - Cultura, Memória e Desenvolvimento - CMD 2022 - Patrimônio Cultural, Museus e Turismo, associações, efeitos e potencialidades - Encontro do CMD (Coordenação: Edson Farias) – Disponível em: https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=n9YJ_1z89TM

Por sua vez, a partir da reabertura sanitária e da prorrogação de prazos acadêmicos, ocorre a tentativa de realizar um período de Doutorado Sanduíche de seis meses no ano seguinte na Universidade de Barcelona com a co-orientação do Professor Arturo Morató⁸, professor titular de Sociologia, que se dispõe a receber-me com o Plano de estudos “As histórias que as ruínas contam: o patrimônio cultural entre a pedra e a contação de histórias”. A escolha da Espanha como país de destino se fundamentava em parte pelo fato de ser o terceiro país com maior número de patrimônios da humanidade reconhecidos pela UNESCO, onde ainda, de acordo com dados de 2021 da *Lista Roja del Patrimonio* elaborada pela Organização Social Hispania Nostra, há mil monumentos em ruínas na Espanha.

O plano de estudos do período de doutorado Sanduíche pretendia basicamente conhecer e pesquisar, sob orientação do co-orientador, metodologias de valorização de ruínas por meio de intervenções físicas ou de políticas culturais que visassem biografar e atualizar o patrimônio cultural edificado de ruínas em cidades patrimonializadas da Espanha, como Barcelona e a região de Sevilha e Cádiz (Andaluzia). Infelizmente, a tentativa é frustrada devido ao fato do PPGSOL/UnB), mesmo sendo um Programa de Pós-graduação de nível internacional (Capes – nota 7), dispor apenas de uma bolsa para o período. Foram buscadas outras possibilidades de Bolsas como da Fundação Carolina, mas também frustradas. Espero retomar o contato na conclusão da tese para realização de um período de Post-Doc na Universidade de Barcelona.

Ainda em 2022 apresentei presencialmente no México com financiamento da FAP-DF, a primeira versão do capítulo um desta tese, publicada em artigo nos anais do 33º Congresso Internacional da Asociación Latino-Americana de Sociología (ALAS). Vale ressaltar que neste país, durante a viagem, tive a oportunidade de visitar alguns sítios arqueológico mexicanos, local onde turismo se associa diretamente a sua arqueologia, referência para esta pesquisa.

De toda forma, neste mesmo ano de 2022, no contexto de eventos que comemoram *online* o centenário da Semana Moderna de 1922, a tese de doutorado segue sendo

⁸ Professor Arturo Morató é professor titular de Sociologia na Universidade de Barcelona, com ampla experiência internacional no campo da Sociologia da Cultura e da Arte, ex-coordenador do doutorado em Sociologia e vice-Presidente da Federação Espanhola de Sociologia, um dos coordenadores do Grupo de Pesquisa em Sociologia das Artes da Associação Internacional de Sociologia (ISA).

restruturada e escrita, além de reintonada na versão atual. Findaram-se neste ano o período de bolsas Capes regulares do Programa de Doutorado.

Segui no ano de 2023 desenvolvendo a escrita da tese, ano em que pude apresentar em dois Congressos acadêmicos do campo do patrimônio cultural com publicação em Anais: VI Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, coordenado pelo professor Leonardo Castriota, e realizado na UFMG, em Belo Horizonte, e também do XII Encontro Internacional de Políticas Culturais, ocorrido na Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro. Em paralelo, precisei buscar outras fontes de renda⁹ e ainda continuei atuando como integrante do grupo de pesquisa CMD.

No ano de 2024, a tese toma a forma final com três capítulos, e se consolida com a versão atual apresentada à banca. Por meio de um processo de continuidades e descontinuidades, perdas, achados e encontros esta tese se constituiu na sobrevivência da crise política e social vivida pelo Brasil de 2019 a 2022, na potência das ruínas em representar algo novo, seja na arqueologia ou na vida social que segue após as tempestades e dilúvios. Passados os momentos de crise, restam o aprendizado e a resiliência em persistir, afinal, ruínas somente são ruínas porque persistem em existir mesmo inacabadas entre a destruição e a potência do porvir.

De onde estou partindo

Para desenvolvimento do problema e objeto da pesquisa que subsidia esta tese, é elucidativo explicitar um pouco mais de onde parto e o que me motiva para construí-los. Venho de uma formação multidisciplinar que combina sociologia urbana e da cultura, planejamento urbano e estudos da fotografia e do cinema¹⁰. Como filmes e fotografias

⁹ Atuei a convite por 15 meses em meio período como pesquisador bolsista do CNPq (Bolsista de Apoio à Difusão do Conhecimento/Nível 1B), atividade do Observatório da Diversidade Cultural (ODC), grupo de pesquisa coordenado pelo professor Dr. José Marcio de Barros, Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), na pesquisa “Análise de diversidade na experiência do mecanismo de fomento emergencial Lei Aldir Blanc em Minas Gerais” aprovada na Chamada CNPq nº 40/2022 - Linha 5A - Políticas públicas para a promoção da cultura.

¹⁰ Rodolfo Junqueira Fonseca vem desde a graduação em Ciências Sociais (2003) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) trabalhando com a Sociologia urbana, em bolsas e consultorias, primeiro com a Profa. Dra. Maria de Lourdes Dolabela (in memorian) e depois em equipes multidisciplinares de políticas urbanas. Possui mestrado (2006) pelo Instituto de Estudos e Pesquisas em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ), orientado pela profa. Dra. Ana Clara Torres Ribeiro (in memorian) e Formação em Cinema pela Escola de Cinema Darcy Ribeiro (ECCR), Rio de Janeiro - RJ, com projetos audiovisuais no currículo, trajetória que se consolida no Doutorado em Sociologia (UnB) em 2024 - Mais informações: <http://lattes.cnpq.br/7220577817839129> e <http://filmesderodolfofonseca.blogspot.com/>

contam histórias, a mim me interessa contar histórias, e em particular a história dos lugares, ou pelo menos saber como e em que contexto são criadas e contadas.

O Patrimônio Cultural é comumente associado à nostalgia ou saudade de um passado ou ainda a um território da perda. No entanto, o patrimônio cultural não equivale à história dos lugares, mas muitas vezes sua construção através de narrativas se confunde com esta história. Não basta eleger um patrimônio físico e tombá-lo, é preciso construir discursos e memória a respeito e difundi-la como um imaginário. Os lugares de memória (Nora, 1993) são privilegiados enquanto histórias e narrativas dos lugares. A história dos lugares inclui narrativas e a contação de histórias a partir dos sentidos e pontos de vista que representam o passado de um determinado território no presente. Enquanto um lugar de memória, o patrimônio cultural pode ser visto como um instrumento do presente de contação de histórias que compõe narrativas do passado.

Nessa direção, poderíamos pensar o Patrimônio Cultural como uma maneira de contar histórias do passado no presente na forma de narrativas e interpretações como filmes, livros e outros produtos culturais também o fazem? Segundo o historiador e arqueólogo Niel Silberman (2016), o Patrimônio Cultural deve ser visto como um discurso em que cabe “a interpretação do patrimônio – constelação de técnicas de comunicação que tentam transmitir o valor público, a importância e o significado de um patrimônio, objeto ou tradição” (Silberman, 2016, pag. 11). Muitas vezes, objetos patrimoniais como museus e sítios arqueológicos são representados em livros e filmes documentários para difundirem-se como patrimônios culturais para além da experiência de visitação do lugar, além do objeto patrimonial material, às vezes como souvenir ou complementa o de uma experiência. No entanto, não se trata de considerar este tipo de narrativa literária ou audiovisual diretamente, mas de considerar a própria narrativa patrimonial como narrativa de relato ou conta o de uma história.

Talvez a grande diferença em rela o às narrativas literária ou audiovisual   que a narrativa construída em processos de patrimonializa o cultural não seja tomada como autoral, exatamente porque ela não se propõe a assumir pontos de vista ou interpreta es em perspectiva. Ou seja, a narrativa construída em processos de patrimonializa o se coloca na maioria das vezes como uma forma de “verdade histórica e social” dos lugares de memória, e por isso não teria autoria.

Entendo a patrimonialização como um processo sócio-histórico contínuo ou descontínuo de construção e manutenção do reconhecimento institucional e social de um bem cultural como parte integrante da memória coletiva cotidiana, no presente do passado de um lugar ou de um imaginário representativo de uma dada sociedade ou grupo social. Nesse sentido, podemos questionar, então a patrimonialização cultural produz narrativas e histórias a partir de pontos de vista de quem? Que agentes de fato roteirizam o passado dos lugares construindo cenários para criar uma memória coletiva presente compartilhada destes espaços? Reconhecer um patrimônio não representaria tomar partido de um ponto de vista da história dos lugares? Podemos ficcionalizar a patrimonialização? A quantas interpretações da memória coletiva a patrimonialização estaria sujeita?

A patrimonialização é parte de uma processualidade sócio-histórica e não apenas um resultado de condições favoráveis ao reconhecimento enquanto tal. Esta processualidade se constitui de políticas de memória, contíguas, coexistentes ou concorrentes no tempo e no espaço de um bem cultural. Entendo aqui como política de memória um conjunto de ações, decisões, intervenções, omissões e destruições decorrentes de instituições e da própria sociedade, ocorridas no processo sócio-histórico de construção do reconhecimento institucional e social de um bem cultural, ou seja, de sua patrimonialização (neste caso como forma de rememorar o passado do lugar no presente).

Por sua vez, ao falarmos da patrimonialização e de políticas de memória para ruínas, parece que não falamos de monumento no sentido daquilo que nos faz referência a lembrar algo com clareza ou por inteiro. Segundo Maria Cecília Londres, um monumento em geral é associado a um conjunto que devemos preservar, “seja porque constituem obras de arte excepcionais, ou por terem sido palco de eventos marcantes” referência para documentos históricos. Na tradição das políticas de patrimônio e memória no Brasil, as ruínas parecem ser tratadas como “monumentos de segunda ordem” ou “arruinadas” de antemão, confundindo-se com a paisagem ou vistas somente como instrumentos de delimitação de sua extensão arqueológica.

Nos campos da arquitetura e conservação, áreas mais proeminentes no campo multidisciplinar do Patrimônio Cultural, não há consenso para a definição de ruína. Há autores que ressaltam que o conceito de ruína “varia entre o estado de arruinamento das obras e a ruína como objeto consistente e tal conceituação dita o caminho para a intervenção” (LIMA, L.H.A., 2019, pág. 63). Já outros veem um conceito de ruína como algo complexo

de definir por implicar muitos aspectos como “o grau de descaracterização, a condição de uso, a idade das edificações, o distanciamento temporal e as causas do arruinamento”, e ressalta, isto, se considerarmos a ruína “como um estado de degeneração (independentemente da idade da edificação)” – parênteses do autor – (Rodrigues, 2017, pag. 10).

Independentemente de seu estado conservação, inteireza ou monumentalidade as ruínas parecem estar mais no campo da memória e imaginação do que das técnicas de conservação e restauro. Nesse sentido, uma definição de ruína, ou a patrimonialização e de políticas de memória para ruínas, devem ser definidas mais do que outras no campo multidisciplinar do Patrimônio Cultural.

A concepção multidisciplinar do campo do Patrimônio Cultural

Os estudos, pesquisas e políticas do Patrimônio Cultural são um campo multidisciplinar por natureza. Campo este que não precisa ser nomeado em suas disciplinas para identificar que estamos falando dele de forma transversal. É fundamental considerar que o desenvolvimento desta pesquisa parte de uma concepção multidisciplinar da categoria patrimônio, construída aqui entre as muitas interfaces transversais de diálogos disciplinares próprias do campo de estudo apresentado. Dessa maneira, as referências consideradas nesta pesquisa compõem um estado da arte transversal do campo do Patrimônio Cultural.

No entanto, vale ressaltar que o campo de estudos do patrimônio cultural, enquanto um campo multidisciplinar, ainda é pouco sociologizado, ou seja, a sociologia e seus métodos são utilizados como forma de análise por outras disciplinas do campo, mas a sociologia participa, a rigor, pouco na definição das metodologias e enfoques teóricos ou mesmo das políticas públicas da área. Assim, são as disciplinas da História e da Arquitetura e Conservação, em alguns casos a Antropologia, e mais tardiamente a Geografia, e depois a Museologia que tem mais proeminência e capacidade de definição das políticas públicas de Patrimônio Cultural no Brasil.

Por outro lado, diante desta natureza multidisciplinar podemos dizer que não há um único método ou caminho para se estudar e analisar o patrimônio cultural, mas pontos de vista disciplinares intercruzados e processos analíticos combinados a escolhas metodológicas. Assim, o ponto de vista deste estudo, mesmo partindo da sociologia e

construindo uma sociologia do patrimônio cultural, não se pretendeu restrito ao campo, mas se propôs a dialogar com diferentes análises e profissionais dos diversos campos atuantes no patrimônio cultural a partir da sociologia.

Vale dizer que este ponto de vista multidisciplinar permitiu à pesquisa estabelecer diálogos e considerar o conhecimento produzido em pesquisas muito distintas, porém aproximadas ao recorte de estudo adotado, ou mesmo, realizadas em Ouro Preto (MG). De toda forma, esta consideração não exclui as especificidades do estudo sociológico tanto em termos de método como de objeto de estudo.

Ouro Preto além do óbvio

Vale ressaltar que, desenvolver um estudo sobre Ouro Preto, representa não apenas estudar um lugar de memória ou turístico conhecido, mas dialogar com um imaginário, um território de representação, negociação institucional e multidisciplinar do campo do patrimônio cultural brasileiro por excelência. Isto posto, como já dito, este trabalho analisa o processo de patrimonialização do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada, em Ouro Preto, localizada cerca de 400 km da cidade do Rio de Janeiro e cerca de 134 km da capital de Minas Gerais, Belo Horizonte¹¹.

Ouro Preto é uma cidade da história colonial brasileira do século XVII, reconhecida pela UNESCO em 1980 como patrimônio cultural da humanidade. Vale destacar que uma pesquisa sobre Ouro Preto, representa dialogar com grande símbolo do patrimônio cultural brasileiro por excelência. A cidade possui um perfil turístico e universitário, com a economia baseada na exploração mineral. Muitos bairros nos arredores da cidade monumento se desenvolveram a partir dos anos 1950 em diante, inclusive nos limites e sobre o Sítio Arqueológico estudado.

Em todos os cinco bairros limítrofes do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada existem resquícios da ocupação urbanística de um próspero arraial minerador do início do século XVIII, cenário da Revolta de Felipe dos Santos em 1720. A patrimonialização do lugar trata-se de um projeto deixado de lado por muitas décadas, e iniciado, de fato,

¹¹ O município de Ouro Preto, apesar da proximidade com Belo Horizonte não faz parte da chamada Região Metropolitana (RMBH). O território de Ouro Preto faz divisa com os municípios de Belo Vale, Moeda, Itabirito, Santa Bárbara, Mariana, Piranga, Ouro Branco e Congonhas.

somente a partir de 2005, quando, realmente seu valor público assumiu importância e o significado como patrimônio cultural. Ao longo desta tese este processo de patrimonialização será explicado enquanto um processo sócio-histórico. Com este propósito utiliza-se uma metodologia de pesquisa documental com dados secundários a partir de arquivos e registros de instituições públicas locais, publicações de imprensa, livros e artigos acadêmicos. Introduzo a seguir algumas das questões que esta tese busca responder.

- Porque a patrimonialização acontece só depois de tanto tempo? Como podemos tentar compreender uma patrimonialização tardia ou inacabada?
- Como contar a história de uma patrimonialização por um longo período de tempo?
- Como pode ser descrita e analisada em diferentes temporalidades a patrimonialização do Sítio Arqueológico?
- Quais as bases sociológicas para analisar uma patrimonialização como um processo social ao longo do tempo?

Vale ressaltar que a proposta não é dar conta de todos os aspectos da patrimonialização do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada, processo que é por natureza dinâmico, descontínuo, inacabado ou não consolidado ainda na atualidade do caso. O que não quer dizer que a patrimonialização “acabaria” em algum momento em seu contínuo processo. Falo de uma patrimonialização inacabada em relação ao reconhecimento anterior do patrimônio cultural da cidade de Ouro Preto. Trata-se de documentar, estruturar e analisar esta patrimonialização em um longo período, jogando luzes sob sua descontinuidade, identificando e analisando sociologicamente momentos, processos, discursos e sujeitos, de maneira a constituir a proposta de um método de análise sócio-histórica da patrimonialização na longa duração.

Afinal, a patrimonialização como um processo de construção de memória também constitui memórias cuja dinâmica é muitas vezes opaca e pouco visível na maneira como se conta a história dos lugares patrimonializados, apesar destas memórias influenciarem diretamente a política de patrimonialização do lugar. Isto, levando-se em conta que a patrimonialização em questão atravessa não apenas diferentes governos e momentos políticos do país, mas diferentes gerações de técnicos, concepções e distintos momentos institucionais do IPHAN. Por outro lado, atravessa também distintas concepções e conjunturas de mobilização do patrimônio cultural como questão pública, mais relevantes ou não entre momentos sócio-históricos distintos.

Na medida em que toda patrimonialização demanda manutenção, promoção e investimentos, podemos supor que em diferentes graus de consolidação, toda patrimonialização é um processo inacabado que necessita de atenção ou mobilização social e institucional para continuar existindo socialmente enquanto patrimônio cultural.

Por fim, creio que logo após os contextos de crise política e institucional vividos pelo Brasil de 2019 a 2022, inclusive no campo do Patrimônio Cultural, é importante refletir: existe Memória e patrimônio cultural sem perspectiva de futuro? Como patrimonializar o presente do passado em um mundo cujo presente está em crise? Um presente que não oferece perspectivas de futuro. Um presente negacionista que nega e desconstrói o passado sem um projeto de futuro.

A Estrutura da tese em três desafios

Esta tese assumiu alguns desafios frente a uma conjuntura já descrita anteriormente. O primeiro desafio colocado foi dar conta de um longo período de tempo (1937 a 2022). Um período que precisava ser longo diante dos processos estudados, porém, delimitado no início e no final de uma cronologia de tempo. O capítulo um é a primeira resposta a este primeiro desafio. Este capítulo apresenta e contextualiza a problemática da patrimonialização do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada, expondo a complexidade do lugar em diferentes temporalidades e relações espaciais que o afetam de distintas maneiras, seja na relação com a vizinhança, a cidade de Ouro Preto ou as políticas de patrimônio cultural e memória a ele destinadas.

O segundo desafio se coloca em dar conta da vasta e multidisciplinar bibliografia e referências do campo do Patrimônio Cultural, um campo acadêmico e ao mesmo tempo profissional e da política pública, que reúne perspectivas e especialistas de áreas diversas. O campo multidisciplinar do patrimônio é como uma floresta densa e diversa onde é muito fácil se perder, mesmo durante do dia. O segundo capítulo é a resposta ao segundo desafio, já que optei por selecionar e tratar a bibliografia e referências do campo do Patrimônio Cultural, na relação com objeto de pesquisa estudado e construído ao longo do tempo e espaço, o que inclui também a relação com a construção da institucionalidade do IPHAN e a história da política de patrimônio no Brasil. Nessa direção, o capítulo, inverte o ponto de

vista do primeiro capítulo, ao colocar em perspectiva as transformações das políticas de patrimônio cultural e memória no largo período de tempo estudado.

Por fim, o terceiro e último desafio colocado corresponde a analisar teoricamente, a partir da sociologia, este mesmo objeto de pesquisa estudado e construído, dialogando autores do campo do Patrimônio Cultural com a teoria sociológica como Norbert Elias e Didi-Huberman, tendo como contribuição original a proposição de um “lugar de ruína”. O terceiro capítulo é o capítulo que mobiliza mais categorias (longa duração, figuração, interdependência e anacronia) na busca de dialogar a teoria sociológica com os autores dos estudos da Memória e do campo do Patrimônio Cultural, visando aprofundar teoricamente o entendimento do processo sócio-histórico da patrimonialização. Veremos que nenhuma patrimonialização é óbvia, ela é sempre processo, processo é movimento. O capítulo três não apenas discute o processo sócio-histórico de patrimonialização do Morro da Queimada, mas tensiona ao limite o conceito de Patrimônio Cultural em movimento na longa duração.

“As coisas têm peso, massa, volume, tamanho
tempo, forma, cor, posição, textura, duração
densidade, cheiro, valor, consistência
profundidade, contorno, temperatura
função, aparência, preço, destino, idade, sentido.
As coisas não têm paz”.

Arnaldo Antunes e Gilberto Gil, *As coisas não têm paz* (2023) – letra musical

Capítulo 1 – Quando há patrimônio no Morro da queimada?

“Aqui havia casas, mundéus, ferramentas e vidas. Não há mais nada senão pedras negras, vegetação rala, musgo, flores insistentes que rompem de qualquer jeito. (...)”

Carlos Drummond de Andrade, 1952

O título deste capítulo parte do questionamento: quando há patrimônio, numa referência à pergunta de Nestor Canclini no livro *Sociedades sem Relato*: “a pergunta mais pertinente não seria o que é o patrimônio e sim quando há patrimônio” (Canclini, 2016, pag. 70). Ou seja, parece-nos mais importante definir quando, onde e como o patrimônio é de fato definido ou mobilizado do que construir um conceito de Patrimônio Cultural abrangente para o caso em estudo.

Nesse sentido, encontrar quando, onde e como o patrimônio é de fato definido ou mobilizado, representa reconhecer a patrimonialização como um processo com tempo, lugar e condições sociais específicas. Assim, este momento específico precisa ser entendido em sua processualidade sócio-histórica e não apenas como um resultado de condições favoráveis ao reconhecimento enquanto tal. Portanto, não se pode dissociar o que é denominado patrimônio cultural do seu processo social e histórico de reconhecimento, este, por sua vez, que pode ter levado anos ou até décadas, como é o caso aqui estudado.

Nessa direção, o capítulo tem como objetivo delinear, linearmente – operando como um tipo ideal de uma processualidade num primeiro momento, no espaço e no tempo, o panorama do processo de constituição do Sítio Arqueológico enquanto projeto de bem patrimonial. Isto, a fim de demarcar e clarear a natureza dinâmica, descontínua, inacabada e não consolidada da patrimonialização em estudo, por meio de documentos e relatos advindos de fontes diversas como arquivos públicos, institucionais, trabalhos acadêmicos e da imprensa.

Geograficamente, o Morro da Queimada está localizado entre o distrito de Cachoeira do Campo e a sede de Ouro Preto (Vila Rica), no caminho para o Rio das Velhas, afluente do Rio São Francisco, e enquanto paisagem, está espacialmente localizado no conjunto de morros e escarpas que compõe a Serra de Ouro Preto.

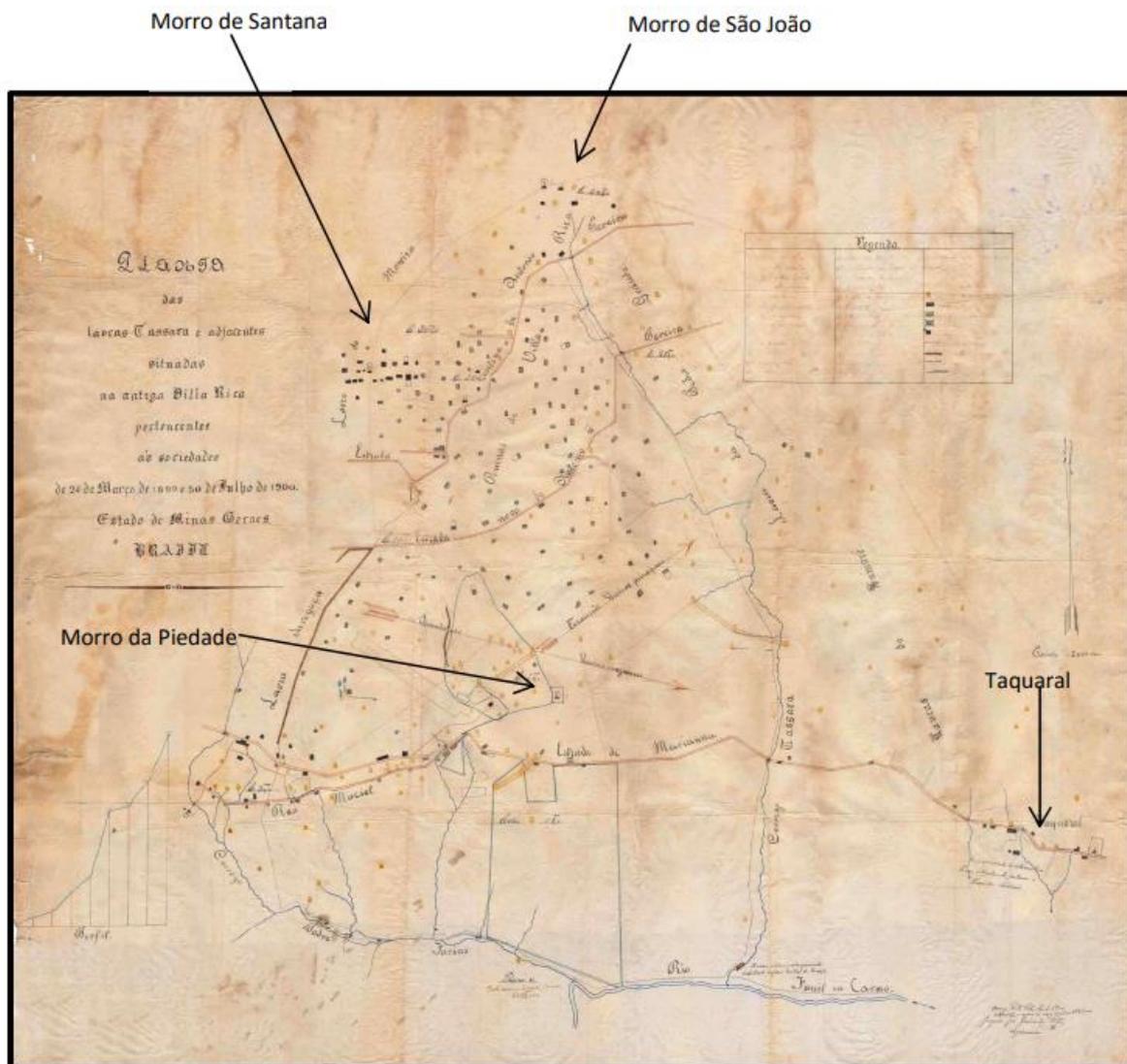


Figura 2 - Mapa de Ouro Preto datado de 1900, planta das lavras de tassaras e adjacentes situadas na antiga vila rica, pertencentes às sociedades - fonte: Arquivo Público de Ouro Preto



Figura 3 - Ruínas de muros e casas do Sítio Arqueológico – Foto: Autor

Os bens patrimonializados são construções em ruínas que remontam um dos primeiros arraiais a serem formados na região, abrigando estruturas de moradias e de técnicas de mineração arcaica tais como mundéus (espécie de dique), galerias, sarilhos (buracos de escavação) e canais hidráulicos, com destaque para uma grande estrutura circular que se supõe ser um moinho de vento. Além disso, o Morro oferece uma vista particular da Praça Tiradentes e do Pico do Itacolomi, marco visual que orientou a trajetória dos exploradores bandeirantes e que até hoje singulariza a paisagem da cidade.

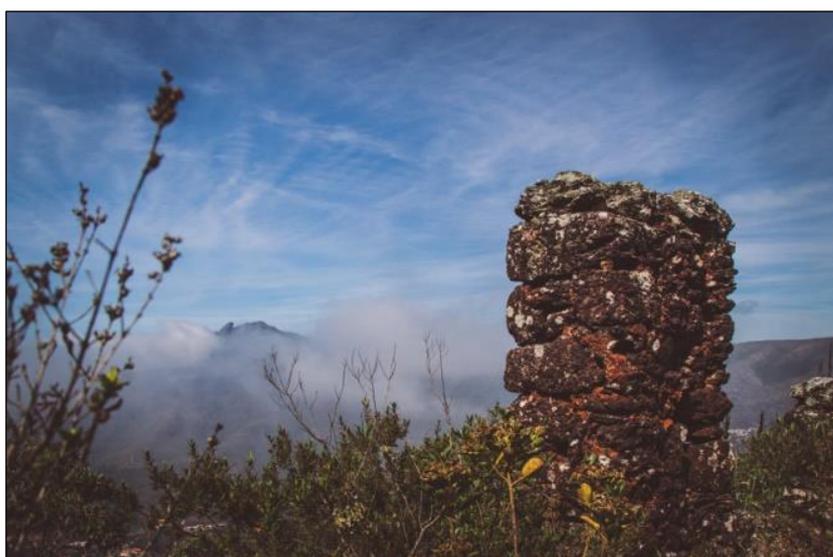


Figura 4 - Pico do Itacolomi com ruína visto do Sítio Arqueológico – Foto: Ane Souza



Figura 5 - Moinho de vento das ruínas do Morro da Queimada. - Fonte: LAPACOM/UFOP – Drone.

Historicamente, o que se relata é que local foi destruído, queimado e deixado em ruínas em 1720, como punição da Coroa Portuguesa contra o levante liderado por Paschoal da Silva Guimarães¹², que se opôs aos aumentos dos impostos e à criação das Casas oficiais de Fundição¹³. Nos séculos que se seguiram deram-se origem a aglomerações de moradias coloniais ainda existentes, como os hoje bairros habitados de Morro de Santana e Morro de São João. Chamo atenção na planta seguinte da Cidade de Ouro Preto, datada de 1888, como se destaca no alto com letras que acompanham a topografia montanhosa, a importância da Serra de Ouro Preto como parte indissociável da paisagem urbana da cidade, ainda capital do Estado de Minas Gerais.

¹² Pascoal da Silva Guimarães, homem riquíssimo, mestre de campo e um dos primeiros membros da Câmara de Vila Rica (Romeiro & Botelho, 2013, pag. 375).

¹³ No final da primeira década do século XVIII, o Rei de Portugal tentando evitar os descaminhos do ouro na distribuição da finta de 30 arrobas, ordenou ao Governador da Capitania em 11 de fevereiro de 1719, que tomasse providências para construção de Casas de Fundição (Romeiro & Botelho, 2013, pag. 374)



Figura 6 - Mapa de Ouro Preto, 1888 - Fonte: Acervo Arquivo Público Mineiro

É interessante retornar a página anterior e perceber que o Mapa de 1888, segundo Sylvio de Vasconcelos (1956)¹⁴ In Bueno e Dangelo (2021): “revela a permanência do traçado urbano, conformado pelo caminho tronco, de ocupação longilínea (Vasconcellos, 1956), com o relevo montanhoso marcadamente representado, além dos pontos espaçados de ocupação ao longo da serra, local de antigas minas de ouro” (Bueno e Dangelo, 2021, pag. 5).

Vale lembrar que 1888 é o mesmo ano da proibição da Escravidão no Brasil, e um ano antes da proclamação da República do Brasil em 1889. Em 1897 a mudança da capital do Estado de Minas Gerais é concretizada com a transferência para Belo Horizonte, cidade planejada que representava no Estado a renovação supostamente trazida pela nascente República Brasileira.

Por sua vez, a expansão urbana de Ouro Preto ao longo do século seguinte é marcada pela ocupação gradual dos morros e encostas do em torno, processo acelerado na segunda metade do século XX. Este processo ocorre, sobretudo, com a migração de famílias de áreas rurais para a cidade e o desenvolvimento urbano ocasionado pelo crescimento da exploração de minério de ferro na região.

No início do século XXI, a necessidade de criação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada surgiu sob a perspectiva de proteção de um patrimônio material aos poucos dilapidado, tanto pelo poder público local, quanto por parte da população (Mattos, 2008, pag. 04), que ocupou com casas populares o local a partir da segunda metade do século XX.

Formaram-se e adensaram-se, dessa maneira, cinco bairros na periferia próxima da área tradicionalmente patrimonializada de Ouro Preto, construídos sobre parte das ruínas, e hoje, limítrofes ao Parque Arqueológico: Morro São Sebastião, Santana, São João, Piedade e Morro da Queimada.

A área do Sítio Arqueológico está em um ponto privilegiado acima do centro de Ouro Preto, e, logo acima do Parque Municipal das Andorinhas, local que já possui um fluxo

¹⁴ Sylvio de Vasconcelos escreveu a obra que se tornaria referência para o estudo da formação urbana de Ouro Preto, intitulada: *Vila Rica: Formação e desenvolvimento - Residências*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1956. Autor de inúmeros estudos, artigos e obras bibliográficas sobre o Barroco Mineiro, a formação dos primeiros povoados em Minas Gerais e sobre a arquitetura moderna. Foi Chefe do 3º Distrito do IPHAN em Minas Gerais entre 1939 e 1969. Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foi professor e diretor da Escola de Arquitetura, até ser afastado da direção com o Golpe Militar de 1964. Foi preso e perseguido político. Decide sair do Brasil e exercer suas atividades profissionais em 1965 na França e 1966 no Chile, em seguida volta ao Brasil retomando suas atividades na Escola da Arquitetura da UFMG e no IPHAN, mas 1969 foi aposentado compulsoriamente. Em 1970 decide mudar definitivamente para os Estados Unidos, onde viveu até o seu falecimento em 1979. Fonte: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/sylvio-de-vasconcellos/>

turístico próprio. Já na estrada para este Parque, e para a cidade vizinha Mariana, é possível encontrar ruínas de escavações no caminho.



Figura 7 - Túnel de mineração integrante de ruína do Sítio Arqueológico, acessível pela estrada local

O projeto do Parque originalmente teve a delimitação demonstrada abaixo, que não corresponde a todo o Sítio Arqueológico, já que não há uma delimitação exata para o Sítio. Isto, porque praticamente toda a Serra de Ouro Preto tem vestígios de ruínas de casas e da mineração colonial como mundéus, muros de contenção, minas de exploração, túneis e buracos cavados para essa exploração.



Figura 8 - Delimitação original do Sítio Arqueológico Morro da Queimada em relação a Pça Tiradentes, abaixo à esquerda – Ouro Preto – MG – Fonte: Google, elaboração LAPACOM –Museologia – UFOP.

Através da foto anterior é ainda possível notar que a delimitação até então definida como Parque Arqueológico está bem próxima a Praça Tiradentes, no centro de Ouro Preto, símbolo turístico local e centro da vida da cidade, onde se localiza o Museu da Inconfidência. Além disso, fica visível como as divisas do Parque fazem limite com os bairros da periferia circunvizinha do centro de Ouro Preto, localizados nos arredores da cidade tombada, a ponto de compor sua paisagem próxima.



Figura 9 - Placa turística na entrada de Ouro Preto indica o Parque Arqueológico do Morro da Queimada e os bairros de Morro São João e Morro Santana – Foto: autor

Dentre os bairros circunvizinhos ao Sítio na Serra de Ouro Preto, o bairro do Morro São Sebastião tem características mais rurais, com casas de maior área livre e afastamento lateral, por sua vez, o bairro de São João possui a ocupação mais adensada em comparação à anterior. Ambos possuem uma ocupação mais antiga no território, identificados como locais de fundação da antiga Vila Rica. Cada um possui exemplares preservados de capelas coloniais respectivamente: a Capela de São Sebastião e a Capela de São João Batista.



Figura 10 - Capela de São Sebastião e Capela São João Batista – Foto: Autor

No Bairro São Sebastião, chama a atenção a proximidade cotidiana de ruínas na vida dos moradores provenientes do antigo Morro da Queimada, compondo não apenas a paisagem, mas a vizinhança do lugar, onde é possível chegar por meio do ônibus local ou automóvel.



Figura 11 - Ruína do Sítio Arqueológico localizada próxima à Igreja São João Batista – Foto: Autor

A população local parece estabelecer com as diversas ruínas uma relação de referência espacial e como espaço público a ser, por vezes, apropriado de diferentes maneiras, inclusive, com manifestações religiosas como podemos ver por meio da cruz e da cera de velas já consumidas na foto acima.



Figura 12 - Foto de Ruína do Sítio Arqueológico dentro do bairro São Sebastião



Figura 13 - Detalhe de foto de Ruína do Sítio Arqueológico dentro do bairro São Sebastião



Figura 14 - Foto de outra Ruína do Sítio Arqueológico dentro do bairro São Sebastião

A seguir, podemos ver uma foto realizada com o equipamento Drone para mapeamento das ruínas visíveis, buscando identificar a unidade das estruturas no espaço, sob encomenda do Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários LAPACOM / UFOP¹⁵. Destaca-se a proximidade destas estruturas com os bairros já citados, incluindo um descampado que é utilizado como campo de futebol informal.



Figura 15 - Sítio Arqueológico Morro da Queimada em relação aos bairros da Serra de Ouro Preto logo acima – Ouro Preto – MG – Fonte: LAPACOM – Museologia – UFOP

¹⁵ O LAPACOM - Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários é parte integrante do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro preto – UFOP, coordenado pelas professoras Dras. Márcia Arcuri e Yara Mattos. Mais informações: <https://museologia.ufop.br/>

O bairro Piedade é onde está situado a última das três capelas do período colonial da Serra de Ouro Preto. A Capela de Nossa Senhora da Piedade¹⁶, datada de 1720, mesmo ano da Revolta de Felipe dos Santos, fica localizada num largo preservado. No entanto, diferentemente, as ocupações de moradias do bairro têm características de maior adensamento populacional, mais comuns à maioria dos bairros dos arredores do sítio arqueológico.



Figura 16 - Capela da Piedade – Foto: Ane Souza

Nesse sentido, os demais bairros, Santana e Morro da Queimada, este último sem confundir seu nome com o do próprio Sítio, são mais adensados e com aspecto construtivo de habitações que poderíamos identificar como favelas de pequeno porte, com ruas estreitas e vielas, apesar dos moradores locais e da própria cidade não identificarem o lugar como tal. É curioso pensar que a Ouro Preto tradicionalmente tombada também é construída de ruas estreitas e vielas.

¹⁶ A Capela da Piedade foi construída de canga, material empregado nas edificações mais antigas locais de que hoje restam ruínas do Morro da Queimada. Pertence ao grupo das primeiras capelas erigidas na Serra de Ouro Preto e que ainda hoje se mantêm eretas, como as de São João, Sant'Ana e São Sebastião. Fonte: <https://www.ipatrimonio.org/ouro-preto-capela-de-nossa-senhora-da-piedade/>



Figura 17 - Entrada do Bairro Morro da Queimada com centro antigo de Ouro Preto no horizonte
– Foto: (Bueno, 2019)



Figura 18 - Bairro Morro da Queimada com centro antigo de Ouro Preto no horizonte – Foto: Autor



Figura 19 - Uma das entradas na delimitação do Parque Arqueológico através do Bairro Morro da Queimada
– Foto: (Bueno, 2019)

No mapa a seguir é possível visualizar a evolução da mancha urbana de Ouro Preto entre 1698 e a primeira metade do século XX, onde é possível perceber que a área delimitada do sítio Arqueológico era então pouco ocupada até 1940, com exceção do Morro São João (final do século XVII) e do Morro São Sebastião (1730-1765)

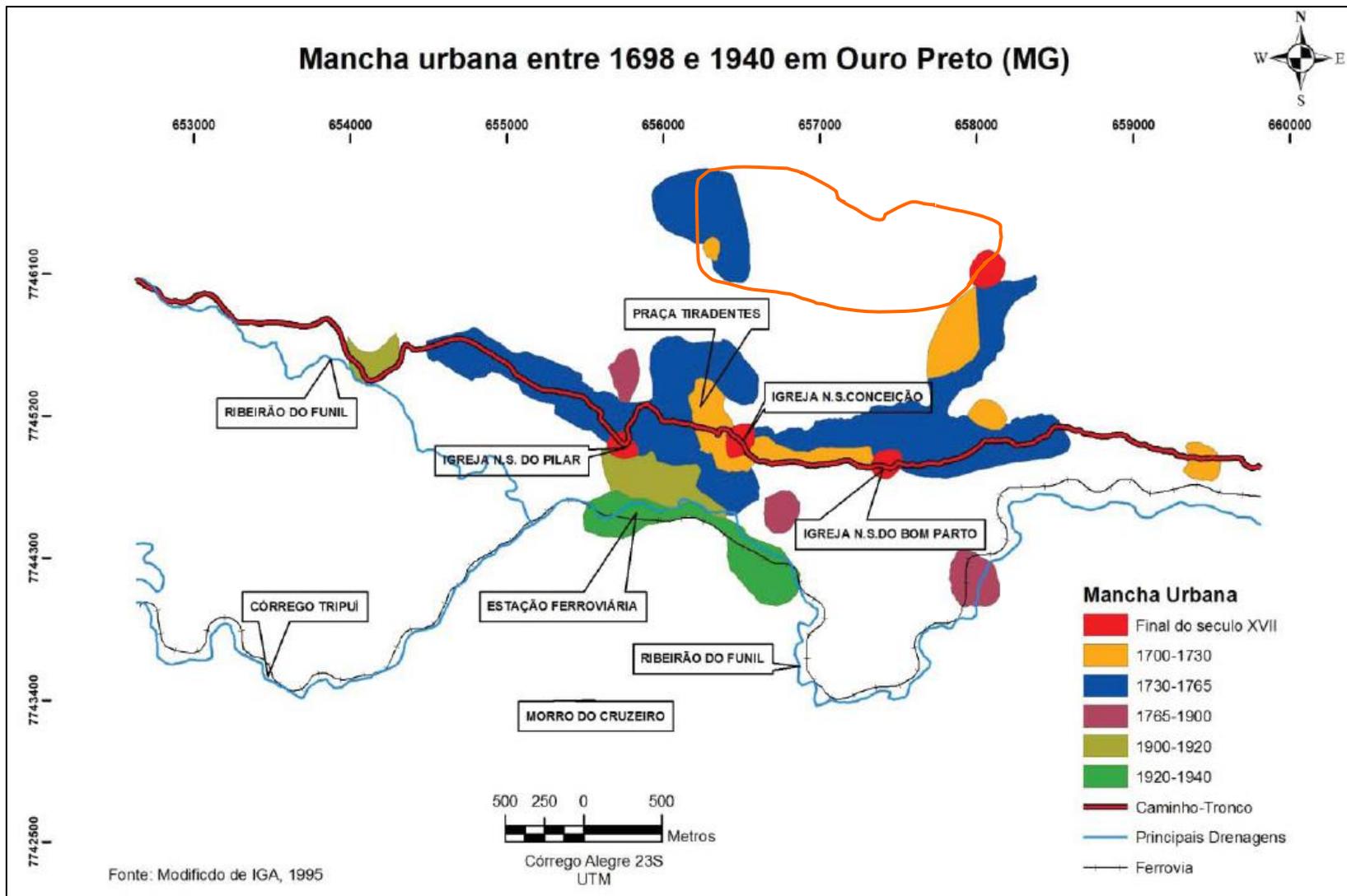


Figura 20 -- Evolução da Ocupação urbana de Ouro Preto entre 1698 e 1940, marcada com área do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada. Fonte: Oliveira (2010), Original: Instituto de Gestão de Águas de Minas Gerais – IGA, 1995 – marcação minha.

1.2 - Contextualizando o tempo espaço do Sítio Arqueológico em um processo sócio-histórico.

Como destaca Norbert Elias (2006, pag. 209 – aspas do autor) “há uma tendência de igualar o “histórico” a algo relacionado ao passado e o “sociológico” a algo relacionado ao presente, como se tivessem em si mesmo uma existência separada e independente”, quando na verdade o histórico e o sociológico são parte do mesmo processo de mudanças e dinâmicas de uma sociedade, e nesse sentido, podemos falar em processo sócio-histórico.

Neste ponto, retomamos a discussão da processualidade da patrimonialização do início do capítulo, avançando com a noção de que não podemos dissociar a forma como olhamos para o Sítio Arqueológico do Morro da Queimada do seu processo sócio-histórico de reconhecimento enquanto patrimônio cultural.

Para construção e leitura de um processo sócio-histórico, a análise precisa adotar orientações e critérios que construam um recorte metodológico num determinado tempo e espaço do bem patrimonial estudado. Um recorte metodológico que busca dar sentido processual à pesquisa para nos ajudar a visualizar a processualidade do bem patrimonial estudado, em relação à sociedade onde está inserido, em um determinado tempo e espaço, no presente do passado deste bem. Um recorte que o delimita analiticamente, e não, apenas como um lugar material que pareça ter sempre estado presente, estático e imóvel tal como um passado fixo na memória coletiva da história colonial brasileira.

Ainda que falar em “processo de patrimonialização” pode parecer uma aparente redundância, é na redundância é que se melhor expõe a processualidade, tal como em uma palavra negritada em destaque. A redundância ou recorrência num processo permite-nos perceber e destacar as permanências e contrastar as discontinuidades.

Portanto, para prosseguirmos na análise da patrimonialização do Sítio como um processo com tempo, lugar e condições sociais específicas adotaremos alguns critérios para construção e leitura deste processo enquanto um processo sócio-histórico em um tipo ideal de uma processualidade. Dentre as orientações para a análise, a proposta é articular e relacionar estes critérios em redundâncias, recorrências e discontinuidades que sejam marcantes e delimitadores sincronicamente na análise do tempo e espaço do lugar, e que ofereçam um sentido linear, ainda que a princípio, e dê movimento processual à análise a ser desenvolvida. A seguir, detalho melhor tais critérios a serem utilizados:

- a) Identificação de recorrências e mudanças temporais e espaciais marcantes na transformação social e urbana da área do Sítio Arqueológico e seu entorno.
- b) Destaque para momentos de invasão, destruição e grande perda na área, como incêndios que marcam a descontinuidade do processo.
- c) Elementos que apontam recorrências e mudanças na concepção de ruína aplicada ao longo do tempo como políticas de memória para o lugar
- d) Momentos de criação ou tentativas de criação de políticas de memória para a área, como projetos, intervenções e políticas de governo ou mesmo ações comunitárias enquanto lugar de memória que marcam recorrências e descontinuidades do processo.
- e) Destaque para momentos de mudança das relações do lugar de memória da área com a memória coletiva do restante da cidade como marcos do processo.
- f) Destaque para momentos de mudanças de nomeações ou da categorização da área do Sítio Arqueológico, seja como Sítio em geral, Parque ou Monumento como marcos do processo.

Os critérios apontados são pontos de referência marcantes e delimitadores que funcionam como tópicos decisivos do processo sócio-histórico, de maneira encadeada no tempo e com efeitos espaciais e sobre a memória do lugar, oferecendo um sentido processual à análise a ser desenvolvida, exatamente porque demonstram as distintas políticas de memória do Sítio Arqueológico no processo sócio-histórico estudado.

Tratam-se de critérios analíticos que demonstram como o valor do bem patrimonial varia de maneira descontínua para maior ou menor valor ao longo do tempo, com efeitos sobre seu espaço e a memória coletiva, recebendo mais ou menos atenção e destaque, ou ainda mais ou menos, abandono e destruição, seja por parte da sociedade local ou do poder público.

Por sua vez, além da elaboração espacial do objeto de pesquisa feita no tópico anterior, é importante definir uma delimitação de recortes de tempo para uma pesquisa com dimensões processuais sócio-históricas extensas. Não se trata de desagregar tempo e espaço do lugar, mas de ressaltar como diferentes temporalidades podem conter visões distintas e transformações espaciais neste mesmo lugar. Uma noção que será aprofundada nos capítulos

seguintes. Assim, um recorte de tempo nesta pesquisa tem como função delimitar e estabelecer períodos para organizar e classificar analiticamente os critérios marcantes e delimitadores do processo sócio-histórico, além de contextualizar fontes, acontecimentos, pessoas e relatos diante do objeto e dos objetivos da pesquisa.

Nessa direção, o capítulo continua a partir deste tópico descrevendo e problematizando, ao longo de uma larga linha do tempo, as dimensões históricas, político-institucionais, sociais e culturais refletidas sobre as políticas de memória para o Sítio Arqueológico do Morro da Queimada. Trata-se de uma linha do tempo que atua como um recorte metodológico que existe como tipo ideal apenas para esta pesquisa, mas que nos ajudará a visualizar a processualidade sócio-histórica do bem patrimonial estudado.

Para cumprir este desafio, constrói-se como recorte temporal uma **linha do tempo da patrimonialização entre 1937 e 2022**. A data de 1937 é marcante pela fundação do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN). A data de 2022 delimita o fim de um governo federal atípico na história recente da nova República Brasileira, avesso às políticas patrimoniais. Por outro lado, ainda deixando tempo para análise dos dados desta pesquisa até sua finalização atual.

A linha do tempo construída é dividida em quatro partes, marcadas por diferentes contextos e circunstâncias, que expressam os critérios descritos anteriormente, assim como as distintas políticas de memória para o lugar na tentativa de construir seu processo sócio-histórico, articulada às diferentes concepções das políticas de patrimônio cultural, no Brasil, em Ouro Preto, e com relação ao Sítio Arqueológico.

Como já adiantamos, ao longo da fragmentação de períodos desta linha do tempo são considerados diversos materiais que demonstram as recorrências e mudanças, continuidades e descontinuidades do processo sócio-histórico de patrimonialização do lugar. Dentre tais materiais são considerados documentos institucionais, pesquisas acadêmicas, reportagens, imagens de arquivo e imagens produzidas no levantamento do trabalho de campo. Isto, na tentativa de demonstrar os distintos projetos e motivações geradoras ora de apagamento e destruição, ora de apropriação e transformação, ora de reconhecimento e legitimação do então chamado Parque Arqueológico do Morro da Queimada, como um patrimônio cultural a ser integrado à cidade patrimônio de Ouro Preto.

Dessa maneira, diversos materiais foram selecionados segundo os critérios já descritos, e são aqui reunidos cronologicamente nesta linha do tempo, visando construir

numa coerência cronológica, a processualidade sócio-histórica da patrimonialização estudada. Assim é possível comparar em períodos contínuos de 1937 a 2022, as continuidades e descontinuidades das políticas de memória para o Sítio Arqueológico. A própria sequencialidade dos períodos contribui para garantir a verossimilhança no processo, tal como se contássemos uma história ou a biografia do lugar.

Por outro lado, a cronologia estabelecida não é uma camisa de força, e sim, permite nos próximos capítulos que se realizem comparações e contraposições entre as recorrências de maneira anacrônica, com critérios atemporais entre os períodos, na tensão entre o apagamento e a legitimação do Sítio. O que predominaria em cada período desta cronologia? Com que imaginários e memórias comuns? A seguir são apresentados brevemente cada um dos quatro períodos analíticos:

1937 a 1969 – Do ostracismo ao quase Patrimônio

O primeiro marco de tempo a ser considerado é de certa forma fundante. Um período que inclui a criação do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e o desenvolvimento das primeiras e tradicionais Políticas de Patrimônio Cultural no Brasil.

1970 a 1989 – A cidade contra o Patrimônio

O segundo momento corresponderia ao crescimento do perfil universitário de Ouro Preto e do turismo na cidade, assim como dos problemas urbanos diante da expansão de novos bairros, com a ocupação de parte das encostas, inclusive, de áreas do Sítio de 1970 a 1989.

1990 a 2015 – Enfim Patrimônio, ainda que tardio, e novas políticas de memória

O período seguinte, pós Constituição de 1988, é marcado pelo debate e criação, entre continuidades e descontinuidades, do então Parque Arqueológico e de legislações urbanas locais que estabeleceram novos marcos legais e práticas para as políticas de Patrimônio de 1990 a 2015, assim como pela renovação institucional do IPHAN.

2016 – 2022 – Patrimônio, ainda que inacabado e em risco.

Como esta pesquisa também reflete sobre a atualidade e o presente da patrimonialização do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada, um quarto período de tempo de 2016 a 2022, ainda que curto, se faz necessário para demonstrar grandes mudanças, crises, continuidades e descontinuidades recentes no contexto atual da patrimonialização do lugar.

A seguir, cada marco temporal é mais descrito e detalhado em sua especificidade, a fim de justificar e fundamentar os marcos temporais estabelecidos em diferentes concepções das políticas de patrimônio cultural no período escolhido pela pesquisa:

1.2.1 - Do ostracismo ao quase Patrimônio: período de 1937 a 1969

Um momento em que a preservação das cidades coloniais ganha proeminência em oposição às cidades modernas e industriais em desenvolvimento no Brasil. Falo aqui da nova capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, da cidade colonial desfigurada pelas várias reformas urbanas, e, então capital do país, Rio de Janeiro, e a cidade de imigrantes que se industrializava, São Paulo.

Vale destacar que Ouro Preto é tomado como monumento nacional pelo SPHAN após um grande período de ostracismo e abandono da cidade. Entre 1897 e 1930, devido a mudança da capital do Estado, ocorre a migração de toda população de funcionários públicos e conseqüentemente de seus recursos políticos e econômicos para a nova capital, apenas cem quilômetros de distância, assim como de muitos investimentos públicos. Diversos sobrados são abandonados e a cidade se esvazia social e politicamente.

Curiosamente, em 1903, em um dos pequenos lagos dos antigos jardins da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, foi construída uma réplica em concreto armado do Pico de Itacolomi, referência visual da paisagem de Ouro Preto, como a imagem a seguir pode constatar em destaque (Torres, 2019, pag. 125). Podemos dizer que esta é uma demonstração de que, a despeito da mudança da capital, a paisagem de Ouro Preto ainda estava presente no imaginário daqueles que se transferiram para a nova cidade. Nas décadas que se seguiram, os jardins foram remodelados e a réplica do Pico foi apagada, assim como sua memória.



Figura 21 - Praça da Liberdade, Belo Horizonte (1905) - Fonte: APCBH/Coleção José Góes.

Paradoxalmente, podemos refletir que se não houvesse a decisão política da mudança da capital do Estado, a Ouro Preto monumento nacional, não existiria mais nem na década de 1930. Muito provavelmente seus sobrados teriam sido destruídos pela urbanização e especulação imobiliária, seus morros, incluindo o Morro da Queimada, teriam sido ocupados totalmente pelo crescimento urbano e populacional que já se iniciava no início do século XX.

Mesmo que esteja fora da linha do tempo construída, a mudança da capital de Minas Gerais pode ser considerada um dos primeiros aspectos marcantes de grande ruptura na história contemporânea de Ouro Preto, com reflexos diretos na ocupação e preservação da cidade e nos possíveis usos, abandonos e esquecimentos das ruínas do Sítio Arqueológico no século que se iniciava.

No mapa seguinte, podemos comparar que a mancha urbana de expansão da cidade em 1950 era ainda dispersa e pequena na área dos bairros Morros de São Sebastião, Morro da Queimada, Morro de Santana e São João.

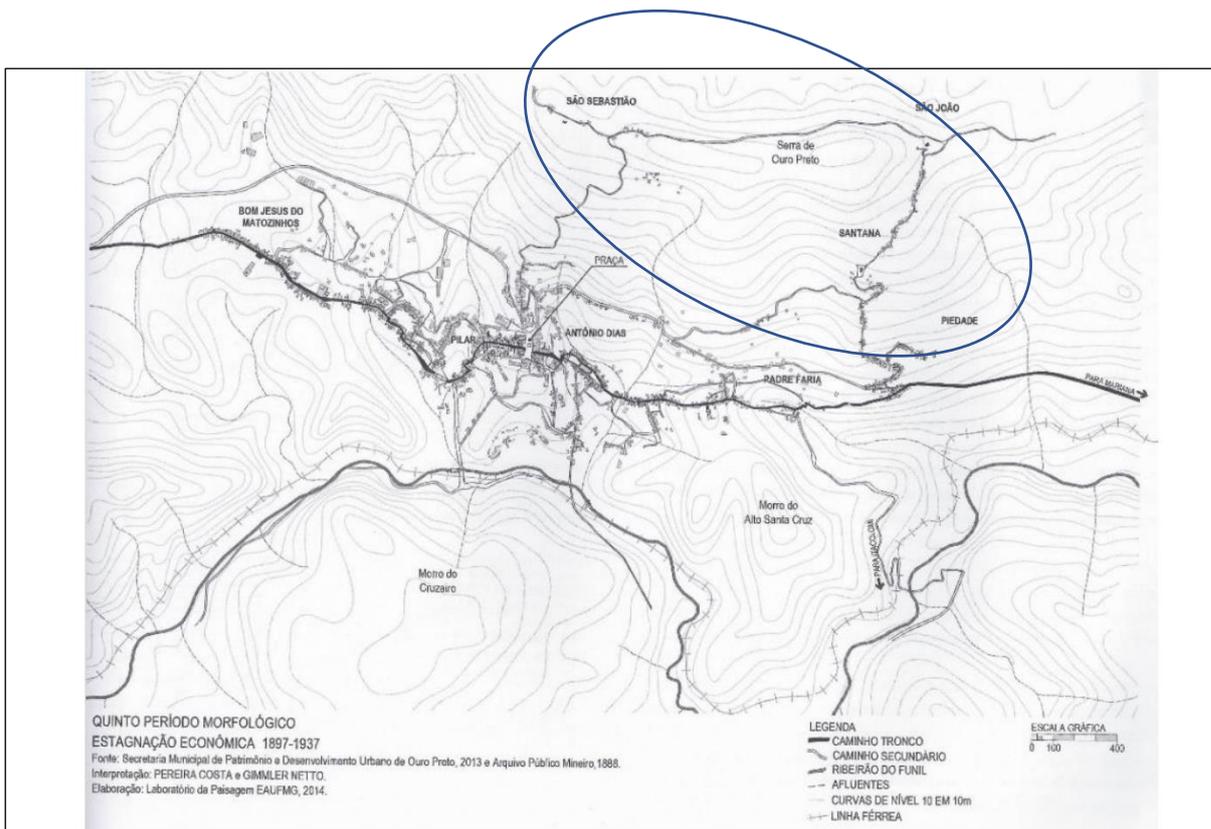


Figura 22 - Fonte: Expansão urbana de Ouro Preto em 1937 (Pereira Costa e Gimmler Netto, 2015, p. 91) retirado de Bueno e Dangelo (2021) - Destaque meu Serra de Ouro Preto com os bairros São Sebastião, São João e Santana.

Comprovadamente, a extensão e a quantidade de ruínas do Morro da Queimada eram muito maiores do que no momento da criação do Parque Arqueológico em 2008. Em 1951, o Morro da Queimada, enquanto Sítio Arqueológico, é visitado e mapeado por uma expedição da equipe do então SPHAN, incluindo Carlos Drummond de Andrade e Rodrigo de Melo Franco de Andrade¹⁷. O poema de Carlos Drummond de Andrade (1952), dá uma ideia de que as ruínas não somente eram conhecidas anteriormente, mas a visita serviu de fonte de inspiração para mais um poema:

¹⁷ Rodrigo de Melo Franco de Andrade (1898-1969), advogado, jornalista e escritor, fundador e Diretor do SPHAN de 1937 a 1967. Em 1936, o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, aprovou o projeto de Mario de Andrade para criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Mario, que até então dirigia o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, indicou o nome de Rodrigo para a direção. A experiência jornalística de Rodrigo também foi usada na instituição, já que ele criou a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a fim de divulgar as ações do então SPHAN. A primeira edição circulou em 1937. Em 1967, Rodrigo deixou a presidência do Sphan, mas não se afastou de vez da instituição, pois permaneceu presente como integrantes do Conselho Consultivo, até o dia de sua morte, em 11 de maio de 1969. Fonte: Portal IPHAN.

“(…) Aqui as ruínas dominam as formas compostas do que lá embaixo, no seu encanto sinuoso, é a cidade. Galgam a escarpa, vão infatigavelmente à procura do céu, e adquirem uma espécie de monumentalidade negra, comburida, que nos oprime. Não têm a doçura um pouco vaporosa das ruínas românticas, de que o começo do século XIX impregnou a visão de velhos jardins, com suas colunas a beira-lago. São ásperas, cruéis, e se não vêm seguramente daquele dia de julho de 1720, em que a soldadesca do Conde de Assumar ateou fogo no arraial de Ouro Podre, pois Diogo de Vasconcelos alude a um arraial ali construído posteriormente e que por sua vez se converteu nesses escombros, não são por isso menos acerbas. Alguma coisa selvagem, própria da natureza, se incorporou aos pedaços de paredes, muros e corredores de pedra, remanescentes de técnicas primitivas de mineração, e que se estendem por um espaço não suspeitado à primeira vista. Sucessivas plataformas e dobras de morro ostentam restos de construções, aparentemente sem outro qualquer vestígio de presença humana. Em vão o olhar procura descobrir um desses humildes objetos que assinalam a vida de todos os dias, mediadores entre o homem e a natureza. Aqui havia casas, mundéus, ferramentas e vidas. Não há mais nada senão pedras negras, vegetação rala, musgo, flores insistentes que rompem de qualquer jeito. (...)” (Drummond de Andrade, 1952)¹⁸.

Se tomarmos o Poema Drummond (1952), como um documento de relato de experiência da visita às ruínas do Morro da Queimada, é possível perceber não apenas a subjetividade do poeta, mas também materialidade da experiência da visita. A vista do centro de Ouro Preto do alto do Morro é traduzida na frase: “(…) Aqui as ruínas dominam as formas compostas do que lá embaixo, no seu encanto sinuoso, é a cidade”.

Por sua vez, o resquício de casas e a matéria de rochas que compõe as ruínas estão registradas em: “Alguma coisa selvagem, própria da natureza, se incorporou aos pedaços de paredes, muros e corredores de pedra, remanescentes de técnicas primitivas de mineração, e que se estendem por um espaço não suspeitado à primeira vista.”.

Por fim, quando o poema identifica o lugar como um espaço de moradia e trabalho onde viveram colonizadores e mineradores escravizados relaciona-os diretamente ao testemunho das ruínas "...havia casas, mundéus, ferramentas e vidas. Não há mais nada senão pedras negras, vegetação rala, musgo, flores insistentes que rompem de qualquer jeito. (...)”

Durante esta expedição, Carlos Drummond de Andrade e Rodrigo de Melo Franco de Andrade são fotografados assentados sobre as ruínas do Morro da Queimada, uma já

¹⁸ Carlos Drummond de Andrade. *Passeios na Ilha*. 1o ed., Rio de Janeiro: Editora Organização Simões, 1952.

conhecida fotografia hoje guardada no acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Rio de Janeiro.

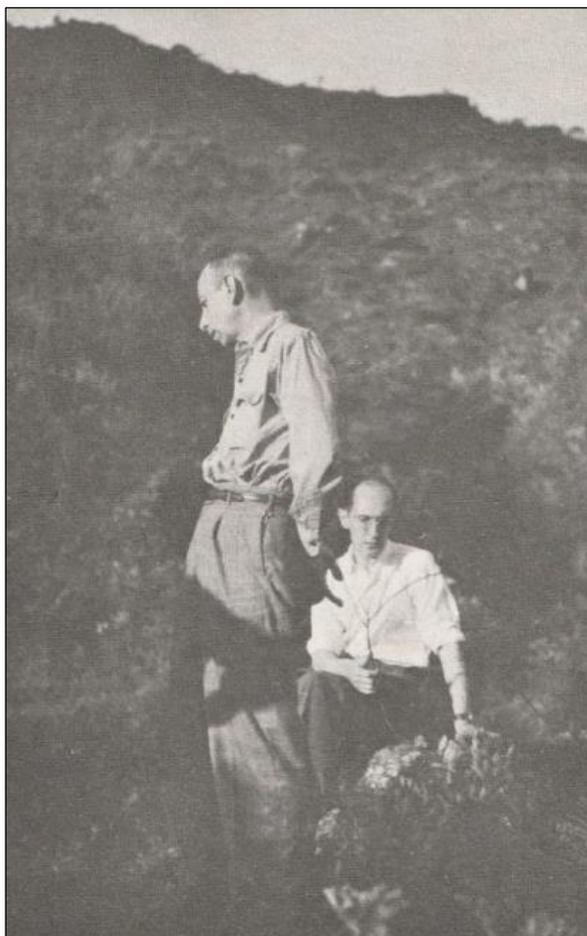


Figura 23 - Rodrigo de Melo Franco e Carlos Drummond de Andrade, sobre as ruínas do Morro da Queimada

A partir da experiência de visita do antigo SPHAN às ruínas do Morro da Queimada podemos nos questionar: como as ruínas foram vistas e relacionadas com a cidade de Ouro Preto na visita de Carlos Drummond e Rodrigo de Melo Franco? Levando em conta que as ruínas já estavam presentes e já eram conhecidas no momento de criação das políticas de preservação do patrimônio Cultural em Ouro Preto pelo antigo SPHAN, nos anos 1930 a 50, por que não foram reconhecidas como patrimônio naquele momento? Esta não é uma pergunta simples de ser respondida.

Em conversa com Marisa Veloso (2019), autora de um livro tese sobre a gênese da criação do SPHAN¹⁹, supõe que o senso de prioridade dos criadores do antigo SPHAN, representado pelo atual IPHAN, precisou se restringir ao conjunto urbano de Ouro Preto porque a cidade como um todo estava em risco, além das condições restritas de ação do Estado naquele momento; Ou seja, na visão dos chamados pioneiros do IPHAN, foi necessário estabelecer prioridades dentre as urgências de preservação e limitadas condições de ação pública naquele momento. Além disso, o Morro da Queimada era desocupado em termos populacionais ou possuía características predominantemente rurais na primeira metade do século XX, o que não vislumbrava naquele momento que o Sítio poderia ser apropriado pela demanda por moradias.

Há outros registros fotográficos encontrados no acervo do IPHAN-MG em Belo Horizonte que nos permitem notar outros membros da equipe durante a mesma expedição em 1951, ou pelo menos, em uma expedição realizada no mesmo ano. As fotos a seguir eram até então desconhecidas pela equipe da Universidade Federal de Ouro Preto que faz pesquisas arqueológicas no local.



Figura 24 - Foto em destaque do Acervo IPHAN - MG – Ruínas do Morro da Queimada - Ouro Preto – 1951

¹⁹ Marisa Veloso é autora de uma Tese de Doutorado publicada em livro em 2018 sobre a gênese da criação do SPHAN intitulada - Tecido do tempo: patrimônio cultural no Brasil e a academia SPHAN – a relação entre o modernismo e o barroco. Brasília. Editora da UnB, 2018 – orientação: Roberto Cardoso de Oliveira.

Já na sequência podem ser visualizadas fotos coladas em um documento oficial datado de 10 de maio de 1951 do DPHAN - 3º Distrito – Departamento de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. O documento identifica o Morro da Queimada como “Morro do Pasqual da Silva”, em referência ao português Pascoal, dono das minas em 1720.



Figura 25 - Fotos: Conjunto de fotos do Acervo IPHAN - MG – Ruínas do Morro da Queimada - Ouro Preto (Morro Pascoal da Silva) – 1951 – Foto: Autor

No documento oficial as ruínas são fotografadas à distância, procurando demonstrar a extensão que ocupavam na paisagem em 1951. Há também pessoas, provavelmente técnicos do SPHAN subindo nas ruínas, o que hoje em dia pode ser considerado prejudicial a sua conservação material, sem querer dizer que a visita tenha causado danos às ruínas. A caminhada sobre as ruínas nos permite perceber seu tamanho em comparação a escala humana. Ainda podemos nos questionar: por que foram visitadas e fotografadas as ruínas? Existia uma política de memória para o lugar? Qual o conceito de ruína estava aqui colocado?



Figura 26 - Fotos: Acervo IPHAN - MG – Ruínas do Morro da Queimada - Ouro Preto (Morro Pascoal da Silva) – 1951 – Foto Autor

Em 1968 é criado em âmbito municipal o Parque Municipal Cachoeira das Andorinhas²⁰, numa área contígua ao Morro da Queimada, onde se localiza uma cachoeira com tal nome, numa tentativa da prefeitura em realizar, de um ponto de vista pontual, a preservação ambiental do local, porém, sem estabelecer uma relação com as ruínas do Sítio Arqueológico.

A seguir, podemos ver uma fotografia com casas construídas e em construção ocupando a área do Sítio Arqueológico, onde supostamente seja o bairro Morro da Queimada na atualidade.



Figura 27 - Foto: Provavelmente Morro da Queimada, Acervo Viana de Lima (Fonte: Bueno, 2019).

Em 1969, é fundada formalmente a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), com a unificação das centenárias Escola de Farmácia²¹ e Escola de Minas, criadas pela ordem colonial ainda no século XIX. Neste mesmo ano falece Rodrigo de Melo Franco de

²⁰ Ouro Preto – Lei n° 305. Cria o Parque Municipal Cachoeira das Andorinhas. Ouro Preto, 1968, depois alterada pela Lei n° 69 que cria em 2005 o Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas do Município de Ouro Preto, acrescenta dispositivos e dá outras providências. Ouro Preto, 2005.

²¹ Natural de Itabira, Minas Gerais, Carlos Drummond formou-se em Farmácia na cidade de Ouro Preto em 1925, portanto, podemos supor que sua relação com a cidade vem desde este período.

Andrade. A antiga cidade colonial expande seu perfil universitário e de repúblicas estudantis que se consolida nas décadas seguintes. Vale destacar que as diferentes repúblicas estudantis de propriedade da UFOP, onde pode-se ler placas metálicas com os dizeres: "Propriedade da Escola de Minas", foram em grande parte sobrados adquiridos ou desapropriados dentre aqueles abandonados pelos funcionários públicos e a população que emigrou para a nova Capital. Na foto a seguir, podemos ver Carlos Drummond de Andrade assentado em escadaria de Igreja em Ouro Preto em período próximo. O que estaria pensando o Poeta sobre a cidade?

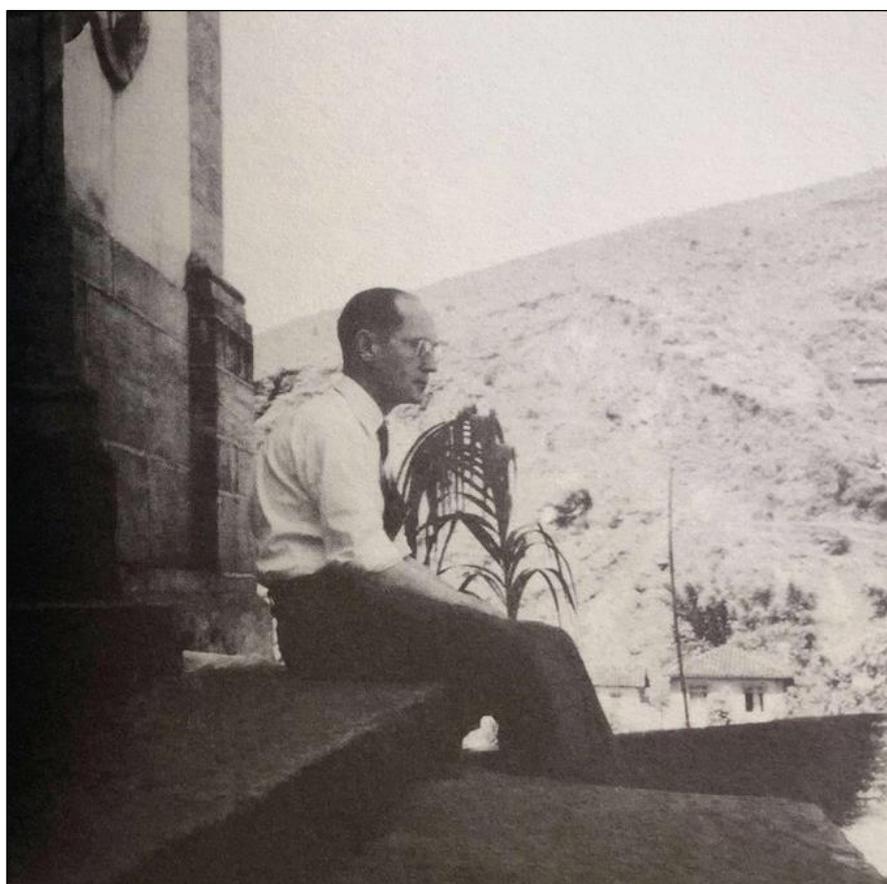


Figura 28 - Carlos Drummond de Andrade assentado em escadaria de Igreja em Ouro Preto – Acervo Fundação Casa Rui Barbosa / Arquivo Museu de Literatura Brasileira – Rio de Janeiro – RJ.

O período de 1937 a 1969 é marcado pela presença e ausência de políticas de memória da chamada Academia SPHAN para o Sítio Arqueológico. Retomando aqui o conceito da Introdução, entendo aqui como política de memória um conjunto de ações, decisões, intervenções, omissões e destruições decorrentes de instituições e da própria

sociedade, ocorridas no processo sócio-histórico de construção do reconhecimento institucional e social na patrimonialização do sítio arqueológico.

A visita de Drummond e Rodrigo ao Sítio Arqueológico é marcante na representação do lugar como bem patrimonial, cuja foto é citada e referenciada em diferentes momentos posteriores por trabalhos acadêmicos e artigos como forma de legitimação e fundação do sentido patrimonial atribuído ao lugar.

As políticas de memória do chamado SPHAN são forjadas por uma visão onírica e romantizada, presente no poema de Drummond, das ruínas do Morro da Queimada e do lugar do Sítio Arqueológico enquanto local pertencente a história colonial. Esta visão vem agregada a outra saudosista e heroica, calcada por um lado, em valores nacionalistas, e por outro, visionário e poético dos patronos das políticas de patrimônio cultural brasileiras.

Por outro lado, é também uma perspectiva estática do passado do lugar, o que fica demonstrado na própria nomeação do Sítio Arqueológico como “Morro Pascoal da Silva” apresentada no documento com fotos do IPHAN de 1951, nome pelo qual o lugar era chamado no período colonial.

Este é um período em que não há ainda grandes mudanças temporais e espaciais marcantes na transformação social e urbana da área do Sítio Arqueológico e seu em torno, tendo em vista que as ocupações com moradias ainda eram pontuais e escassas até a segunda metade do século XX. Por sua vez, o período não garante a criação de políticas de memória efetivas para a área em si, ou, na relação com a cidade, como intervenções e políticas de governo ligadas ao então SPHAN. A concepção de política de patrimônio cultural é monumentalizada, e, portanto, restritiva e pontual. E a partir desta concepção escolhe-se priorizar bens culturais e artísticos que não estivessem em ruínas: degradados ou inacabados, como o reconhecimento do patrimônio natural do Parque Municipal Cachoeira das Andorinhas, o que pode ser outro indicativo do conceito de ruína do período.

Por outro lado, o critério do “mais antigo” não é suficiente para explicar as escolhas patrimoniais deste período, pois nem sempre o mais antigo foi considerado por isto o “mais importante” a ser preservado. Como entendimento das políticas de memória deste período, um exercício interessante pode ser contrapor a escolher preservar as ruínas da antiga Vila Rica do início do século XVIII, e uma igreja projetada e construída no final do mesmo século pelo arquiteto, carpinteiro, entalhador, escultor e mestre de obras Aleijadinho, Antônio Francisco Lisboa.

A centralidade da igreja católica, no exercício da sua função coletiva e social da religiosidade na cidade de Ouro Preto, soma-se à função artística para justificar a importância da preservação dos respectivos templos religiosos. Em contraponto, as ruínas do Morro da Queimada não possuem centralidade, nem uma função coletiva atual valorizada, e nem mesmo uma associação de valor artístico. Seus construtores não tem autoria, não passam do papel de artesãos escravizados da mineração colonial, enquanto à Aleijadinho foi destinado o papel de artista, período em que o artista e suas obras são associadas ao nacionalismo propagado pelo Estado brasileiro.

1.2.2 - A cidade contra o Patrimônio: período de 1970 a 1989

O mapa a seguir representa a expansão da cidade de Ouro Preto de 1938 a 1979, inclusive com ocupações na Serra de Ouro Preto como um todo, com destaque para os bairros de São Sebastião, Santana e São João.

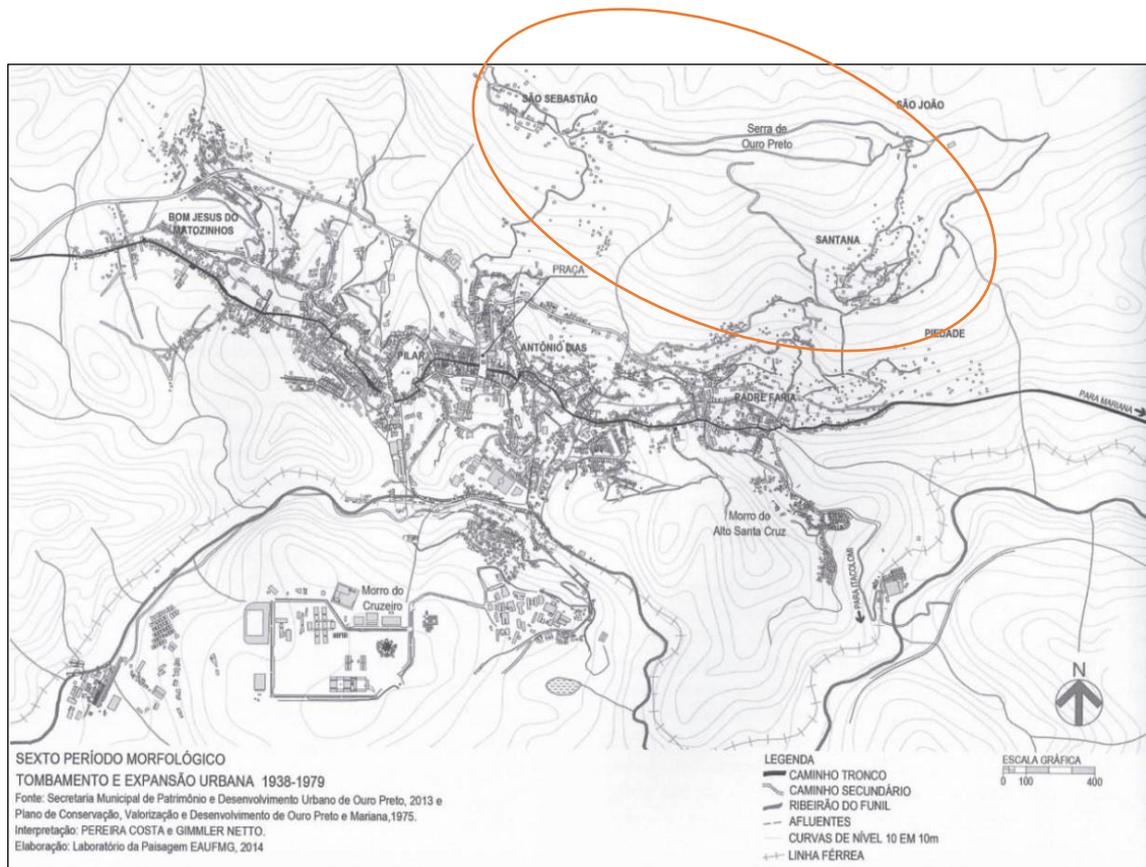


Figura 29 - Fonte: Cartografia de Ouro Preto em 1979.

Fonte: Pereira Costa e Gimmler Netto, 2015, p. 94 – apud Bueno e Dangelo (2021).

Neste contexto, algumas áreas do Sítio Arqueológico são sistematicamente ocupadas por loteamentos irregulares, que utilizam, inclusive, as pedras de ruínas do próprio Sítio, conhecidas com o nome de “cangas”, como material de construção para habitações

populares. Segundo a arquiteta Maria Raquel Ferreira (2011), que desenvolveu uma dissertação de mestrado sobre o Parque Arqueológico do Morro da Queimada:

“Em Minas Gerais, os sítios urbanos históricos da época colonial, preservados até meados do século XX, a partir da década de setenta retomaram suas atividades socioeconômicas, com um novo ciclo vinculado ao minério de ferro e também com a atividade turística, iniciando-se um processo de crescimento urbano desordenado, modificando a paisagem original e deteriorando o patrimônio arqueológico existente no entorno do centro histórico” (Ferreira, 2011, pag 7).

O crescimento urbano de Ouro Preto no período é atribuído à expansão da exploração de minério de ferro em seu território e na região, sobretudo, pela então estatal Vale do Rio Doce. Isto gera, por sua vez, migrações de outras cidades do interior do Estado de Minas Gerais, no contexto da proximidade com a Região Metropolitana de Belo Horizonte, da qual Ouro Preto sofre forte influência.

Em pesquisa realizada no acervo da regional Minas Gerais do IPHAN, pode-se encontrar uma carta transcrita a seguir do diretor regional do órgão solicitando ao delegado de Polícia de Ouro Preto que tomasse providências “com demolições clandestinas dos velhos muros do histórico Morro da Queimada em Ouro Preto”.

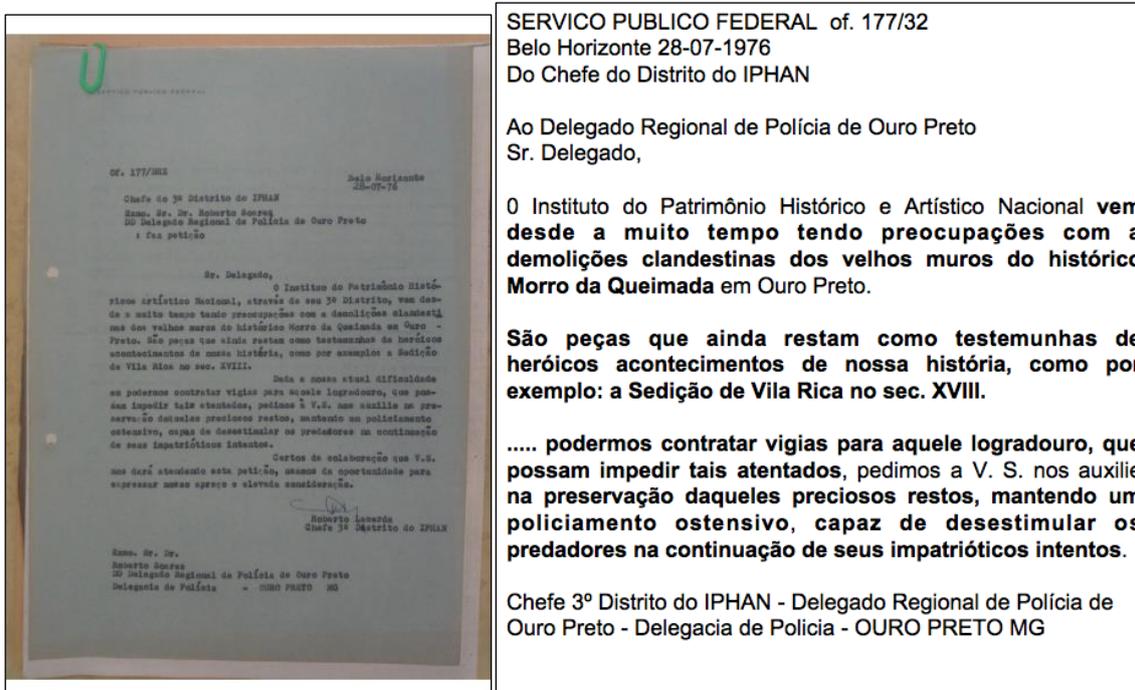


Figura 30 - Carta de pedido de ajuda do IPHAN-MG à delegacia de polícia de Ouro Preto no controle do espaço das ruínas do Morro da Queimada em 1976 - Documento original e transcrição de trechos do documento ao lado – Fonte: IPHAN-MG.

Os diversos e generalizados problemas de conservação e manutenção dos bens patrimoniais de Ouro Preto continuam a coexistir, somados ou em oposição, ao crescimento e adensamento urbano da cidade com a demanda por novas moradias, a despeito do suposto maior controle social do período da ditadura militar vivido em todo Brasil nas décadas de 1970 até 1985²².

Em 1979, um intenso período chuvoso provoca movimentações de terra que colocam em risco construções tombadas dentre elas o Casarão Baeta Neves, construído no século XIX, aos pés do Morro da Forca, localizado próximo à Estação de trem de Ouro Preto.

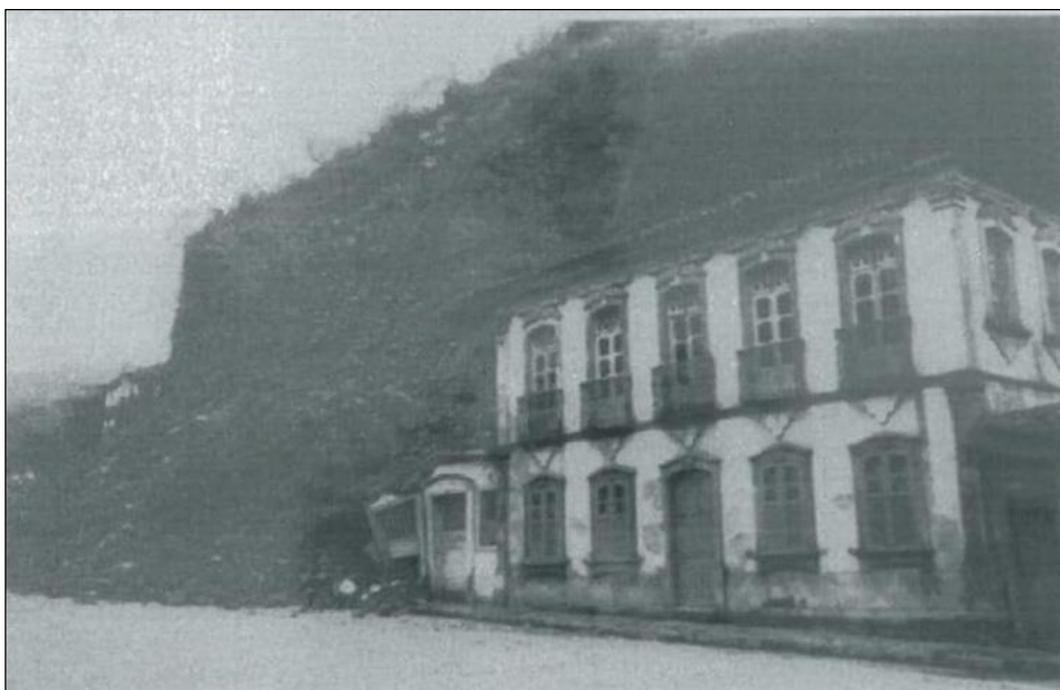


Figura 31 - Casarão Baeta Neves com deslizamento de terra ao fundo durante fortes chuvas em 1979
– Autor: Desconhecido – Fonte: G1

Apesar das transformações na cidade, no ano de 1980 é concedido o Título de patrimônio da Humanidade pela UNESCO à cidade de Ouro Preto. Naquele ano, como faz referência Ulpiano Bezerra de Menezes (2012), Carlos Drummond de Andrade publica um

²² Destaca-se no período a tentativa pioneira de elaboração do Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana pela Fundação João Pinheiro – FJP (1975), do governo de MG. Assinado pelo Governo Federal, através do IPHAN, e estadual, através do IEPHA, e as prefeituras municipais de Ouro Preto e Mariana. Elaborado entre os anos 1973 e 1975, pela FJP pode ser considerado como a primeira grande tentativa de se implantar em Ouro Preto um sistema de planejamento, com a participação de uma extensa equipe multidisciplinar, no entanto, o alcance do Plano foi bastante restrito, sendo engavetado pelo Município. (Teixeira e Moraes, 2013).

artigo no Jornal do Brasil exatamente quando Ouro Preto foi escolhido Patrimônio da Humanidade: “Qualquer dia Ouro Preto vira monumento interplanetário e continuará com os mesmos problemas”.

De fato, por si só, a concessão de um título de peso internacional não resolve as demandas e os problemas de preservação e conservação do patrimônio edificado de Ouro Preto, nem da expansão urbana, e, muito menos contribuiu para a patrimonialização do Morro da Queimada. Em todo caso, o título parece ter servido como alguma forma de compromisso público para mobilizar os diferentes órgãos públicos a adotar medidas de planejamento e organização da crescente vida urbana de Ouro Preto.

RELATÓRIO
Patrimônio Cultural da Humanidade, título conferido pela UNESCO em 1980 (SPHAN n.º 8, pág. 1), a histórica Ouro Preto vem apresentando uma série de problemas que ameaçam desfigurá-la, além de provocar sérios danos em seu valioso acervo artístico. Centro regional de relativa importância no Estado, Ouro Preto não dispõe ainda de legislação que discipline o uso do solo no seu núcleo histórico, o que vem ocasionando fortes pressões sobre a infra-estrutura e os serviços básicos, inclusive sobre o sistema de transportes.

Figura 32 - Trecho de reportagem do Boletim Sphan Pró-memória 21 – mar./abr. de 1983
– Acervo IPHAN-DF

Em 1983, a então Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional publicou no Boletim da SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória ou Boletim Sphan/Pró-Memória²³, um periódico institucional, duas reportagens que expressam as preocupações com o crescimento urbano frente às políticas patrimoniais para Ouro Preto neste período.

²³ O Boletim da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória ou Boletim Sphan/Pró-Memória é um periódico institucional editado entre 1979 e 1989 com a preocupação de incentivar maior participação dos públicos interno e externo nas ações da Instituição. Segundo o Dicionário do Patrimônio Cultural do IPHAN, a linha editorial do Boletim foi e ainda é importante para a compreensão e a construção da memória institucional. No período o SPHAN era considerado uma subsecretaria submetida ao então Ministério da Educação e Cultura por meio da Secretaria de Cultura.

A primeira reportagem de janeiro / fevereiro de 1983 divulga que está concluída a Carta Geotécnica de Ouro Preto realizada em um trabalho conjunto entre SPHAN, UFOP e Prefeitura da cidade visando “orientar os trabalhos de drenagem e estabilização, bem como a ocupação das periferias instáveis”, o que, por sua vez, “demonstram a fragilidade do complexo geológico que sustenta e circunda a cidade”. Ainda que sem uma referência clara à Serra de Ouro Preto, podemos supor que genericamente a Carta incluía o Morro da Queimada.

Janeiro/Fevereiro 1983

SPHAN 22

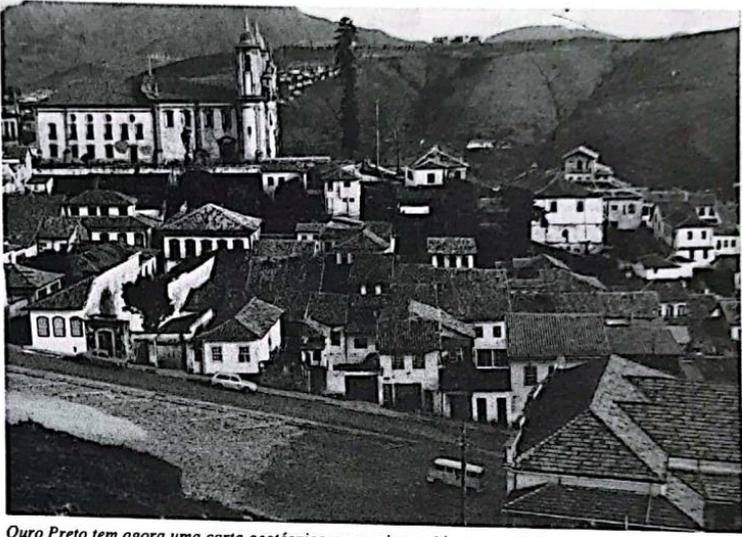
próMemória

MINAS GERAIS

Carta Geotécnica: o mapeamento de Ouro Preto está concluído

Está concluída a Carta Geotécnica de Ouro Preto, fruto da atuação conjunta da SPHAN/próMemória, Universidade Federal de Ouro Preto e Prefeitura Municipal da cidade, uma das prioridades estabelecidas por ocasião do seminário realizado há quatro anos na cidade mineira (IPHAN n.º 3, pág. 1; SPHAN n.º 8, pág 6) hoje Monumento da Humanidade, na época duramente atingida por chuvas que não somente ameaçaram importantes conjuntos arquitetônicos, como também demonstraram a fragilidade do complexo geológico que sustenta e circunda a cidade, o que motivou o levantamento.

De concepção original, (sendo que seu método de elaboração será apreciado internacionalmente, pelo fato de ter sido condensado no formato de tese a ser defendida na Universidade Nova de Lisboa por um dos engenhei-



M.ª de Lourdes Castro/FNPM

Ouro Preto tem agora uma carta geotécnica para evitar acidentes geológicos.

Figura 33 - Boletim Sphan Pró-memória 21 – jan./fev.1983 – Acervo IPHAN-DF

A segunda reportagem de março / abril de 1983 destaca um estudo realizado pela Secretaria de Cultura do então Ministério da Educação e Cultura - MEC e a Empresa Brasileira de Planejamento e Transportes (GEIPOP) que aponta soluções para os problemas viários da cidade buscando “ordenar a circulação de veículos no Núcleo Histórico de Ouro Preto, visando a preservação de seu valioso patrimônio histórico-cultural”.

São propostas medidas que, pouco a pouco, ao longo dos anos foram implementadas, de maneira parcial ou completa, como a proibição do tráfego de veículos pesados, sinalização adequada de trânsito, melhorias do transporte coletivo e construção de uma nova Rodoviária para atender à crescente demanda turística em feriados e períodos festivos. Além disso, o estudo identifica que o estacionamento de carros na Praça Tiradentes gera conflitos, desconforto e insegurança no local.

Março/abril 1983

SPHAN 23

próMemória

MINAS GERAIS

Ouro Preto: Estudo aponta soluções para problemas viários

Em solenidade realizada na Prefeitura Municipal de Ouro Preto (MG), no dia 29 de abril passado, o Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, e o Presidente interino da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEI-POT), Marcelo Ferrupato e Silva, entregaram ao Prefeito da cidade, Benedito Gonçalves Xavier, o Estudo de Transportes Urbanos de Ouro Preto —

custos de implantação.

CARACTERIZAÇÃO

Ouro Preto foi edificada em terreno pouco estável e com uma topografia bastante acidentada, apresentando ruas estreitas, de traçado irregular, curvas acentuadas e rampas fortes. O tipo

gulamentá-lo através de implantação de sinalização vertical, conforme recomendação do DETRAN/MG, a qual foi retirada sob a alegação de descaracterizar a cidade. Conseqüentemente, inexistente sinalização, não havendo regulamentação para carga e descarga, estacionamento de veículos e sentido de tráfego. Apesar da ausência de sinalização, a maioria dos motoristas locais respeita o manejo informal existente. Entretanto, Ouro Preto recebe um número cada vez maior de turistas e essa deficiência cria transtornos crescentes ao tráfego, provocando inclusive acidentes. Além disso, a inexistência de sinalização dificulta a fiscalização por parte do destacamento local da Polícia Militar de Minas Gerais e mobiliza um número cada vez maior de fiscais no controle do tráfego.

Praça Tiradentes, um dos principais pontos de concentração de tráfego de Ouro Preto. O estacionamento de veículos nesse local gera atritos entre veículos e pedestres, acarretando desconforto e insegurança, além de comprometer o conjunto arquitetônico ali existente.

Figura 34 - Trecho e fotografia do Boletim Sphan Pró-memória 21 – mar./abr. 1983 – Acervo IPHAN-DF

Os mapas seguintes nos dão uma noção da evolução da ocupação urbana contemporânea do chamado Núcleo Histórico de Ouro Preto na segunda metade do século XX, comparando o período de 1950 e 2004. Em destaque a expansão urbana sobre a área do sítio arqueológico do Morro da Queimada.

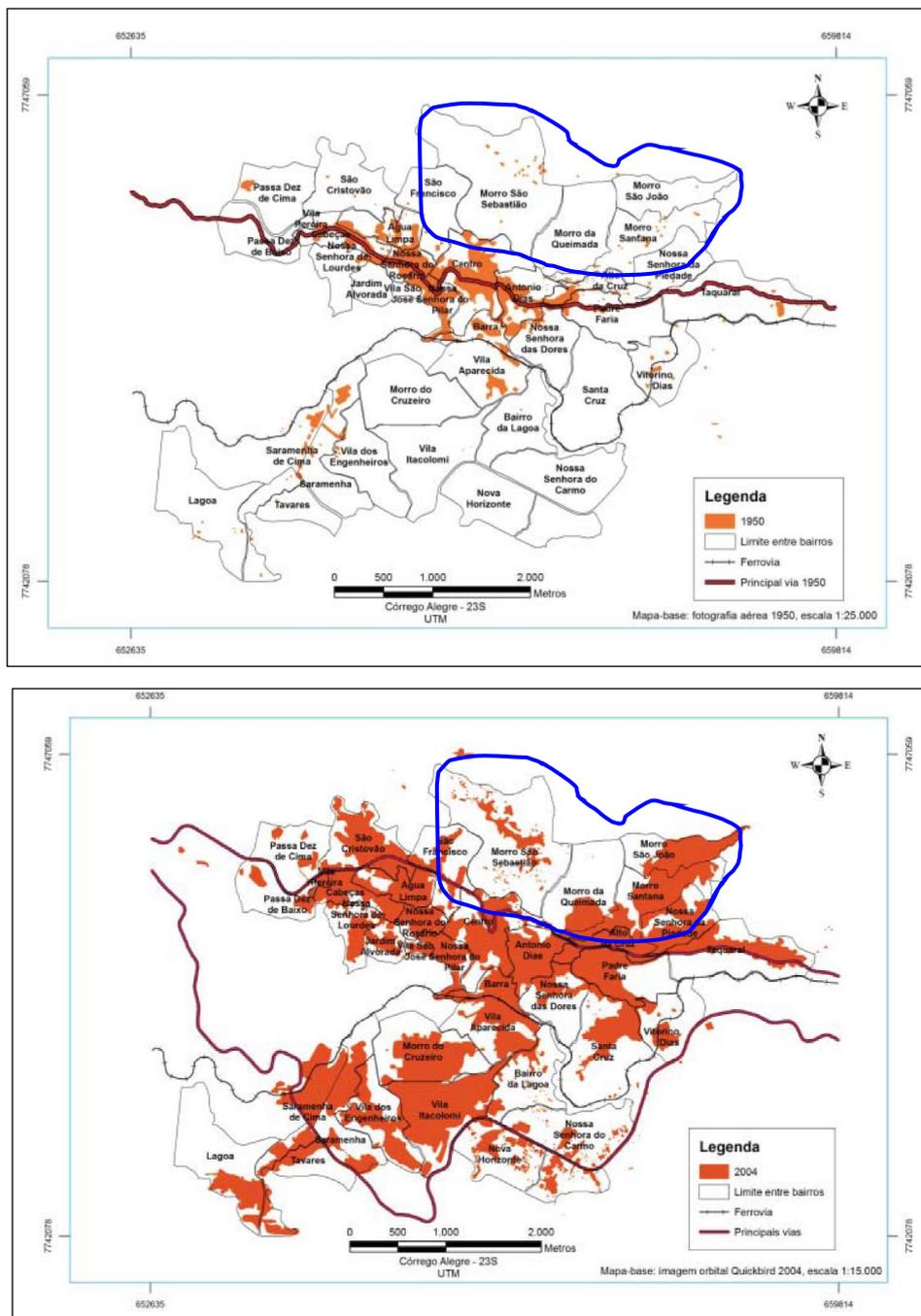


Figura 35 - Evolução da Ocupação urbana entre 1950 – 2004 do chamado Núcleo Histórico, marcada com área do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada. Fonte: Oliveira (2010). – Destaque meu.

O período de 1970 a 1989 é marcado por distintas e descontínuas políticas de memória para o lugar do Sítio Arqueológico, assim como pelo início do debate e desenvolvimento técnico e institucional da renovação de concepções das políticas de patrimônio cultural, enquanto a cidade vive uma forte expansão, visível no mapa da evolução urbana.

De toda forma, as políticas de patrimônio do período ainda são marcadas por uma visão monumentalizada, que se coloca, por vezes, omissa, por vezes, sem controle e insuficiente, diante do desmonte das ruínas do Sítio Arqueológico, comprovadas pelo documento do IPHAN de 1976, destinado ao delegado de polícia local. As ruínas do Sítio continuaram como no período anterior a ser vistas como “monumentos de segunda ordem” já que são consideradas “arruinadas” de antemão.

Este contexto não era exclusivo da área do Sítio Arqueológico, mas tinha consequências em toda a cidade. O deslizamento de terra, após fortes chuvas em 1979, no Morro da Forca, que atinge parcialmente o Casarão Baeta Neves, é expressão da mesma concepção insuficiente de patrimônio cultural.

A situação continua na década seguinte, a despeito do título da UNESCO para a cidade e da elaboração da Carta Geodésica. Ambos representam ganhos técnicos para a patrimonialização da cidade como um todo, e fazem referência ao Sítio Arqueológico, mas sem muito efeito prático ou ganhos políticos como poderemos perceber melhor no próximo tópico.

Por outro lado, mesmo a identificação dos problemas urbanos crescentes, como comprovado pelas reportagens do Boletim IPHAN Pró-memória, até então, ainda predominaria uma visão que subdimensionava o patrimônio cultural, desconsiderando ou dando menos importância à preservação da paisagem e a uma visão de conjunto. Como consequência, o Sítio Arqueológico e suas ruínas, apesar de sua proximidade relativa com o centro de Ouro Preto, era tratado como periférico, sem inserção na cidade tombada, e sem mudanças das relações da área com a memória coletiva do restante da cidade.

Por fim, vale destacar que frente ao processo de municipalização das políticas públicas a partir da Constituição de 1988, o município de Ouro Preto passa a apresentar cerca de onze distritos sob sua administração, juntamente com o chamado Núcleo Histórico de Ouro Preto.

Dentre os distritos estão locais que fazem parte da ocupação da história colonial da região, como São Bartolomeu e Cachoeira do Campo, e outros criados nas décadas anteriores com o desenvolvimento urbano da região. A cidade patrimônio de Ouro Preto segue crescendo contra seu próprio patrimônio.

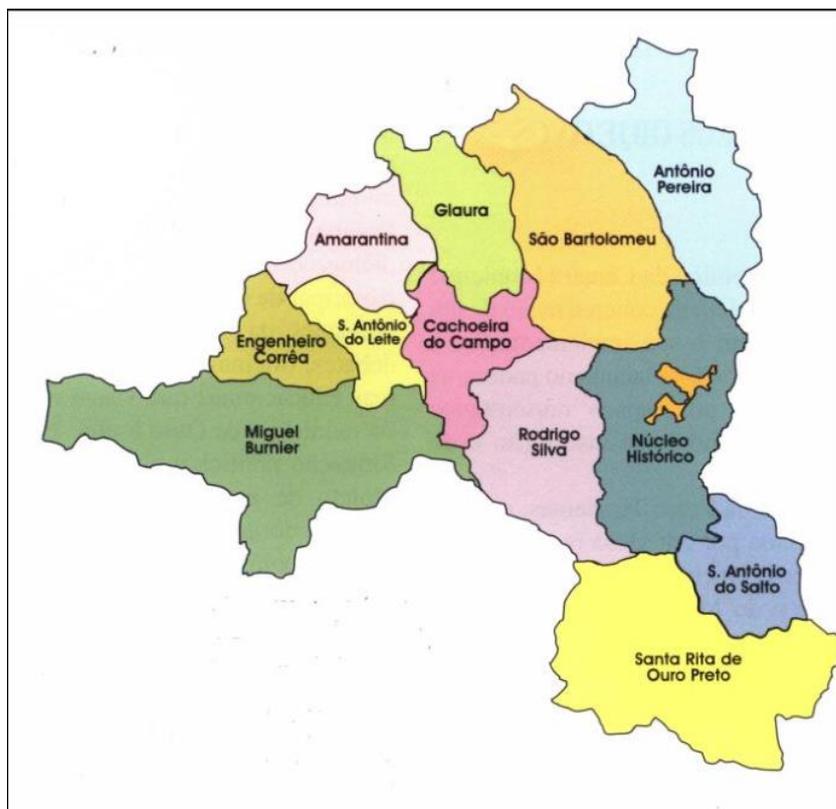


Imagem 39 - Fonte: Prefeitura Municipal de Ouro Preto (2006).

1.2.3 – Enfim Patrimônio, ainda que tardio, e novas políticas de memória: período de 1990 – 2015

Em 1996 é aprovado a primeira tentativa legal de criação do Parque Arqueológico Morro da Queimada, o Projeto de Lei 76/1996, sancionado pela primeira gestão do então

prefeito Ângelo Oswaldo²⁴, de acordo com a determinação do Plano Diretor de Ouro Preto²⁵, que já previa a criação do Parque naquele momento. No entanto, mesmo com a base legal o projeto é deixado de lado pelas outras gestões municipais que se seguiram. Então, o que de fato, deflagaria anos depois a patrimonialização do Morro da Queimada?

No final da década de 1990, até início da década de 2000, são realizados os primeiros estudos arqueológicos sistemáticos do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada, com levantamentos realizados pelo Arqueólogo e Professor da UFMG, Carlos Magno Guimarães. Os estudos resultaram em relatórios como o Levantamento Visual do Patrimônio Arqueológico do Morro da Queimada (2004), onde há registros de casas populares construídas com o material das ruínas ou ainda utilizando as ruínas como fundação para as construções.



Figura 36 - Foto: Casa construída com base de pedras das ruínas do Morro da Queimada - Acervo IPHAN - MG – Levantamento Visual do Patrimônio Arqueológico do Morro da Queimada (2004) – Lab. de Arqueologia – UFMG.

²⁴ Ângelo Oswaldo é formado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, em 1971. Foi crítico literário, redator e editor da cultura de Imprensa. Atuou como Secretário de Turismo e Cultura de Ouro Preto (1977-83) e como Presidente do IPHAN (1985-87). Foi Prefeito de Ouro Preto por duas gestões (1993-96 e 2005-08), sendo eleito para uma nova gestão (2020-24). Além disso, atualmente preside a Associação Mineira de Cidades Históricas. Fonte: Website da Academia Mineira de Letras;

²⁵ A Lei Complementar 01/96 que instituiu o primeiro Plano Diretor de Ouro Preto e dá providências, na seção 2 estabelece a zona de proteção dos distritos sede. O Artigo 26 reconhece a área para criação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada. No entanto, sem regulamentação pela Câmara Municipal não teve efeito prático legal.



Figura 37 - Foto: Muro construído com base de pedras das ruínas do Morro da Queimada - Acervo IPHAN - MG – Levantamento Visual do Patrimônio Arqueológico do Morro da Queimada (2004)



Figura 38 - Fotos: Blog Arquiteture-se UFOP – postagem: Patrícia Junqueira – novembro de 2014.

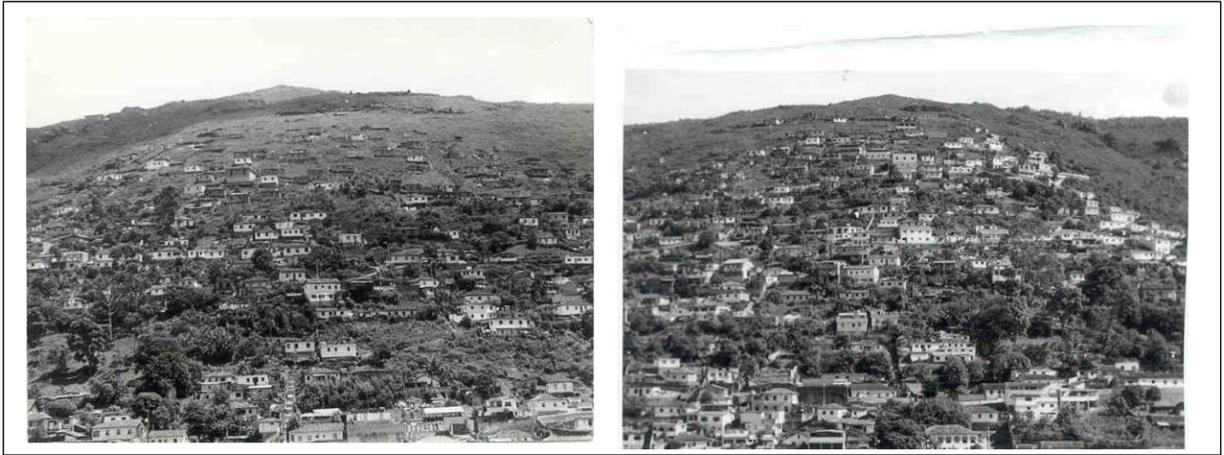


Figura 39 - Expansão da ocupação urbana no Morro da Queimada (1990 e 1998)

Em abril de ano 2000, é criado o Manifesto da População de Ouro Preto em Defesa da Preservação do Morro da Queimada. Assinado pelo Movimento Pró-Morro da Queimada, o manifesto defende a criação do Parque Arqueológico e denuncia o “*uso das ruínas como material de construção*”, assim como “*invasões clandestinas*” da área do Sítio. O Manifesto gera uma Ação Civil Pública na Justiça Federal que dá início a um debate entre instituições e moradores que se estenderá até 2008.

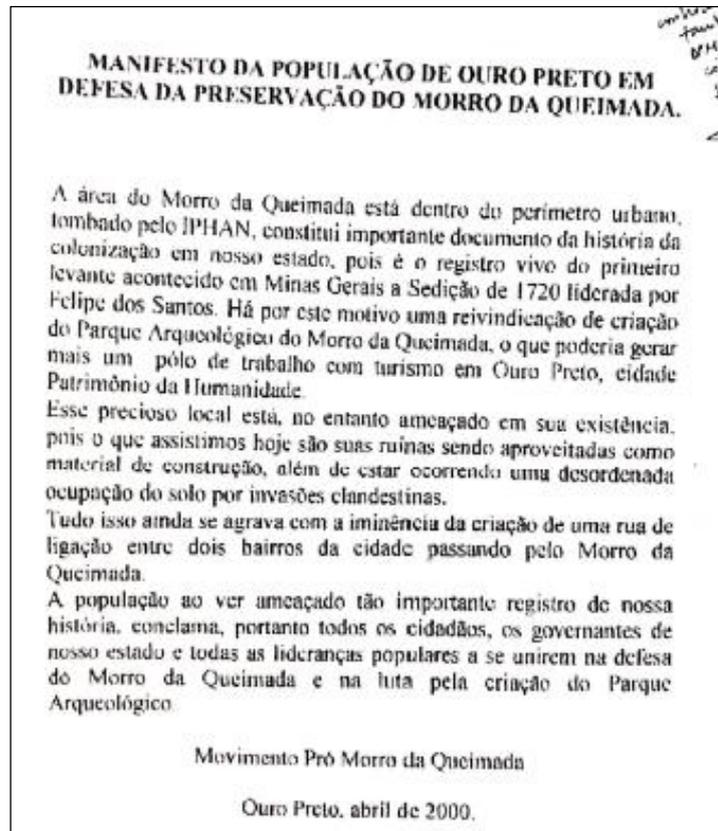


Figura 40 - Acervo IPHAN – MG

Em pesquisa ao Arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto foram encontradas cinco Atas de cinco audiências e reuniões públicas, realizadas entre março de 2001 e fevereiro de 2008²⁶. Através da leitura e análise das Atas de reunião, que são a transcrição literal da gravação do áudio das exposições e debates, podemos perceber, num primeiro momento, uma forte pressão para que houvesse o cercamento da área mais preservada do Sítio Arqueológico.

A **primeira Audiência, ocorreria dia 21 de março de 2001** no Morro São João, um dos bairros limítrofes às ruínas, pouco mais de um ano após o Manifesto. A reunião, segundo registrado nas Atas, tem expressiva participação comunitária e a presença de representantes da Prefeitura, Estado de Minas Gerais, vereadores, técnicos, professores da UFOP. Chama atenção também a presença da Fundação Gorceix²⁷, instituição assistencial privada dona de terrenos no Morro da Queimada. A preservação do Sítio é tratada conjuntamente com a preservação da área de interesse ambiental contígua, conhecida como Parque Cachoeira das Andorinhas.

Segundo a Ata da reunião, alguns vereadores problematizavam o pedido de imediato cercamento da área, afirmando que as invasões de ruínas no Sítio Arqueológico ocorriam para fins de habitação social, diante da falta de alternativa de moradias baratas próximas ao centro de Ouro Preto. O representante da Prefeitura de Ouro Preto destaca que a *“há muito terreno que deveria ter finalidade pública que está sendo ocupado”*, inclusive, *“... alguns morros que não oferecem condições de habitação”*.

²⁶ Atas de Audiências Públicas, pesquisa de 2001 a 2019 sobre o Sítio Arqueológico do Morro da Queimada organizadas pela Câmara Municipal de Ouro Preto – Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto (pesquisadas em 2021).

²⁷ A Fundação Gorceix é uma instituição filantrópica sem fins lucrativos, criada em 1960 por ex-alunos da Escola de Minas de Ouro Preto - UFOP, destinada a financiar atividades de pesquisa científica, de assistência social de alunos, de educação, de cultura e de incentivo a atividades industriais. É uma entidade jurídica de direito privado, considerada de utilidade pública. O nome Gorceix é uma homenagem a Claude Henri Gorceix, francês convidado pelo imperador D. Pedro II para criar a Escola de Minas de Ouro Preto. A Fundação foi inaugurada pelo presidente Juscelino Kubitschek, três dias depois da inauguração de Brasília - DF. Fonte: adaptado pelo autor de Wikipedia e website Fundação Gorceix.

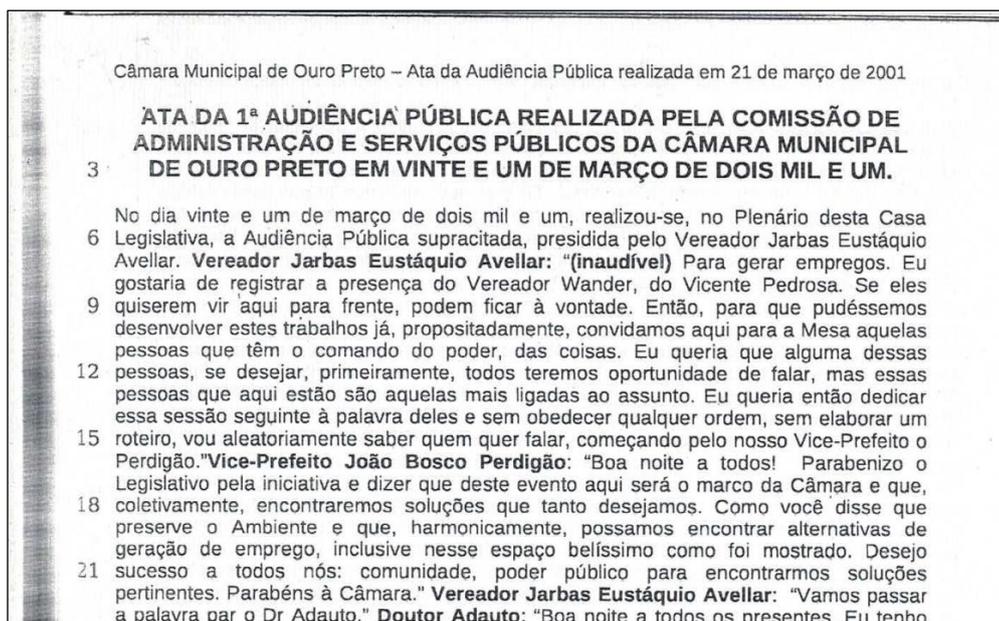


Figura 41 - Destaque de Ata da primeira audiência pública para discussão de medidas de preservação do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada - 21 de março de 2001 – Fonte: Câmara Municipal de Ouro Preto

A fala do advogado, professor Núncio, da Fundação Educativa de Ouro Preto - FEOP, entidade ligada a Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, é bastante elucidativa das motivações que provocaram a Audiência e das divergências institucionais do contexto, ao relatar a Ação Civil Pública demandada pela entidade para proteção do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada:

“Nós da Fundação Educativa temos uma ação civil pública e pretendemos fazer junto com outros órgãos da sociedade civil a tutela do Morro da queimada.... pedimos ao Poder Judiciário que condenasse a Prefeitura, que determinasse a colocação de uma cerca em volta do Morro da queimada e que também fossem colocadas placas do Poder Judiciário dizendo que é proibido arrancar pedras das ruínas... ou para que a depredação, pelo menos, fosse desestimulada. A juíza entendeu que não havia urgência no nosso pedido e mandou citar em 60 dias os três níveis da Federação. Muita pedra foi retirada nesses três ou quatro meses. Todos os três níveis de governo vieram ao processo dizer que é verdade que o Morro da queimada é importante do ponto de vista histórico e arqueológico. O Morro da Queimada está sendo destruído dia a dia. O Governo Federal disse: eu estou longe demais, eu não tenho recurso e nem funcionários para fiscalizar aquilo, peçam ao Estado. O Estado respondeu: eu não tenho polícia e disse que ninguém pode obrigar a colocar polícia. O município respondeu dizendo que a responsabilidade não é dele e que a realização do cercamento é um delírio ou um devaneio, a expressão que utilizou é utopia. É uma utopia colocar uma cerca em volta do Morro da queimada?”²⁸

²⁸ Ata da Audiência Pública - CMOP de 21 de março de 2001 – Professor Núncio (FEOP / UFOP).

O depoimento demonstra o impasse e ao mesmo tempo a inércia dos três níveis de governo diante da degradação e destruição das ruínas do Sítio Arqueológico. Serão estes um dos motivos principais para a patrimonialização tardia do Morro da Queimada?

Em sequência, na reunião, conforme Ata, a fala do professor Núncio gera polêmica e desagrada aos representantes da Prefeitura. Em seguida, o professor Ney Nolasco²⁹, engenheiro do CEFET-MG, contra-argumenta: “*não é colocando uma redoma de vidro em cima de um prédio que se quer preservar é que ele vai ser preservado... você tem que inserí-lo na sociedade*”. Outra fala interessante é de uma liderança local identificada na ata como “Senhora Imaculada”, que relata ter participado da elaboração da primeira versão do Plano Diretor de 1996, no qual foi proposto a primeira iniciativa, não efetivada, de criação do Parque Arqueológico. Ela defende: “*Se a comunidade não aceitar... se não conseguirmos uma relação afetiva com elas, nada vai pra frente. As pessoas têm que passar a ver a cidade integralmente*” E depois reitera: “*Gostaria de dar um pequeno palpite sobre a questão do cercamento das ruínas: temos um certo vício de talvez pensar que o que não está cercado, está aberto*”.

De fato, o cercamento poderia ser visto como medida protetiva naquele momento, mas não é uma medida de preservação adequada no médio ou longo prazo, já que a delimitação em si não garante proteção associada à valorização social do lugar como bem patrimonial. Em seguida, toma a palavra o superintendente da Fundação Gorceix, dona de terrenos no Morro da Queimada, Antônio Rafael da Silva:

*“Estamos parecendo com aquela corda que vai de lado para o outro, uns puxam para cá, outros puxam para lá. Precisamos nos unir. Temos muitos projetos no Morro da queimada. A Fundação tem muitos terrenos aqui no Morro. Mantemos vigias tentando vigiar o que pode. Na véspera das eleições tivemos várias invasões, foi necessário recorrer a polícia várias vezes, conseguimos evitar invasões do terreno da Fundação. Somos uma Fundação de direito privado, nós estamos preservando o patrimônio público porque não tem ninguém que vai proteger. Temos estudos também, mantivemos dois bolsistas fazendo estudo históricos do Morro. O professor Marco Fonseca (UFOP) tem um estudo sobre as invasões. O levantamento topográfico é destruído de noite para o dia, destroem para invadir o terreno. Vamos fazer um serviço arqueológico aqui e fazer turismo Ecológico. A minha proposta é trabalharmos todos na mesma direção e não fazendo cabo de força”.*³⁰

²⁹ Ney Nolasco é graduado em Engenharia civil pela Universidade Federal de Ouro Preto (1982), especialista em Engenharia de Barragens pela UFOP em 1989, mestrado em Pedagogia Profissional pelo Instituto Superior Pedagógico para la Educación Técnica y Profesional Héctor Zaldívar/Cuba em 2002 e mestrado profissional em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento na Fumec, em 2016. É professor aposentado da rede federal.

³⁰ Ata da Audiência Pública - CMOP de 21 de março de 2001 – Antônio Rafael da Silva (Fundação Gorceix).

Diante do impasse, o vereador Wanderley Rossi Junior, conhecido como vereador Kuruzu, propõe a criação de um grupo de trabalho, presidido pela Prefeitura, com a participação dos moradores, para encaminhamento de questões pertinentes à preservação do Morro da Queimada e Cachoeira das Andorinhas.

Em paralelo, ocorre uma cobrança por parte de professores da UFOP para que o Plano Diretor da cidade seja, de fato, colocado em prática. Além disso, destacam que a Universidade e a Fundação de Artes de Ouro Preto (FAOP)³¹ - têm em desenvolvimento a criação de um curso superior de arquitetura e um curso técnico de restauração.

A Audiência segue demonstrando através da Ata que naquele contexto havia uma combinação de outras pautas associadas, a demanda pela preservação do Morro da Queimada e da Cachoeira das Andorinhas. Além das demandas por habitação social e planejamento urbano, são pautadas pelas lideranças comunitárias as demandas por saneamento básico e segurança pública nos bairros do em torno da área mais preservada do Sítio Arqueológico.

Para um representante da Associação de Moradores de São Sebastião, a maioria da população tem muita expectativa com a Audiência, e conhece a importância das ruínas, mas destaca que a falta de moradias baratas não é um problema localizado. Em seguida, ele demanda a implantação de uma rede de esgoto no bairro e a delimitação com placas dos limites de proteção ambiental e das ruínas.

Um dos últimos a falar na Audiência, foi o geólogo e professor, Marco Fonseca³², um dos autores da Carta Geotécnica de Ouro Preto de 1982. Ele relata que produziu um estudo publicado em revista acadêmica sobre a evolução da ocupação do Morro da Queimada desde 1950. O estudo prevê que caso não houvesse uma intervenção para proteção das ruínas, elas desapareceriam em 2008. Em seguida, o professor destaca que *“foi dado ao poder público uma série de instrumentos que foram sistematicamente ignorados... tal como Carta Geotécnica... apresentada na Câmara Municipal e ignorada desde então”*.

Na mesma fala, o professor da UFOP, Marco Fonseca, faz um relato pessoal que ajuda a demonstrar a desregulamentação da ocupação do solo urbano de Ouro Preto:

³¹ A FAOP é um órgão estadual ligado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, criada em 1968, onde foi fundado em 1969, o primeiro curso para a formação de conservadores e restauradores no Brasil. Fonte: <http://www.faop.mg.gov.br/apresentacao.php>

³² Marco Fonseca é graduado em Engenharia Geológica pela Universidade Federal de Ouro Preto UFOP (1985), Mestre em Evolução Crustal e Recursos Naturais pela mesma universidade (1990) e Doutor em Geologia pela Universidade de Brasília (1996). É professor Associado da UFOP, atuando no Departamento de Geologia da Escola de Minas.

“Quando comprei uma casa em Ouro Preto, precisei financiar uma parte... tinha que trazer uma série de documentos. Quando fui olhar, a minha casa não existia... Tive que providenciar a legalização do imóvel”.

No mês seguinte, em **04 de abril de 2001**, ocorre na Câmara Municipal a **primeira reunião do chamado Grupo de Trabalho sobre as Ruínas do Morro da Queimada** e da Cachoeira das Andorinhas, ainda que sem representantes do Executivo Municipal, contava com vereadores e representantes da UFOP, IPHAN e comunidade local.

A pauta é iniciada pela discussão apresentada pela Associação de Moradores do bairro Morro da Queimada, problematizando o direito à moradia das *“pessoas que moram nas ruínas.... construindo usando paredes”*. Ao relacionar o direito à moradia com a necessidade preservação das ruínas, são destacadas a omissão da Prefeitura de Ouro Preto: *“se não fossem os moradores talvez não existissem mais ruínas... a Prefeitura não faz nada... os moradores é que cuidam para visitação dos turistas... a cachoeira das andorinhas está abandonada.”*

Em seguida o representante da UFOP, Professor Frederico Sobreira³³, defende que seja levantado qual o perfil e quantas famílias vivem no local, e reitera: *“a preserva o   incompatível com as pessoas morando no local”*, defendendo que *“o primeiro a ser feito seria “definir limites de ocupa o... estancar a ocupa o, realocar as pessoas e definir uma fronteira”*. Na sequência, o representante da IPHAN, complementa *“em qualquer sítio arqueológico não se pode fazer qualquer constru o”*, e uma pol mica   gerada ao ser questionado pelo Vereador Kuruzu: *“se não   permitido construir, como então a prefeitura cobra impostos?”*. De fato, a prefeitura cobrava impostos de constru es mais consolidadas realizadas sobre a área do sítio arqueológico, o que legitimaria a constru o.

O Grupo de Trabalho sobre as Ruínas do Morro da Queimada e da Cachoeira das Andorinhas, composto por membros da UFOP, CEFET, IPHAN, Prefeitura, Câmara Municipal e da própria comunidade local, resultou na elabora o de um relatório com o histórico das tentativas legais de preserva o da região, além de um estudo com a proposi o de limites para cria o do Parque Arqueológico. O relatório foi encaminhando para a Prefeitura de Ouro Preto em setembro de 2001, mas diante das pol micas e da ausência de

³³ Frederico Sobreira possui gradua o em Geologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1983), mestrado em Geologia de Engenharia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989) e doutorado em Geologia Econ mica e Ambiental pela Universidade de Lisboa (1996). Encerrou suas atividades docentes como Professor Titular da Universidade Federal de Ouro Preto em 2018.

um envolvimento efetivo do executivo municipal, o projeto de criação do Parque Arqueológico permaneceu sem análise, e sem condições de ser reencaminhado à Câmara Municipal. Uma nova audiência pública ocorreria apenas dois anos depois das duas primeiras reuniões de 2001, em 25 de março de 2003.

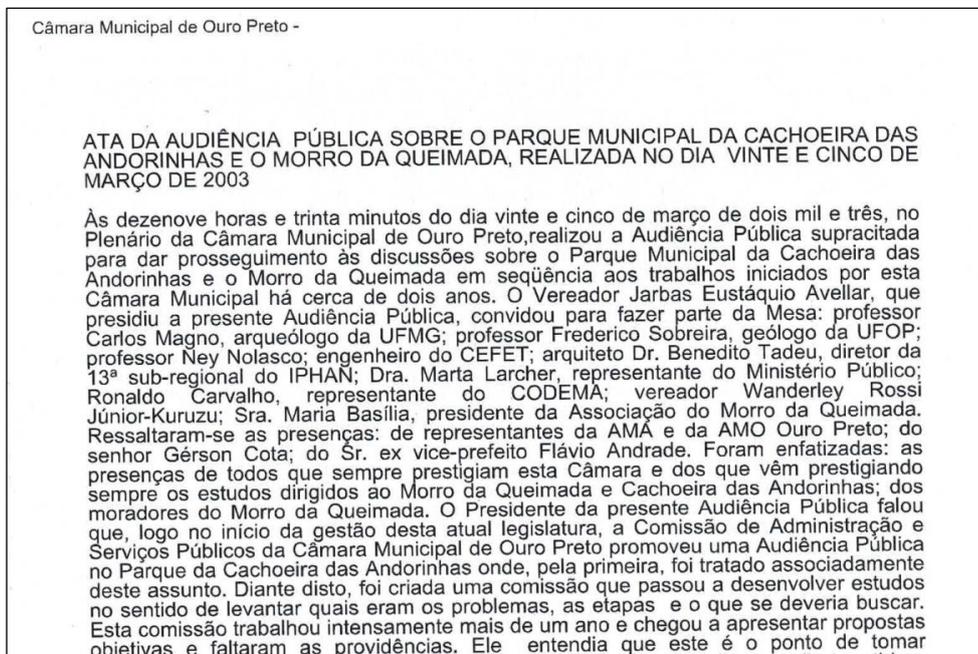


Figura 42 - Destaque de Ata de audiência pública exclusiva sobre a criação dos Parques do Morro da Queimada e da Andorinhas - 25 de março de 2003 – Fonte: Câmara Municipal de Ouro Preto

Em comparação a primeira Audiência, de março de 2001, o título da **Ata da Audiência de 2003**, encontrada no arquivo da Câmara Municipal, traz uma mudança de importância para a preservação da área. Enquanto a primeira trata o assunto dentro da reunião de uma comissão, a segunda se refere a uma Audiência que intitula o tema, já voltada à criação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada.

Segundo a pesquisadora Maria Raquel Ferreira (2011), que já atuou como arquiteta e chefe do IPHAN – Ouro Preto, em audiência em 2003 ficou decidido que o melhor seria instituir dois parques – o Parque Municipal das Andorinhas e o Parque do Morro da Queimada – uma vez que as duas áreas apresentavam características distintas, apesar de constituírem um território contíguo.

Na audiência de 2003, destaca-se a presença do arqueólogo Carlos Magno, professor da UFMG, responsável pelos primeiros estudos arqueológicos sobre o Morro da Queimada desde o final dos anos 90. O professor inicia sua fala destacando: “*Falo que não via nenhum exagero em dizer que um dos pontos de partida da história de Minas, durante o período*

colonial, deu-se exatamente nesta área onde hoje está o Sítio". Em seguida ele complementa trazendo um elemento histórico, não citado, e por muitas vezes subentendido, ou mesmo esquecido, que é parte constituinte das ruínas:

*"Era uma cidade onde havia concentrado uma população escrava e a população não só residia como trabalhava ali. Os vestígios arqueológicos que estão ali são um documento raríssimo, provavelmente um único, no caso da história do Brasil, do qual se pode dizer que restou um bairro onde a maior parte era constituída de população escrava. Não temos registro de outros lugares do Brasil com restos deste tipo de ocupação, preservadas de forma tão íntegra como no caso do Morro da Queimada.... É um caso único porque o que sobrou também é um movimento de rebeldia contra a dominação colonial no sítio arqueológico que tem um conteúdo político"*³⁴

O depoimento do professor Carlos Magno traz à tona a dimensão da Escravidão da população negra de origem africana e associa as ruínas do Morro da Queimada a ela, o que é totalmente diferente de associar as ruínas genericamente à história colonial portuguesa no Brasil ou à Revolta de Filipe dos Santos. Poderiam ser as ruínas do Sítio Arqueológico valorizadas como patrimônio da cidade através desta da rememoração da Escravidão negra no Brasil? Por que não é comum associar as ruínas à Escravidão negra quando se defende a patrimonialização do que foi, na verdade, uma cidade de escravizados?

A audiência segue com a defesa de que seja feito um efetivo levantamento topográfico da região para controlar e fiscalizar as invasões da área do Sítio Arqueológico. Neste momento o representante da Associação de Moradores do bairro Morro da Queimada, Juliano Ferreira, defende as necessidades por moradia digna dos chamados "invasores", que como a maioria da população da cidade, não tem condições de possuir "*um documento que prove que o terreno é seu*". Em seguida, ele faz duras críticas à maneira como projeto do Parque está sendo construído, de forma "*agressiva e hostil à comunidade do Morro da Queimada*", um projeto para o qual faltaria transparência e participação local. E por fim defende que "*se os direitos dos moradores forem respeitados e virem que a criação do Parque trará benefícios, pode ter certeza que a comunidade vai ser uma forte aliada nisso*".

O ano de 2003, do ponto de vista da cidade Ouro Preto como um todo, é marcado pelo incêndio e destruição total em 14 de abril de um grande sobrado localizado em uma das

³⁴ Ata da Audiência Pública - CMOP de 25 de março de 2003 – Prof. Carlos Magno (UFMG)

principais esquinas da cidade, junto à Praça Tiradentes. Um hotel desativado, conhecido como Hotel Pilão, onde apenas os andares inferiores do comércio estavam em utilização pelo comércio. Como se tratava de um final de tarde, a notícia do incêndio na Praça Tiradentes se espalhou pela cidade. Com o tempo uma multidão se aglomerou na praça para assistir à situação. O incêndio foi contido somente a noite, após três horas, pelos bombeiros militares, que tiveram dificuldade de chegar à praça e a conter o fogo, já que os hidrantes não dispunham de pressão de água suficiente.



Figura 43 – Fotos do Incêndio no Hotel Pilão – Fotos de Eduardo Tropa, 14 de abril de 2003.

Segundo Fernanda Bueno³⁵ e outros (2017), o Hotel Pilão abriu suas portas em 1962 em imóvel do século XVIII, onde permaneceu quando foi vendido em 2002. Segundo a autora, “em abril de 2003 um incêndio levou a edificação à ruína e deixando uma lacuna na principal praça da cidade, que apresenta um conjunto colonial conciso” (Bueno e outros, 2017). A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), adquiriu a área em 2005 para instalação em 2006 do Centro Cultural SESIMINAS Ouro Preto, até hoje em funcionamento.

Como o edifício foi totalmente destruído, o projeto de restauração depois da realização de estudos arqueológicos, teve sua fachada toda reconstruída com as técnicas construtivas originais enquanto o interior foi modernizado, mantendo as ruínas à vista para instalação do centro cultural com um café, espaço expositivo e salão para eventos.

Chama a atenção que restauração do Hotel Pilão se constituiu na restauração de uma “ruína” na praça Tiradentes, o que a aproxima das ruínas do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada apesar da centralidade patrimonial e urbana do edifício.

O acidente ocasionou uma grande discussão pública entre órgãos de governo e a imprensa sobre o combate ao incêndio nas cidades históricas. No mês de abril de 2003, Ouro Preto recebeu uma missão, que já estava antes agendada³⁶, de técnicos do Centro de Patrimônio Mundial da Unesco preocupados com o Patrimônio Cultural da cidade e as condições de preservação do patrimônio arquitetônico e paisagístico.

Segundo reportagem do Jornal Folha de S. Paulo de agosto de 2003, a visita técnica foi avaliada pelo arquiteto dominicano Esteban Prieto, integrante do International Council Monuments and Sites (ICOMOS)³⁷, braço técnico da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na área de patrimônio cultural, responsável

³⁵ Fernanda Bueno é graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Especialista em Revitalização Urbana e Arquitetônica pela Escola de Arquitetura da UFMG. Mestre em Ciências da Engenharia Civil, pelo Escola de Minas da UFOP, Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG. É professora efetiva do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Minas da UFOP. Fonte: Currículo Lattes.

³⁶ A missão do ICOMOS / UNESCO foi oportuna diante do incêndio, mas já estava prevista desde o ano anterior, numa resposta do Comitê do Patrimônio Mundial ao documento “Moção por providências urgentes para preservação de Ouro Preto”, aprovado em 2002 em Seminário da UNESCO em Olinda (PE).

³⁷ O ICOMOS é o órgão profissional consultivo sobre o patrimônio cultural do Comitê do Patrimônio Mundial: é um dos órgãos consultivos designados pela Convenção do Patrimônio Mundial de 1972. Uma de suas principais funções é a avaliação das candidaturas feitas a cada ano para a Lista do Patrimônio Mundial pelos Estados Parte da Convenção (Fonte: website Icomos – disponível em: <https://www.icomos.org.br/disseminando-conhecimento>).

por avaliar candidaturas e condições de preservação dos locais reconhecidos como Patrimônio Mundial da Humanidade.



Figura 44- Acervo Jornal Folha de S. Paulo / UOL – 13 de agosto de 2003 - Trecho destacado

O Jornal relata que o arquiteto do ICOMOS / UNESCO enviou ao governo brasileiro um relatório de vinte seis páginas³⁸ no qual solicita, dentre outras providências, a regulamentação do Plano Diretor de Ouro Preto, elaborado em 1996 (ainda não implementado), e “o estabelecimento de zonas de proteção no em torno da cidade, áreas de preservação mais rigorosas a serem criadas para impedir a descaracterização do centro histórico”. Além disso, “o documento também apontaria a necessidade de delimitação da área tombada da cidade, que, segundo ele, ainda estaria indefinida”.

Chama a atenção na reportagem que as chamadas “zonas de proteção” no em torno da cidade correspondem, dentre outros limites, à área da Serra de Ouro Preto, onde se localiza o Sítio Arqueológico do Morro da Queimada. No entanto, a reportagem não cita a área, mas relaciona sua preservação a preservação do centro histórico da cidade onde estava localizada o Hotel Pilão incendiado.

³⁸ O Relatório foi encaminhado ao Comitê do Patrimônio Mundial, formado por representantes de 21 países e com sede em Paris. Em julho, o comitê acatou as recomendações de Prieto e produziu uma espécie de relatório resumido, que foi encaminhado ao governo brasileiro – Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 13 de agosto de 2003.

Por outro lado, ainda segundo a reportagem o documento técnico ressaltaria a falta de recursos do IPHAN e a inexistência de um órgão municipal de patrimônio como fatores que dificultam a gestão do crescimento urbano na cidade. Diante da situação, o ICOMOS solicitou que o governo brasileiro encaminhasse a UNESCO, até fevereiro de 2004, um relatório com o andamento das ações de recuperação demandadas.

Por fim, a reportagem destaca que na fala do arquiteto Esteban Prieto, “paisagem e arquitetura são indissociáveis em Ouro Preto, daí a importância do planejamento urbano e do aparelhamento de órgãos de gestão do patrimônio”. Podemos supor que a visão de indissociabilidade entre paisagem e patrimônio trazida pelo arquiteto estrangeiro talvez tenha trazido um fator que influenciou ao longo dos anos seguintes a mudança da política patrimonial em Ouro Preto e sua relação com o em torno da cidade.

Segundo Benedito de Oliveira³⁹, diretor do IPHAN-Ouro Preto na época, os técnicos da UNESCO identificaram na visita a necessidade de preservação do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada “*como uma das medidas necessárias para deter a alarmante deterioração do patrimônio cultural e ambiental da cidade*” Ele relata que após a visita técnica, o Comitê Consultor de Ouro Preto, coordenado pelo IPHAN, constituiu seis grupos de trabalho: projeto institucional, pesquisa histórica, regularização fundiária, habitação, implantação física e relação com a comunidade (OLIVEIRA, sem data).

O arqueólogo da UFMG, Prof. Carlos Magno Guimarães (2004), como vimos, um dos primeiros a realizar estudos arqueológicos no Sítio no final dos anos 90, estimava naquele momento que as ruínas e vestígios arqueológicos existentes, protegidos pela criação do Parque correspondiam a apenas 10% da área original ocupada da antiga Vila Rica.

Em outra reportagem do Jornal Folha de S. Paulo, de 14 de outubro de 2004, destaca que “instituições dos três níveis de governo não cumpriram nove de dez recomendações da UNESCO para a cidade”. Segundo a reportagem, a única recomendação cumprida foi o estabelecimento, pela União, da delimitação da cidade considerada Patrimônio mundial. Já o Plano Diretor de Ouro Preto foi revisado e encaminhado à Câmara Municipal que ainda não havia começado a analisá-lo.

³⁹ Benedito Tadeu de Oliveira é arquiteto graduado em 1980 pela Universidade de Brasília (UnB). Doutor em restauração de monumentos em 1985 pela Universidade de Roma “La Sapienza” e parte do quadro da FIOCRUZ-RJ desde 1987, tendo coordenado a restauração do Conjunto Arquitetônico Histórico de Manguinhos. De 2002 a 2009 foi diretor da Regional IPHAN de Ouro Preto. Fonte: Currículo Lattes

São Paulo, quinta-feira, 14 de outubro de 2004 FOLHA DE SÃO PAULO **cotidiano**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

MEMÓRIA AMEAÇADA

Só foi implementada uma das dez recomendações para preservação da cidade, que é patrimônio mundial

Ouro Preto descumpre sugestões dadas pela Unesco

João Castilho/Folha Imagem



Casa na rua Santa Rita, em Ouro Preto, que vem perdendo patrimônio por falta de conservação; propostas da Unesco não são cumpridas

THIAGO GUIMARÃES
DA AGENCIA FOLHA, EM OURO PRETO

Instituições dos três níveis de governo, responsáveis pela conservação do conjunto arquitetônico e urbanístico de Ouro Preto (MG), não cumpriram nove de dez recomendações da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) para a cidade, primeira no Brasil a ser inscrita na Lista do Patrimônio Mundial do órgão. As medidas para preservação de Ouro Preto constam de relatório do arquiteto dominicano Esteban Prieto, que visitou a cidade em abril do ano passado, em missão de monitoramento do Icomos (braço técnico da Unesco na área de patrimônio).

O relatório de Prieto, ao qual a **Folha** teve acesso, elege dois problemas principais em Ouro Preto: falta de implementação de projetos e regras e desaparecimento do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e da prefeitura. "É evidente que as autoridades brasileiras (...) não prestaram atenção suficiente a Ouro Preto, deixando a cidade no estado calamitoso em que se encontra hoje", aponta o relatório. O documento, no entanto, define como "razoavelmente aceitáveis" as condições de preservação dos imóveis na área tombada -os problemas apontados são alteração de espaços internos, substituição de materiais originais e construções irregulares. Das dez recomendações de Prieto, só uma foi cumprida: a delimitação, pela União, da região da cidade considerada patrimônio mundial. Entre os pontos que não avançaram está a proteção do Morro da Queimada, um dos primeiros arraiais (povoações de caráter temporário, formadas em função de atividades extrativas, como lavra de minérios) de Ouro Preto. As ruínas do local, destruído em 1720 após revolta liderada por Felipe dos Santos contra Portugal, vêm sendo depredadas e usadas como base para novas construções. "A situação está se agravando", disse o diretor da sub-regional do Iphan em Ouro Preto, Benedito Tadeu de Oliveira.

Figura 45 - Acervo Jornal Folha de S. Paulo / UOL – 14 de outubro de 2004 - Trecho destacado

Por fim, a reportagem ainda destaca: “dentre os pontos que não avançaram está a proteção do Morro da Queimada, um dos primeiros arraiais (povoações de caráter temporário, formadas em função de atividades extrativas, como lavra de minérios)”. Na sequência, vem o depoimento do então diretor do IPHAN / Ouro Preto: “As ruínas do local...vêm sendo depredadas e usadas como base para novas construções. A situação está se agravando”

A cobrança institucional realizada pelo ICOMOS / UNESCO não trouxe resultados imediatos, mas trouxe mudanças importantes a médio prazo. O debate público iniciado em 2000 pelo Manifesto da População de Ouro Preto em Defesa da Preservação do Morro da Queimada se desenvolveria lentamente por meio de audiências públicas descontínuas ao longo do tempo: 2001, 2003, e agora, em 2005.

Segundo **Ata de audiência ocorrida em 24 de fevereiro de 2005**, a reunião é aberta pelo mesmo Vereador Kuruzu, destacando que aquela seria a primeira da legislatura de 2005-08. Ele relembra que também foi na primeira reunião da legislatura passada (2001-04), a realização da primeira Audiência para tratar da criação do Parque Arqueológico do Morro

da Queimada (21 de março de 2001). A passagem de tempo nos dá uma noção da extensão do processo. Em seguida, o vereador tenta explicar a passagem de tempo desde a audiência de 2001: *“foi elaborado um trabalho por uma equipe por 8 meses, no entanto, faltou naquele momento, a parceria da prefeitura. Passamos os quatro anos, conforme todos sabemos, lutando com a Prefeitura para ver se ela abraçava o projeto. Agora estamos esperançosos. Já temos anúncios concretos por parte do prefeito”*. O discurso do vereador na reunião segue com otimismo para que o projeto seja finalmente concretizado, ao mesmo tempo em que afirma esperar pelo menos mais dois anos de estudos técnicos para que o projeto seja, de fato, implantado.

Na Ata, chama atenção a presença massiva de representantes do município como a professora Celina Albano⁴⁰, assessora do então, novamente prefeito em sua segunda gestão, Ângelo Oswaldo, além de Secretários municipais de Patrimônio e Cultura, de Turismo e um diretor da Secretaria de Meio Ambiente. Há também membros do IPHAN e do presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA).

Em seguida, a assessora Celina Albano, como representante do prefeito, faz questão de destacar: *“nosso prefeito Ângelo Oswaldo me pediu para dizer-lhes do interesse e do compromisso dele, em realmente, implantar, não só o Parque da Cachoeira das Andorinhas, mas também o do Morro da Queimada.... É claro que eu sei há uma história aí de anos e anos, mas é claro que chega o momento em que é a hora e a vez.”*

A fala do presidente do IEPHA traduz a expectativa naquele momento com o projeto: *“Nós estamos no momento decisivo. Vocês estão decidindo que não basta preservar... tem que ser preservado para o desenvolvimento da região. Este será um dos maiores atrativos turísticos de Ouro Preto. Ouro Preto turística começará aqui no Alto do Morro de São João”*.

A presença do representante da Associação de Moradores do bairro Morro da Queimada, Juliano Ferreira, autor de um forte discurso de crítica ao projeto em 2003, agora como estudante veterano do curso de História da UFOP e pesquisador das ruínas do Morro, também nos ajuda perceber as mudanças de perspectiva. Ele reitera e compara com as Audiências anteriores *“estão todos reunidos, poderes públicos e a comunidade, ao invés de como aconteceu no passado, em que se ficou acusando este ou aquele, por culpa do*

40 Celina Albano, socióloga urbana e da cultura, graduada pela UFMG (1967) e Doutora em Sociologia pela University of Manchester, Inglaterra (1980). Além de assessora, exerceu cargos como Secretária de Cultura de Minas Gerais e como Presidente da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte. Atualmente é professora adjunta aposentada da UFMG. Fonte: Lattes e Bio Notas (SBS, sem data).

problema que afligia nosso patrimônio.” Ao longo da sua fala seguida por fotos projetadas das ruínas, ele reclama dos problemas de infraestrutura urbana básica para os moradores da área: água encanada, iluminação pública, destinação de lixo. Ao final da fala ele destaca, trazendo uma nova perspectiva: *“É de conhecimento dos órgãos públicos de Ouro Preto que os moradores estão impedidos de fazer melhorias em suas casas devido à falta de definição do que há quanto a essa preservação”*, ou seja, os moradores poderão fazer melhorias apenas *“quando houver patrimônio?”* (Canclini, 2016, pag. 70) e nas condições estabelecidas pelo patrimônio?

A perspectiva para a qual Juliano Ferreira (liderança e estudante de história da UFOP) olha as ruínas não é apenas da preservação do bem, mas da visão do cotidiano dos moradores e da demanda por melhores condições de moradia. Esta noção se reafirma quando o próprio cita o professor e historiador da USP, Ulpiano Bezerra de Menezes, para legitimar a sua fala também tecnicamente: *“Nós recorremos a um historiador experiente nesse contexto, o professor Ulpiano.... O que tem que se preservar tem que produzir benefícios de alcance social, ou seja, trazer algo de bom para a comunidade?”*.

Na sequência, o Secretário de Cultura e Patrimônio, Sérgio Lélis, sublinha que o Parque Arqueológico vai ter a especial atenção da Secretaria, inclusive por que já era um projeto da gestão anterior do prefeito Ângelo Oswaldo, mas destaca que um dos problemas a ser enfrentado será a *“questão fundiária”*. As falas seguintes sintetizam bem o impasse que de repente se forma: *“os moradores vão ser os primeiros a cumprimentar os turistas lhes dar boas-vindas”*, no entanto, *“...vamos ter que remover famílias que foram colocadas com a anuência (ou omissão) da Prefeitura, pois ela nunca teve realmente um plano diretor, um plano de ocupação do território”*. Mais adiante, Juliano Ferreira retoma a palavra e apela: *“parem de chamar morador do Morro da Queimada de invasor. Vamos dar um basta nisso aí! Se não sabem, pegamos na casa de alguns moradores o IPTU que eles estão pagando. Isso está transferindo problemas de má administração do Patrimônio principalmente para o Morro da Queimada”*.

O vereador Kuruzu retoma a palavra e elogia a fala de Juliano. Em seguida, antes de encerrar a reunião, ele coloca em pauta, como forma de chamar a atenção para o projeto do Parque, a realização de uma caminhada coletiva pelas ruínas organizada pelas associações dos bairros do em torno, e ressalta que muitos moradores de Ouro Preto não conhecem as ruínas, apenas a Cachoeira das Andorinhas.

A caminhada coletiva é realizada com sucesso no dia 13 de março de 2005, promovida pela Câmara Municipal de Ouro Preto juntamente com associações dos Morros da Queimada, Santana e São Sebastião, incluindo a participação de escolas de ensino básico locais.



Figura 46 - Fotos da caminhada coletiva nas ruínas– destaque para a estrutura que se supõe ser um moinho de vento - março de 2005 - Foto: Fiocruz

A mobilização técnica e comunitária foram aspectos fundamentais para realizar um processo de reconhecimento da patrimonialização do Morro da Queimada na cidade e junto aos órgãos públicos e níveis de governo. Para o diretor do IPHAN – Ouro Preto na época, Benedito Oliveira (sem data), a Audiência Pública realizada no dia 24 de fevereiro de 2005 e a caminhada, representam “*apoios importantes*” ao desenvolvimento do projeto e à implantação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada.

Entre 2005 e 2008, tem início o desenvolvimento de iniciativas locais de museologia comunitária organizadas pela Museóloga Yara Mattos e a liderança e estudante de história da UFOP, Juliano Ferreira, que se torna o primeiro monitor educativo do projeto. A reboque do desenvolvimento de políticas de memória com visão mais ampliada das formas de preservação e rememoração, tal como a chamada Nova Museologia⁴¹, ambos criam em 2005, na ocasião do Festival de Inverno de Ouro Preto, uma sensibilização baseada na Museologia Comunitária.

⁴¹ A nova museologia surge a partir de uma perspectiva museológica que ganhou força a partir da década de 1970. De maneira geral, ela é marcada pela defesa da centralidade da comunidade no contexto museal, do compromisso com as questões sociais e da atuação do museu junto ao território. Fonte: Museu da Vida – Fiocruz.

Em 2006, o Ecomuseu do então Parque Arqueológico da Serra de Ouro Preto se transforma em um projeto de extensão do recém criado Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, sendo reconhecido posteriormente pelo Programa Ponto de Memória do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). O Ecomuseu foi criado com o objetivo de sensibilizar, envolver e instrumentalizar os moradores dos bairros limítrofes para com o Parque na relação com o acervo arqueológico, além de desenvolver a memória social local na relação com a história da cidade. Nesse sentido, o Ecomuseu se tornou mais um dos sujeitos atuantes e produtores de discursos sobre a patrimonialização do então Parque.

Segundo notícia no website do IPHAN, o consultor internacional na área de desenvolvimento urbano e ex-diretor do Conselho Internacional de Museus (ICOM), Hugues De Varine⁴², esteve em Ouro Preto em dezembro de 2008 para assessorar o Ecomuseu na montagem de um plano de desenvolvimento para as comunidades do em torno do futuro Parque. Além disso, a notícia relata que Varine já esteve em Ouro Preto, na década de 1960, a convite de Rodrigo Melo Franco de Andrade, então diretor do antigo SPHAN.

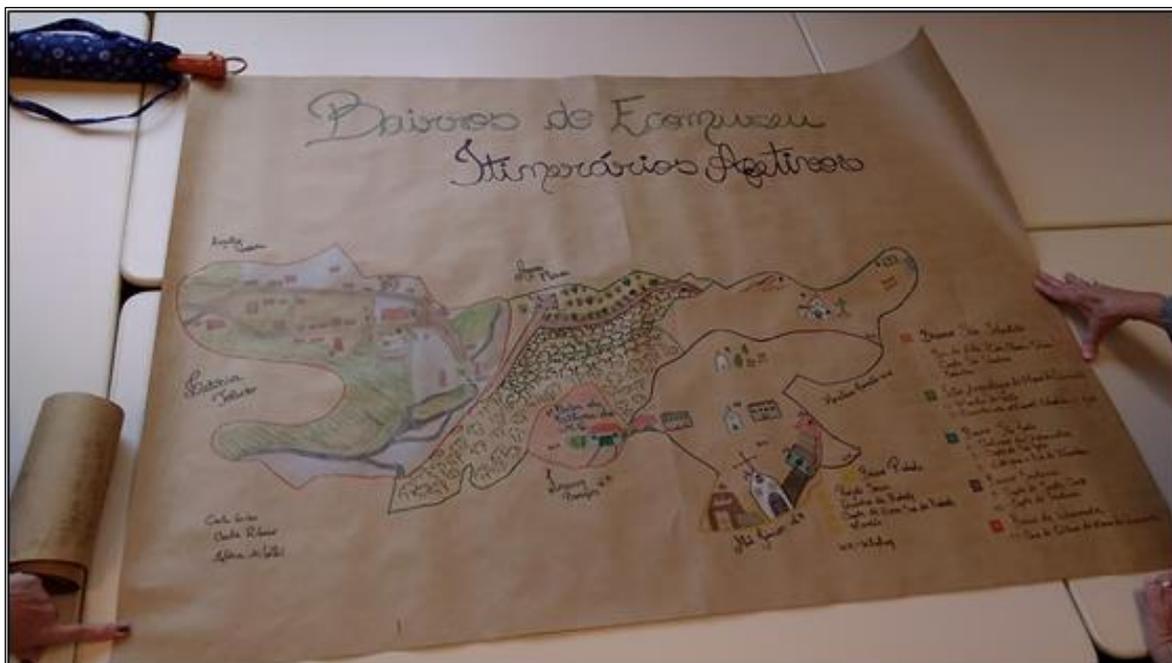


Figura 47 - Bairros do Ecomuseu - Itinerários Afetivos - mapa mental realizado pela equipe e comunidades do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto – Foto: Autor

⁴² Hugues de Varine é consultor em patrimônio comunitário e desenvolvimento local, foi também diretor do Conselho Internacional dos Museus, de 1965 a 1974. Varine se tornou referência teórica e prática no desenvolvimento da museologia comunitária no Brasil, dentro da chamada corrente teórica da Nova Museologia.

A viagem e a consultoria de Hughes de Varine foi viabilizada pela transformação do projeto de implantação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada em um projeto incentivado via Lei Federal de Incentivo à Cultura (então chamada Lei Rouanet)⁴³ em parceria com a Prefeitura, a UFOP, o Museu de Arte Sacra Paróquia do Pilar e a Fundação Gorceix. O projeto intitulado “Parque Arqueológico do Morro da Queimada em Ouro Preto, MG” foi coordenado pelo então diretor do IPHAN - Ouro Preto, Benedito Oliveira, e reuniu uma série de profissionais para realização de estudos voltados à implantação do Parque.

Segundo publicação do Programa Monumenta (2008), o objetivo era garantir a preservação do Parque Arqueológico mediante ações, “como a realização de pesquisas e criação de programas para escavações arqueológicas, classificação de ruínas existentes e proteção ambiental”. Além disso, o projeto previa “o incentivo às atividades turísticas, com a obtenção de retorno social, através da criação de novos empregos”.

Ainda assim, mesmo com os avanços obtidos com a mobilização realizada em 2005, o desenvolvimento de uma museologia comunitária, ou ainda, a esperada regulamentação em 2006 do Plano Diretor de Ouro Preto pela Câmara Municipal⁴⁴, foi somente em 2008 que uma nova Audiência Pública sobre o Parque correria. Em **12 de dezembro de 2008 é realizada uma nova audiência pública** para debater o Projeto de Lei nº 56/2007, que dispõe sobre a implantação do Parque Arqueológico. O vereador Kuruzu abre a audiência e relata o histórico de reuniões desde 2001. A presença de representantes da Prefeitura de Ouro Preto se mantém efetiva, agora em final de mandato. Nas fotos abaixo se pode ver os patrocinadores do projeto pela Lei federal de Incentivo à Cultura.

⁴³ O projeto PRONAC 057586, foi desenvolvido com recursos captados pela entidade Museu de Arte Sacra/Paróquia do Pilar, por meio da então Lei Rouanet, e obteve o patrocínio da Caixa Econômica Federal, Programa Petrobrás Cultural e Novelis do Brasil Ltda. Fonte: IPHAN e SALIC – Ministério da Cultura.

⁴⁴ Lei Complementar de Nº 29 de 28 de dezembro de 2006.



Figura 48 - Fotos da Audiência de aprovação para criação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada na Câmara Municipal de Ouro Preto – 12 de dezembro de 2008 – Fonte: Fiocruz

A audiência debate, dentre outros aspectos, se o Parque deve ser regulamentado a nível Municipal ou Federal. A exposição de Benedito (IPHAN - Ouro Preto), reproduz, como nas audiências anteriores, a defesa da importância da preservação do lugar, e cita a Missão do ICOMOS / UNESCO de 2003, cujo relatório faz referência ao Sítio Arqueológico, além de citar o trabalho do Ecomuseu e dos patrocinadores do projeto incentivado. Destaca-se na audiência a presença da Museóloga Yara Mattos, que vinha acompanhando desde a audiência de 2005, participando do processo, agora como professora do recém criado Curso de Museologia da UFOP, e integrante da equipe do projeto incentivado.



Figura 49 - Placa de sinalização na entrada do Parque – Fonte: Google Maps

Na sequência, Juliano Ferreira explica que a delimitação do Parque incluiu em sua área dezenove famílias do Morro da Queimada, pessoas que já residiam no local entre 10 e 30 anos. Ele explica que os moradores estão sendo indenizados e foi acordado com eles que a remoção destas famílias será realizada para um bairro o mais próximo possível. Ressalto que a desapropriação e remoção de habitações populares, situadas dentro da área delimitada no Sítio Arqueológico, foi uma exigência do projeto aprovado pelo IPHAN, já o cercamento para proteção da área, uma cobrança do Ministério Público Federal, o que acabou não ocorrendo por completo.

É importante dar destaque que a Lei nº. 465/2008, criadora do “Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada”, instituiu também um Conselho de Administração para gerir o Parque. No entanto, a Lei nº. 966/2015, foi alterada fazendo da Prefeitura o gestor do Parque e modificando a atuação do conselho para consultivo.



Figura 50 - Demolição de casa dentro da área do Parque – Fonte: Fiocruz

Outro aspecto apresentado na audiência de 2008 é a proposta de implantação das estruturas de apoio ao Parque do Morro da Queimada, projeto arquitetônico de edifícios de apoio e caminhos elaborado pelo arquiteto Rodrigo Meniconi, presente na audiência.

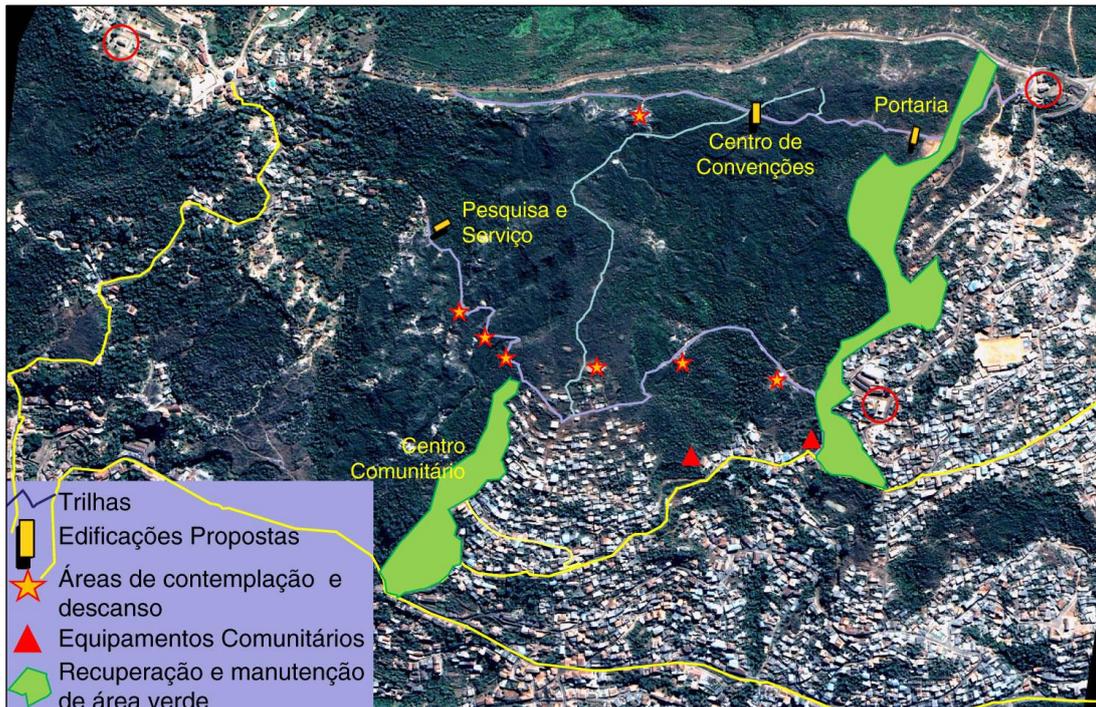


Figura 51 - Projeto Arquitetônico Parque Arqueológico do Morro da Queimada - Fonte: Fiocruz - <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/>

Finalmente, a delimitação e implementação do Parque se dá a partir da sanção na Câmara Municipal em 2008, através da Lei Municipal 465/2008. Ao mesmo tempo, são criadas pelo governo federal linhas específicas de investimento em obras urbanas para as Cidades Históricas como o Programa Monumenta IPHAN / Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em junho de 2008 foi inaugurado como um dos resultados do Programa Monumenta na cidade, o Parque Vale dos Contos, uma intervenção urbana realizada em parceria com a Prefeitura na área central de Ouro Preto, entre a Igreja do Pilar, a Casa dos Contos e a Rodoviária, abrangendo o antigo Horto Botânico.

Segundo informa o *website* do IPHAN, o projeto do Parque Vale dos Contos⁴⁵ associa a “valorização do patrimônio histórico e preservação ambiental, numa área onde não havia acessibilidade do público”. Afirma também que o projeto foi realizado, sem interferir na estrutura urbana da cidade tombada, e, promoveu a despoluição do córrego que corta o parque e parte da cidade, incluindo “o tratamento paisagístico da região através da plantação

⁴⁵ O Horto dos Contos foi fundado em 1799, idealizado pela Corte Portuguesa para aclimação de plantas, particularmente especiarias, como o cravo da Índia, a canela, a pimenta, a árvore pão, além do cultivo de plantas e sua disseminação, com a finalidade de gerar desenvolvimento de culturas agrícolas para as localidades. O horto teve papel importante no estudo das espécies originais dos povoados mineiros e na domesticação de plantas enviadas de locais distantes como Pará, Rio de Janeiro, Portugal ou de outras partes do Império Português. Fonte: ouropreto.com.br

de mais de três mil mudas de árvores”. A pergunta que podemos fazer: como um projeto de tamanha complexidade pode ser viabilizado em pouco tempo em comparação ao Parque Arqueológico do Morro da Queimada? Se justificaria apenas pela centralidade urbana no Horto?

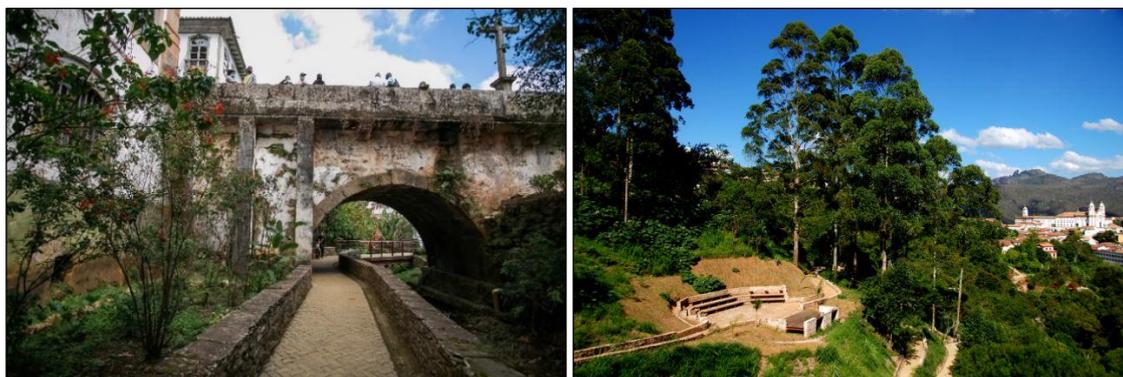


Figura 52 - Horto dos Contos – Fonte: Foto 1 - Jornal Voz Ativa / Foto 2 – Eduardo Tropa

Há também no período, uma nova expansão urbana de Ouro Preto, o que exige novas formas de controle junto ao poder público. A publicação sobre o Programa do IPHAN Monumenta⁴⁶, ressalta: “desde então, muita coisa saiu do papel, como o Plano Diretor e a Lei de uso e ocupação do solo. Ouro Preto agora também tem uma Secretaria do Patrimônio e Desenvolvimento Urbano operante”. Na mesma publicação institucional de 2008 sobre o Programa Monumenta, o diretor do IPHAN/Ouro Preto relata mudanças, mas também desafios:

“Nos últimos anos, muita coisa tem mudado para melhor em Ouro Preto... As ocupações continuam no Morro da Queimada, sítio arqueológico. O tombamento de Ouro Preto é um tombamento completo. Envolve também a paisagem, que funciona como se fosse o fundo de um quadro. Se ela é alterada, altera-se o quadro. E temos o problema das obras irregulares. Por causa delas, o IPHAN abriu mais de 300 processos contra os proprietários. Felizmente, também já temos uma promotoria só para cuidar do patrimônio, instalada após o Congresso de Olinda, em 2002. Sob esse aspecto, a promotoria é a nossa maior aliada aqui”.⁴⁷

⁴⁶ Dentre as ações do Programa Monumenta em Ouro Preto estão investimentos na recuperação do patrimônio histórico para obras de restauração, projetos complementares de educação patrimonial, de resgate do patrimônio imaterial e de formação de mão-de-obra especializada em restauro, entre outros. O Parque Vale dos Contos, por exemplo teve o custo de um custo total de R\$ 3,5 milhões (IPHAN, Programa Monumenta, Ouro Preto-MG, 2008)

⁴⁷ Depoimento de Benedito de Oliveira à publicação do Programa Monumenta – Salvaguarda do patrimônio – Ouro Preto-MG (Brasília, DF: IPHAN, 2008).

É atribuído ao prefeito de Ouro Preto por três gestões, a primeira em 1993, e atualmente novamente prefeito de Ouro preto (2020-24), Ângelo Oswald, a fala de que governar Ouro Preto é “*conciliar o barraco e o Barroco*”, diante dos problemas de expansão, e demandas de ampliar a infraestrutura urbana e de ocupação desordenada vivida pela cidade em seguidas décadas.

Este jogo de palavras atribuída ao prefeito de Ouro Preto sintetiza os desafios postos às políticas de patrimônio cultural da cidade, situação que, como já dito, não é exclusiva da área do Sítio Arqueológico. No entanto, quando o próprio prefeito da cidade reconhece e nomeia o problema, colocando lado a lado, o valorizado “barroco” colonial das igrejas de Ouro Preto, e o “barraco”, moradia precária autoconstruída típica das favelas brasileiras, presente em Ouro Preto, fica demonstrado que, apesar das especificidades, os problemas do patrimônio cultural não são distintos dos problemas do resto da cidade, nem de outras cidades médias brasileiras. De fato, é marcante perceber que muitas destas áreas não são consideradas historicamente como favelas pelas políticas locais, nem por seus moradores.

Apesar da regulamentação do Plano Diretor de Ouro Preto em 2006 pela Câmara Municipal, somente em 2009 é sancionada outra Lei Complementar que estabelece “as condições e os procedimentos para a regularização de imóveis construídos em desconformidade com as normas de uso e ocupação do solo”. Trata-se da Lei Nº. 534 de 14 de dezembro de 2009, que possibilita a regularização de imóveis sem licenciamento construídos até aquele ano: “Art. 2º - Os proprietários ou os possuidores de imóveis com edificações concluídas até 28 de dezembro de 2006 poderão requerer sua regularização”.

Por sua vez, a Lei de Uso e Ocupação do Solo de Ouro Preto, fundamental para controle e delimitação do em torno do Parque Arqueológico do Morro da Queimada, foi regulamentada somente em 2011 (Lei Complementar Nº 93 De 20 de janeiro de 2011).

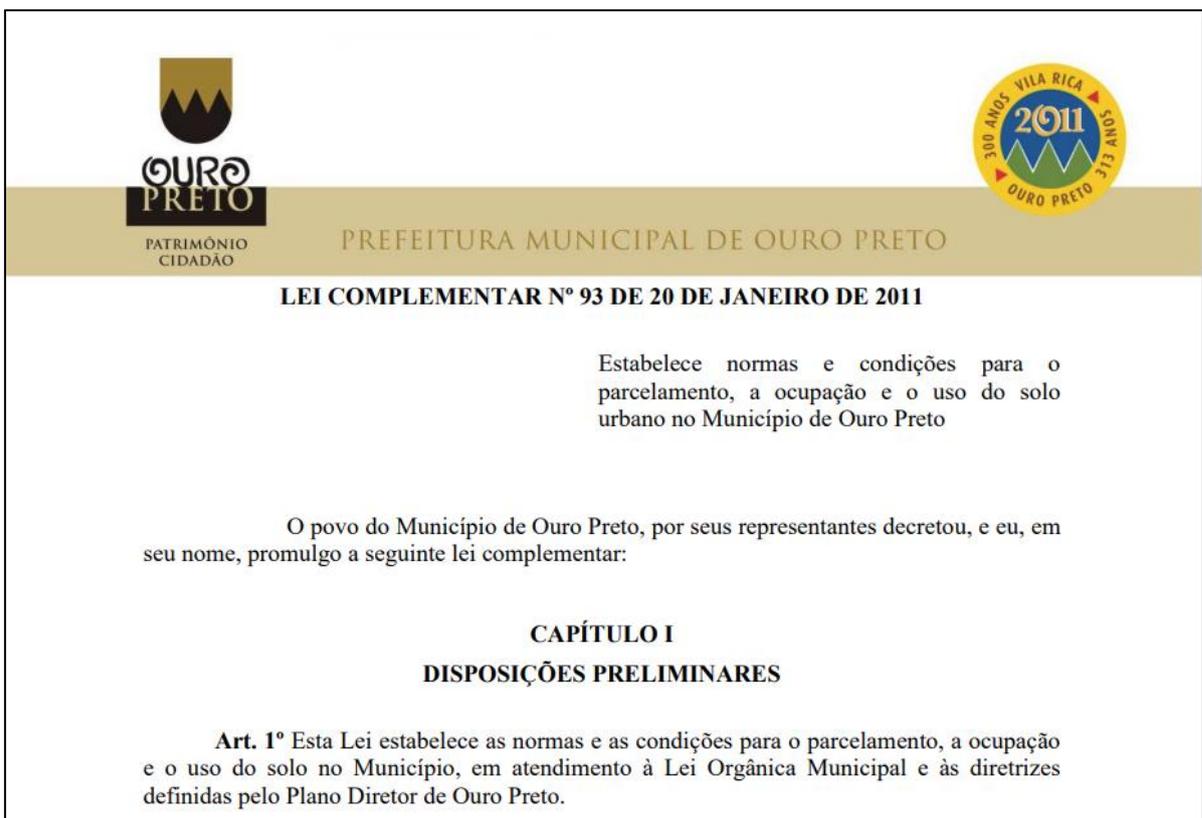


Figura 53 - Destaque de trecho da Lei Complementar Nº 93 de 20 de janeiro de 2011

O diretor do IPHAN-Ouro Preto na época, Benedito Oliveira, admite em artigo publicado uma prática conhecida e que continuava a acontecer na virada do século XXI:

“nas últimas décadas, o Morro da Queimada vem passando por um processo de dilapidação. Na ocupação desordenada, por um lado, as ruínas vêm sendo desmontadas para aproveitamento das pedras antigas como material de construção e, por outro, as estruturas remanescentes vêm sendo utilizadas como base das novas construções” (OLIVEIRA, sem data).

Um dos resultados do projeto financiado pela Lei Federal de Incentivo à Cultura foi a criação em 2010 do website, ainda acessível, Morro da Queimada, dentro do portal oficial da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). O website <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/>, contém dados históricos e cartográficos do projeto, e do então Parque, com objetivo de reunir informações turísticas e educacionais sobre o Sítio Arqueológico. Apesar de desatualizado atualmente, há bastante informação a respeito que não está disponível em outros lugares da internet, como nos portais oficiais do IPHAN e Prefeitura de Ouro Preto.

Morro da Queimada

Ouro Preto – Minas Gerais/Brasil

A⁺ a⁻

[Home](#) [Contato](#) [Equipe](#)



Parque Arqueológico do Morro da Queimada	<p style="text-align: center;"><i>Que a sede de ouro é sem cura, e, por ela subjugados, os homens matam-se e morrem, ficam mortos, mas não fartos. (Romance I)</i></p>	<p style="text-align: center;"><i>por tuas casas caídas, pelos teus negros quintais, pelos corações queimados em labaredas fatais, - por essa cobiça de ouro que ardeu nas minas gerais."</i></p>
Ecomuseu	<p style="text-align: center;"><i>Dorme, meu menino, dorme, que o mundo vai se acabar. Vieram cavalos de fogo: são do Conde de Assumar. Pelo Arraial de Ouro Podre, Começa o incêndio a lavrar.</i></p>	<p style="text-align: center;"><i>Não há Conde, não há força, Não há coroa real mais seguros que estas casas, que estas pedras do arraial, deste Arraial do Ouro Podre que foi do Mestre Pascoal</i></p>
Histórico	<p style="text-align: center;"><i>Quando um dia fores grande, e passares por ali, dirás: "Morro da Queimada, como foste, nunca vi; mas, só de te ver agora, ponho-me a chorar por ti:</i></p>	<p style="text-align: center;"><i>(Romance V)</i> <i>Cecília Meireles O Romanceiro da Inconfidência</i></p>
Fotografias		
Cartografias		
Desenhos		
Publicações		
Imprensa		
Vídeos		

Figura 54 - Impressão de tela do portal: <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/>

A colocação de placas turísticas na Praça Tiradentes ocorreu em 2015 com a indicação da direção espacial do Parque Arqueológico do Morro da Queimada. É representativo porque trata-se de marcar, nomeando o local central da cidade e um dos mais representativos do patrimônio de Ouro Preto, pela primeira vez, com uma referência ao Sítio Arqueológico.



Figura 55 - Placa turística é colocada na Praça Tiradentes, em direção à saída para Mariana, indica o Parque Arqueológico do Morro da Queimada e os bairros de Morro São João e Morro Santana – Foto: autor



Figura 56 - Outra placa turística é colocada na Praça Tiradentes, indica o bairro do Morro São Sebastião e Parque Arqueológico do Morro da Queimada e o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto – Foto: autor

No contexto nacional a década é marcada por uma redefinição das Políticas de Patrimônio no Brasil, e com o surgimento de novos conceitos como de Patrimônio imaterial (2009) e o de Paisagem cultural (2010). De fato, a patrimonialização do Parque Arqueológico

do Morro da Queimada é um processo em consolidação e muito sujeito a mudanças institucionais ou mesmo políticas, condição que trataremos melhor no próximo capítulo.

Novas cobranças judiciais são tomadas demandando novamente o cercamento do Parque, desta vez, advindas do Ministério Público de Minas Gerais junto à Prefeitura de Ouro Preto e ao IPHAN.

OURO PRETO

MPMG pede que prefeitura cerque Parque Arqueológico Municipal Morro da Queimada

A medida de fechamento e sinalização é para preservar os recursos naturais e patrimônio do parque, que está degradado pelo lixo e ações predatórias

LC Luana Cruz
postado em 08/05/2015 10:59 / atualizado em 08/05/2015 17:33

Anúncio fechado por Google
Denunciar este anúncio
Anúncio? Por quê? ⓘ

MAIS LIDAS

- 10:38 - 10/03/2020 - Compartilhe [Empresário morre dentro de moedor de carne em fábrica de salgados de BH](#)
- 10:08 - 11/03/2020 - Compartilhe [Homem nu invade casa e tenta estuprar jovem que dormia com o marido em Contagem](#)
- 14:30 - 11/03/2020 - Compartilhe [Bombeiros combatem incêndio em tanques de armazenagem de grãos em Uberlândia](#)
- 16:48 - 11/03/2020 - Compartilhe [Professores da rede municipal mantêm greve em Belo Horizonte](#)

Figura 57 - Jornal Estado de Minas, 08 de maio de 2015 – Fonte: Portal Jornal Estado de Minas

Para a arquiteta e professora da UFOP, Fernanda Bueno (2019), autora de uma Tese sobre o bairro Morro da Queimada, a liminar concedida pela justiça contra o município ao Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG), na ação civil pública em abril de 2015, exigindo o cercamento da área do Parque, acabou gerando problemas em função da delimitação aprovada. Isto, ao começar a cercar áreas devolutas pela exigência legal, sem uma política de fiscalização e um acompanhamento arqueológico, o que em contrapartida geraria um incentivo ao crescimento de novas ocupações e expansões oportunistas de áreas privadas na área do Sítio.

O período de 1990 a 2015 é marcado por grandes transformações nas políticas de memória para o lugar do Sítio Arqueológico. No entanto, como nos dois períodos anteriores do mesmo processo sócio-histórico, é marcado também por distintas, descontínuas e delongadas políticas de patrimonialização para a área, ainda caracterizadas, como pudemos acompanhar no processo de Audiências, pela inércia e descompasso dos três níveis de governo na maior parte do tempo, diante da degradação e destruição das ruínas do Sítio Arqueológico.

Mesmo assim, podemos dizer que é o período com maior avanço no sentido da patrimonialização do lugar enquanto lugar de memória. Há um processo de forte evolução do debate, aprendizados coletivos e desenvolvimento técnico e institucional de novas concepções das políticas de patrimônio cultural. Estas, por sua vez, mais abrangentes por considerarem a visão de conjunto do patrimônio como parte integrante de uma visão de indissociabilidade entre paisagem e patrimônio.

Vale chamar atenção que a partir desta visão de indissociabilidade entre paisagem e patrimônio, uma nova concepção de ruína começa a se tornar presente aqui. A ruína deixa de ser vista somente como monumento arruinado e passa a ser vista como parte da paisagem, e sobretudo, como parte do conjunto do patrimônio cultural integrado à cidade de Ouro Preto.

As primeiras escavações arqueológicas intensivas no Sítio Arqueológico (final da década 1990 a 2004), trazem não apenas levantamentos e relatórios que podem servir de instrumento para a patrimonialização, como também trazem o conhecimento de novas perspectivas até então não tratadas de frente no processo sócio-histórico. Como destaca o professor e Arqueólogo Carlos Magno, o Sítio Arqueológico, na verdade, é um dos poucos lugares que restaram como representantes de uma cidade de concentração da população negra escravizada, que não só residia como trabalhava ali.

Nesse sentido, vale retomar a pergunta, poderiam as ruínas do sítio arqueológico do Morro da Queimada serem valorizadas como uma cidade de escravizados mineradores? Como patrimônio da cidade de Ouro Preto pode ser associado à rememoração da Escravidão negra no Brasil? Ao associarmos as ruínas desta forma quando se defende a patrimonialização do lugar, evidencia-se uma nova concepção de ruína a ser apontada. Elas passam a ser ruínas da Escravidão negra na paisagem da cidade de Ouro Preto.

Em conjunto, no momento em que as Audiências públicas de 2001 a 2008, de fato, reconhecem, pouco a pouco, a necessidade de patrimonialização do Sítio Arqueológico, muitas controvérsias surgem quando é preciso definir não apenas o que é patrimônio, mas como fazer para patrimonializá-lo. Cercar ou não cercar a área das ruínas? O que não está cercado, está aberto? Reconhecer a moradia social ou desabitatar toda a área? A preservação é incompatível com as pessoas morando no local? Quais os limites de ocupação? Como realocar as pessoas e definir uma fronteira? Os moradores só poderão fazer melhorias apenas “quando houver patrimônio?” (Canclini, 2016, pag 70) e nas condições estabelecidas pelo patrimônio? Todas estas questões foram apontadas e debatidas nas audiências por técnicos especialistas e lideranças comunitárias, e seguem gerando controvérsias e indefinições até os dias atuais como veremos no próximo tópico.

O incêndio do Hotel Pilão ocorrido no mesmo ano de visita da equipe do ICOMOS trouxe nova percepção sobre os riscos do patrimônio cultural da cidade. Ao se reconhecer uma ruína na praça Tiradentes também se jogou luz sobre as ruínas do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada através do relatório do especialista Esteban Prieto.

Por outro lado, os anos que se seguem são marcados pelo desenvolvimento de concepções de Museologia comunitária, baseado na mobilização técnica e da comunidade local, e, sobretudo, pelo engajamento de lideranças, e de projetos e políticas patrimoniais implementadas pelo IPHAN de Ouro Preto, e da parceria com a FIOCRUZ, FAOP, e UFOP, inclusive com o desenvolvimento e criação de novos cursos direcionados para o tema.

Em paralelo, novas leis e instrumentos urbanísticos, como o Plano Diretor e a Lei de Uso e ocupação do Solo, são finalmente sancionados e começam a ser implementados, assumindo que os problemas do patrimônio cultural não são distintos dos problemas do resto da cidade, mas precisam ser tratados com especificidades e visão de conjunto.

Como fala a socióloga Celina Albano na Audiência de 2005, assessora da Prefeitura de Ouro Preto na época: “...há uma história aí de anos e anos, mas... chega o momento em que é a hora e a vez.” No entanto, a hora e a vez da patrimonialização do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada somente se dariam em 2008, quando, Audiência após Audiência, desde 2001, culmina o maior avanço no sentido da patrimonialização do lugar enquanto lugar de memória, com a criação e sanção do Parque Arqueológico.

Portanto, este período representa momentos mais representativos de mudança das relações do lugar de memória da área com a memória coletiva do restante da cidade,

ocasionados pela mudança da política de memória para o lugar, geradora, por sua vez, da mudança de nomeação genérica da área: de “Sítio” Arqueológico para “Parque” Arqueológico.

As novas políticas de memória para a área incluem delimitações, intervenções e políticas de governo para o lugar, como cercamentos parciais, colocação de placas e até remoções de moradias que representam marcantes mudanças temporais e espaciais na transformação social e urbana do Sítio Arqueológico, onde podemos incluir também as mobilizações de museologia comunitária. Enfim patrimônio, ainda que tardio.

1.2.4 - Patrimônio, ainda que inacabado e em risco: período de 2016 – 2022

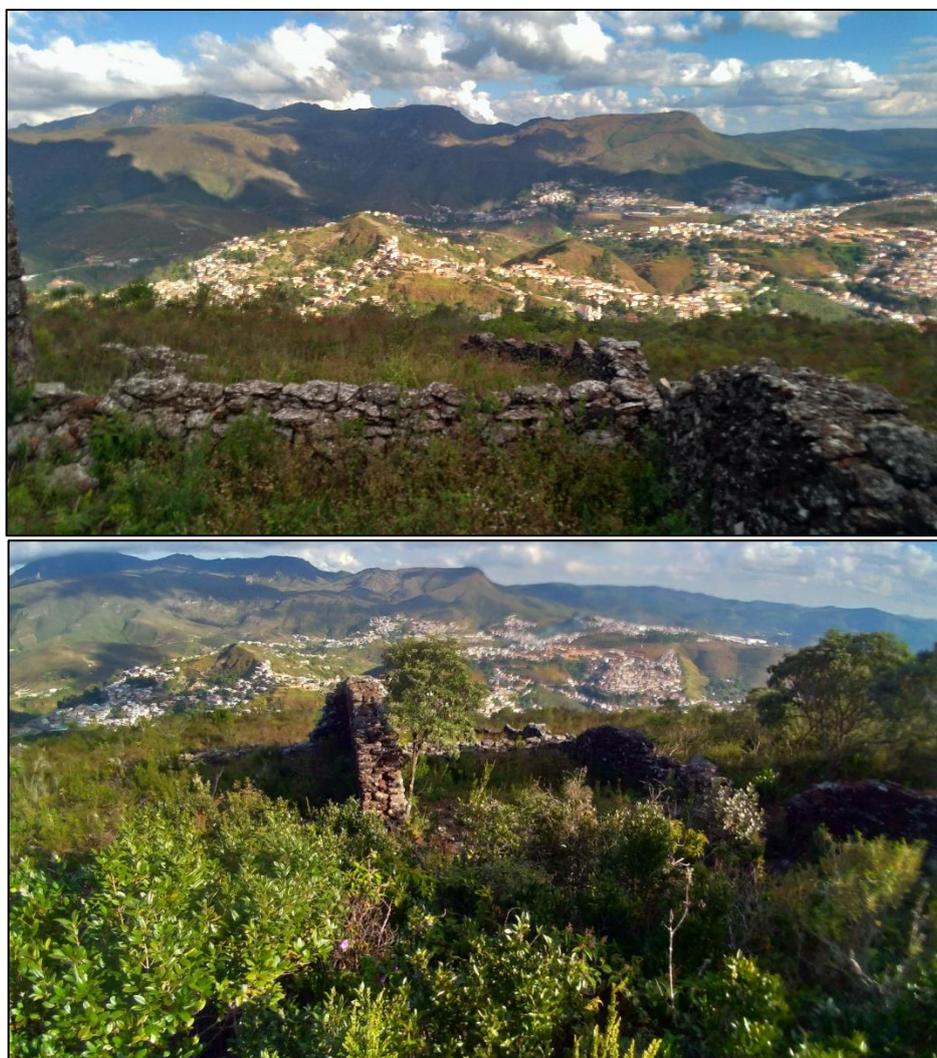


Figura 58- Foto: Autor - Ruínas do Parque Arqueológico em visita a campo de arqueologia coordenado pela profa. Márcia Arcuri Suñer (UFOP) – junho de 2019

É importante destacar que a partir de 2016, inicia-se um contexto de enfraquecimento institucional de Políticas de Patrimônio no Brasil ocasionadas pela crise econômica vivenciada pelo País e por grandes mudanças políticas nacionais⁴⁸. Nos anos seguintes, somam-se a este contexto mudanças institucionais e de gestão no IPHAN Nacional e no IPHAN Regional de Minas Gerais.

O Parque Arqueológico do Morro da Queimada segue sem um cercamento total ou mesmo um controle completo sobre a área. A visitação turística, como considerado pela própria Prefeitura Municipal de Ouro Preto, na área delimitada do Parque ocorre de maneira informal e sem muito controle, onde internamente não há outras sinalizações ou placas indicativas, o que representa riscos aos visitantes e às próprias ruínas, diante dos locais com buracos e túneis de mineração ou mesmo a presença de animais peçonhentos.

Do ponto de vista técnico, surge uma nova geração de profissionais qualificados atuando por meio da UFOP e IPHAN no conselho consultivo do Parque, como a arquiteta e professora Fernanda Bueno e a professora e arqueóloga Márcia Arcuri⁴⁹ e um novo representante do IPHAN - Ouro Preto.

Por sua vez, a Universidade Federal de Ouro Preto se fortalece institucionalmente e continua mantendo por vários anos, e ainda atualmente, visitas técnicas e levantamentos arqueológicos de campo na área do Parque com alunos dos cursos de Museologia e História, como parte das ações de ensino e extensão da Universidade. As visitas técnicas, autorizadas pelo IPHAN, agora estão sob a coordenação da professora e arqueóloga Márcia Arcuri, que empreende um esforço institucional de desenvolvimento de uma Arqueologia pública ou comunitária⁵⁰, juntamente com a professora Fernanda Bueno, em sintonia com o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, coordenado pela profa. Yara Mattos. As três professoras reúnem suas pesquisas através do Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários (LAPACOM/UFOP).

⁴⁸ Em 2016, a presidente eleita democraticamente Dilma Rousseff (mandato presidencial 2015- 2018) sofreu um impeachment na forma de um golpe parlamentar de Estado, arquitetado por determinados grupos políticos hegemônicos. O fato gerou expressivas mudanças institucionais e políticas como a extinção do Ministério da Cultura e enfraquecimento do IPHAN e das políticas de patrimônio nos anos que seguiram até 2022.

⁴⁹ Marcia Arcuri é graduada em História pela Universidade de São Paulo (USP), em 1994, mestre em Estudos Ameríndios pelo Departamento de História e Teoria da Arte da Universidade de Essex - Inglaterra em 1996 e doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (2003). É professora efetiva do Departamento de Museologia da Escola de Direito, Turismo e Museologia da UFOP. Fonte: Currículo Lattes.

⁵⁰ O processo da arqueologia comunitária, instrumental de trabalho da arqueóloga e professora Marcia Arcuri Suñer tem como propósito fortalecer a identidade e a memória da comunidade, ao entender as ações ativas da comunidade como caminho de proteção e tutela do patrimônio (Bueno, 2019, pag. 206).

Como ressaltam as pesquisadoras do LAPACOM/UFOP, Márcia Arcuri e Yara Mattos (2016): “entre os patrimônios “esquecidos” de Ouro Preto, o Morro da Queimada está inserido no contexto de tombamento municipal... e integra os bens culturais de Ouro Preto que foram listados pela UNESCO como patrimônio da humanidade” (Arcuri e Mattos, 2016, pag. 3).

Já o então estudante de História da UFOP e representante da Associação Morro da Queimada, Juliano Moreira, se elege como vereador para a gestão 2016 a 2020, ocupando boa parte de seu mandato na defesa da preservação do sítio arqueológico.

O próprio vereador Juliano propõe um projeto de readequação da delimitação do Parque, elaborado em 2018 e colocado em pauta em 2019, buscando atender a determinadas demandas locais, isto, através da mudança de categoria de patrimonialização de Parque natural para Monumento natural. Como relata em sua tese, a arquiteta Fernanda Bueno (2019, pag. 209), por um lado, há no conselho consultivo do Parque um entendimento de que a mudança para “monumento natural é o melhor caminho para a gestão daquele território, diante dos problemas fundiários existentes e da escassez de recurso público, além de incorporar a comunidade local no processo, por meio de corresponsabilidade”.

Por outro lado, para a arqueóloga Márcia Arcuri, em entrevista a Fernanda Bueno (2019, pag. 211), afirma que é um equívoco a mudança de categoria devido ao fato de diminuir o grau de restrição, abrindo a área para a propriedade privada, porque numa área arqueológica esta categoria não poderá ser mudada. Dessa forma, vale ressaltar que o território do Morro da Queimada, mesmo fora do Parque, continua dentro de uma área protegida enquanto sítio arqueológico. Ou seja, podemos dizer que quando há ou não patrimônio, ainda pode haver arqueologia.

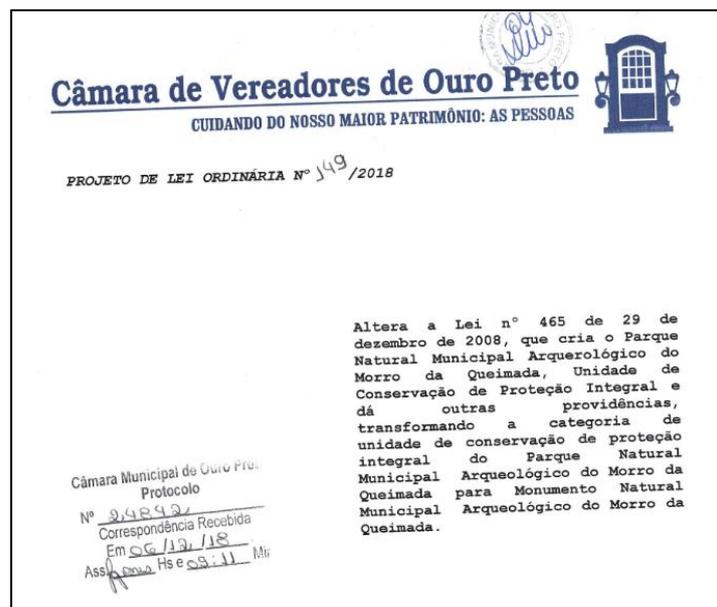


Figura 59 - Capa do projeto de Lei 149 / 2018 em discussão na Câmara de Vereadores de Ouro Preto, que altera Lei 465 de 2008 criadora do Parque Arqueológico transformando o Parque em Monumento Natural. – Fonte: CMOP

Para o procurador do Município de Ouro Preto, Celso Guimarães Carvalho, entrevistado pela professora Fernanda Bueno (2019, pag. 208), há um problema inicial na criação do Parque em 2008 “na medida em que você cria um parque, então você teria que desapropriar todos os proprietários dentro daquele território. E isso não foi feito”. Além disso, para ele há outro problema fundiário, porque “desapropriaram a posse de algumas pessoas... e indenizaram as benfeitorias... mas o processo foi incompleto porque essas ações não resultaram em titulação do município dessas propriedades” (Bueno, 2019, , pag. 209).

De fato, a patrimonialização do Parque Arqueológico desde 2008, em relação às propriedades a serem desapropriadas, tem um entrave jurídico para garantir sua efetivação legal. O Patrimônio cultural e o patrimônio privado se confundem neste processo. De todo modo, apesar das remoções de 19 famílias ocorridas quando da implantação em 2008, a mudança de categoria de Parque para Monumento, pretende compatibilizar o uso público com o privado na área do sítio arqueológico. Há relatos de que na delimitação atual ainda há propriedades limítrofes, ou mesmo, dentro da área do Sítio Arqueológico, como terrenos de pousadas ou pertencentes a Fundação Gorceix. De 2008 a 2018, não foram encontradas na Câmara Municipal mais atas de Audiências para tratar sobre o Parque.

Em 2019, é realizada uma nova audiência pública para debater a mudança da categoria de preservação do então Parque, com a participação do seu Conselho consultivo.

Após a fala dos especialistas, ficou acertado que o processo de alteração da categoria continuará sendo avaliado. No entanto, deve contemplar a revisão da delimitação Parque e incluir também as ocorrências arqueológicas do em torno, conforme relatório do professor Carlos Magno Guimarães.

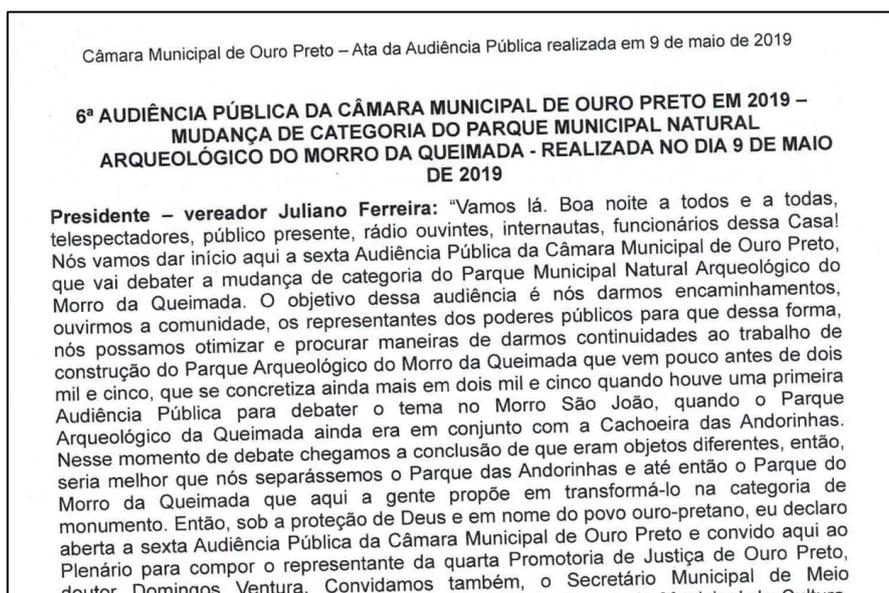


Figura 60 - Destaque de Ata de audiência pública sobre a mudança de categoria de parque para monumento

Em contraponto, a inclusão de ocorrências arqueológicas do em torno busca resguardar todo o maciço da Serra de Ouro Preto, em conjunto com o Parque das Andorinhas, desde a região do Distrito⁵¹ de Antônio Pereira até a região da Bocaina. Os estudos arqueológicos realizados até então demonstram que há registros de ruínas em todos os bairros que delimitam o em torno do atual Parque.

Em fevereiro de 2020, Ouro Preto preparava sua agenda para uma série de eventos dentre eles, o tradicional carnaval da cidade e em especial, os trezentos anos da Revolta de Felipe dos Santos, e os quarenta anos da obtenção pela cidade do título de patrimônio da humanidade junto a UNESCO. Para proteção de bens patrimonializados do mobiliário urbano, tapumes de proteção são instalados, como em pontes e chafarizes.

⁵¹ O Município de Ouro Preto, além da sede, possui treze distritos cuja ocupação remonta a história da exploração colonial portuguesa de Ouro, a escravidão de negros e a atuação de bandeirantes na região: Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Engenheiro Correia, Glaura, Lavras Novas, Miguel Burnier, Santa Rita de Ouro Preto, Santo Antônio do Leite, Santo Antônio do Salto, São Bartolomeu e Rodrigo Silva.

Ouro Preto celebra os 40 anos do título de patrimônio mundial da humanidade

Além deste reconhecimento, carnaval da cidade histórica festeja os três séculos de Minas Gerais e a sedição de Vila Rica. Secretário tranquiliza turistas quanto a segurança após anúncio da Vale

 Gustavo Werneck

postado em 15/02/2020 06:00 / atualizado em 15/02/2020 19:32



 Estrutura que receberá tapumes está sendo instalada em vários pontos do município. Objetivo é proteger bens do patrimônio e visitantes

(foto: ANE SOUZA/PREFEITURA DE OURO PRETO/DIVULGAÇÃO)

MAIS LIDAS

- 09:33 - 13/12/2022 - Compartilhe  
1 Mineiro viraliza ao enfeitar casa para o Natal com jeitão raiz
- 10:17 - 13/12/2022 - Compartilhe  
2 Ladrão rouba casa de delegado em BH, mas devolve tudo com bilhete
- 09:06 - 13/12/2022 - Compartilhe  
3 Homem morre ao ser atingido por raio durante

Figura 61 - Jornal Estado de Minas de 15 de fevereiro de 2020 – Fonte: Portal Jornal Estado de Minas

No entanto, em março de 2020, a cidade de Ouro preto é impactada pelo reconhecimento da Organização Mundial de Saúde – OMS, entidade ligada às Nações Unidas, a nível internacional da Pandemia de Covid-19⁵². Apesar do discurso negacionista e anticientífico da gestão do governo federal, a prefeitura local reproduz as medidas adotadas pela Prefeitura de Belo Horizonte e o governo do Estado, gerando o cancelamento de viagens e hospedagens, o que impacta fortemente o turismo na cidade e o comércio local, considerado não essencial, que deve permanecer fechado. Medidas sanitárias recomendadas por especialistas são adotadas na cidade, tal como isolamento social, uso de máscaras e higienização constante das mãos⁵³. A Universidade Federal de Ouro Preto, por sua vez, como pouco a pouco, todas as universidades públicas e privadas do país, suspendem as aulas presenciais e fecha o campus universitário para professores e alunos. As visitas a campo no Morro da Queimada de professores e alunos da UFOP é suspensa.

⁵² A Pandemia mundial de Covid-19 se estenderia por todo o ano de 2020 até maio de 2023, quando foi declarada terminada em 05 de maio de 2023 pela Organização Mundial de Saúde - OMS. Segundo dados do Ministério da Saúde brasileiro, no Brasil ocorreram 701,4 mil mortes no País até abril de 2023. Muitas mortes poderiam ter sido evitadas com a promoção de vacinas e medidas sanitárias adotadas internacionalmente e recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) – Fonte: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/o-fim-da-pandemia/>

⁵³ Jornal Estado de Minas – Efeito da covid 19, Ouro Preto sofre com impactos financeiros – 20 de maio de 2020

Apesar do isolamento social e mortes do primeiro ano da Pandemia, em contraponto, em junho de 2020 é comemorada com uma programação online via internet, promovida na televisão aberta local, a efeméride dos trezentos anos de Minas Gerais e da Revolta de Felipe dos Santos ocorrida em 1720. Trata-se de um fato histórico que é associado à fundação do Estado de Minas Gerais, quando da separação da então província de São Paulo, e à história de Ouro Preto, juntamente com o Sítio Arqueológico, levando o Parque Arqueológico a ser pautado pela imprensa regional e a comunidade local. Já em 18 de julho de 2020, durante forte isolamento social na cidade e no país, é realizado um protesto na Praça Tiradentes, em Ouro Preto, contra políticas dos governos federal e estadual, estabelecendo uma clara relação com símbolos do patrimônio cultural na cidade. A intervenção foi realizada pela manhã, com organização do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação (SINASEFE), ligado ao Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG).



Figura 62 - Fotos do ato de protesto com parte da Praça Tiradentes - Foto – Foto: Felipe Muniz

Em setembro de 2021, após novas ações de desocupação da área do Parque, promovidas pela Prefeitura juntamente com a Polícia Militar Ambiental, um incêndio com suspeita criminosa consome parte da vegetação da área e atinge várias ruínas. Isto, após muitos anos sem incêndios na região, segundo o Presidente do Conselho de gestão do então Parque. A comunidade dos bairros do entorno se mobiliza por dias para conter as chamas que poderiam atingir também suas casas. As ruínas das áreas atingidas do Parque são salvas, e contraditoriamente, a queima da vegetação revela ruínas até então escondidas ou ocultadas na paisagem, deixando cinza o que antes era camuflado pelo verde da vegetação.

19/12/2021 20:10 Mobilização de moradores controla incêndio próximo à casas em Ouro Preto - Gerais - Estado de Minas

[uai](https://www.uai.com.br/) (https://www.uai.com.br/)

em.com.br ^{FOGO}
Mobilização de moradores controla incêndio próximo à casas em Ouro Preto

Parte da cidade ficou tomada pela fumaça do incêndio atingiu área tombada pelo Iphan, e quase chegou às casas de moradores do Morro São Sebastião

NM Nivia Machado - Especial para o EM (https://www.em.com.br/busca?autor=Nivia%2AMachado%2A%2A%2AEspecial%2Apara%2Ao%2AEM)

16/09/2021 15:29 - atualizado 16/09/2021 15:54

COMPARTILHE <https://www.facebook.com/sharer.php?u=> <https://twitter.com/intent/tweet?text=Confira&url=> **▶ OUVIR**



O incêndio começou na rua Quinze de Agosto e tomou conta de uma vegetação que fica entre os bairros Morro da Queimada e Morro São Sebastião. Parte do Parque Arqueológico do Morro da Queimada, área tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), foi atingida pelas chamas

(foto: Leandro Borba/divulgação)

Figura 63 - Jornal Estado de Minas de 16 de setembro de 2021 - Fonte: Portal Jornal Estado de Minas

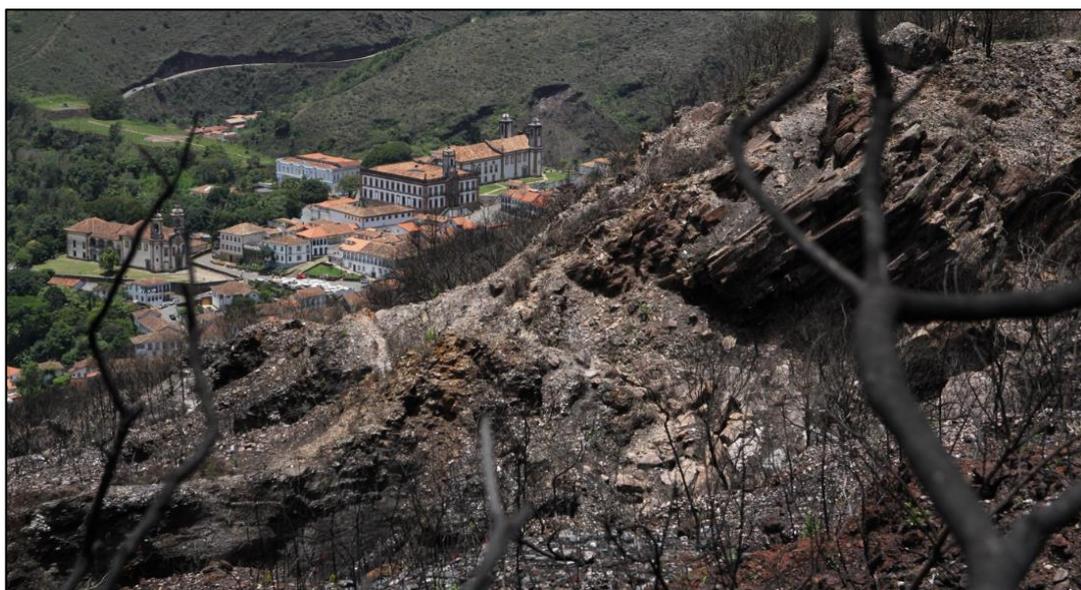


Figura 64 - Ruínas após incêndio do Parque Arqueológico com Pça Tiradentes ao fundo – Foto: Autor

O dia 13 de janeiro de 2022 ficou marcado em Ouro Preto pela destruição do Casarão Baeta Neves decorrente de um deslizamento de terra, causado pelas fortes chuvas. O momento da destruição foi filmado pelas câmeras de segurança e repetido centenas de vezes na televisão aberta e redes sociais da internet com grande repercussão nacional. O fato reacende a discussão da fragilidade do Patrimônio Cultural na cidade, e nos faz lembrar o deslizamento no mesmo local em 1979. O Poema “Morte das Casas de Ouro Preto” de Carlos Drummond de Andrade é reproduzido nas redes sociais e na televisão aberta.



Figura 65 - Fonte: Portal UAI – Bilma Bracher - 13 de janeiro de 2022.

Em maio de 2022 é realizada uma nova audiência pública na Câmara Municipal de Ouro Preto que marca a retomada das discussões públicas, após dois anos da Pandemia de Covid-19. Além do incêndio ocorrido em 2021, uma das principais pautas de discussão são os impactos do projeto de pavimentação da chamada estrada da purificação, visando ligar em 7,5km o distrito de Antônio Pereira a sede de Ouro Preto, isto, passando entre a área do Parque / Monumento Arqueológico do Morro da Queimada e o Parque das Andorinhas.

O projeto da estrada é justificado pelo fato de encurtar em uma hora o tempo de deslocamento do distrito de Antônio Pereira até a sede de Ouro Preto, além de desviar um tráfego de veículos que passa por dentro do município de Mariana. Chama a atenção que o calçamento da estrada é uma condicionante de reparação assumido pela mineradora Samarco, conhecida nacionalmente pelo rompimento em Mariana de uma grande barragem de rejeitos de mineração em 2015, gerando impactos socioambientais na Bacia do Rio Doce

até o Estado vizinho Espírito Santo⁵⁴. Durante a audiência o projeto é questionado e debatido em termos da mitigação de impactos para a vizinhança dos bairros do Morro da Queimada e para o Sítio Arqueológico.

Apesar das novas questões, nesta audiência é aprovada em definitivo a mudança de categoria de “Parque Natural” para “Monumento Natural”, mesmo com as discordâncias entre os membros do Conselho Consultivo do Parque. A mudança é assumida como uma forma de acomodar os interesses públicos e privados sobre a área, inclusive dos bairros do em torno. No contexto atual, o território do até então Parque, agora, Monumento Arqueológico do Morro da Queimada, faz divisa com propriedades privadas de pousadas, da Fundação Gorceix ou pertencentes à Igreja Católica, tensionando os limites espaciais estabelecidos. Ao mesmo tempo, a área está geograficamente localizada na saída para o município de Mariana, onde o interesse econômico e os impactos de grandes mineradoras exploram o rico minério de ferro do chamado Quadrilátero Ferrífero, dentro do qual o município de Ouro Preto também é parte integrante⁵⁵

O último período desta linha de tempo, de 2016 e 2022, acompanhado presencialmente de forma parcial, inclusive, pelo trabalho de campo desta pesquisa, demonstra como o território do município de Ouro Preto e seu patrimônio cultural ainda está inserido num contexto de forças e interesses políticos e econômicos que tensionam, a todo tempo, as definições e dimensões da proteção e preservação do que definem como patrimônio. O período é marcado por descontinuidades, destruições e mudanças, apesar da continuidade e institucionalização das novas concepções das políticas de patrimônio cultural, a partir da visão de conjunto e da indissociabilidade entre paisagem e patrimônio. As descontinuidades podem ser definidas, por um lado, pelos desinvestimentos nas políticas patrimoniais, e por outro, pelas mudanças institucionais, políticas e técnicas como a mudança da categoria de “Parque” para “Monumento”, resultando em uma nova delimitação da área protegida.

⁵⁴ A Barragem do Fundão rompeu-se em 5 de novembro de 2015, em Mariana (MG) e liberou 62 milhões de m³ de lama e rejeitos que recebia da Mina de Germano, pertencente à empresa Samarco (controlada pela Vale e pela companhia australiana BHP Billiton). O lamaçal se espalhou rapidamente, matou pessoas, desalojou famílias, contaminou a bacia hidrográfica do Rio Doce e, 17 dias depois, chegou ao mar, litoral do Espírito Santo. Fonte: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quais-as-consequencias-do-desastre-de-mariana-mg/>

⁵⁵ O Quadrilátero Ferrífero é uma área de grande riqueza mineral, sobretudo minério de ferro, com aproximadamente 7 mil quilômetros quadrados, vizinha à Belo Horizonte onde estão incluídas dentre as principais cidades: Ouro Preto, Mariana, Sabará, Rio Piracicaba, Congonhas, Casa Branca, Itaúna, Itabira, Nova Lima, Santa Bárbara. O minério é transportado em ferrovias para o porto Tubarão, cidade Vitória - Espírito Santo. Fonte: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/quadrilatero-ferrifero.htm>

A mudança de categoria de “Parque” para “Monumento” pode ser também entendida como uma readequação de usos do lugar de memória do Sítio Arqueológico, e, uma mudança da relação espacial da área com a dinâmica imobiliária do restante da cidade. O Monumento aqui não é aquele chamado “monumental” do primeiro período inicial do SPHAN, pois incorpora o as noções de conjunto e paisagem.

Por outro lado, passados dois anos, o esvaziamento das ruas e espaços públicos gerados pela Pandemia de Covid-19, expuseram as ruínas a novas invasões ao descontrole do território. Já o incêndio expôs o risco de destruição das ruínas, não somente causado pelo fogo, como também pela suspeita de incêndio criminoso.

Apesar disso, o trabalho de extensão da UFOP prosseguiu no período, exercendo fundamental importância para gerar continuidade ao trabalho técnico realizado até 2015, alimentando pesquisas em arqueologia pública e ações de museologia comunitária, sob a perspectiva de novas concepções das políticas de patrimônio cultural, algo que foi impulsionado pela renovação de quadro de professores efetivos da Universidade Federal nos cursos de Museologia e Arquitetura.

As mudanças das relações do lugar de memória da área com a memória coletiva do restante da cidade, também tiveram continuidade, como consequência das mudanças promovidas no período anterior. Mesmo assim, a despeito de todo o trabalho de museologia comunitária desenvolvido, as novas concepções de ruína aparecem associadas à paisagem e a cidade, mas raramente à memória da escravidão negra, já que os próprios moradores dos cinco bairros do em torno, no agora Monumento arqueológico, não se identificam como tal, segundo os pesquisadores da UFOP.

O Sítio Arqueológico do Morro da Queimada demanda investimento contínuo, atividades de pesquisa, fiscalização, promoção e manutenção constantes, já que como Monumento, ocupa uma grande área no município, muito próxima a sede principal e cercada pela ocupação de bairros mais antigos e outros mais contemporâneos que reivindicam melhorias urbanas. É a forma de garantir acesso à memória a um bem público finalmente patrimonializado, a valorização das comunidades dos bairros do em torno e, e por outro, ser um contraponto na sua relação com os interesses privados do território. O patrimonialização do Sítio Arqueológico segue em continuidade e descontinuidade com seu processo sócio-histórico, em “ruínas” tal como uma obra inacabada.

1.3 - Uma linha do tempo como panorama construído de uma patrimonialização no tempo e no espaço

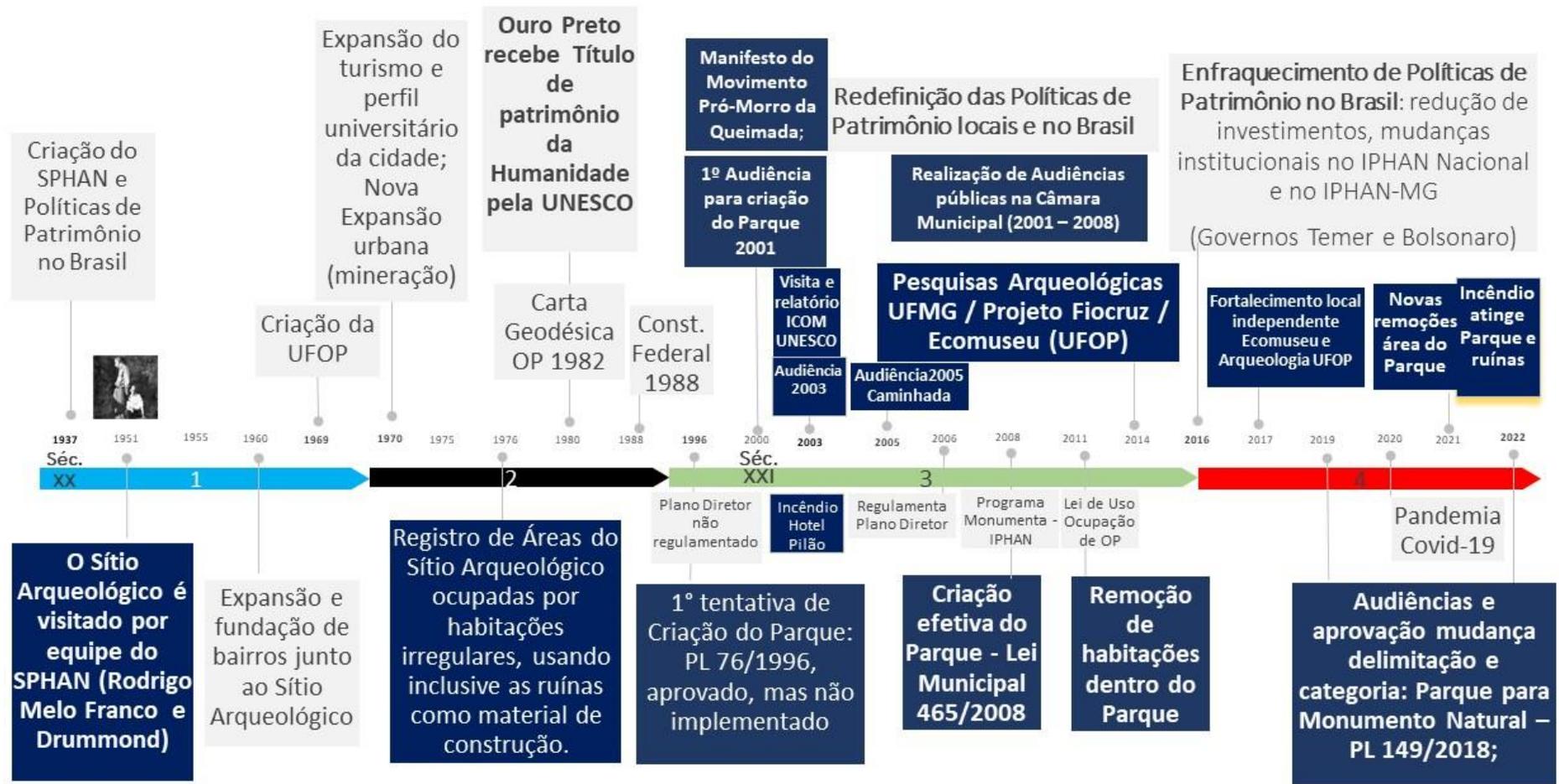
“O tempo é a minha matéria, o tempo presente,
os homens presentes, a vida presente”.
(Drummond de Andrade, 1940)

A linha do tempo de 1937 a 2022 evidencia analiticamente através da seleção, disposição e montagem de materiais, as dimensões históricas, político-institucionais, técnicas, mudanças sociais e urbanas que influenciaram a patrimonialização do Sítio Arqueológico pelo largo período, e em cada momento específico, através de documentos advindos de fontes diversas como arquivos públicos, trabalhos técnicos, acadêmicos e da imprensa. Espero até aqui ter delineado no espaço e no tempo, a construção de um panorama do processo de constituição do Sítio Arqueológico enquanto projeto de bem patrimonial, demarcando e clareando a natureza dinâmica, descontínua, inacabada e não consolidada do processo sócio-histórico de patrimonialização em estudo.

Em todo caso, vale relembrar que a linha de tempo apresentada tem como função oferecer uma visão processual, além de delimitar e estabelecer marcos temporais analíticos no objeto de estudo, com base nos critérios marcantes e delimitadores estabelecidos como tópicos decisivos do processo sócio-histórico. Tratam-se de marcos temporais que servirão para estruturar a análise em desenvolvimento na tese, no entanto, sem que fiquemos presos a eles. Como já dito, o destaque dado a esta linha do tempo não busca desagregar tempo e espaço do lugar, mas de ressaltar como diferentes temporalidades podem conter visões distintas e transformações neste mesmo lugar.

Na sequência apresento de maneira sintética, na forma de um esquema linear, os quatro períodos analíticos da patrimonialização descritas neste capítulo. O esquema possibilita uma visão estruturada e totalizada do recorte de tempo eleito e construído para a análise (1937 – 2022), demonstrando sinteticamente contextos, fatores internos, interferências externas, assim como a descontinuidade da patrimonialização em estudo, sem negar que se trata de um processo dinâmico e em curso que não se finda em 2022, porém, se limita a este ano no recorte delimitado pela pesquisa.

O tempo da Patrimonialização do Morro da Queimada (1937 - 2022)



Obs: O Estado brasileiro já reconheceu Ouro Preto como Monumento Nacional em 1932 (GONÇALVES, 2002).

Elaboração do autor

Figura 66 - Esquema da Linha do Tempo 1937 a 2022 (elaborada pelo autor)

São destacados ao longo do esquema construído “O tempo da Patrimonialização” fatos históricos e institucionais, trabalhos técnicos, pesquisas acadêmicas, imagens de arquivo que se relacionam com o processo sócio-histórico de reconhecimento do Sítio Arqueológico como um patrimônio cultural a ser integrado à cidade patrimônio de Ouro Preto.

A processualidade da patrimonialização do Sítio Arqueológico é expressa no esquema através de uma linha do tempo dividida nos quatro períodos já apresentados, marcando continuidades e discontinuidades, ora de apagamento e destruição, ora de apropriação e transformação, ora de reconhecimento e legitimação do lugar, que aparecem e somem em diferentes períodos sequenciais do chamado Sítio, Parque ou Monumento Arqueológico do Morro da Queimada, como um patrimônio cultural a ser integrado à cidade patrimônio de Ouro Preto.

Neste largo período de 1937 a 2022, o lugar do Sítio arqueológico passa de lugar de memória coletiva de uma Vila queimada pela repressão da coroa portuguesa, à ruína da antiga Vila Rica. Mesmo estando nas bordas da cidade tombada, seu lugar foi destruído pelo tempo, pela expansão da cidade e reapropriações do território, até o ponto de se tornar, já no século XXI, cenário de reconhecimento e implantação de um Parque arqueológico redefinido em seus limites cerca de uma década depois como Monumento. São diferentes temporalidades e fatores atuando como imaginários sobre o mesmo lugar, contendo visões geracionais distintas, transformações do território e transformações de concepções das políticas de patrimônio e de memória.

Ao longo do esquema é possível perceber, numa visão de totalidade do processo e recorte de tempo construído, como o valor do bem patrimonial Sítio Arqueológico do Morro da Queimada variou, em geral, de menor para maior valor ao longo do tempo, recebendo menos ou mais atenção e destaque dependendo do período considerado. Este crescimento geral não representa continuidade, mas na verdade um conjunto gradual de mudanças sociais e institucionais nas políticas de memória e patrimônio.

A linha do tempo expõe também as discontinuidades e abandonos do lugar ao longo do século XX, seja de 1937 a 1969, quando mesmo uma visita dos patronos do patrimônio não geraria ações de preservação, ou de 1970 a 1989, quando mesmo o registro de ocupações da área e inserção de novos instrumentos técnicos (Carta Geodésica e o Título da Unesco),

não geraria ações de controle e preservação efetivas por parte dos órgãos de patrimônio, estes por sua vez, já mais constituídos.

Nas décadas que se seguem de 1990 a 2015, há uma evidente refundação e intensificação das políticas de patrimônio na cidade de Ouro Preto, seguido por uma gradativa mudança de relações da memória coletiva por parte da sociedade local e do poder público com a área do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada.

Assim, a luz da cronologia apresentada, podemos retomar a pergunta que dá nome ao capítulo: quando há patrimônio no Morro da Queimada? (Caclini, 2016, pag. 70), ou melhor, quando há patrimônio no Morro da Queimada em sua processualidade sócio-histórica? Vale lembrar que este momento específico precisa ser entendido em sua processualidade, e não apenas como um resultado de condições favoráveis ao reconhecimento enquanto tal, pois não podemos dissociar o patrimônio cultural do seu longo processo de reconhecimento.

A partir disso, podemos gerar outras perguntas comuns e transversais nesta linha do tempo, para serem respondidas parte aqui e parte para serem aprofundadas no próximo capítulo. O que predominou em cada período desta cronologia? Com que imaginários e memórias comuns? O que, de fato, deflagrou a patrimonialização do Morro da Queimada? Quais os obstáculos se impuseram? Como contar a história de uma patrimonialização inacabada?

São imaginários sobre o lugar do sítio arqueológico do Morro da Queimada no presente do passado, antigo ou recente que se refletem como políticas de memória do lugar. Em termos do que predomina em cada período, percebe-se que em cada momento da cronologia apresentada esteve evidente que o patrimônio cultural do Morro da Queimada é consensualmente associado pela referência à antiga Vila Rica, à Revolta de Filipe dos Santos ou Sedição de Vila Rica, ou, ainda genericamente como parte da história da exploração aurífera colonial da região.

A antiga Vila Rica dá fácil sentido às ruínas de casas, com janelas e estruturas sem telhados. A revolta ou sedição marca e situa historicamente o lugar na colonização portuguesa no Brasil. O tratamento genérico como parte da história da exploração aurífera explica o interesse e controle da colônia pelo lugar, ao mesmo tempo em que dá sentido a outras estruturas em ruínas como mundéus, muros de contenção, minas de exploração, túneis e buracos cavados para essa exploração.

Se a associação do lugar à antiga Vila Rica é comum a qualquer período de tempo, é porque este é o ponto de partida de qualquer lembrança do lugar. Um tempo passado a qualquer período dentro do tempo considerado (1937 – 2022) que fundamenta a antiguidade das ruínas, mas não foi suficiente para patrimonializar o lugar. Como já dito, o critério do “mais antigo” não é suficiente para explicar as escolhas patrimoniais, pois nem sempre o mais antigo é considerado por isto o “mais importante” a ser preservado.

Outro ponto comum em cada período é a constante associação das ruínas ao desmonte ou destruição contínua. Às vezes, a destruição de um bem patrimonial fala mais do que de sua presença. Mesmo assim, em termos de política de memória, o desmonte ou destruição das ruínas da Antiga Vila Rica também não foram suficientes para patrimonializar o lugar.

Quando associamos as ruínas do Morro da Queimada à visão de raras ruínas de um bairro onde a maior parte era constituída de população escrava, poderiam ser as ruínas do sítio arqueológico valorizadas como patrimônio da cidade através desta lembrança da Escravidão negra no Brasil? Esta é uma outra política de memória a ser desenvolvida. É comum pessoas que não gostam de forma pessoal de Ouro Preto dizer que a cidade tem uma aura “pesada” devido a história escravocrata passada. Seria esta uma forma de nomear ou negar a escravidão da população negra na história da cidade? Creio que nomea-se e nega-se ao mesmo tempo.

Podemos pensar que no momento em que a cidade de Ouro Preto se expandia, as pedras das ruínas tornavam-se novamente matéria-prima da habitação de trabalhadores diretos ou indiretos da nova mineração na cidade, descendentes ou não de negros escravizados, cuja memória coletiva também parece ter sido tomada pelo esquecimento deste passado. Ao reutilizarem a matéria das ruínas estariam os novos habitantes mineradores se apropriando de um bem que historicamente já os pertencia? Seria esta também uma forma de preservação como defendido por lideranças comunitárias nas audiências? Esta é uma pergunta para os próximos capítulos.

De toda forma, as “invasões” do Sítio Arqueológico e a demanda por moradias baratas próximas ao centro de Ouro Preto não eram o principal obstáculo à patrimonialização do lugar.

Na verdade, o principal entrave ao longo do tempo foi a completa dissociação entre as políticas de preservação do patrimônio, e as políticas de urbanas de planejamento de ocupação do território de Ouro Preto.

Afinal, se a mudança da capital para Belo Horizonte em 1897 refreou até a primeira metade do século XX a expansão urbana de Ouro Preto, após este período a cidade voltava a crescer e a ocupar os seus morros e encostas, inclusive no Sítio Arqueológico do Morro da Queimada, impulsionada pelo desenvolvimento minerário e turístico da região, e que reproduz o crescimento desordenado das grandes e médias cidades brasileiras.

No entanto, pela presença forte do IPHAN e de diferentes órgãos e níveis de governo na cidade símbolo do patrimônio nacional, poderíamos supor que deveria haver um maior controle do território, inclusive, historicamente já praticado desde os tempos coloniais da exploração do ouro. Conta-se uma anedota de moradores de Ouro Preto, que quando um vizinho não gosta pessoalmente do outro “chama o IPHAN” para fiscalizá-lo. Talvez o mesmo ocorresse nos tempos da Coroa, no entanto, aqui o órgão de patrimônio assumiu o lugar do controle do colonizador em uma ação pontual de controle.

Na realidade, ao contrário, o que se observava em relação ao Sítio Arqueológico, era uma completa omissão por décadas frente as ocupações da área, um desacerto entre a Prefeitura e a Câmara Municipal na definição de políticas urbanas nas últimas décadas do século XX, e, de fato, um descompasso completo do Poder Público em diferentes níveis de governo, federal, estadual e municipal, explicitada na primeira Audiência Pública de 2001.

Os anos seguintes até 2003, foram marcados pela falta de vontade política da prefeitura e uma atuação mais presente da Câmara, seguidos por impasses políticos e técnicos até 2005, além da ausência de instrumentos de planejamento territorial básicos e regulamentados como um Plano Diretor e uma Lei de Uso e Ocupação do Solo.

De toda forma, a pergunta mais pertinente não seria questionar a que referência de passado histórico o sítio arqueológico está identificado, ou o quanto as ruínas precisaram ser desmontadas e ocupadas para que o lugar se tornasse objeto das políticas de patrimonialização. A pergunta mais importante é reconhecer quando há patrimônio cultural de fato reconhecido como tal, em um dado tempo e espaço do lugar do Morro da Queimada. Ou seja, se tomarmos o patrimônio cultural como uma forma de conhecimento e saber, este saber precisa ser atualizado em um determinado presente. Assim, cada período de tempo não constitui apenas distintos passados, mas diferentes presentes do passado do lugar.

Em uma cidade amplamente patrimonializada como Ouro Preto, lembrar e esquecer um lugar representa definir escalas de prioridade para a capacidade de ação limitada de governos, por vezes omissos, mas também com recursos escassos e limitados.

O período mais marcante na patrimonialização do Morro da Queimada ocorre a partir de 1990 a 2015, quando no final da última década do século XX, as primeiras escavações arqueológicas são realizadas no Sítio. Por outro lado, a pressão exercida por organismos internacionais como ICOMOS / UNESCO, marcado pelo incêndio do Hotel Pilão na Praça Tiradentes, me parecem fatores fundamentais para uma mudança de postura política do poder público municipal.

A regulamentação e implementação de legislações de planejamento urbano como o Plano Diretor de Ouro Preto (1996-2004) e Lei de Uso e Ocupação do Solo (2011) são expressões desta mudança e resultado de pressões técnicas, institucionais e da população local. Portanto, podemos avaliar: o que deflagrou a patrimonialização do Morro da Queimada foi, por um lado, o contexto favorável de 2000 a 2008, decorrente de um processo social de mudanças, na perspectiva da técnica e das políticas da patrimonialização do território, e por outro, a mobilização institucional, técnica, política e comunitária pelo reconhecimento, de fato, do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada como patrimônio cultural de Ouro Preto. Isto, marcado pela audiência pública de 2005, juntamente com a caminhada coletiva nas ruínas, que culminaria com a criação do Parque em 2008.

O processo de desenvolvimento de políticas de patrimonialização sob nova perspectiva a que me refiro, corresponde a passagem de ações pontuais e voltadas a monumentos localizados ou centrais na cidade, para ações de conjunto que consideram o território, a paisagem e a memória comunitária, como parte da preservação patrimonial, gerando novas políticas de memória para o Sítio Arqueológico do Morro da Queimada.

Neste período, do ponto de vista das políticas de patrimonialização passa-se de uma visão mais arquitetural e artística de preservação para uma visão de conjunto, mais territorial, comunitária e paisagística. Relembrando que o relatório produzido pelo arquiteto do ICOMOS / UNESCO em 2003, Esteban Prieto, faz uma referência direta a esta necessária mudança de perspectiva ao destacar que “*paisagem e arquitetura são indissociáveis em Ouro Preto, daí a importância do planejamento urbano e do aparelhamento de órgãos de gestão do patrimônio*”. Podemos supor que a visão de indissociabilidade entre paisagem e patrimônio, trazida pelo arquiteto estrangeiro, tenha influenciado ao longo dos anos seguintes a mudança da política patrimonial em Ouro Preto, e sua relação com o em torno da cidade.

Mesmo assim, como já vimos, a criação e regulamentação do Parque não se deu no curto prazo, mas viveu uma aceleração combinada a fatores políticos, legais e comunitários. Um contexto favorável não significa um contexto único e contínuo, mas composto por descontinuidades, discordâncias e controvérsias institucionais na atuação de órgãos públicos em diferentes níveis que contribuíram para viabilizar a efetiva criação do Parque em 2008. Dentre as instituições podemos citar além do IPHAN, a Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, a Prefeitura e a Câmara de Vereadores de Ouro Preto, assim como associações de moradores dos bairros do em torno e o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto. Também estiveram envolvidos o Ministério Público Federal, entidades religiosas e ONGs.

Apesar de todos os avanços nas políticas de memória para o Sítio Arqueológico, ainda existe muita dificuldade em definir um modelo de proteção e preservação efetivo entre as instituições e demais agentes envolvidos no conselho gestor do Parque, agora, Monumento. Isto, tem gerado descontinuidades tais como a falta de políticas investimento e de manutenção constantes para a área.

Como já dito, fica evidente que cada vez mais a proteção do sítio arqueológico do Morro da Queimada é debatida publicamente entre dois pontos, as vezes antagônicos, as vezes correspondentes: como forma de acesso à memória a um bem público patrimonializado, valorizando as comunidades dos bairros do em torno e, e por outro, na sua relação com as propriedades privadas que fazem divisa e querem definir os limites da patrimonialização com a área até então definida como Parque / Monumento arqueológico. Reiterando que esta controvérsia fica clara na noção de que o território, mesmo fora do Parque / Monumento, continua dentro de uma área protegida enquanto sítio arqueológico. Ou seja, quando há ou não patrimônio, ainda pode haver Arqueologia.

Ainda que a linha do tempo aqui apresentada demonstre um processo que é por natureza dinâmico, descontínuo, inacabado ou não consolidado, precisamos considerar que a patrimonialização como um processo de construção de memória também constitui memórias, cuja dinâmica é muitas vezes opaca e pouco visível na maneira como se conta a história dos lugares patrimonializados, apesar destas memórias influenciarem diretamente a política de patrimonialização do lugar ao longo de diferentes governos e momentos políticos do país. Há também diferentes gerações de técnicos, concepções e distintos momentos institucionais do IPHAN a serem considerados, atravessados também por distintas

concepções e conjunturas de mobilização do patrimônio cultural como questão pública, mais relevantes ou não entre momentos sócio-históricos distintos, algo a ser abordado no próximo capítulo.

Nós sabemos que o que acontece antes transforma aquilo que acontece depois em uma sociedade, mas é preciso reconhecer que a maneira como “depois” olhamos para o que aconteceu “antes” também transforma o passado no presente. Nesse sentido, pretende-se nos próximos capítulos ir além da cronologia, reconstruir a processualidade e a historicidade do Parque na dinâmica de referências e imaginários que são expostos, esquecidos e retomados em diferentes momentos. Além de identificar as diferentes temporalidades e fatores, é preciso identificar como os imaginários atuam sobre o lugar, contendo visões e perspectivas geracionais distintas, transformações no território e transformações de concepções das políticas de patrimônio e de memória.

Nem todas as perguntas transversais colocadas no início deste tópico seriam respondidas aqui, mas como perguntas precisavam ser colocadas, ainda que para ficar sem resposta neste momento. Enumero as que restam a seguir e buscarei responde-las nos próximos capítulos: Como contar a história de uma patrimonialização inacabada? Quais as políticas de memória para o Sítio Arqueológico? Com que imaginários e memórias? Qual a política de memória existe de fato para as ruínas do Morro da Queimada

“A gente escreve o que ouve -nunca o que houve!”
Oswald de Andrade – Manifesto Antropofágico (2011).

Capítulo 2 –Relativizando a patrimonialização do Morro da Queimada no tempo e espaço: ruínas e controvérsias.

2.1 - A Patrimonialização como construção de conhecimento e aprendizado coletivo

Este capítulo continua agregando camadas ao tempo e espaço do lugar do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada, buscando aprofundar a análise das diferentes temporalidades de seu processo sócio-histórico de patrimonialização e transformação em lugar de memória. Assim, para aprofundar a análise iniciada no capítulo anterior, proponho perceber a partir deste ponto a patrimonialização de um bem cultural em novas dimensões de seu processo sócio-histórico. Agrega-se a este processo a produção de conhecimento (técnico, social e cultural), e o aprendizado coletivo sobre memória de um lugar, até sua constituição como uma política de memória específica para este lugar.

Primeiramente, a percepção do patrimônio cultural como uma forma de produção de conhecimento e aprendizado coletivos exige uma reflexão sobre como este conhecimento é socialmente **criado, afirmado, difundido, aprendido e atualizado entre diferentes gerações**, como um conceito e forma de memória coletiva dos espaços sociais.

Por um lado, na medida em que a patrimonialização envolve o reconhecimento de um bem anterior, ou herdado de gerações anteriores, é preciso reconhecer, em parte, a dimensão de exterioridade do patrimônio cultural, seja como coisa ou fato social.

Nos termos de um dos fundadores da sociologia Emile Durkheim (2001) em *As Regras do Método Sociológico*, poderíamos facilmente considerar o patrimônio cultural como um fato social, coercitivo e transgeracional. Como um bem cultural construído socialmente no passado e afirmado no presente por instituições sociais entre diferentes gerações de uma sociedade, compondo uma representação coletiva, em geral chancelada pelo Estado, representando como a sociedade olha a si mesma e ao mundo a sua volta. Assim, para o autor, o patrimônio cultural poderia ser visto como fato social, e como uma coisa, não pode ser eleito ou modificado como tal por intermédio de um simples decreto da vontade. O Patrimônio cultural seria dotado de vida própria, externo aos membros da sociedade, até porque se constitui numa herança da própria sociedade.

O patrimônio cultural como um fato social poderia ser associado ao modelo mais tradicional de patrimonialização, naturalizado, monumentalizado, nacionalista e calcado numa perspectiva estática do passado.

Esta perspectiva de categoria do Patrimônio Cultural pode ser explicada e desnaturalizada como uma construção associada historicamente com a afirmação dos Estados nacionais europeus, no final do Século XIX; um processo de criação de identidades nacionais, que consistiu em inventariar um patrimônio comum como imaginário nacional, isto é, de fato em inventá-lo. (Tiesse, 2001-02, pag. 8). Se nos dias de hoje é constatado que os patrimônios culturais nacionais foram fruto de um processo de criação, mais ou menos intencional, de identidades nacionais como imaginário de nação, motivado por governos e intelectuais, a visão de Durkheim (2001) não é suficiente para explicar o processo sócio-histórico de constituição e transformação da patrimonialização de um bem cultural.

Este processo de criação de identidades nacionais foi reapropriado no Brasil a partir da criação do SPHAN, equivalente ao período de 1937 a 1969, descrito no capítulo anterior, e o reconhecimento do patrimônio colonial de Ouro Preto foi um dos protagonistas deste processo.

Em todo caso, na França a noção de patrimônio cultural surge pela primeira vez afirmada em oposição à noção de vandalismo. Uma oposição surgida logo após a Revolução Francesa (1789) contra o sentimento revolucionário que destruía os vestígios do antigo regime (Abreu, 2006-07, pag. 55). Já no século XIX, o Patrimônio Cultural também surge como forma e discurso para preservar “a beleza e a herança cultural” contra a destruição e arruinamento provocado pela especulação imobiliária e reformas urbanas como a promovida pelo Barão de Haussman, em Paris (Abreu, 2010). O Patrimônio Cultural é aqui colocado em oposição aos interesses privados e à destruição da herança cultural, afirmando sua importância coletiva como um bem público para ser visto por sua importância artística e estética. Segundo Regina Abreu (2010), o escritor Victor Hugo escreveu um artigo célebre no século XIX, em que adianta a ideia que faria o Patrimônio cada vez mais ser compreendido como um bem público para ser visto:

“... quaisquer fossem os direitos de propriedade não se devia permitir que ignóbeis especuladores destruíssem edifícios históricos monumentais, porque no aspecto utilitário pertencia ao proprietário, mas no aspecto da beleza o prédio pertencia a todos (tout le monde)” (Hugo *apud* Abreu, 2010, pag.192).

Em contraponto, é necessário ponderar “o patrimônio como uma categoria eminentemente ocidental e que acompanha a história dessa civilização” (Hartog, 2003: 163-206 *apud* Gonçalves, 2015, pag. 214). Quando Hartog (2003) aponta a ocidentalidade da categoria Patrimônio, é preciso também considerar que esta visão de ocidente também corresponde a uma perspectiva eurocêntrica de mundo, e, portanto, a uma forma de conhecimento limitada a uma visão do ocidente.

Por outro lado, o Patrimônio como uma categoria de pensamento já existia com outros usos sociais, como explica José Reginaldo Gonçalves (2009) em seu artigo intitulado *Patrimônio como Categoria de Pensamento*:

“Mais que um sinal diacrítico a diferenciar nações, grupos étnicos e outras coletividades, a categoria patrimônio... parece confundir-se com as diversas formas de autoconsciência cultural... estamos diante de um problema bem mais complexo do que sugerem os debates políticos e ideológicos sobre o tema do patrimônio” (Gonçalves, 2009, pag. 26)

Ao relacionar antropologicamente as formas de autoconsciência cultural com a categoria patrimônio, o autor a aproxima de outros instrumentos de autoconhecimento das sociedades, no sentido de atuar como instrumento de orientação da vida sócio-histórica no tempo e no espaço.

Em outro artigo, José Reginaldo Gonçalves (2015) reconhece o patrimônio enquanto uma categoria que pode ser encontrada diferentemente em outras sociedades ou culturas ainda que: “isto significa levar longe demais o reconhecimento da sua presença. Mas, se contornamos essa discussão, o que importa efetivamente é explorar, comparativamente, as diferenças entre essas concepções” (Gonçalves, 2015, pag. 214).

Portanto, comparar diferentes concepções de patrimônio é uma forma de visualizar seu processo sócio-histórico enquanto categoria de pensamento em diferentes contextos (como e quando se patrimonializa), como no estudo de caso em específico, ao longo do tempo e do espaço do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada.

Assim, a partir da exploração das diferenças entre as concepções de patrimônio, podemos afirmar a perspectiva de “que os patrimônios são percebidos como sintomas de nossas experiências do tempo: ao descrever e analisar suas variações históricas e geográficas, estaríamos na verdade comparando formas diversas de se experimentar o tempo” (Hartog *apud* Gonçalves, 2015, pag 216).

Portanto o patrimônio cultural pode ser visto como forma de conhecimento e aprendizado coletivo que constrói uma forma de autoconsciência cultural como “sintoma” de nossa maneira de experimentar o tempo, podendo ser encontrado diferentemente em outras sociedades ou culturas enquanto categoria de pensamento. Isto posto, assumo aqui as limitações da utilização da categoria “Patrimônio Cultural” e as dificuldades de encontrar uma categoria alternativa, a fim de não prolongar sem necessidade a discussão sobre sua ocidentalidade diante das especificidades do caso estudado.

Por sua vez, se entendemos o patrimônio como sintomas de nossas experiências do tempo, aquilo que chamamos de patrimônio cultural deve ser analisado como uma forma de conhecimento e memória coletiva historicamente situado, contextualizado no tempo e no espaço de uma sociedade culturalmente diversa e ocidentalizada como a brasileira. Dessa maneira, a patrimonialização de um lugar é um processo ocidentalizado, contextualizado e historicizado, de criar conhecimento e aprendizado coletivo sobre a memória de um lugar do passado, compartilhado e vivenciado socialmente no presente.

Assim, um processo sócio-histórico de patrimonialização atuaria como um mediador entre diferentes temporalidades já que “consiste em pensar os patrimônios como sistemas de relações sociais e simbólicas capazes de operar uma mediação sensível entre o passado, o presente e o futuro” (Gonçalves, 2015, pag. 216). Nesse sentido, quais os conhecimentos e aprendizados coletivos do processo sócio-histórico de patrimonialização das ruínas do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada de 1937 a 2022? Quais as limitações quando a patrimonialização ocorre em bens materiais como ruínas, cuja memória não há mais testemunhos de pessoas vivas ou mesmo registros concretos de acontecimentos?

Para Maurice Halbwachs (2003), “...mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo..., que vemos agora no momento em que recordamos do ponto de vista desse grupo” (Halbwachs, 2003, pag. 41). Quando falamos de ruínas de 300 anos atrás, um certo distanciamento é evidente, mas seus habitantes a partir do nosso presente podem contar suas histórias para nós. Então que sujeitos contam esta história? E com que legitimidade se mantêm como tal? Até que ponto as instituições sociais tem capacidade de estabelecer novos patrimônios, ou novas concepções patrimoniais, e modificar aquelas existentes?

No processo sócio-histórico de constituição como patrimônio do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada é possível percebermos diferentes formas de mediação, contínuas e descontínuas, de sistemas de relações sociais e simbólicas entre o passado, o presente e o futuro.

Portanto, mesmo diante da ausência e do passado distante, podemos falar em memória coletiva se um fato tem lugar na vida de um grupo social. Que lugar de fato tem a chamada Revolta de Felipe dos Santos na memória coletiva de Ouro Preto? E dos moradores dos bairros do em torno do Sítio Arqueológico? Qual o lugar e ponto de vista na memória coletiva das ruínas do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada? Estas não são perguntas fáceis de responder e serão retomadas ao longo do capítulo.

Nesse sentido, vale retomar outra pergunta: podemos pensar o Patrimônio Cultural como uma forma de contação de histórias do passado no presente, na forma de narrativas e interpretações como filmes, livros e outros produtos culturais também o fazem? É um processo que envolve tanto os governos e instituições locais, como moradores de bairros limítrofes e especialistas como autores deste conhecimento e aprendizado coletivo, em meio a processos sociais e contextos favoráveis, ou não, ao efetivo reconhecimento como patrimônio cultural. Que sujeitos de fato roteirizam o passado dos lugares construindo cenários para criar uma memória coletiva presente compartilhada destes espaços? Reconhecer um Patrimônio não representaria tomar partido de um ponto de vista da história dos lugares tal como um ponto de vista do conhecimento e da memória coletiva?

Retornando à referência da patrimonialização de espaços públicos na França em meados do século XIX, Regina Abreu (2010) nos conta como o arquiteto Viollet-le-Duc empreendeu um dos maiores esforços de restauração do espaço público na capital do país. Para a autora “as restaurações de prédios, monumentos, museus, obras de arte não constituíram reproduções puras e simples do passado. O que ocorreu foi um movimento novo de apropriação de elementos do passado num contexto de crença e exaltação do futuro” (Abreu, 2010, pag. 193). A autora ainda destaca que, neste contexto, os sujeitos do patrimônio na França estavam ligados ao que havia de mais moderno nas administrações nacionais, regionais ou locais franceses, e enquanto movimentos patrimoniais foram o produto de escolhas, seleções, decisões, julgamentos. No caso da patrimonialização de espaços públicos na França em meados do século XIX, os ideais dos movimentos

patrimoniais não eram de exaltação do passado ou nostalgia, mas buscavam exaltar e universalizar as conquistas do mundo burguês. (Abreu, 2010, pag. 194).

No caso do Parque Arqueológico do Morro da Queimada, já vimos registros documentais de que o sítio arqueológico já era conhecido pela geração fundadora das políticas de patrimônio no Brasil na década de 1930. No entanto, sua ação e eleição dos patrimônios a serem preservados se orientou por construir imaginários baseados em valores e escolhas que priorizaram patrimônios que não estavam “em ruínas” ou destruídos, e tinham maior visibilidade social e importância simbólica, como igrejas católicas, ou ainda, eram considerados como de maior importância artística ou estética.

2.1.1 - Aprendizado e formação institucional do IPHAN no processo sócio-histórico

De toda forma, nenhum sujeito do processo sócio-histórico de patrimonialização está isolado, pois precisa estar situado dentre as diferentes gerações que constituem memórias e mediam o presente do passado de um patrimônio cultural. A partir disso, podemos dizer que o patrimônio cultural seria uma das formas de criar sentido subjetivo aos destinos das pessoas, em sociedade e do próprio grupo.

Nesse sentido, podemos questionar, qual a historicidade do conhecimento objetivado pela patrimonialização se compararmos momentos e políticas de memória distintas para um mesmo bem cultural? Quais sentidos, valores e atributos são utilizados por diferentes gerações no reconhecimento deste patrimônio cultural?

A análise de Mannheim (1951) sobre as gerações pode nos ajudar a entender estas diferenças de reconhecimento do patrimônio cultural. Uma geração para Mannheim (1951, pag. 115-174) se define por uma posição social, e não apenas biológica, compartilhada em um grupo de nascidos em uma sociedade. Uma geração surgiria em média a cada vinte anos, e teria em comum a experiência de participação em uma realidade social comum limitada numa seção de tempo. Portanto, uma determinada geração em comparação a outra, compartilharia subjetividades distintas sobre o processo que se objetiva na seleção de patrimônios culturais. Isso não significa que diferentes gerações não possam conviver e trocar experiências e aprendizados, porque é exatamente isto que ocorre no processo de construção do conhecimento e aprendizado coletivo da patrimonialização em um largo

período de tempo. Como a atuação de diferentes gerações com discursos e ações sobre as ruínas do Sítio Arqueológico configuraram seu processo sócio-histórico descontínuo de patrimonialização? De fato, entre as continuidades e descontinuidades do processo analisado no capítulo, um estiveram presentes diferentes concepções de patrimonização baseadas em distintos imaginários.

Aqui o que chamo de imaginário é o que Jean Jacques Wunenburger (2007) identifica na relação entre memória e imaginário: “O Imaginário serve para dotar os homens de memória, fornecendo-lhes relatos que sintetizam e reconstroem o passado e justificam o presente” (Wunenburger, 2007, pag. 63). Dessa maneira, o imaginário coletivo constitui memórias que mediam, através de relações sociais e simbólicas, o presente do passado de um patrimônio cultural. Portanto, podemos considerar que a memória não existe sem a força do imaginário, e quando falamos do imaginário sobre um lugar em ruínas, há mais elementos materiais para reconstruir seu passado no presente do que se elas não existissem mais.

De fato, um patrimônio cultural na forma de memória coletiva, é baseado na linguagem e comunicação de um conhecimento coletivo considerado verdadeiro historicamente por uma sociedade. Trata-se da capacidade explícita da linguagem como repositório objetivo de vastas acumulações de significados e experiências, passados de geração em geração (Berger e Luckman, 1985, pag. 57) e (Mannheim, 1951, pag. 115-174). Cada imaginário presente sobre a memória de um lugar, busca construir conhecimento histórico sobre este lugar a partir de modos concretos de obtenção de conhecimento que prevalecem em cada época (Mannheim, 1951, pag. 115-174). Assim, uma concepção, mesmo institucionalizada, de patrimônio cultural não permanece constante através do tempo, mas sofre as influências das transformações sociais, políticas e históricas. Portanto, o que não era considerado patrimônio cultural na constituição dos Estados Nacionais no século XIX, pode ser considerado patrimônio cultural no século XXI. E o que era considerado patrimônio cultural nacional, pode não ter o mesmo sentido enquanto conhecimento e memória coletiva atribuído nos dias de hoje.

Um patrimônio cultural, como forma de conhecimento coletivo, constrói objetividades (mesmo com seu objeto material inacabado), através de intenções subjetivas entre gerações (mediadas por relações de poder e conflito), por meio do aprendizado, representação e contação de histórias que acessam as intersubjetividades em diálogo contínuo, sincronizado e recíproco.

A própria constituição institucional do Instituto de patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) se confunde com as mudanças de concepções de patrimônio cultural ao longo do tempo. Uma instituição com mais de oitenta anos é parte de um processo sócio-histórico no qual podemos identificar a passagem de distintas gerações. A patrimonialização do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada em sua extensão no tempo (1937 – 2022) pode se confundir com a própria história do IPHAN. Como a formação, processos e mudanças institucionais do IPHAN demonstram ou dialogam com as temporalidades apresentadas no capítulo anterior? De fato, creio que podemos encontrar muitas correspondências.

Nessa direção, como uma das formas de demonstração desta ideia, este capítulo elege e ambiciona colocar em diálogo trechos de diferentes obras e pesquisas que se empenharam no entendimento do processo institucional do IPHAN, na medida em que estudaram a gênese, a retórica e a arqueologia da formação da Política de Patrimônio Cultural no Brasil. Tratam-se de obras e pesquisas que se tornaram referência técnica e institucional na formação de quadros de profissionais da Instituição⁵⁶, em concursos públicos e no debate técnico, isto, a ponto de influenciarem os entendimentos, transformações e mudanças da noção de patrimônio cultural no Brasil nos últimos trinta ou quarenta anos.

Dentre as principais obras e pesquisas a serem utilizadas, estão aquelas de distintos pesquisadores, realizadas em momentos e programas de pós-graduação diversos, mas que encontram certa correspondência e capacidade de serem colocadas em diálogo ao longo deste texto. Tratam-se das teses de doutorado de Marisa Veloso⁵⁷, Márcia Chuva⁵⁸, Cecília Londres Fonseca⁵⁹ e José Reginaldo Gonçalves⁶⁰. A proposta é colocar em perspectiva olhares ricos e distintos, porém com similaridades, sobre a invenção social do patrimônio

⁵⁶ Uma das formas de evidenciar isto é o fato de serem autores referência no curso de mestrado profissional em Preservação do Patrimônio Cultural criado em 2010, a partir do já existente Programa de Especialização em Patrimônio (PEP), este, criado em 2004 com a cooperação técnica da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) – Fonte: Portal IPHAN - PEP.

⁵⁷ Marisa Veloso é mestre e doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB), profa do PPGSOL/UnB e Instituto Rio Branco - Fonte: Lattes.

⁵⁸ Márcia Chuva é doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), profa da Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO) e do Mestrado do IPHAN- Fonte: Lattes.

⁵⁹ Cecília Londres Fonseca é doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), foi pesquisadora do Centro Nacional de Referência Cultural (1976-79) e coord. de projetos da Fundação Pró-memória (1979-90). Assessora (1995-98) e depois coord. no MINC (1999-2001) de Políticas da Secretaria de Patrimônio, Museu e Artes Plásticas, e integrante do GT do Patrimônio Imaterial (1998-2000), e representante na Unesco, para a elaboração da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2002-03). Fonte: Ed. UFRJ.

⁶⁰ José Reginaldo Gonçalves é professor titular aposentado de Antropologia Cultural da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ), PhD em Antropologia Cultural pela Universidade de Virginia, Mestre em Antropologia Social pelo PPGAS do Museu Nacional da UFRJ, Pós-doutorado na Brown University, EUA e Membro Titular do Conselho Consultivo do IPHAN (2018-22); Fonte: Lattes.

cultural no Brasil. Trata-se de autores que são artífices de noções e parâmetros da patrimonialização no país, seja atuando na universidade, na formação de técnicos ou na própria instituição IPHAN. Não exclusivamente, além destes autores, ocasionalmente, outros autores de artigos e publicações podem ser citados e tomados como referência ao longo da análise.

2.1.2 - Criação da Academia SPHAN e o Morro da Queimada

Para Marisa Veloso (2018), a criação da chamada Academia SPHAN corresponde ao momento em que o barroco é redescoberto e valorizado como paradigma da construção de nação como civilização, dando visibilidade a objetos e documentos históricos e monumentos, dotando-os de estatuto de arqueologia (Foucault, 1972 *apud* Veloso, 2018, Pg. 35 e 40). Neste caso, o termo arqueologia tem mais um papel simbólico e figurativo do que da prática arqueológica, o que não exclui a valorização e reconhecimento, neste momento, de alguns sítios arqueológicos como as ruínas de São Miguel das Missões no Rio Grande do Sul. Já redescobrir e dar visibilidade, representa imputar um sentido presente ao passado colonial do Barroco que o associa a necessidades e valores atuais de construção da Nação, neste caso, a arquitetura modernista, que coloca o Modernismo e o Barroco tendo raízes como conceito, e uma forma de expressão comum. Para a autora, o Patrimônio Cultural atuaria como mediador entre a valorização do Barroco e afirmação do Modernismo, ambos vistos como constitutivos de uma identidade brasileira que não reproduzia simplesmente seu passado. Trata-se de tomar o Nacionalismo como eixo aglutinador, na ânsia de descobrir o Brasil, no momento em que se formulou e implementou com extremo vigor o que a autora considera como ideologia de Estado.

O que Marisa Veloso (2022)⁶¹ chama de Academia SPHAN, corresponde a uma geração de intelectuais que concomitantemente construíram uma representação de sua identidade como guardiões detentores de uma missão: desvendar a nação brasileira, nomeá-la e dar-lhe uma fisionomia. Ela analisa que esse grupo de intelectuais formou o que Mannheim (2008, pag. 69-139) definiu como uma *Intelligentsia*, que buscava renovar os cânones estéticos, contestava a cultura dominante, valorizava as raízes de tudo que é

⁶¹ Palestra de Marisa Veloso, Patrimônio, Barroco e Modernismo - Canal Youtube PPGSOL/UnB, 07 de abril 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k-N9Qa3UUNU>

brasileiro, desesperava-se com o atraso cultural do país, as estruturas retrógradas da sociedade e procurava uma identidade social tentando estabelecer uma ponte entre a modernidade e a modernização (Veloso, 2022). Dessa maneira, este grupo de intelectuais, como ator político construiu sua hegemonia no jogo de espelhos com Estado, em que ambos, estão interessados em organizar politicamente a sociedade e a cultura, e, por isso, o discurso formulado por aquela elite intelectual encontra alguma ressonância no próprio discurso político oficial.

Marisa Veloso (2022) destaca que a relação entre os intelectuais vanguardistas se tornou possível pela mediação do mineiro **Gustavo Capanema**⁶², ministro da educação e saúde de 1934 até o final da Era varguista em 1945, juntamente com **Rodrigo de Melo Franco de Andrade**, líder carismático, fundador do SPHAN em 1937, juntamente com Mário de Andrade. Além deles, Carlos Drummond de Andrade, Alceu Amoroso Lima, Prudente de Moraes Neto, Cecília Meireles, Manoel Bandeira, Lucio Costa com a mediação de Gustavo Capanema, constituíram uma rede bem articulada de técnicos e intelectuais que atuava em Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e outros Estados.

Para Marisa (2022), trata-se de uma geração que criou um repertório de experiências compartilhadas, um horizonte cultural comum, empenhados que estavam em promover uma renovação estética e uma revisão crítica da história do Brasil:

“...a postura desses intelectuais identifica-se totalmente com pensamento da Vanguarda, empenhados que estão em renovar a inteligência e a introduzir no horizonte da cultura novos valores estéticos históricos para pensar na nação **a partir de seu patrimônio cultural que necessitava ser identificado nomeado e reconhecido**” (grifo meu) - (Veloso, 2022).

Através da atuação da primeira geração do SPHAN, o Estado de Minas Gerais passou a ser considerado símbolo do conceito de cultura brasileira, ao imputarem ao barroco e as cidades coloniais mineiras, o papel de berço de originalidade e expressão artísticas nacionais como patrimônio cultural que necessitava ser identificado nomeado e reconhecido. Trata-se de uma mediação entre passado e presente que opera a relação entre o singular e universal, na medida em que a ideia de nacionalidade faz sentido pelas marcantes diferenças em relação

⁶² Gustavo Capanema – político mineiro e interventor em Minas Gerais, em 1933. Ministro da Educação e Saúde, de 1934-45, criou em 1937 o INL e o IPHAN, e em 1938 o Inep. Mesmo sob o regime do Estado Novo, manteve a equipe proposta por Rodrigo. (Fonte: Telles In Andrade, 2012 - adaptado).

ao Barroco litorâneo baiano e carioca, ainda muito presos ao Barroco português. Desde então, o estilo do Barroco mineiro passou a ser um tema do presente, valorizado na medida em que a sua arte e história e ganham uma dimensão eminentemente coletiva dotada de valor universal (Veloso, 2022).

Portanto, para Marisa, é preciso reconhecer a capacidade de inovação desta geração na medida em que ocorre uma “tomada de consciência de um novo momento da modernidade muito diferente da concepção compartilhada pelos intelectuais do final do século XIX”. Estes últimos haviam sido marcados pelo evolucionismo, positivismo e naturalismo, originados no paradigma biológico, e tentavam explicar o atraso brasileiro pela mestiçagem e o clima tropical, desvalorizando o período colonial como prova deste atraso (Veloso, 2022). Nesse sentido, a geração criadora do SPHAN teria como foco a história e as ciências sociais para construir uma leitura inovadora da sociedade brasileira, a partir de um conceito abrangente de cultura, que incluía diferentes povos e raças com sua originalidade, tradições e manifestações, formadoras do arcabouço da nacionalidade, numa redescoberta da arte colonial, por meio do barroco mineiro e paulista (Veloso, 2022).

Apesar disso, precisamos considerar que há no Brasil no século XIX até meados do século XX, a predominância de um ideal de embranquecimento da população, a reboque dos processos de imigração de europeus e orientais advindos de regiões empobrecidas, e uma negação da herança negra e indígena na sociedade brasileira. Assim, podemos questionar o quão abrangente era o conceito de cultura, limitado pelo nacionalismo, e quão inovadora, em seu tempo, foi a leitura da geração criadora do SPHAN. Até que ponto o conceito de cultura da geração criadora do SPHAN foi capaz de reconhecer e abarcar a herança negra e indígena da sociedade brasileira? De fato, as concepções de patrimônio cultural neste período valorizavam muito mais as tradições luso-brasileiras e católicas, e tratavam outras heranças culturais no campo da mestiçagem, reconhecidas em figuras como Aleijadinho, no mesmo sentido ainda embranquecedor da sociedade brasileira.

Portanto, a Academia SPHAN seria fruto de um contexto de condições e contradições históricas, ideacionais e materiais que permitiram a emergência de uma formação discursiva e a construção de categorias mediadoras que adquirem eficácia simbólica e social em sua criação (Veloso, 2018, pag. 40). Ou seja, a instituição é fruto de um contexto que permitiu emergir e colocar em prática a patrimonialização como forma de conhecimento e aprendizado coletivos, mediando no presente a relação da Nação com seu tempo passado,

como novos sintomas de nossas experiências do tempo (Hartog, 2003 *apud* Gonçalves, 2015, pag 216). Nesse sentido, o patrimônio cultural surge neste cenário como parte de um projeto presente de construção de um passado para o futuro. Em sua tese, Marisa Veloso (2018) destaca que o Modernismo se apresenta “como representação messiânica do passado... procuravam o retorno como forma de salvar o futuro” (pag. 51).

A propósito, em publicação Revista do IPHAN nº 09 - ano 1945, o artigo de J. Wasth Rodrigues⁶³, intitulado a *Casa de Moradia do Brasil Antigo*, destaca que em Ouro Preto e Mariana as casas mais antigas dos começos de 1700 são em pedra e argamassa, e explicita abertamente: “o que se pode observar nas ruínas do **Morro da Queimada** onde as paredes são ainda em **pedra tosca**” (grifo meu) (Rodrigues, 1945, pag. 168). Em seguida, o autor continua afirmando que somente no início do século XVIII é quando se generaliza, tanto em grandes sobrados como em pequenas casas urbanas, o processo de construção mais usado em Minas, barro de mão ou pau a pique, num momento de transição do processo construtivo (Rodrigues, 1945, pag. 168).

O fato é que a palavra adjetivo “tosca”⁶⁴, utilizada por Rodrigues para descrever em 1945 as ruínas do Morro da Queimada, demonstra a visão pejorativa e a relação de inferioridade que se vislumbrava do sítio arqueológico em relação ao barroco das igrejas coloniais da cidade de Ouro Preto. Isto, em comparação à importância artística e estética atribuída às igrejas coloniais em comparação a outros bens culturais com importância apenas histórica.

⁶³ J. Wasth Rodrigues - Pintor, desenhista, ceramista, ilustrador, historiador e professor. Fonte: [Wasth Rodrigues | Enciclopédia Itaú Cultural \(itaucultural.org.br\)](http://WasthRodrigues|EnciclopédiaItaúCultural(itaucultural.org.br))

⁶⁴ O próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade no artigo: Primórdios da Arquitetura Brasileira, publicado no Jornal O Estado de S. Paulo de 21 de junho de 1947, utiliza o termo “frágeis e toscas” para se referir às habitações indígenas, a fim de questionar a suposição de que fossem técnicas construtivas que fossem utilizadas nos primeiros arraiais e vilas do Brasil, estas supostamente construídas segundo técnicas europeias “mais avançadas” (grifo meu) (Andrade, 1986, pag. 123). O fato é que demonstra que tosca é uma qualificação recorrente no período.

A CASA DE MORADIA NO BRASIL ANTIGO

Interessante sob muitos aspectos, sobretudo como um dos principais entre os elementos auxiliares para a melhor compreensão da nossa história, é, sem dúvida, o estudo da casa antiga no Brasil. Interessante, pelas características permanentes dessa casa principalmente pela unidade do seu aspecto em todo o território, e pela imutabilidade, através do tempo, dos princípios que presidiram à sua construção, fenômeno esse comparável, pela semelhança (tendo-se em vista a extensão territorial) ao da língua e ao da religião. Sofrendo entretanto como a raça, ou melhor como o homem, um processo lento de formação, como este, manteve a casa o seu caráter, a sua fisionomia, enquanto não perturbados pela ocorrência de elementos estranhos em certas regiões, e a partir de certas épocas — incidente natural e inevitável.

encontrar ainda, há muitos anos, em uso em Fortaleza. Notámos também em Ouro Preto, em casa de João Fortes, sobrado do século passado, um tijolo ainda com as dimensões dos primitivos: 0,23 de comprimento por 0,13 de largura e apenas 0,035 de altura — simples chapa de barro cozido. Tijolos assim foram muito usados para colunas de alvenaria de terraços, ou para revestir o chão.

O processo de construção mais usado, porém, sobretudo em São Paulo e Minas, era o de barro e paus cruzados — o barro-de-mão ou pau-a-pique.

Em Minas, generalizou-se a partir do primeiro quartel do século XVIII, tanto em sobrados de vulto como em pequenas casas urbanas; e até mesmo igrejas foram assim construídas (Diamantina, Santa Rita Durão, Santa Bárbara, etc.); com exceção de certos edifícios administrativos. Em muitas casas cujas paredes externas são de pedra ou taipa, as divisões internas obedecem a esse sistema, com função de tabique. Nota-se a transição do processo em Ouro Preto e Mariana, onde as casas mais antigas, dos começos de 1700, são em pedra e argamassa, o que se pode observar nas ruínas do Morro da Queimada, onde as paredes são ainda em pedra tosca.

Figura 67 – Recorte de trecho da Revista do IPHAN, Nº 9 – ano 1945 – Fonte: IPHAN

Vale ressaltar que a construção do Brasil Nação naquele momento estava em disputa entre grupos por raízes para legitimar um determinado projeto presente de futuro. Marisa ressalta que não devemos monumentalizar estes autores, sobretudo, porque havia outros pontos de vista e conflitos em jogo na constituição da política do SPHAN e o modernismo se fez hegemônico. Haveria, portanto, uma tensão entre pares opostos, barroco e modernismo, passado e futuro, “na busca de uma positividade empírica ao discurso sobre a nação: equaciona a tensão entre pares opostos” (Velo, 2022).

Em seguida a autora questiona em sua tese: “Como foi possível a valorização do passado e da tradição por um grupo que pretendia realizar uma ruptura com o passado?...” (Velo, 2018, pag. 41). Rompe-se com o passado, mas inventa-se uma tradição através do reconhecimento de patrimônios de cultura nacionais. Na contradição, o Modernismo pode ser visto como “uma tradição progressista”, como um modo de pensar e de interpretar a sociedade e suas manifestações” (Velo, 2018, pag. 41 e 51)

Neste contexto, podemos falar em uma nova concepção de história social a partir da emergência de uma nova relação entre indivíduo e sociedade, mediada pelo Estado, que muda também a postura dos intelectuais na maneira de interpretar sua posição, e de se atribuir a função de construtores de um projeto de nação, articulando passado e futuro, origem e destino, universal e particular (Velo, 2022). Somente com a análise do processo sócio-histórico do período é possível explicar como um grupo vanguardista afinado com valores modernos teria interesse em valorizar o passado e a tradição.

A concepção de patrimônio cultural implementada pela primeira geração do IPHAN, o que Marisa Veloso (2018) chama de Academia SPHAN, traz uma nova concepção de história social que coloca a geração de intelectuais num papel ativo de criação do presente do passado colonial, rompendo com passadismos que inferiorizavam a visão de país e nação brasileiras. Não podemos julgar de maneira anacrônica a geração da Academia SPHAN, precisamos entendê-los em seu tempo para compreender suas limitações e formas de nomear o patrimônio cultural naquele momento.

A Academia SPHAN foi realmente fundamental e inovadora em valorizar um patrimônio cultural até então desvalorizado, em processo de desfiguração e apagamento, como aconteceu na então capital, cidade também colonial, chamada Rio de Janeiro. Ao associar o particular no universal articulou-se o passado e futuro nacional tendo o patrimônio cultural como mediador:

“... capaz de dar visibilidade a monumentos arquitetônicos, objetos de arte, documentos e tradições populares nas quais seriam encontrados as evidências da existência de um arcabouço cultural que havia se formado ao longo do processo histórico de construção da Nação” – (Veloso, 2022).

Em consonância, para Márcia Chuva (2017, p. 218-220), na construção de um modo de pensar e interpretar a sociedade, os Modernistas elegeram a arquitetura colonial como num espelho que a identificava e reconhecia como legítima e original, ao mesmo tempo em que a relacionavam como legitimação da arquitetura moderna brasileira. Neste sentido, para Chuva (2017), trata-se da valorização do valor autêntico e genuíno em detrimento do valor histórico, sob o ponto de vista da Belas-Artes, que valoriza a excepcionalidade como característica do conceito de obra de arte, secundarizando o valor histórico, isto, numa referência a Lúcio Costa⁶⁵: vistos com critérios de beleza e verdade (pag. 214). Aqui cabe-nos questionar: como podem ruínas de pedra mal acabada serem consideradas como obra de arte como as igrejas barrocas de Ouro Preto? De um ponto de vista estético, que secundariza o valor histórico às ruínas do Morro da Queimada, ficam associadas apenas a dimensão da perda e destruição.

⁶⁵ Lúcio Costa, formado em Arquitetura pela Escola Nacional de Belas Artes, na cidade do Rio de Janeiro, em 1937, aos 35 anos foi convidado ao cargo de diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos, do SPHAN. Junto ao SPHAN, desenvolveu três frentes de trabalho – tombamento, recuperação e restauro e por fim, a inscrição de bens em livro de tombos; (Pereira, 2018).

Já o antropólogo José Reginaldo Gonçalves (2002) em *A Retórica da Perda*, reitera o que já foi dito, e chama atenção para a relevância do tema da perda no discurso da preservação histórica como a “apropriação de um passado exemplar, no entanto, esse passado colonial brasileiro não é celebrado em si mesmo, mas resgatado em prol do Futuro” (Gonçalves, 2002. pág. 70.)

Para o arquiteto e vice-Presidente do ICOMOS internacional e presidente do comitê brasileiro da instituição, Leonardo Castriota⁶⁶, segundo o ponto de vista do antigo SPHAN, a arquitetura efetivamente brasileira teria começado no ciclo mineiro, no século XVIII, uma espécie de “pré-história” (aspas do autor) da verdadeira arquitetura brasileira: “em julho de 1933, a primeira ação efetiva para preservação do patrimônio é a consagração de Ouro Preto como “monumento nacional” (aspas do autor) através do Decreto 22.928.” (Castriota, 2009, pag. 140). Por sua vez, em 1937, o Decreto Lei nº 25 fornece novos instrumentos legais como a introdução do instrumento do “tombamento”, que foi quase que imediatamente aplicado à Ouro Preto, baseado em seu valor artístico e não o “valor histórico” do conjunto (valorização de um ponto de vista estético). “Instaura-se ali como no resto do Brasil, uma prática de conservação orientada para manutenção de conjuntos tombados como conjuntos idealizados, desconsiderando-se, muitas vezes, sua história real” (Castriota, 2009, pag. 143). Creio que podemos entender e atualizar o que o autor chama de “história real” para algo como a história cotidiana e vivenciada pela população local.

No artigo de Raimundo Lopes (Museu Nacional): *A natureza e os monumentos culturais*, publicado no primeiro número da Revista do antigo SPHAN no ano de 1937, podemos notar uma clara referência esta visão artística idealizada de Ouro Preto que se associa à originalidade do Barroco mineiro. O autor faz uma comparação com as cidades coloniais marítimas para ressaltar o que chama de características artísticas e tradicionais de Ouro Preto.

⁶⁶ Leonardo Barci Castriota é professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais, arquiteto-urbanista (1986), com doutorado em Filosofia pela UFMG (2000) e pós-doutorado junto ao Getty Conservation Institute (GCI) em Los Angeles (2001) e a Universidad Politécnica de Madrid (2009/2010). Fonte: Lattes

I — CARACTERES ANTROPOGEOGRÁFICOS DAS CIDADES HISTÓRICAS E DOS FORTES COLONIAIS.

MINAS GERAIS — Visitando *Ouro-Preto*, a antiga “Vila Rica”, o que mais feriu a minha atenção foi o íntimo acordo entre as características artísticas e tradicionais da cidade e o seu ambiente. As cidades coloniais marítimas não podem apresentar aspecto tão regional, porque as facilidades de comunicação com a metrópole facultavam até a vinda de pedras de Lisboa, nos navios, como lastro.

Figura 68 - Recorte do texto de Raimundo Lopes, Revista do IPHAN, Nº 01 Ano 1937, pag 78.

Já Lia Motta⁶⁷ (1987) afirma no artigo *A SPHAN em Ouro Preto, uma história de conceitos e critérios*, publicado na mesma revista cinquenta anos depois: “Esvaziada economicamente, a cidade foi usada como matéria-prima para um laboratório de nacionalidade de inspiração Modernista, deixando as populações que lá moravam subordinadas esta visão idealizada, não sendo ela sequer motivo de referência”. Portanto, se o passado colonial não é celebrado em si mesmo, mas como apropriação de um projeto futuro há claramente uma visão de tempo estático neste ponto de vista.

Por sua vez, retornando à tese de Marisa Veloso (2018, pag. 65), ela aponta que a Academia SPHAN desenvolveu duas concepções de tempo:

- 1) O tempo é congelado na ideia de origem. O Barroco é metonimicamente articulado ao significado de origem.
- 2) O tempo é pensado numa sucessão linear entre passado e futuro em que o sentido da história adquire forte relevância e possui um conteúdo positivo, progressivo e em transformação.

Nesse sentido, estas duas concepções de tempo expõem não apenas uma forma de pensar o presente do passado da sociedade brasileira, mas também um imaginário modernista de crença no futuro da nação a partir de um passado legitimado. É uma determinada concepção de “tempo histórico, um tempo progressivo, no qual o futuro é um fim absoluto, percebendo-se o presente ora como uma fonte de destruição do passado (daí o risco da

⁶⁷ Lia Motta é arquiteta e Doutora em Urbanismo (FAU/UFRJ); mestre em Memória Social (Unirio/RJ). É técnica do IPHAN desde 1977, atuando em diversos departamentos da área central. Atualmente, participa da equipe de coordenação do Mestrado Profissional do IPHAN e faz parte do corpo docente permanente. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/2063>

“perda”), ora como um campo de possibilidades para construir o futuro, em especial o futuro nacional. (Gonçalves, 2015, pag. 216)

Para José Reginaldo Gonçalves (2002), Rodrigo de Melo Franco de Andrade, como um dos principais homens públicos fundadores e desenvolvedores do SPHAN, teve um papel na apropriação do patrimônio histórico e artístico nacional como “o homem que ajudou o Brasil a lembrar de si mesmo” – (Calmon 1969, pag. 170 *apud* Gonçalves, pag. 64). Rodrigo dirigiria o SPHAN até 1969, imprimindo-lhe uma marca de entusiasmo, seriedade, espírito de pesquisa, o que o levou denominar o órgão como Academia SPHAN, empenhando-se no que chamaria da construção de um discurso novo contra o passadismo que não refletia a identidade brasileira (Velo, 2022).

A seguir, podemos ver a capa e contracapa do livro de Rodrigo Melo Franco de Andrade, *Monumentos Históricos e Arqueológicos*, publicado e editado no México, em 1952, pelo Instituto Pan-americano de Geografia e História, um ano após sua visita ao Sítio Arqueológico do Morro da Queimada com o poeta Drummond. O livro foi republicado em 2012 pelo IPHAN. Apesar do livro fazer menção a Monumentos Históricos e Arqueológicos, e fazer várias referências a patrimônios de Ouro Preto, não há qualquer menção a ruínas da antiga Vila Rica, ou Morro do Paschoal, ou Morro da Queimada⁶⁸.

⁶⁸ Dentre as obras de Rodrigo Melo Franco de Andrade estão: *Monumentos Históricos e Arqueológicos* (1952), *Rio Branco e Gastão da Cunha* (1953) e *Artistas Coloniais* (1958), além de artigos publicados nos jornais brasileiros com apontamentos para a história da arte no Brasil, a pintura mineira anterior a 1750, onde explorou vida e obra de artistas, estudos classificatórios da arquitetura civil colonial, sistemas construtivos tradicionais. Fonte: Portal IPHAN.

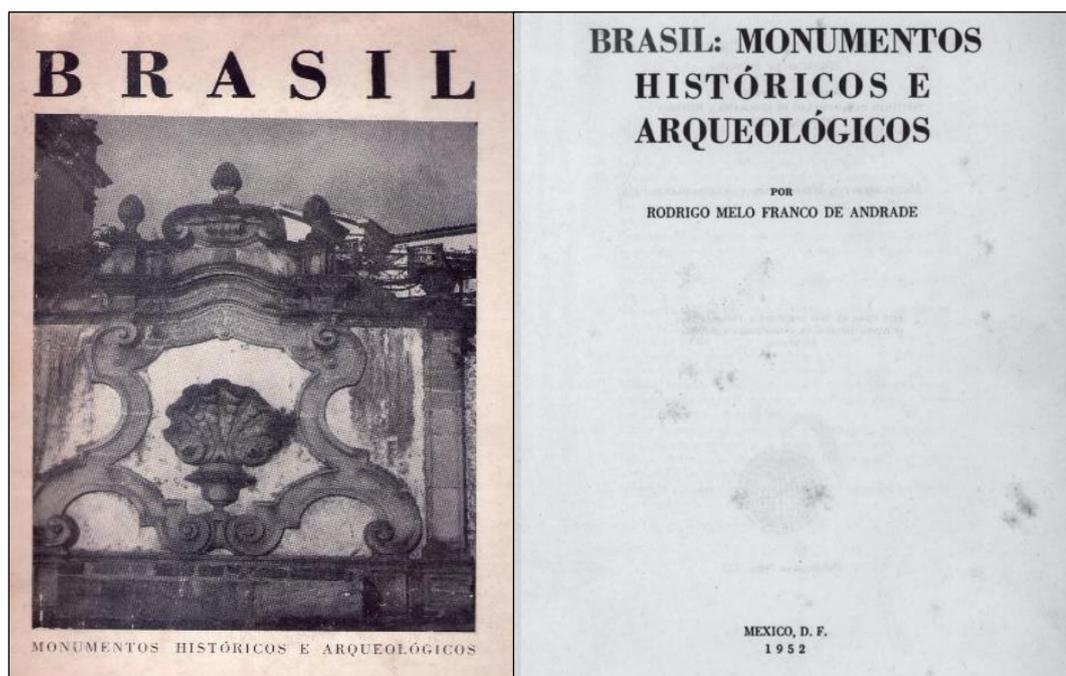


Figura 69 - Capa e contracapa do livro de Rodrigo Melo Franco de Andrade, com imagem do chafariz de São José em Ouro Preto Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos (1952) – Instituto Panamericano de Geografía e História, México, DF, republicado pelo IPHAN em 2012.

Se reconhecer um bem patrimonializado é enuncia-lo de maneira distinta, como chama atenção Marisa Veloso (2018, pag. 65) a enunciação é um ato, uma atribuição de valor, que coloca um determinado bem cultural em relação a outros e sujeito a um institucionalidade estatal. Apesar dos modernistas do SPHAN visitarem e conhecerem as ruínas do Morro da Queimada, com suas ruínas de “pedra tosca” (Rodrigues, 1945, pag. 168), optaram por não as tornar patrimonializadas como parte da cidade, em contraposição ao reconhecimento da cidade colonial de Ouro Preto, como monumento nacional, com suas igrejas, ladeiras e obras de Aleijadinho. Nesta contraposição às ruínas do Morro da Queimada há uma visão monumentalizada dos fundadores do SPHAN: “o patrimônio aparece como um dado individualizado, um objeto que pode ser nitidamente identificado, definido juridicamente e, portanto, preservado, embora sob a perene condição de possível perda de sua forma original ou de sua “autenticidade” (Gonçalves, 2015, pag. 216).

O SPHAN representava “a identidade de intelectuais como guardiãs e detentores absolutos na missão de desvendar a nação, o que lhes garante enorme poder como o exercício da palavra e da ação no espaço público” (Arendt, 1990, *apud* Veloso, pag. 66). Se não é praticado o ato de enunciar o patrimônio, ainda que monumentalizado, ele não ganha

importância. Ou seja, podemos dizer que há implicitamente uma secundarização e associação do valor histórico às ruínas do Morro à dimensão da perda e destruição, o que as colocava em oposição aquilo que se elegia para ser preservado, ou talvez, mesmo como representação da não patrimonialização daquele momento.

A noção de perda está associada à visão do patrimônio cultural brasileiro “enquanto discurso e enquanto política de Estado (...). Em contraste com a vanguarda europeia, o modernismo brasileiro distingue-se por uma tendência conservadora que, ao invés de celebrar a ruptura, concilia passado, presente e futuro” (Gonçalves, 2015, pag. 216). Um bom exemplo da noção de conciliação entre passado, presente e futuro do modernismo brasileiro é o projeto de Oscar Niemeyer, realizado em 1938, para o Grande Hotel de Ouro Preto, extenso edifício de arquitetura modernista, construído em 1940 numa área de grande importância histórica e urbana na cidade, logo atrás da Casa dos Contos.

Uma carta de Lúcio Costa à Rodrigo de Melo Franco, citada por Lia Motta (1987, pag. 108-109), recomenda a aprovação do projeto de Niemeyer, argumentando que seria dogmático tratar a cidade como idealizada para limitar a nova arquitetura nos “centros antigos”, o que segundo Lia Motta maltrataria o conjunto urbano, e com o tempo, se revelaria deformante e falsificador. Para a autora o projeto do Grande Hotel de Ouro Preto corresponde a primeira grande ação em um “centro histórico” (Motta, 1987, pag. 109). O próprio Oscar Niemeyer (2000), no livro de sua autoria *Minha Arquitetura*, explicita sua visão sobre Ouro Preto no período e a proposta de contraste entre o antigo e o novo como forma de afirmação da arquitetura modernista:

“Um projeto que me cabe explicar é o Hotel de Ouro Preto, cidade antiga, a mais importante de nosso período colonial. Nela era preciso construir um hotel, e o SPHAN decidiu que o caminho certo era uma obra moderna, que marcasse o contraste entre a nova e a velha arquitetura”. (Niemeyer, 2000, pag. 23).

As imagens a seguir demonstram o impacto visual do projeto e ao mesmo tempo a tentativa do arquiteto de mesclar a arquitetura colonial e modernista.



Figura 70 - Grande Hotel de Ouro Preto, Projeto de Oscar Niemeyer 1938/40

Como destaca José Reginaldo Gonçalves (2002, p. 44-46), para o Rodrigo Melo Franco de Andrade, o patrimônio brasileiro é pensado como parte de um patrimônio universal e ao mesmo tempo como uma “tradição” singular produzida pelas contribuições das populações indígenas, africanas e europeias no Brasil, sem enfatizar as diferenças entre essas heranças, num processo de combinação cultural, uma síntese de valores “primitivos” e “exóticos”.

A seguir é possível visualizar um mapa do Brasil extraído do livro já citado de Rodrigo Melo Franco de Andrade, *Monumentos Históricos e Arqueológicos* (1952), com um resumo dos bens tombados até este período e concentrado nas regiões, Nordeste, Sudeste e Sul do país, com destaque para a concentração em Minas Gerais.

Márcia Chuva (2012) destaca a ocorrência de um processo de profissionalização e predomínio do papel dos arquitetos nos processos de tombamento, com autonomia em relação às formações de engenharia e belas-artes, sob liderança do arquiteto Lúcio Costa.

A política federal de preservação no Brasil seria criada legalmente nos finais dos anos 30 com o decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937, que regulamenta a proteção dos bens culturais no país e estabelece que tais bens deveriam ser registrados em quatro livros de tomo, assim divididos:

- 1) Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico;
- 2) Livro de Tombo Histórico;
- 3) Livro de Tombo das Belas Artes;
- 4) Livro de Tombo das Artes Aplicadas.

Do ponto de vista das especificidades de preservação do patrimônio arqueológico, a primeira legislação normativa de proteção foi criada juntamente com o antigo SPHAN por meio do Decreto-Lei 25/37, que se permitiu tombar bens de valor arqueológico. Avalia-se que nos primeiros tempos, o foco do que se considerava arqueológico estava nos sítios do período pré-colonial como também nas coleções de peças de valor excepcional (Galvão e Almeida, 2017, pag. 70), no entanto, como já vimos esse interesse foi insuficiente para preservar ruínas como as do Morro da Queimada.

Na imagem a seguir, podemos ver um mapa das chamadas “jazidas arqueológicas” extraído também do livro já citado de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1952). Na imagem é possível perceber apenas o sítio arqueológico de Lagoa Santa, reconhecido pelos resquícios pré-históricos de cavernas e ossadas, local onde algumas décadas mais tarde pesquisas arqueológicas franco-brasileiras encontrariam o fóssil humano denominada “Luzia”.

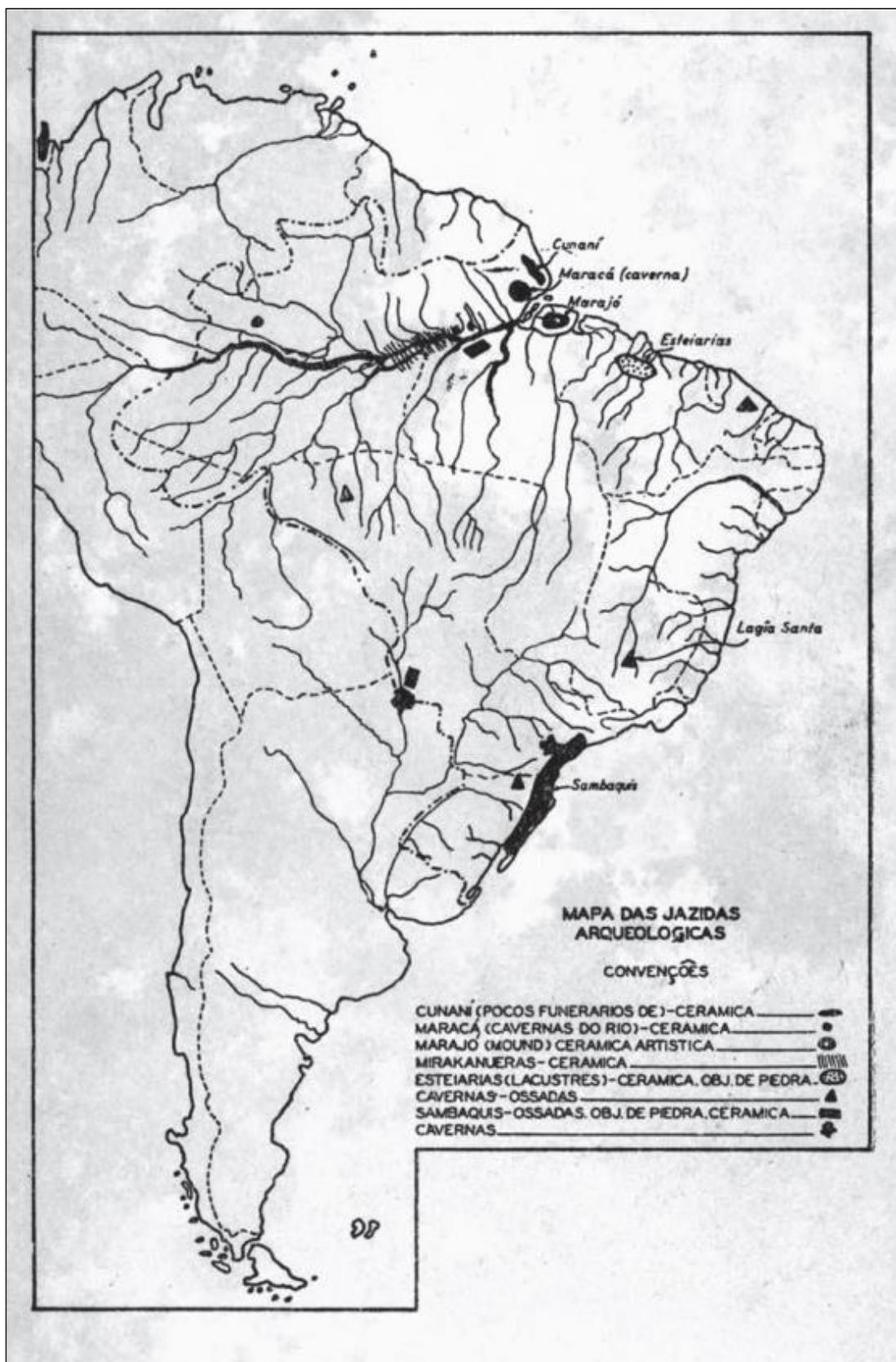


Figura 72 - Mapa das Jazidas Arqueológicas—Ilustrações, pág. 193.— Rodrigo de Melo Franco - Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos (1952) – Instituto Panamericano de Geografia e História, México.

Por sua vez, Maria Cecília Londres Fonseca (2005) traz a perspectiva de que a política do governo federal para a preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil pode ser focalizada institucionalmente em dois de seus momentos fundamentais do Século XX, **o primeiro nos anos 30 – a fase heroica – e o segundo nos anos 70 - a fase moderna.**

A chamada “fase heróica”⁶⁹ corresponde ao período dos primeiros quarenta e dois anos do IPHAN, equivalentes às administrações de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, por trinta anos e de Renato Soeiro, por doze anos (Telles In Andrade, 2012, pag. 287). Neste período, o órgão tinha o status de Serviço Público, sem uma estrutura e orçamento adequados, poucos funcionários permanentes. Segundo depoimento de Augusto Telles⁷⁰ (2012), as verbas escassas eram recebidas, sempre, como se fossem um favor da administração superior, o que contrastava com os enormes compromissos: “um acervo de arquitetura das velhas cidades ou dos trechos antigos de muitas outras que ainda sobreviviam, e que importava salvar da destruição pelo abandono, o mau uso, o destrato total”. Apesar das condições difíceis e restritas da primeira fase, a paixão pelo tema do patrimônio cultural possibilitou uma “ação enérgica, eficiente e que ainda permanece nos dias de hoje” (Telles In Andrade, 2012, pag. 289).

Para definir uma mística, ao mesmo tempo pessoal e institucional, que marca a fase heroica em torno da persona de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, foi criado por Gilberto Freyre o termo “rodrigismo”, para expressar seu engajamento direto que dava garantia à permanência da política do órgão. Já José Reginaldo Gonçalves (2002, p. 47), afirma que Rodrigo molda o Brasil e a si mesmo porque em certo sentido, durante determinado período, ele foi capaz de modelar o patrimônio cultural brasileiro, ao mesmo tempo que o patrimônio o modelava, enquanto persona pública.

Vale retomar aqui a ideia colocada no início do capítulo de que nenhum sujeito do processo sócio-histórico de patrimonialização está isolado, ele está situado dentre as diferentes gerações que constituem memórias e mediam o presente do passado de um patrimônio cultural. Analisando o papel central e mediador de memórias de Rodrigo Melo Franco fica evidente que sua atuação na constituição da noção de patrimônio cultural no

⁶⁹ Originalmente denominado como “fase heroica” por Luis Saia, chefe, desde os primeiros anos do escritório técnico do IPHAN com sede em São Paulo e responsável pelos bens culturais desse estado e, mais, os do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Andrade, Rodrigo. 2012, IPHAN, reedição)

⁷⁰ Augusto Carlos da Silva Telles arquiteto e funcionário de carreira do IPHAN, atuou como Diretor de Tombamento e Conservação – DTC, quando Márcia Chuva atuava como estagiária na instituição (Chuva, 2017). Foi também presidente do IPHAN pelo curto período de 1988-89.

Brasil e na instituição IPHAN é uma das formas de criar sentido subjetivo aos destinos das pessoas em sociedade e do próprio grupo.

Para Augusto Telles (2012, pag. 289), mesmo técnicos das gerações seguintes, que sequer conheceram Rodrigo, ao se dedicarem ao estudo e à prática da preservação dos bens culturais, são imbuídas institucionalmente pela mesma mística, o que retrata uma noção de patrimônio cultural como uma forma de conhecimento coletivo institucionalizado que é passado entre gerações. A palavra causa é muito comum de ser usada por funcionários e técnicos da SPHAN, especialmente os mais antigos, ou seja, “trabalhar na SPHAN é como trabalhar por uma causa”. (Gonçalves, 2002, pag. 48).

2.1.3 - A década de 1970 e o Morro da Queimada

Como já enfocamos até aqui a chamada Academia SPHAN, que encontra certa correspondência com a “fase heroica”, vamos nos deter a partir deste ponto na segunda fase, denominada por Maria Cecília Londres Fonseca (2005) de fase moderna, a partir dos anos 70 do século passado, assinalada por novas gerações e também por transformações na área, e em torno do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada.

Para Londres Fonseca (2005), esta segunda fase é marcada por preocupações de ordem local, que proporcionam uma outra dinâmica e outro sentido para a preservação dos bens culturais. Aos poucos, vai se formando um processo de democratização dos bens patrimoniais e artísticos do país, como uma maior participação da sociedade na produção desses bens tombados, e a expansão da garantia da preservação da memória para mais diversos grupos sociais e não somente da herança luso-brasileira e das elites do país.

Trata-se de uma demanda de maior representatividade nas políticas de memória. Há um crescente respeito à autonomia das práticas populares, o desenvolvimento do direito de acesso aos bens culturais, considerando tais bens sob o ponto de vista do alargamento da noção de patrimônio e sua recepção, ensejando uma discussão do tema como política pública. Novos grupos de técnicos e intelectuais são engajados nesse trabalho:

“... influenciados pelas mudanças sociais, políticas e culturais e pelas novas tendências internacionais sobre o tema, que alargaram a noção de patrimônio e propuseram mudanças significativas no sentido da democratização desses bens, não somente pelo envolvimento da sociedade civil no processo, como na discussão do significado econômico e político da preservação” (Fonseca, 2005).

Ainda na década de 70 são criados projetos com uma visão mais ampliada de cidade patrimonializada, agora sob a direção de Renato Soeiro⁷¹ (1967-79), após a aposentadoria de Rodrigo de Melo Franco de Andrade. Um bom exemplo é o projeto “Cidades Históricas do Nordeste” criado originalmente em 1973 para reconstrução de cidades da costa nordestina, e ampliado até 1979 pela Portaria nº 019, de 4 de março de 1977. Além disso, o projeto é estendido para atender também aos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A denominação do projeto passa a ser “Programa de Cidades Históricas - PCH”, visando entre outras ações: 1) prospecção arqueológica, arquitetônica e documental; 2) à aquisição de equipamentos necessários à utilização da edificação, inclusive os de proteção contra incêndio; 3) à publicação de documentos ou monografias sobre o bem e/ou sobre as obras de consolidação e restauração.

Em 27 de junho de 1970, o decreto nº66.967 transforma a então diretoria do Patrimônio com quatro distritos sedes: Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo, e o então SPHAN, em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura – MEC.

Apesar das mudanças e ampliação da definição de patrimonialização, a década é ainda marcada por controvérsias e conflitos entre antigas e novas gerações. Cecília Londres conta em palestra na Associação Brasileira de Letras (ABL), em 2018, que naquele momento o valor histórico era ainda visto em segunda classe em relação ao valor artístico. Um caso emblemático das consequências deste ponto de vista institucionalizado no IPHAN é a definição do que se preservaria ou não na Avenida Rio Branco, a antiga Avenida Central no Rio de Janeiro antigo, em meio às transformações urbanas e a especulação imobiliária da década de 1970.

Inicialmente, o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e o Clube de Engenharia recomendavam o tombamento de nove edifícios ecléticos e neoclássicos do início do século XX, construídos durante da abertura da avenida após a Reforma Pereira Passos. Segundo Cecília Londres (2018), o parecer decisório do IPHAN foi influenciado pela polêmica controversa entre o arquiteto modernista Lúcio Costa e o historiador Paulo Santos. Lúcio Costa, teórico por excelência do patrimônio, atuou no IPHAN juntamente com Rodrigo de

⁷¹ Renato Soeiro já trabalhava no IPHAN desde 1938, quando iniciou sua carreira como arquiteto assistente, se tornando em 1946, diretor da divisão de Conservação e Restauração, sendo que nas décadas seguintes de 1950-60 atuou como representante internacional e diretor substituto nas ausências de Rodrigo de Melo Franco de Andrade. Durante doze anos da ditadura militar (1967-79), assumiu a direção do IPHAN, o que o coloca entre as chamadas fase heroica e a fase moderna (Saporetti, 2021).

Melo Franco de Andrade, como diretor da Divisão de Estudos Tombamentos, desde o antigo (SPHAN). Ele foi grande estudioso de Aleijadinho, porém se opôs à patrimonialização de bens culturais neoclássicos como a Biblioteca Nacional e o Theatro Municipal do Rio de Janeiro. A arquitetura eclética afrancesada era vista como o pior vilão pelos modernistas, já que teria criado uma quebra de continuidade histórica entre o Barroco e o Modernismo, enquanto genuína arquitetura brasileira. Assim, Lúcio Costa, enquanto diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos, do IPHAN, defendia que apenas o Colonial e o Moderno deveriam ser preservados. Portanto, todas as construções neoclássicas e ecléticas construídas por arquitetos e artesãos, advindos da imigração europeia no Brasil, ao longo dos séculos XIX e XX, não teriam a mesma importância para a história brasileira.

A reportagem de 2015 da Revista Época, intitulada “*Demolição de prédios históricos foi motivada por arquitetos modernistas*”, especulando a partir do fato de que o antigo Serviço do Patrimônio Histórico “*tinha à frente um grupo de modernistas influenciado pelo arquiteto Lúcio Costa*”, o texto conclui que esse grupo “*detestava a arquitetura eclética*”, porque entendia que “*o verdadeiro estilo brasileiro era o colonial, abundante nas cidades históricas mineiras e nas igrejas barrocas do Rio e Salvador*”.

Por fim, foram preservados apenas quatro edifícios (a Biblioteca Nacional, o Teatro Municipal, a Escola Nacional de Belas Artes e o edifício da Caixa de Amortização). O caso exemplar de demolição na área é a destruição do Palácio Monroe em 1976, antiga sede do Senado, na então capital federal. Apesar da predominância do debate técnico, ainda se vivia no Brasil a ditadura militar (1964-85), o que esvaziou qualquer o debate político e público a respeito da preservação de mais edifícios.

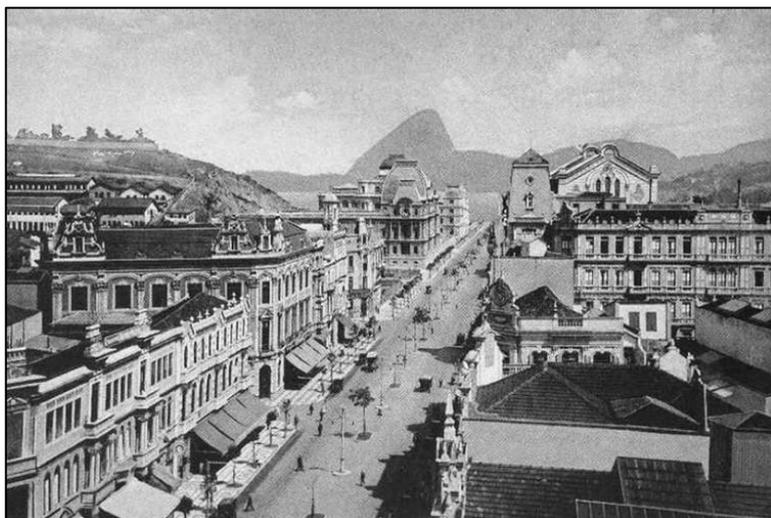


Figura 73 - Avenida Central, Rio de Janeiro, RJ - 1910 – Foto Marc Ferrez – Álbum da Avenida Central

Ainda que em 1975, técnicos do metrô do Rio de Janeiro alteraram o traçado da linha que passa pela Cinelândia, e reforçaram as estruturas do eclético Palácio Monroe⁷² para que ele fosse preservado. Apesar das campanhas de defesa da sua preservação promovidas pelo IAB e Clube de Engenharia, nesse mesmo ano, após o IPHAN ter negado seu pedido de tombamento, o então presidente Ernesto Geisel autorizou sua demolição, com apoio da imprensa (Galvão e Almeida, 2017, pag. 62). A foto a seguir traz uma dimensão de ruína ao Palácio Monroe, num momento em que a democracia estava em ruínas, como a antiga sede do Senado Federal, no entanto, não seriam ruínas de pé por muito tempo, apenas até o fim da demolição e limpeza do terreno.



Figura 74 - Demolição do Palácio Monroe - Rio de Janeiro (RJ) – 1976 – Fotos: Rossini Perez – Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

Ainda que um grupo vanguardista afinado com valores modernos tenha sido pioneiro em valorizar o passado e a tradição na fundação do antigo SPHAN, existia desde o princípio um passado nomeado e definido como legítimo, em detrimento de outros passados, como forma de constituir um presente e um projeto de futuro. As gerações posteriores da política de patrimônio cultural tenderiam a fazer novas escolhas e desenvolver novas concepções do que preservar ou não para o futuro do presente coletivo.

A partir dos anos 1970, como já vimos no capítulo anterior, correspondente ao período desenvolvimentista da ditadura militar na década, Ouro Preto vive uma expansão do

⁷² A respeito da demolição do Palácio Monroe, o filme documentário *Crônicas de uma demolição* (2015), de Eduardo Ades, recupera muitas informações sobre o contexto, o debate técnico e político a respeito.

perfil universitário da cidade, com a criação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) em 1969, e uma expansão urbana, gerado por investimentos de mineração na região, sobretudo, impulsionados pela então estatal Companhia Vale do Rio Doce. Em consequência, o Sítio Arqueológico do Morro da Queimada é marcado pela falta de controle do território, constantes invasões e desmontes das ruínas. Em meio ao debate exclusivamente técnico das políticas patrimoniais e urbanas do período, muito patrimônio que poderia ser preservado, ou ao menos, inventariado, se perdeu diante do crescimento urbano desordenado, e da especulação imobiliária que afetariam não apenas grandes cidades como Rio de Janeiro, mas cidades médias como Ouro Preto.

Podemos estabelecer um paralelo entre a desvalorização da arquitetura eclética da antiga Avenida Central no Rio de Janeiro e as “pedras toscas” do pré-barroco representado pelas ruínas do Morro da Queimada? O que o “eclético” e as “pedras toscas” tem em comum em relação ao patrimônio cultural valorizado? Ambos são marginais, em relação ao que deveria ou não ser preservado, na visão e concepção de patrimônio cultural de cada época.

Neste contexto, do ponto de vista do patrimônio arqueológico era premente a necessidade de criação e implementação de uma legislação própria para às demandas de preservação e especificidades da arqueologia. Foi somente na década de 1960 é que foi publicada a Lei Federal no 3.924/61, específica para a proteção de “monumentos arqueológicos e pré-históricos”, também conhecida como “A Lei da Arqueologia”.⁷³ No entanto, sua implementação aconteceu, de fato, apenas pouco a pouco, algumas décadas depois, seja pela ausência de arqueólogos formados, a falta de institucionalização da área, ou ainda, pela dificuldade de implementação efetiva em diferentes contextos de bens arqueológicos. A efetivação da Lei e a profissionalização do campo no Brasil se daria somente após a Constituição de 1988, que reconhece o patrimônio arqueológico como parte constituinte do patrimônio cultural brasileiro, e da criação, pelo IPHAN em 2003, do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos⁷⁴, que normatizou os procedimentos para Autorização e Permissão de Pesquisas Arqueológicas⁷⁵, o que geraria, inclusive, demanda

⁷³ A Lei da Arqueologia (Lei Federal no 3.924/61) foi motivada também pela destruição desenfreada, sobretudo no sul do Brasil, dos sítios arqueológicos conhecidos como Sambaquis, que são acúmulos artificiais de conchas criados por povos originários, consequentemente, também eram vistos como jazidas de cal de grande interesse comercial (Galvão e Almeida, 2017, pag. 70).

⁷⁴ Portaria IPHAN nº 28, de 31 de janeiro de 2003, que atualmente, em atenção a Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018, é realizado no SICG / IPHAN. Fonte: gov.br

⁷⁵ Portaria IPHAN nº 7, de 1º de dezembro de 1988, complementados pelas Portarias nº 316 e 317, ambas de 4 de novembro de 2019, a primeira sobre os procedimentos para identificação e o reconhecimento de sítios

de licenciamento arqueológico junto a empreendimentos privados. Todavia, seria apenas muito recentemente, em 2018, é que seria regulamentada a profissão de arqueólogo no país com a Lei nº 13.653/2018.

Apesar disso, nas décadas que se seguiram à criação da “Lei da Arqueologia”, o olhar da arqueologia também se expandiria assim como o de patrimônio cultural. A arqueologia passaria a valorizar testemunhos de valor histórico e comunitário, não se limitando apenas aos objetos pré-coloniais, incluindo os usos e sentidos do presente, até chegar ao que é chamado hoje de arqueologia pública.

2.1.4 - A década de 1980 - Aloísio Magalhães e Ouro Preto

Em 1979, nesse contexto, com a nomeação de Aloísio Magalhães, foi criada junto ao IPHAN⁷⁶ uma fundação de direito público, a Fundação Nacional Pró-Memória para proporcionar maior desembaraço, autonomia, liberdade na atuação do órgão de proteção do Patrimônio Cultural.

Para Reginaldo Gonçalves (2002), Aloísio Magalhães dá início a uma nova política para o patrimônio cultural brasileiro, sobretudo, ao substituir o “patrimônio histórico e artístico” de Rodrigo pela noção de “bens culturais” (Magalhães [1979] 1984:40-44). Para o autor era uma “visão pluralista” e, de certo modo, “antropológica” do Brasil, ainda que o patrimônio ainda continue sendo pensado como uma “causa”. Trata-se de valorizar mais o presente do que o passado, e partir de um passado concebido como um instrumento, uma referência a ser usada no processo de desenvolvimento econômico e cultural (Gonçalves, 2002, pag. 97-98). A estratégia de Aloísio é a de narrar a cultura nacional brasileira, valorizando o que chamamos de “ponto de vista narrativo”, não necessariamente de um ponto de vista distante e impessoal (Magalhães 1984; 1985 *apud* Gonçalves, 2012; p.62).

Relembrando que em 1980, Ouro Preto se torna o primeiro patrimônio cultural brasileiro reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. De fato, como já colocado, desde a criação das primeiras políticas de patrimônio cultural, Ouro Preto teve

arqueológicos pelo IPHAN, enquanto a segunda compatibiliza a análise sobre o cumprimento das disposições da Lei nº 13.653, de 18 de abril de 2018, que regulamenta a profissão de arqueólogo. Fonte: gov.br

⁷⁶ Em 1979, IPHAN volta ser denominado SPHAN devido ao fato de se tornar uma Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Regional submetida ao Ministério da Cultura. Mais informações: [Legislação — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional](#)

proeminência como objeto dos discursos produzidos, seja na criação ou na renovação das políticas patrimoniais.

Ainda na década de 1980, novas controvérsias surgem a partir de novas concepções e debates cada vez mais públicos sobre a patrimonialização. Um bom exemplo de controvérsia publicizada, ou conflito, no campo do Patrimônio Cultural é o relato do antropólogo Gilberto Velho sobre o processo de tombamento do terreiro de candomblé da Casa Branca, Ilê Axé Iyá Nassô Oká, de Salvador, na Bahia, na década de 1980, quando ele atuava como conselheiro do Conselho Nacional de Patrimônio Cultural:

“Independentemente de aspectos técnicos e legais, o que estava em jogo era, de fato, a simbologia associada ao Estado em suas relações com a sociedade civil (...) decidir o que poderia ser valorizado e consagrado através da política de tombamento. Reconhecendo a válida preocupação de conselheiros com a justa implementação da figura do tombamento, hoje é impossível negar que, com maior ou menor consciência, estava em discussão a própria identidade da nação brasileira... os setores mais conservadores do catolicismo baiano e, mesmo nacional, viam com maus olhos a valorização dos cultos afro-brasileiros”. (Velho, 2006, pag. 240)

Fica evidente no depoimento de Gilberto Velho o conflito de interesses e tradições, e ao mesmo tempo, um crescente ponto de virada que culminaria, passando pela redemocratização do país, com a criação de novas concepções de patrimônio cultural. O tombamento do terreiro de candomblé de Casa Branca corresponde a uma experiência fundante para a discussão sobre o chamado tombamento imaterial no Brasil. Afinal, não era apenas o lugar material do terreiro que seria tombado, mas suas práticas e valores religiosos associadas àquele lugar de memória.

Segundo Márcia Chuva (2017), podemos colocar no mesmo contexto o que ela chama de tombamentos inovadores, como o da Fábrica de Vinho de Caju em João Pessoa, que incluiu as técnicas industriais utilizadas: uma expressão de modos de fazer popular e tradicional (1984) ou o tombamento dos Vestígios do Quilombo dos Palmares, tombado no ano de 1986, em Alagoas. Por fim, a autora também inclui o tombamento em 1988, de quarenta e oito edificações na zona central de Antônio Prado, no Rio Grande do Sul, uma expressão da colonização italiana. Segundo balanço realizado na comemoração dos 80 anos do IPHAN em 2016, outros exemplares representativos da imigração italiana e alemã são reconhecidos e tombados neste período como: o Centro Histórico de Laguna/SC (1984) e edificações como Casa Schmitt-Presser (Novo Hamburgo/RS), Casa da Neni (Antônio

Prado/RS), Casarão do Chá (Mogi das Cruzes/SP) e Conjunto Rural (Rio dos Cedros/SC), incluídos no Livro de Belas-Artes em 1985.

Trata-se da primeira vez que modos de fazer popular e tradicional são reconhecidos como bens culturais, assim como outras influências culturais, além da colonial portuguesa, como a afrodescendente, ou mesmo advinda as migrações posteriores como a italiana e alemã, são reconhecidas.

Por outro lado, conjuntamente, em nível internacional, Maria Cecília Londres Fonseca (2018) enfatiza a preocupação internacional da UNESCO na ampliação da noção de patrimônio para além dos critérios nacionalistas, sobretudo, por meio das Convenções do Patrimônio Cultural internacionais sobre a temática⁷⁷.

De 1979 a 1989 foi editado, mensalmente pelo IPHAN, o *Boletim SPHAN/Pró-Memória*, uma publicação de tiragem bastante expressiva que serviu como um espaço para discussão e compreensão de um período do órgão repleto de questionamentos em relação aos conceitos e às práticas preservacionistas (Dias, 2012 pag.123 *apud* Chuva, 2017). Além disso, Márcia Chuva destaca que os anos 80 foram de luta e mudanças com a transformação do perfil dos quadros da instituição, incorporação de profissionais de áreas diversificadas, como sociólogos e educadores do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), arquitetos e economistas do Programa das Cidades Históricas (PCH) e historiadores e arquitetos contratados pela Fundação Nacional Pró-Memória.

Na leitura de Sergio Miceli (1984), havia neste momento uma divisão do campo de políticas culturais em duas frentes: uma executiva, formada pela criação da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) e outra patrimonial, com o IPHAN. Para Márcia Chuva (2012), uma terceira frente foi criada neste período com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), sob a liderança do designer pernambucano Aloísio Magalhães. Instituição que foi criada com o objetivo de “estudar e propor uma política alternativa de patrimônio cultural”, a fim de “traçar um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira, tal como é caracterizada na prática das diversas artes, ciências e tecnologias (Magalhães,1985, p.77 *apud* Gonçalves, 2012). Segundo Reginaldo Gonçalves (2012), “Para Aloísio, a noção de “patrimônio cultural” concebida por Mário (de

⁷⁷ Conferências Internacionais para a Conservação dos Monumentos Históricos (Atenas, 1931; Veneza, 1964, resultando até 1979 na adesão de 80 países de cinco continentes à Convenção do Patrimônio Cultural (Choay, 2017).

Andrade) estava muito próxima de uma concepção democrática e pluralista do que a que veio a inspirar a política implementada por Rodrigo”.

Na década de 1980, toma forma uma nova concepção de patrimônio cultural associada à noção de bem cultural, em substituição ao patrimônio artístico ou estritamente histórico, agregada a uma visão antropológica de cultura, cultivada e disseminada na gestão de Aloísio Magalhães. Neste momento é possível perceber uma mudança não apenas na diversidade de bens culturais tombados, mas também uma mudança na forma de olhar os patrimônios culturais instituídos. Uma concepção antropológica de cultura amplia a noção de patrimônio cultural para além dos símbolos nacionais trazendo a dimensão cotidiana da vida social e a cultura como experiência coletiva. O que Aloísio Magalhães chama de “Bens Culturais não são como objetos fixos, exemplares, mas no processo mesmo de criação e recriação que lhes dá realidade” (Magalhães 1984; 1985 *apud* Gonçalves, 2012; p. 55).

No capítulo anterior, foi destacada a capacidade de expressão técnica e comunicativa proporcionada por dois *Boletins Sphan/Pró-Memória* que abordavam os problemas da cidade e as políticas patrimoniais em Ouro Preto. Neste período, é elaborado o **Plano Geodésico da cidade** e os problemas urbanos começam a ser colocados na pauta juntamente com a preservação do Patrimônio, o que coloca os problemas de invasão e desmonte do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada em um novo patamar para as políticas de patrimônio cultural locais.

Márcia Chuva (2017) chama atenção em seu texto para o estudo já citado de Lia Motta (1987) sobre Ouro Preto, afirmando que o estudo estabeleceu parâmetros importantes para o debate sobre a gestão das cidades tombadas, a ponto de servir de ponte para uma nova reflexão sobre a forma de confecção dos inventários patrimoniais. No recorte do texto a seguir, chama a atenção o artigo feminino aplicado à sigla SPHAN, reflexo de mais uma mudança institucional do contexto. Mudança está evidenciada pelo fato de perder poder e autonomia como Serviço Público, passando a ser considerado uma “Secretaria” do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



Figura 75 - Recorte com título do estudo de Lia Motta (1987) publicado pelo IPHAN.

Lia Motta (1987, pag. 108) defende que as primeiras ações do patrimônio nos centros urbanos tratavam a cidade de Ouro Preto como “expressão estética de valores que não levavam em consideração sua característica documental, sua trajetória e seus diversos componentes como expressão cultural e parte de um todo socialmente construído”. Ou seja, o patrimônio urbano da cidade era desvinculado da historicidade do contexto e do papel dos técnicos como sujeitos ativos, e aqui questiono, porque não, autores. Para Motta (1987), havia “uma prática de conservação(...) de conjuntos tombados como objetos idealizados, distanciando-se das contingências reais para preservação daquele tipo de bem”. Desconsiderava-se a historicidade e a vida social dentro do processo de patrimonialização. A autora ainda destaca que nos 50 anos de existência “da SPHAN” em 1987, foi apenas recentemente que a instituição deu início a uma “autorreflexão e crítica” visando conhecer e analisar seu próprio passado” (Motta, 1987, pag. 108).

Bem, se até então, as cidades com tombamentos anteriores tinham atributos apontados de ordem estética, estes atributos passaram a ser revisitados sob a perspectiva documental, especialmente, através da metodologia do Inventário Nacional de Bens Imóveis: Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU), ele próprio uma nova proposta de abordagem do bem patrimonializado. (Chuva, 2017, pag 97).

Neste contexto, a nova constituição nacional brasileira, promulgada em 1988, reconhece os chamados direitos culturais como direitos fundamentais nos artigos 215 e 216. O Patrimônio, como concepção e técnica na *Constituição Federal de 1988*, inclui especial destaque para a noção de conjunto patrimonial e de diversidade de “grupos formadores da

identidade brasileira”, que passam a incluir respectivamente os arredores ou marginalizados do patrimônio material, os direitos de minorias e religiões não católicas:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...) (C.F. de 1988, in: IPHAN, 2006, p. 20).

O mesmo Artigo 216 descreve o Patrimônio Cultural, sem dar maior ou menor importância à distinção entre material ou imaterial, e coloca “as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver”, juntamente com “as obras, objetos, documentos, edificações”, bem como “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (C.F. de 1988, in: IPHAN, 2006, p. 20). A *Constituição Federal de 1988* é claramente um avanço na concepção de Patrimônio Cultural adotada até então, incluindo no termo conhecimentos de expressão, criação e vida social específicas, mas também uma ampliação na forma de olhar o patrimônio, ao propor a noção de conjunto urbano e paisagístico como parte integrante deste patrimônio.

Márcia Chuva (2012) analisa que até então o IPHAN não detinha uma política integradora com as demais instâncias sociais: atores sociais, sociedade civil organizada, moradores locais, movimentos sociais e instituições culturais públicas e acadêmicas. A autora reconhece o papel ativo da Antropologia e das Ciências Sociais na transformação das concepções de patrimônio cultural:

“Foi quando ocorreu a guinada antropológica no campo das ciências sociais, nas décadas de 1970 e 1980, é que se modifica a noção de cultura aplicada às políticas de Estado, a partir da qual a cultura passou a ser observada como processo, e as relações cotidianas tornaram-se objetos de investigação” (Chuva, 2012, p. 157).

Por fim vale destacar o tombamento do conjunto arquitetônico e modernista de Brasília (DF), aprovado e inscrito em 1990, no *Livro do Tombo Histórico do IPHAN*, reconhecimento que consolidaria localmente a cidade mais nova (primeiro conjunto urbano do século XX), já reconhecida como patrimônio da humanidade pela UNESCO em 1987.

2.1.5 - A década de 1990: um período difícil e Ouro Preto

Apesar dos avanços técnicos e legislativos das últimas décadas, como conta Augusto Telles (2012), a década de 1990 é descrita como um período difícil. De 1985 a 1995 o IPHAN passa por um período de grande instabilidade administrativa, com a sucessão de oito presidentes, dentre eles o próprio Augusto Telles (1988-89).

As medidas adotadas pelo governo Collor de Melo liquidaram a Fundação Pró-Memória e alteraram profundamente o regimento interno do IPHAN, transformando-o no Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Para Telles (2012), a mudança de sigla de IPHAN para IBPC, alterou não apenas o nome de uma instituição de governo, mas o nome pelo qual a instituição e a política patrimonial eram conhecidas no Brasil e internacionalmente, o que causou grandes transtornos, chegando a se supor, junto a populações locais, que o IPHAN havia sido extinto e a preservação do patrimônio cultural suspensa. Um mal entendido bastante perigoso para a continuidade das políticas patrimoniais.

Após a cassação do presidente Collor de Melo, em 1992, os funcionários demitidos foram aos poucos sendo reintegrados aos quadros do recriado IPHAN. Com uma Medida Provisória nº 752, de 16/12/1994, obtida pelo então diretor, arquiteto Glauco Campello, a instituição voltou a ter o seu nome de origem, assim permanecendo até os dias atuais. Apesar disso, para Telles (2012), o período de tempo que compreende o final da década de 1990 até o final do segundo governo Fernando Henrique Cardoso em 2002 também foi muito difícil para o IPHAN. Este é um período que corresponde aos mandatos de Glauco Campello e Carlos Heck a frente do IPHAN (1995 a 2003). A política governamental neoliberal generalizada que foi imposta aos órgãos públicos gerou uma redução da ordem de 60% do pessoal técnico, produzindo um grave esvaziamento e um preocupante risco para a salvaguarda dos conhecimentos acumulados pela instituição (Telles In Andrade, 2012, pag. 313).

A despeito do contexto desfavorável, vale lembrar que neste período foi criado o Programa Monumenta (1995), como já referenciado no capítulo 1, resultado de um convênio entre o Ministério da Cultura (MINC) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o objetivo de realizar projetos e obras capazes de restaurar, conservar, valorar o bem cultural e incorporá-lo a uma utilização de interesse para a sociedade (Telles In Andrade, 2012, pag. 313). Dentre os objetos de ação desse Programa estavam os sítios tombados, ou

aqueles que englobassem bens tutelados que, pela sua “inserção urbana venham a se configurar como conjuntos”, realizando projetos e obras não apenas em bens tombados pelo IPHAN, mas também obras de infraestrutura urbana complementares em parceria com municípios e / ou administrações estaduais. De maneira positiva, o Monumenta criou condições para o desenvolvimento de uma política pública para o Patrimônio que permitiu “difundir práticas de ação compartilhada entre os três níveis do setor público, a comunidade e a iniciativa privada” (Telles In Andrade, 2012, pag. 313)., o que ainda era muito incipiente e restrito naquele momento.

Neste ponto, cabe-nos perguntar, poderia a articulação inédita entre entes da federação obtida pelo Programa Monumenta ter destinado recursos para Sítio Arqueológico do Morro da Queimada? A primeira tentativa de criação a nível municipal em 1996 do Parque Arqueológico, aprovado, mas não implementado é resultado da tentativa de reconhecimento municipal como patrimônio por um lado, e por outro, a demonstração clara da desarticulação local com a Câmara Municipal, e da Prefeitura com o governo estadual e federal.

A falta de articulação entre os três níveis de governo foi um ponto marcante e recorrente, já tratado no capítulo anterior, que afetou por muitas décadas a patrimonialização do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada. Este foi, inclusive, um ponto explicitado na **primeira Audiência pública de 21 de março de 2001**, que buscava soluções locais para a preservação do lugar, quando foram explicitados os desacertos e descontinuidades entre governos. Ulpiano Bezerra Menezes em artigo publicado nos *Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural*, evento ocorrido em 2009 em Ouro Preto, destaca (em frase dedicada ao prefeito Ângelo Oswaldo): “...bens declarados de valor mundial ignorados pela população local. Como pode o patrimônio mundial não ter, antes, valor municipal?” (Menezes, 2012, pag. 29)”. De fato, o reconhecimento de um patrimônio da humanidade deveria prescindir antes de um reconhecimento a nível das políticas municipais. De fato, parecia faltar ainda entre 1996 e 2001, pelo menos de maneira prática, uma visão mais ampliada do patrimônio cultural, não apenas como bem cultural além da monumental, mas integrada com uma visão da cidade e que reconhecesse os saberes e práticas de uso e apropriação sociais dos bens patrimonializados.

Para Márcia Chuva (2017) “A vaga neoliberal iniciada drasticamente com Fernando Collor teve continuidade de forma mais estável ao longo dos anos 1990 até 2002, com efeitos

diretos sobre o campo do patrimônio. Em 2003, uma nova e significativa inflexão se deu, com o início do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a reestruturação do Ministério da Cultura, na gestão de Gilberto Gil, e a nova estrutura regimental do IPHAN. Já Cecília Londres Fonseca (2005) considera como um período em que a ação do IPHAN foi positivamente marcado pelo fortalecimento institucional e pela implantação de políticas públicas de preservação, que buscam compreender o patrimônio cultural em sua diversidade e abrangência territorial.

2.1.6 - Anos 2000 - O Imaterial e a Paisagem das ruínas

Se desde o artigo 216 da *Constituição Federal de 1988*, o chamado patrimônio imaterial é legalmente instituído, foi somente em 2000 com a publicação do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que se institui instrumentos práticos para o registro do patrimônio de natureza imaterial, ou melhor, dividido de maneira operacional em material ou imaterial. Esta natureza operacional permite-nos concluir que o patrimônio cultural tem como suporte, sempre, vetores materiais. Isso vale também para o chamado patrimônio imaterial, pois se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez, todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se. As diferenças não são ontológicas, de natureza, mas basicamente operacionais (Menezes, 2012, pag. 31).

A partir deste momento foi criado o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, dando início a uma ação efetiva de proteção desse tipo de bem. Trata-se de um novo alargamento da noção de patrimônio e nos títulos dos livros de registro, estabelecidos pelo referido Decreto, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial. Em consequência, há uma ampliação dos bens patrimoniais especificada nos títulos dos livros de registro descritos a seguir:

- 1) Livro de registro dos saberes;
- 2) Livro de registro das Celebrações;
- 3) Livro de registro das formas de expressão;
- 4) livro de registro dos lugares.

No *Dicionário do Patrimônio Cultural*, do IPHAN, a antropóloga Letícia Vianna afirma que: “o patrimônio imaterial é um conceito adotado como complementar ao conceito de patrimônio material na formulação e condução de políticas de proteção e salvaguarda,

sob a perspectiva antropológica e relativista de cultura”, o que significa relativizar pontos de vista técnicos e institucionais, reconhecendo a diversidade cultural no âmbito oficial. Ainda, para a autora do verbete: “Isso significa que os pesquisadores precisam relativizar seu próprio ponto de vista, pois o que é ou não é patrimonializável para ele e sua comunidade, pode não ser para outro alguém em outro lugar” (Vianna, Sem data, Dicionário do Patrimônio Cultural do IPHAN).

Neste contexto, podemos ampliar este relativismo e o questionamento do que é ou não é patrimonializável também para o chamado patrimônio material, cuja patrimonialização é também feita de escolhas e pontos de vista. Assim, o Patrimônio imaterial em complementariedade ao material amplia toda noção de patrimônio cultural, e passa a dar maior margem ao conflito ou controvérsia de pontos de vista, assim como de posições distintas no processo de patrimonialização. Argumenta-se que o patrimônio imaterial diferentemente do material, tem natureza processual e dinâmica, e conta com a participação e anuência das populações, sendo que é preciso atualizar o registro imaterial a cada dez anos. No entanto, esta natureza processual, dinâmica e a participação e anuência das populações também se aplica na renovação do então chamado patrimônio material. Vale lembrar que esta é apenas uma divisão operacional (Menezes, 2012, pag. 31).

Segundo Ulpiano de Menezes (2012), a *Constituição Federal de 1988* incluiu o patrimônio intangível através de uma listagem de categorias de patrimônio cultural: “...seria desejável para utilizarmos a expressão patrimônio imaterial que a despíssemos de qualquer polaridade com um patrimônio material”, ou seja, exatamente porque a imaterialidade só pode se expressar por intermédio da materialidade. Nesse sentido, podemos superar dualismos insustentáveis, como entre o material e o imaterial em que matéria e espírito seriam mutuamente excludentes (Menezes, 2012, pag. 31).

Isto posto podemos questionar, qual imaterialidade existe na materialidade das ruínas do Morro da Queimada? Mesmo sem responder à pergunta, ao reconhecermos a dimensão imaterial das ruínas reafirmamos também sua materialidade, já que a noção de patrimônio imaterial também modifica a visão que se têm do próprio patrimônio material. Assim, é importante ressaltar que o reconhecimento do imaterial na materialidade das ruínas é relevante para superar de vez qualquer restrição em relação a importância artística ou estética do lugar. Neste sentido, a noção de patrimônio imaterial, mesmo que seja uma divisão operacional, permite reconhecer os saberes e práticas de uso e apropriação sociais dos bens

patrimonializados. E no caso das ruínas, a noção de patrimônio imaterial permite incorporar, na materialidade das ruínas, os saberes e práticas de uso e apropriação sociais relacionados ao lugar na memória local.

Por outro lado, a partir de 2009, com a portaria 127 do IPHAN, uma nova categoria de preservação do patrimônio cultural foi incorporada dentre os objetos patrimoniais e sua relação com o espaço. Reelaborada pelas contribuições da Geografia e da Arquitetura, a noção de paisagem cultural é incorporada em contraponto a uma concepção de patrimônio cultural baseado em monumentos. Esta que tomava como base apenas as características monumentais, históricas e artísticas de um bem cultural, como se estas mesmas características não tivessem que ser imputadas para que este bem cultural fosse reconhecido como tal.

Para Simone Scifoni (2010), “a paisagem cultural traz a marca das diferentes temporalidades da relação dos grupos sociais com a natureza, aparecendo, assim, como produto de uma construção que é social e histórica e que se dá a partir de um suporte material, a natureza.” (Nascimento; Scifoni, 2010, p. 32). Ainda, segundo a autora, em verbete do mesmo *Dicionário do Patrimônio Cultural* do IPHAN, o enfoque da paisagem cultural permitiria superar um tratamento compartimentado entre o patrimônio natural e cultural, e, entre o material e imaterial. Seriam assim entendidos como “um conjunto todo único, vivo e dinâmico”. Seria uma forma de compreender as práticas culturais sem dissociá-las das materialidades produzidas e das formas e dinâmicas da natureza (Scifoni, sem data - *Dicionário do Patrimônio Cultural IPHAN*).

A paisagem cultural seria uma concepção adequada para se pensar um sítio arqueológico que compõem a paisagem natural de uma cidade patrimônio. Para Leonardo Castriota (2009), a paisagem cultural, ou mesmo a concepção de patrimônio cultural ambiental, passam a incluir a cidade em seu sentido histórico e cultural, assim como o meio ambiente, pressupondo a inter-relação com o espaço e o território das populações no entorno, para assim reconhecer suas características sócio históricas (Castriota, 2009, Pag. 81-109). Nos anos que se seguem, na mesma toada e de maneira relacional a noção de patrimônio imaterial e paisagem cultural, em complemento, surge uma nova concepção de memória, uma forma de memória local, e que afeta diretamente a noção de patrimônio cultural aplicada ao momento sócio-histórico, é a noção de lugar de memória, tratada a partir do próximo tópico.

Em 2018, comemorou-se publicamente o reconhecimento do Conjunto Arquitetônico modernista da Pampulha, em Belo Horizonte, com o título de patrimônio da humanidade pela UNESCO. A charge a seguir coloca a mesma questão já apontada por Drummond em 1980 em relação ao título de Ouro Preto, agora, atualizada para os dias atuais e o contexto da Pampulha.



Figura 76 - Fonte: website Charges do Sete – Autor: Rafael Sete – julho de 2016.

Como afirma o professor da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Flavio Carsalade, e um dos especialistas responsáveis pelo título da UNESCO obtido pela Pampulha: “Afinal, o conceito de patrimônio é mutante, e a cada volta aparecem-lhes novas luzes com correspondentes novos focos. A rigidez do conceito de patrimônio se opõe inclusive a seu referente, a cultura, sempre dinâmica e instável...” (Carsalade, 2014, pag. 149).

2.2 - O que há de novo na ruína: a potência da ruína como lugar de memória.

O que pode haver de novidade em ruínas? O que pode haver de novo em um objeto construído que aparentemente não teria capacidade de expressar um futuro, mas apenas um passado decadente? A partir de mudanças de concepção das políticas de memória institucionais novas concepções e conceitos de patrimônio cultural foram sendo criados, difundidos e incorporados ao IPHAN, como o patrimônio imaterial e a paisagem cultural. Em complemento a estes, uma das suposições deste tópico, é a ideia de que a patrimonialização do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada só se torna possível e viável, agregado aos argumentos do primeiro capítulo, a partir do desenvolvimento da concepção de olhar o lugar como lugar de memória. Ou seja, podemos dizer que era preciso trazer novidade às ruínas para realmente patrimonializá-las.

O Patrimônio Cultural é comumente associado à nostalgia ou saudade de um passado, ou ainda, a um território da perda. No entanto, o patrimônio cultural não equivale à história dos lugares, mas muitas vezes, sua construção através de narrativas do presente sobre o passado se confunde com esta história. Como já vimos, não basta eleger um patrimônio físico e tombá-lo, é preciso construir discursos e memória a respeito e difundi-la como um imaginário.

No ponto de vista antropológico da cultura se torna cada vez mais claro a historicidade do conhecimento criado pela patrimonialização, o que vale também se compararmos momentos e políticas de memória distintas para um mesmo bem cultural, numa mesma sociedade ao longo do tempo. É como se a patrimonialização ocorresse em camadas arqueológicas sobrepostas, misturadas e remexidas ao longo do tempo. Tratam-se de sentidos, valores e atributos em mudança e transformação utilizados por diferentes gerações no reconhecimento, ou não, do que chamam, ou não, de patrimônio cultural.

O lugar de memória, enquanto lugar de memória coletiva, é resultado deste processo sócio-histórico. Trata-se de um processo sobre o passado de um lugar, que precisa, por sua vez, ser afirmado e atualizado constantemente a partir de diferentes passados em um determinado processo social presente. O historiador Pierre Nora chama a atenção que há claramente um movimento histórico contemporâneo de valorização dos lugares de memória, e acrescenta: “se a história não se apoderasse deles, para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrifica-los eles não se tornariam lugares de memória” (Nora, 1993, pag. 13). Como o

entendimento da história, na forma de memória coletiva, transforma lugares do passado, como ruínas, em lugares de memória? Como a constituição de um lugar de memória se insere no processo sócio-histórico da patrimonialização do Morro da Queimada? Era preciso trazer novidade às ruínas e vê-las de uma outra forma. Afinal, não apenas no passado, mas é na potência do presente é que as ruínas podem realizar-se como bem patrimonial.

Se a constituição de um patrimônio cultural enquanto tal é uma forma de conhecimento e aprendizado coletivos, ele lida diretamente com a memória coletiva do lugar. Podemos compreender aqui lugar de memória como a “passagem da memória compartilhada gradativamente para a memória coletiva e suas comemorações ligadas a lugares consagrados pela tradição” (Ricoeur, 2007, pag. 157). Os lugares de memória (Nora, 1993, pag. 7-28) são privilegiados enquanto histórias e narrativas de memória dos lugares. A história dos lugares inclui narrativas e a contação de histórias, a partir dos sentidos e pontos de vista que representam o passado de um determinado território no presente. Enquanto um lugar de memória, o patrimônio cultural é um instrumento do presente de contação de histórias que compõe narrativas do passado. O que os constitui é um jogo de memória e da história, uma interação de fatores. É preciso ter uma vontade de memória, ...na falta dessa intenção de memória os lugares de memória serão lugares de história (Nora, 1993, pag. 22).

Como já vimos, um dos instrumentos mais utilizados para coletivizar a memória desde o século XVIII tem sido a identificação e promoção de Patrimônios nacionais enquanto narrativas coletivas, papel atribuído ao patrimônio cultural que já foi mais importante do que na atualidade. A cidade de Ouro Preto desde o início das políticas de patrimonialização tem sido tomada como Patrimônio Nacional, mas pouco como patrimônio local, pertencente a um lugar cotidiano com lugares de memória.

Ulpiano de Menezes (2012) fala da importância da relação de pertencimento local para o desenvolvimento da memória. Ele destaca que “o verbo *habeo* em latim significa possuir, manter relações com alguma coisa, apropriar-se dela. Com o acréscimo da partícula *it*, que indica reforço, o verbo *habito* acrescenta intensidade e permanência a essas relações”. Portanto, a noção de hábito, habitualidade, expressam bem constância e continuidade, constituindo uma relação de pertencimento com o espaço. Um mecanismo que nos processos de identidade nos situa no espaço, assim como a memória nos situa no tempo tal como as duas coordenadas que balizam nossa existência (Menezes, 2012, pag. 27).

Nesse sentido, a transformação do Sítio Arqueológico em lugar de memória é a atualização e transformação de um território na memória local de Ouro Preto em sua relação de pertencimento com a cidade. A partir disso, vale destacar que a ação do que podemos chamar de “autores da patrimonialização” do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada, agindo enquanto um dos movimentos de valorização dos lugares de memória, é que criou condições para sua efetivação, atribuindo novos sentidos, valores e atributos ao lugar, ou seja, novidade às ruínas. Isto porque um lugar de memória tem efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos, ou melhor, o lugar de memória “só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (Nora, 1993, pag. 21). Por isto, é preciso afirmar a importância da comunicação de sentido para reconhecimento coletivo do valor de um patrimônio cultural. Do ponto de vista do historiador e arqueólogo Neil Silberman (2016), o Patrimônio Cultural deve ser visto como um discurso em que cabe “a interpretação do patrimônio – constelação de técnicas de comunicação que tentam transmitir o valor público, a importância e o significado de um patrimônio, objeto ou tradição” (Silberman, 2016, pag. 11). Portanto, o discurso de interpretação e valoração assume um papel fundamental na mudança da importância e significado coletivo do patrimônio.

No entanto, o lugar de memória do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada corresponde a um espaço em ruínas, cujas memórias estão fragmentadas pela natureza inacabada do lugar, descontínuas por sua “diferença evidente entre passado e presente” (Assman, 2011). Como constituir um discurso sobre um lugar com base em memórias apagadas e interrompidas calcadas em um passado distante?

Nos termos de Aleida Assman (2011), em *Espaços de Recordação: formas e transformações da memória cultural*, creio que vale analisar o lugar de memória aqui estudado como a categoria que a autora chama de local honorífico: “local que se notabiliza pela descontinuidade”, onde “uma determinada história não seguiu adiante, mas foi interrompida de modo mais ou menos violento” (Assman, 2011, p. 328). Cabe lembrar a associação histórica direta do lugar de memória do Morro da Queimada à violência da Coroa Portuguesa, contra os revoltosos do levante, em oposição aos aumentos dos impostos e à criação das Casas oficiais de Fundição em 1720. A violência fica evidente com a destruição e queima do chamado Arraial do Ouro Podre que passaria a se chamar Morro da Queimada.

Trata-se de uma descontinuidade violenta e marcante na história do lugar que marca seu nome até os dias de hoje.

Dentre as políticas de memória comuns entre Ouro Preto e Brasília, podemos aqui estabelecer um paralelo entre o Barroco e o Modernismo enquanto patrimônio cultural. O Barroco e o Modernismo se originam em momentos e contextos históricos totalmente distintos, de transformações sociais e tensões políticas, como o conflito entre universalismo e particularismo, subjetividade e objetividade, fé e razão. Inspirado nesta reflexão, poderíamos especular que tanto o Modernismo quanto o Barroco romperam em momentos históricos distintos com as ruínas do “Morro da Queimada” em Ouro Preto? Enquanto política de memória, ambos rompem com as construções ou ruínas do “Morro da Queimada”, o primeiro em 1720 com a queima do lugar após a Revolta, e o segundo, a partir de 1937 com a criação do SPHAN e priorização da preservação de outros lugares. Em termos de descontinuidade, também cabe levar em conta a própria descontinuidade da patrimonialização do sítio arqueológico já descrita no primeiro capítulo.

A história de um local honorífico, segundo Assman (2011), “se materializa em ruínas e objetos remanescentes que se destacam nas redondezas”. Por sua vez, a descontinuidade ou interrupção “cristaliza-se nesses restos não estabelece qualquer ligação com a vida local do presente, a qual não só prosseguiu, como também avançou para além dos restos sem nem tomá-los em conta” (Assman, 2011, pag. 328). Como correspondência às ruínas, para Pierre Nora (1993, pag. 12), “os lugares de memória são, antes de tudo, restos... são os marcos testemunhos de uma outra era, das ilusões de eternidade”. A ilusão de eternidade para o Nora (1993, pag. 7-28) traduz a noção de que há uma transição de meio de memória para lugar de memória, que não é apenas uma reflexão como se conta a história, mas um movimento histórico que busca parar o tempo e ao mesmo tempo o esquecimento:

“A razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes” (Nora, 1993, pag. 22).

A necessidade de parar o tempo, imortalizar a morte, materializar o imaterial pode ser associada diretamente à “noção de perda” incrustada ao patrimônio cultural desde seus primórdios como uma categoria que permeia os discursos do patrimônio (Gonçalves, 2015, pag. 215). Já a tentativa de materializar o imaterial, trata-se do fato dos lugares de memória

nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, e por este motivo seria preciso “criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, porque essas operações não são naturais” (Nora, 1993, pag. 13). Nessa direção, vale retomar o que diz Assman (2011), um local honorífico é o que sobra do que não existe mais ou não vale mais, no entanto, para que “ele se perpetue e se mantenha válido, é preciso que se continue a contar uma história que substitua esse meio de memória perdido”. E ainda a autora reitera que os locais honoríficos são carentes de explicações porque seus significados precisam ser assegurados complementarmente por meio de tradições orais.

Portanto, a necessidade de “parar o tempo” em relação às ruínas pode ser mais premente do que de qualquer outro patrimônio cultural, já que devido à sua condição material, ela representa o risco, o imprevisto, materializando o imaterial do que já não existe mais materialmente. Os locais da recordação são “fragmentos irrompidos da explosão de circunstâncias de vida perdidas ou destruídas”, dessa forma, mesmo sendo abandonados ou destruídos sua história ainda não acabou (Assman, 2011, pag. 328). Se a memória das ruínas como do Morro da Queimada depende de relatos orais, o que ocorre é que as ruínas retêm objetos materiais remanescentes que se tornam elementos de narrativas e, com isso, pontos de referência para uma nova memória cultural (Assman, 2011, pag. 328). Assim, os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (Nora, 1993, pag.7 -28).

Isto posto podemos questionar: o estabelecimento de lugares de memória muda a maneira de experimentar o tempo? Os lugares de memória não apenas mudam a maneira de experimentar o tempo, mas também a forma de reconhecimento e mediação do patrimônio cultural, transformando um território de meio de memória para lugar de memória. E qual a territorialidade das ruínas na paisagem de Ouro Preto? Podemos dizer que o lugar de memória territorializa a paisagem cultural. A ideia de paisagem cultural também modifica a visão que se têm do território, dando novo sentido ao lugar. Assim o lugar de memória atua numa dimensão territorializante da paisagem.

Por outro lado, o lugar de memória dá forma à imaterialidade das ruínas. O imaterial das ruínas está na consideração de que reconhecer a dimensão imaterial das ruínas afirma também sua materialidade e maneiras de preservação. Assim, o patrimônio imaterial também modifica a visão que se têm do material. O imaterial das ruínas ganha relevância, superando de vez qualquer restrição em relação a importância estética do lugar do Morro da Queimada.

Por fim, podemos trazer uma nova pergunta: a patrimonialização é um processo sócio-histórico de construção de memória coletiva no presente para um futuro comum? Caberia aqui reconhecer que a constituição de um Patrimônio Cultural contém em si uma patrimonialização, enquanto um processo sócio-histórico de construção de conhecimento e aprendizado coletivos do presente sobre o passado de um lugar, construído de geração em geração, de maneira contínua e descontínua, com mudanças de concepção e atualizações necessárias em cada uma delas.

A noção de lugar de memória traz novos olhares para a localidade e as apropriações cotidianas do lugar das ruínas do Morro da Queimada. Era preciso trazer novidade às ruínas para realmente patrimonializá-las e vê-las de uma outra forma, não apenas no passado, já que é na potência do presente que as ruínas podem realizar-se como bem patrimonial.

2.3 - Uma patrimonialização como microcosmo das políticas patrimoniais no Brasil

Como destaca Cecília Londres Fonseca (2018), o patrimônio cultural não é apenas uma herança, não é só o que se recebe enquanto patrimônio que deve ser levado em conta, mas o que se deseja preservar. Ela ainda chama atenção para questionarmos que critérios são considerados? Quais são os chamados “fatos memoráveis e bens de excepcional valor”? E quais sujeitos os define e com que formas de preservação?

Por sua vez, para Márcia Chuva (2009), ao desenvolver uma espécie de história social do IPHAN e mostrar a ideia de patrimônio cultural se desenvolvendo no Brasil, demonstra que a eleição ou escolha do Patrimônio não pode ser vista como algo maniqueísta, intencional, mas como o processo relacionado a um *habitus*⁷⁸ de dar importância àquilo que se conhece (Chuva, 2009, pag. 41). Ou seja, a patrimonialização estaria ligada como processo a um *habitus*, que pode ser traduzido como uma forma de conhecimento e práticas compartilhados, tal como maneiras sociais e formas específicas, estruturadas e estruturantes, de aprendizado mútuo e memória coletiva, corporificado a realiza-se na concretização prática de saberes que o constitui (Bourdieu, 2017, p. 162-165). Por outro lado, ao considerar os discursos sobre o Patrimônio Cultural de Ouro Preto não podemos excluir seus conflitos, problemas e controvérsias na tentativa de se valorizar o que se conhece e aquilo com o qual se identifica. Assim, não podemos nos restringir ao que Márcia Chuva (2012) chama de “Memória histórica” citando Carlos Vessentini (1997):

“uma periodização construída posteriori dos fatos em análise, que leva o ocultamento de disputas, dos diferentes projetos, e das incertezas do contexto histórico analisado sendo que a própria produção historiográfica aceita tais periodizações sem crítica”. (Vessentini, 1997 *apud* Chuva, pag. 148)

Não podemos ignorar os diferentes projetos, disputas e incertezas presentes nas mentalidades e práticas, desde a priorização de igrejas católicas e o Barroco colonial, passando pela omissão frente a ocupação e desmonte das ruínas, seguido pela repressão, sem efeito, a recorrentes e descontínuas tentativas legalistas de controle do espaço do Sítio, até a constituição como lugar de memória coletiva e comunitária.

⁷⁸ O termo *habitus* se refere nos termos de Pierre Bourdieu às disposições transferíveis e duráveis por meio das quais as pessoas percebem, pensam, apreciam, agem e avaliam o mundo (Bourdieu, 2017, p. 162-165).

Ao longo da descrição da própria constituição e desenvolvimento institucional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) até aqui descrita, foi possível perceber distintos projetos, apontar sujeitos, disputas e mudanças de concepções do patrimônio cultural ao longo do tempo, que são parte visível e indissociável do processo sócio-histórico da patrimonialização do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada, seja pela sua presença, omissão ou ausência.

Assim, podemos constatar que a patrimonialização do Sítio em sua extensão no tempo aqui considerada (1937 – 2022), se confunde com a própria história do IPHAN, no qual podemos identificar a passagem de distintas gerações, a ponto da formação, processos e mudanças institucionais demonstrarem ou dialogarem com as temporalidades da linha do tempo apresentadas no capítulo anterior. Portanto, se retornarmos a linha do tempo da patrimonialização do Sítio Arqueológico apresentada, é possível perceber como diferentes gerações se diferenciam em diferentes “desejos de patrimônio” do lugar nas políticas patrimoniais, a medida em que as políticas patrimoniais nacionais também se modificam em concepções, *habitus* e visões de mundo, complexificando e ampliando o que abarcam enquanto patrimônio cultural. Nesse sentido, o tempo do processo sócio-histórico da patrimonialização aqui estudada pode ser acompanhado lado a lado com o processo de formação, desenvolvimento institucional e de novas políticas de memória do IPHAN. Isto posto, dentro deste processo sócio-histórico podemos enumerar e esquematizar as seguintes transformações já tratadas ao longo do capítulo:

- 1) A “desmonumentalização” da visão de patrimônio cultural que passa ser vista como um bem cultural em sentido antropológico.
- 2) O desenvolvimento de uma visão integrada do patrimônio cultural com a vida cotidiana, social e urbana.
- 3) O desenvolvimento da noção de patrimônio imaterial, que de forma relacional e indissociável também possibilita novas visões sobre o patrimônio material, inclusive sobre ruínas.
- 4) O desenvolvimento da noção de paisagem cultural que amplia e integra determinantemente o patrimônio cultural à paisagem, inclusive das cidades.
- 5) Como a noção de lugar de memória trouxe novos olhares para a localidade e as apropriações cotidianas do lugar das ruínas do Morro da Queimada.

Por fim, podemos dizer que todas estas transformações e concepções de políticas de memória criadas, difundidas e incorporadas à Instituição por diferentes gerações

viabilizaram a patrimonialização do lugar a partir de novas expressões e formas de olhar o lugar do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada na cidade de Ouro Preto.

Uma proposta de entendimento síntese deste processo poderia ser vislumbrarmos o processo de patrimonialização estudado como uma espécie de “microcosmo” da formação e mudanças institucionais do IPHAN. A ideia de microcosmo também permite ressaltar como as lacunas e descontinuidades da patrimonialização do Sítio Arqueológico expõe, e refletem também, as lacunas e descontinuidades institucionais do próprio IPHAN, e da concepção de patrimônio cultural praticada, que resultam também na ausência de políticas de memória sistemáticas ao longo do tempo, para o espaço e as ruínas. Afinal a ausência de políticas também é uma forma de políticas de memória.

Portanto, a patrimonialização do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada pode ser analisada como uma espécie de microcosmo do desenvolvimento das políticas patrimoniais no Brasil e das políticas de patrimônio cultural em Ouro Preto, na medida em que o lugar atravessa, e é ao mesmo tempo atravessado, pelo desenvolvimento local e nacional das políticas patrimoniais. Toda esta história institucional contada até aqui nos ajuda a compreender como uma patrimonialização se constrói contando histórias sobre um passado no presente, com reconhecimentos e apagamentos para dar sentido ao presente a partir de um passado contado e recontado.

A historicidade do conhecimento objetivado pela patrimonialização fica evidente se compararmos momentos e políticas de memória distintas do mesmo bem cultural. Assim, podemos perguntar: quais sentidos, valores e atributos são utilizados por estas diferentes gerações para contar histórias no reconhecimento do patrimônio cultural em Ouro Preto? Cidade esta onde o patrimônio está longe de ser unicamente barroco, católico, ou mesmo colonial, ao ser atualizado com memórias contemporâneas.

Como já dito, podemos entendê-las como distintas formas de autoconsciência cultural, sintomas de distintas maneiras de experimentar o tempo vivido em cada geração, frente a recorrências e mudanças temporais e espaciais marcantes na transformação social e urbana da área do Sítio Arqueológico e seu entorno.

Neste processo sócio-histórico, pouco a pouco, o IPHAN abandona a predominância estética e artística em benefício da relevância histórica e coletiva nas eleições do que deve ser ou não patrimonializado, dando espaço ao novo em novas concepções de memória coletiva. As mudanças de concepção das políticas de memória institucionais e para o lugar

do Sítio Arqueológico correspondem também a mudanças da própria “concepção de ruína”, praticada ao longo do tempo, que expressam distintos momentos de mudança das relações e contradições do lugar de memória da área com a memória coletiva do restante da cidade. São marcos do processo que resultam em novas nomeações ou categorizações da área do Sítio Arqueológico, seja como Sítio em geral, Parque ou Monumento, ou ainda trazendo novidade às ruínas, como lugar de memória.

2.4 – Como moradores de bairros limítrofes se apropriam das ruínas em diferentes momentos

Este tópico busca ressaltar, dentro dos limites metodológicos desta pesquisa e do processo sócio-histórico analisado até aqui, o ponto de vista dos moradores dos arredores, e por vezes, de dentro do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada, já que não há um limite definido para o Sítio na Serra de Ouro Preto.

Como já descrito no primeiro capítulo, são cinco bairros (Morro São João, Morro Santana, Piedade, São Sebastião e Bairro Morro da Queimada), com diferentes características e populações que podem ser compreendidos como resultado direto das demandas por moradia e lacunas do desenvolvimento urbano de Ouro Preto, assim como da continuidade e descontinuidade das políticas de preservação do Sítio Arqueológico. Enquanto era permitido ou tolerado ocupar, se ocupava, desmontando-se ruínas e ou erguendo-se sobre elas como fundações de moradias. Ou, ainda, vendiam-se e expandiam-se terrenos privados limítrofes, onde, na verdade, ainda não havia limite pré-estabelecido para com o Sítio Arqueológico, seja entendido como Parque ou Monumento. Como já colocado, há resquícios de ruínas em toda a Serra de Ouro Preto, para além de limites posteriormente estabelecidos para fins de preservação.

A partir do momento em que o IPHAN, com seu poder de controle e polícia, passa a proteger, reprimindo ocasionalmente, ainda que sem delimitar, se torna declaradamente clandestino para a população se apropriar das ruínas e de seu espaço. Afinal, como colocar na mesma balança o direito à moradia com o direito a memória e ao patrimônio? Creio que este impasse criou mais indefinições do que soluções para a moradia social em Ouro Preto.

Em reportagem do Jornal Folha de S. Paulo de novembro de 2002, período ainda anterior à mobilização das primeiras audiências de criação do então Parque Arqueológico, explicita-se este conflito de usos e interesses coletivos. Afinal, espera-se que uma cidade patrimônio como Ouro Preto não seja compatível com favelas como forma de moradia, forma de habitação muito comum nas cidades brasileiras.

17/11/2002 - 06h42

Atrações dividem espaço com favelas em Ouro Preto

da **Agência Folha**, em Ouro Preto

As igrejas e o casario do século 18 em Ouro Preto, antes em harmonia com o verde das encostas, agora têm como pano de fundo favelas e grandes construções.

"A idéia de preservação não é a de que a cidade tenha que parar de crescer ou que as novas construções sigam o estilo do século 18. Elas não podem é competir com os monumentos históricos", diz o vice-diretor do Ifac (Instituto de Filosofia, Artes e Cultura) da Ufop (Universidade Federal de Ouro Preto), José Tomaz da Silva.

Ele disse a frase olhando para o shopping San Francesco de Paola, construído em área tombada, entre as igrejas São José e São Francisco de Paula. O empreendimento, ainda sem funcionar, foi aprovado por prefeitura e Iphan. A obra motivou a fundação da associação Amo Ouro Preto, pela preservação do patrimônio histórico.

Para o padre José Feliciano Simões, Ouro Preto é a mais "relaxada" das cidades-patrimônio. "Não é só ocupação de encostas e tráfego pesado no centro histórico. Não há coisas simples, como placas indicativas nas igrejas e monumentos, horários de carga e descarga de caminhões."

Um caso emblemático é a primeira obra de Aleijadinho, um busto de mulher que decora um chafariz abandonado. Não há referência ao artista no local.

A obra fica diante do morro da Queimada, primeira encosta ocupada, nos anos 70. O local sediou os primeiros núcleos mineradores que originaram a então Vila Rica. "Estamos perdendo um belo sítio arqueológico. As pessoas que invadiram o local usaram a base das casas do século 18 para construir as suas", diz Benedito de Oliveira, diretor do Iphan local.

"Todo mundo fica lamentando a ocupação do morro da Queimada, mas o processo continua com a ocupação de outras áreas", diz o vereador Wanderley Kuruzu (PT), do Conselho Municipal de Trânsito, que trata de outro tema polêmico: o tráfego intenso de caminhões e ônibus no centro.

O debate cresceu após um caminhão, na semana passada, destruir o chafariz da igreja de Nossa Senhora do Pilar. Outra necessidade é criar estacionamentos fora do centro histórico. "A praça Tiradentes virou estacionamento barroco", diz Kuruzu.

Figura 77 - Fonte: Folha de S. Paulo, 17 de novembro de 2002.

Na reportagem de 2002 acima o depoimento de Benedito de Oliveira, diretor do IPHAN de Ouro Preto na época contrasta com o posicionamento a e visão do Vereador Kuruzu. Enquanto o primeiro destaca a perda do patrimônio, o segundo destaca que ocupações por falta de moradia barata na cidade não é uma questão exclusiva ao Morro da Queimada.

Se por um lado não se espera que uma cidade patrimônio como Ouro Preto não seja compatível com favelas, por outro, os moradores dos bairros dos arredores do Sítio Arqueológico não querem ser assim enquadrados, ainda que poderiam ser assim classificados por critérios comuns a outras cidades brasileiras. Segundo relatos das pesquisadoras do LAPACOM / UFOP, interlocutoras desta pesquisa, os bairros Morro da Queimada, Santana e Piedade não se identificam como favelas para não desvalorizar seus imóveis ou para não se desvalorizarem socialmente na cidade, o que é comum na cultura urbana de outras cidades brasileiras. Em todo caso, esta visão reflete até os dias de hoje a

relação das condições de moradia em Ouro Preto com seu patrimônio cultural instituído, cujos efeitos como a especulação imobiliária e a gentrificação⁷⁹ ou enobrecimento local⁸⁰ também estão presentes. Ou seja, ao valorizar uma área ou território como patrimônio cultural criam-se efeitos na dinâmica espacial do lugar, seja pela valorização imobiliária, ou na relação com outras regiões de uma cidade patrimonializada.

Uma visita às ruínas do Morro da Queimada pode ser feita adentrando os bairros limítrofes ao Parque / Monumento como os Bairros de São Sebastião e São João, que possuem ruínas vizinhas a casas habitadas e terrenos, ou adentrando a área densa do Sítio Arqueológico dentre trilhas de vegetação baixa. Tive a oportunidade de visitar a área densa do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada, por algumas vezes, em diferentes períodos entre 2019 e 2021, com interrupções pela Pandemia de Covid-19, sempre guiado pela Professora Márcia Arcuri Suñer e seus alunos da UFOP nos trabalhos de campo em arqueologia. É necessário por vezes um facão para cortar o mato persistente, e por outras vezes, o uso de perneiras de proteção contra cobras e outros animais peçonhentos.

No trajeto de visita é possível identificar facilmente muros, janelas e paredes de habitações, mas não tão facilmente os mundéus (espécie de dique), galerias, e canais hidráulicos e sarilhos (buracos de escavação), tecnologias de mineração arcaica. Estes segundos, se camuflam mais facilmente. É preciso ter cuidado para não cair nos sarilhos. Precisamos desenhá-los observando-os mentalmente como se buscássemos entender seu funcionamento para visualizá-los de fato. Caminhar por entre as ruínas pode ser traduzida na sensação de experienciar no tempo presente a aridez e o desconforto de um tempo passado, ainda que nossa concepção de conforto seja outra. É preciso dizer, não é apenas desconforto, era escravidão! Escravidão presente na aspereza e no peso das pedras, chamadas de “cangas”, sustentando umas às outras ao longo do tempo, tentando criar raízes numa terra que não as pertence.

⁷⁹ O vocábulo “gentrificação” é um aportuguesamento do inglês *gentrification*, e pode ser definido como o deslocamento, processual ou súbito, de residentes e usuários com condições de vida precárias de uma dada rua, mancha urbana ou bairro para outro local para dar lugar à apropriação de residentes e usuários com maior status econômico e cultural. Fonte: [Dicionário do Patrimônio Cultural IPHAN](#).

⁸⁰ O termo *gentrification* é entendido por Rogério Proença Leite (2008) de forma equivalente a um processo de enobrecimento de uma área com práticas de intervenção urbana que buscam “embelezar” estrategicamente as cidades históricas através das políticas de patrimônio cultural, formas de empreendimentos que elegem certos espaços da cidade como centralidades e os transformam em áreas de investimentos públicos e privados (LEITE, 2008).

Há outros lugares que fazem referência a Escravidão da população negra em Ouro Preto, mas de maneira superficial e acrítica, como na senzala da Casa dos Contos, onde são exibidos objetos de escravização como correntes e mordanças. Creio que seria perfeitamente possível a criação de um circuito de visitação e estudo da Escravidão da população negra, juntamente com toda a visitação dos patrimônios de herança portuguesa na cidade. Talvez uma iniciativa assim ajudasse a compensar a ausência de referência aos espaços e cultura de resistência desta população na história colonial da cidade. Uma forma de compensar a falta de nomeação, ou negação da Escravidão na história de Ouro Preto.

Diante de tantas mudanças e transformações ocasionadas pelas políticas de memória para o lugar é importante nos perguntar: qual o ponto de vista e experiências cotidianas dos moradores dos arredores no processo sócio-histórico de patrimonialização das ruínas do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada de 1937 a 2022?

Para Paul Ricoeur (2007), a noção de lugar de memória foi introduzida pela valorização das experiências vividas, passando-se gradativamente da memória compartilhada para a memória coletiva. Isto, como se o lugar de memória sugerisse “alguma nostalgia desejosa de repor as coisas em seus lugares”. E a errância do navegador que viaja em busca de seu lugar não necessita mais de direitos do que o residente: “Claro, meu lugar é ali onde está meu corpo, e colocar-se e deslocar-se são atividades primordiais que fazem do lugar algo a ser buscado. Seria assustador não encontrar nenhum” (Ricoeur, 2007, pag. 157). A partir da provocação de Paul Ricoeur (2007), caberia perguntar, quais as ligações da vida dos bairros dos arredores com a “vida das ruínas”? Ou como as ruínas e vestígios do antigo Morro da Queimada se relacionam, são usados, ressignificados e apropriados pelos moradores?

Vale aqui retomar a noção de Assman (2011) como local honorífico para pensar o lugar do Sítio materializado em ruínas e objetos remanescentes, na qual a descontinuidade ou interrupção é cristalizada nesses restos sem estabelecer qualquer ligação com a vida local do presente, que não somente prosseguiu, mas avançou para além dos restos “sem nem tomá-los em conta” (Assman, 2011, pag. 328). Se ruínas foram usadas, como já vimos, como base para novas construções de habitação era apenas pelo seu aspecto funcional e não histórico que era levado em conta, tanto que ocupações para fins moradia de áreas de outros morros nos arredores da cidade patrimônio de Ouro Preto ocorriam ao mesmo tempo. Assim, quais as limitações e possibilidades quando a patrimonialização ocorre em bens materiais

deslocados no tempo e inacabados como ruínas, locais e bens cuja memória não há mais testemunhos de pessoas vivas ou mesmo registros concretos de acontecimentos? Na palavra de testemunho “eu estava lá” o verbo marca o tempo e o advérbio o espaço (Ricouer, 2007, pag. 156), assim no presente do passado das ruínas do Morro da Queimada apenas resta o que podemos chamar de: “estamos aqui”. De fato, a vida social e urbana de Ouro Preto prosseguiu com e sobre as ruínas, criando novas experiências, vivências e memórias para o lugar, próprias e em diálogo com as mesmas ruínas. Ainda que não estejam materialmente presentes podemos falar de memória coletiva quando, vimos, evocamos um fato com lugar na vida de um grupo observado no momento em que recordamos do ponto de vista desse grupo (Halbwachs, 2003, pag. 41). Portanto, como já dito, mesmo diante da ausência e do passado distante, podemos falar em memória coletiva se um fato tem lugar na vida de um grupo social.

Que lugar, de fato, tem a chamada Revolta de Felipe dos Santos na memória coletiva de Ouro Preto? E dos moradores dos bairros dos arredores do Sítio Arqueológico? Qual o lugar e ponto de vista na memória coletiva das ruínas do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada? Só podemos falar em memória coletiva se um fato tem lugar na vida de um grupo social? Não é a intenção ou propósito desta pesquisa responder todas estas perguntas. A pergunta mais importante seria destacar, como se dá a patrimonialização do sítio arqueológico para os moradores dos bairros de seus arredores?

José Reginaldo Gonçalves (2009) defende que é preciso não naturalizar a categoria patrimônio e impor um significado peculiar e estranho ao ponto de vista nativo, ou do habitante do lugar. Para o autor, ao considerarmos as “concepções nativas” de patrimônio não falamos necessariamente da identidade de um grupo social, quando seus objetos e modos de vida são alvos de processos de patrimonialização, porque descobrir e defender sua “identidade” não é necessariamente para o grupo um problema (Gonçalves, 2015, pag. 214). Sim, podemos dizer que as ruínas são parte dos objetos e modos de vida dos habitantes do Morro da Queimada, mas não podemos pressupor que são parte de sua identidade com seu território de moradia. Esta seria, na verdade, “uma preocupação presente dos discursos e políticas de patrimônio que lhes são impostos quando, sempre com as melhores intenções, se busca preservar seu “patrimônio” (Gonçalves, 2015, pag. 214), e ainda classificá-lo como “patrimônio da humanidade”. Nesse sentido, não podemos pressupor, naturalizar, nem mesmo impor o “desejo de patrimônio” ao grupo social de moradores de distintos bairros

dos arredores do Sítio Arqueológico, mas podemos questionar: há identificação dos moradores com as ruínas? De que forma? Com que usos e apropriações? Neste momento, é preciso inverter o olhar, ao invés de mirar o Sítio Arqueológico como parte da moldura da paisagem de Ouro Preto, é preciso olhar o patrimônio do alto do Morro, perceber sua proximidade e seu distanciamento. Na fotografia a seguir, tirada do mirante do bairro São Sebastião podemos ver a praça Tiradentes com o Museu da Inconfidência ao centro, a esquerda a Igreja de São Francisco, e a direita a Igreja do Carmo.



Figura 78 - Vista da Praça Tiradentes no mirante do Bairro São Sebastião – Foto: Mineiros da estrada

A Tese de Fernanda Bueno (2019)⁸¹, professora do curso de arquitetura da UFOP, uma das importantes interlocutoras locais desta pesquisa, estudou como os moradores de um dos cinco bairros dos arredores: o bairro Morro da Queimada, percebem e vivenciam a paisagem e as ruínas do Sítio Arqueológico. Sua pesquisa oferece algumas das respostas possíveis para percebermos quais as ligações da vida dos bairros dos arredores com a “vida das ruínas”. Através de um intenso trabalho de campo realizado em 2019, com entrevistas e visitas às casas de moradores no bairro Morro da Queimada, é possível perceber a história de vida e o cotidiano dos moradores na relação com o Sítio Arqueológico.

A vivência dos moradores do Bairro Morro da Queimada é relacionada com a paisagem do lugar em seu meio natural, arqueológico e cultural, buscando constituir uma paisagem cultural através do que a autora chama de paisagens narrativas, considerando

⁸¹A *Paisagem de Ouro Preto como Espacialização no Tempo: a experiência e a vivência do Morro da Queimada*. Tese de Doutorado – Escola de Arquitetura e Urbanismo – UFMG, 2019

aspectos da memória e identidade dos habitantes (Bueno, 2019, pag. 214). O anexo II da Tese de Fernanda apresenta a transcrição de trechos de depoimentos de entrevistas com moradores do bairro Morro da Queimada. Nestes depoimentos construídos pela pesquisadora, as ruínas aparecem de maneira lúdica ou estética relacionadas à memória de infância: “quando era criança brincava nas ruínas”, ou como um lugar para levar um visitante para “conhecer as ruínas das casas queimadas”, ou ainda, um local de onde se tem uma boa vista da cidade e do Pico Itacolomi, de onde se “apresentaria a paisagem, a visão bonita para a cidade (Bueno, 2019, pag. 513). Por outro lado, outros depoimentos da pesquisa apontam que “as ruínas são bonitas, mas cresceu mato” ou “Mato dominou, deixaram acabar”, associando o lugar ao abandono e descuido, que é em geral associado à própria noção de ruína. Outra referência dos moradores na pesquisa é ainda como um local de diversos perigos: “É perigoso sair andando sem alguém que conhece. Tem assalto” ou como um local perigoso para crianças “tinha medo de bichos e de cair no buraco de “sari” (buraco de mineração).

Um aspecto importante registrado por Fernanda Bueno (2019) corresponde a percepção histórica do lugar, que colocam as ruínas relacionadas ao “Tempo da Colônia”, “Ruínas onde era a capital de Minas Gerais” ou à “História dos Inconfidentes”, apesar da Inconfidência Mineira ter ocorrido apenas em 1789, ou, corretamente relacionada à Revolta de Filipe dos Santos de 1720: “O Morro do Ouro Podre foi queimado e Felipe dos Santos preso na cadeia”. Um aspecto marcante da percepção histórica do lugar é registrado pela pesquisadora associando o lugar à memória da Escravidão da população negra em Ouro Preto, e que coloca as ruínas como “a casa dos escravos” (ou escravizados)⁸². Este ponto também vem associado nos depoimentos com o que os entrevistados de Fernanda Bueno (2019) chamam de um local com “história de assombração, mula sem cabeça” onde “tinham fantasmas dos escravos” (ou escravizados) e se “escutava correntes na quaresma” (Bueno, 2019, pag. 479).

No cotidiano dos moradores, as ruínas tem valor estético, são áreas para uso e lazer, são representação da história da cidade e memória da Escravidão. Todos os relatos descritos demonstram a diversidade e as contradições da memória coletiva construída pelos moradores

⁸² Há um relativo consenso no debate entre historiadores da Escravidão Negra no Brasil de que o termo “escravo” não deve ser mais utilizado porque faz referência a uma condição natural e passiva, ou, como se as pessoas fossem “escravas por escolha”. Por outro lado, o termo “escravizado” remete a uma situação imposta por outras pessoas como a condição de uma sociedade opressiva que os tratava como posse ou um bem econômico, sendo, portanto, a palavra mais correta a ser utilizada na atualidade (elaborado pelo autor).

dos bairros, nos arredores do sítio arqueológico, associando a compreensão histórica das ruínas com suas vivências, histórias pessoais e o imaginário local, fazendo do presente vivido fonte para recriar e dar sentido às histórias passadas.

Como avalia Fernanda Bueno (2019): “As minas e os vestígios arqueológicos são caracteres identitários do território... A serra (de Ouro Preto) se faz presente no imaginário das pessoas, em relações de afeto, mas também em práticas de uso, percursos e apropriações...”. (Bueno, 2019, pag. 451).

Cotidiano/ Ambiente vivido

Existe muitas superstições sobre as minas e até mesmo é um local que foi de sofrimento, né. Em questão da nossa história baseada no ciclo do ouro, vem através do sofrimento dos negros, que vieram pra essa região nossa, 359 que fizeram essa riqueza toda aqui... [...] e aqui a gente conta a história praticamente mais do negro, né... focada pro lado do negro, que é a história que foi praticamente esquecida, né (Entrevistado 34).

[...] lá tinha uma bica e antigamente todas as mulheres ia pra lá pra lavar roupa. Era tipo uma lavação de roupa comunitária. Conheço, porque eu passava muito lá com feixe de lenha na cabeça. (Entrevistado 20.)



Memória



Memória
Chácara Velha
Figura dos escravos



Memória
Fantasmas urbanos
Figura dos escravos



Memória
Caminho da Vassoura



Religiosidade e
espiritualidade



Água - Tenente

Paisagens Narrativas

Figura 79 - Fonte: Bueno, Fernanda (2021) – Seminário CMD 2021

As narrativas de paisagens relatadas revelam o que é chamado de ambiente vivido do patrimônio em práticas culturais, que, por sua vez, caracterizam e valoraram a identidade local por meio da memória e das referências cotidianas. (Bueno, 2019, pag. 214) A pesquisadora ainda destaca que a Serra de Ouro Preto, e conseqüentemente, o território do Sítio Arqueológico, se estabelece como uma área de riscos e conflitos, de ordens diversas, inclusive pela pressão imobiliária. Neste contexto, ela destaca que pode ser percebido uma fragilidade no pertencimento local, algo que se manifesta por meio de “um sentimento de rejeição e de preconceito em relação ao bairro Morro da Queimada”. (Bueno, 2019, pag. 452). Algo muito comum em bairros periféricos e por muito tempo desvalorizados em áreas urbanas. No entanto, ela ressalta que apesar da população do bairro Morro da Queimada se mostrar desacreditada em relação às ações de implantação do então Parque, os relatos

pesquisados confirmaram que grande parte da população se mostra sensibilizada pela preservação das ruínas, apesar da ausência de infraestrutura e equipamentos comunitários que fazem o bairro dependente dos outros bairros (Bueno, 2019, pag. 452).

Márcia Arcuri (2021), arqueóloga e professora do curso de Museologia da UFOP, interlocutora local e importante apoiadora desta pesquisa, define o lugar do Sítio Arqueológico como um território rico e com muitas tensões. Ela defende o desenvolvimento de uma arqueologia pública no sítio arqueológico, e reconhece o grande potencial turístico da área. Para a arqueóloga, quando falamos de arqueologia pública estão incluídas não apenas as ruínas do Século XVIII, mas também as ruínas do século XX e os usos e apropriações atuais da população no lugar. Trata-se uma Arqueologia do presente e no presente, ao invés da exaltação de um passado monumental, ainda que as ruínas coloniais deem sentido para isto. O que importa mais é como as pessoas e moradores do presente vivenciam o lugar do Sítio Arqueológico (Arcuri, 2021).



Figura 80 - Fonte: Arcuri, Márcia (2021) – Seminário CMD 2021

As pesquisas desenvolvidas pela Arqueóloga Márcia Arcuri e sua equipe há quase 10 anos, oferecem-nos a noção de como as ruínas e vestígios do antigo Morro da Queimada não apenas se relacionam, mas como material e imaterialmente são usados, ressignificados e apropriados pelos moradores locais em práticas cotidianas, religiosas ou mesmo ilícitas. Dentre os usos e apropriações do território identificados pela arqueóloga estão:

- a) Usos para manifestações religiosas, incluindo neopentecostais com a colocação de medalhas, velas, cruzes para realização de rituais religiosos.
- b) Usos mineradores atuais em locais onde garimpeiros domésticos ilegais acreditam que podem extrair pedras preciosas, deixando objetos e ferramentas utilizadas.
- c) Usos turísticos e esportivos como objetos de restos de competições esportivas de bicicleta e corrida, inclusive, promovidas pelo Poder Público local.
- d) Usos para consumo de drogas ilícitas, incluindo evidências encontradas do consumo de crack.
- e) Usos para despejo de restos de construção doméstica como entulho e outros.

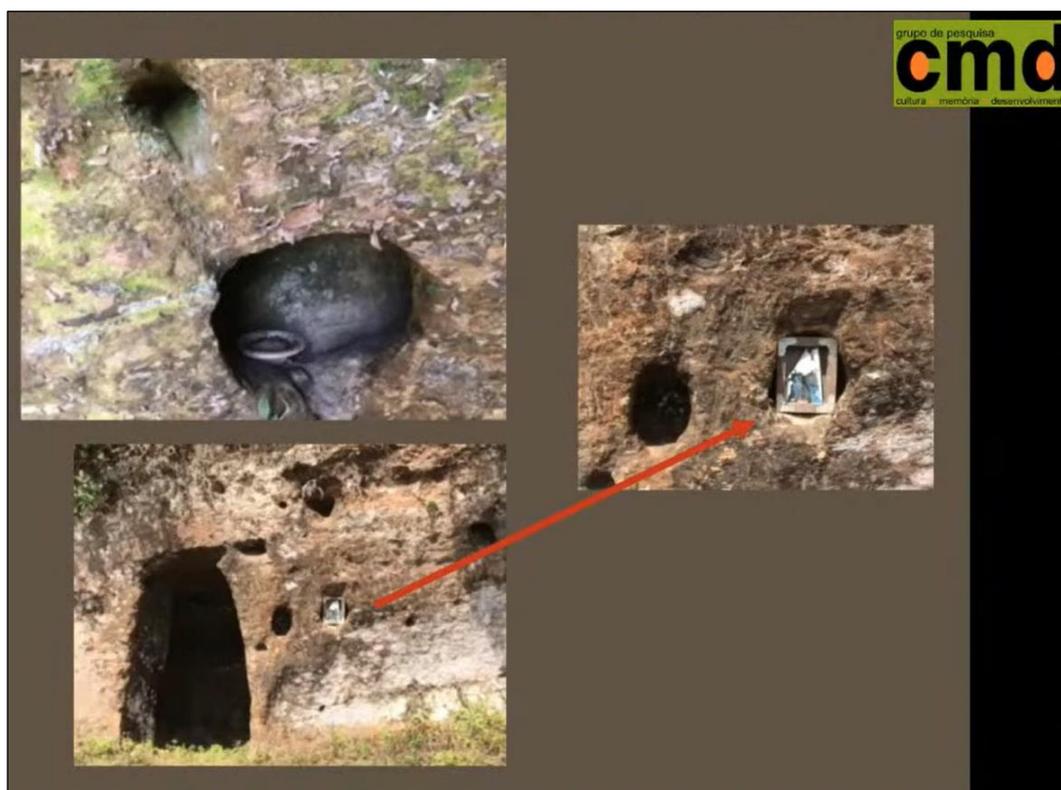


Figura 81 - Objetos religiosos deixados por moradores em antigos locais de mineração do Sítio Arqueológico. Fonte: Arcuri, Márcia (2021) – Seminário CMD 2021

O ponto de vista nativo dos moradores, possui visão, prática e as apropriações específicas de um grupo sobre seu território, e sobre um bem patrimonializado. Esta é a forma como um grupo se situa “em suas relações com a ordem cosmológica, natural e social,

preocupados em interagir com as diversas entidades do universo: os deuses, os mortos, os antepassados, os parentes, os vizinhos, os animais, as plantas... seja individual e coletivamente numa extensa rede de relações de troca” (Gonçalves, 2015, pag. 214). Portanto, um patrimônio cultural inserido no cotidiano de um grupo, está sujeito a esta mesma ordem cosmológica e relações de troca, o que pode ser percebido por meio da arqueologia pública.

Nesse sentido, é importante entender o sítio arqueológico não como um parque ou monumento, mas como parte de um território. Trata-se de um território que desde o início se confunde com a própria vizinhança, a exemplo do bairro São Sebastião, onde há ruínas na divisa de moradias habitadas, ou próximas às áreas de lazer como uma quadra de futebol do bairro Morro da Queimada.

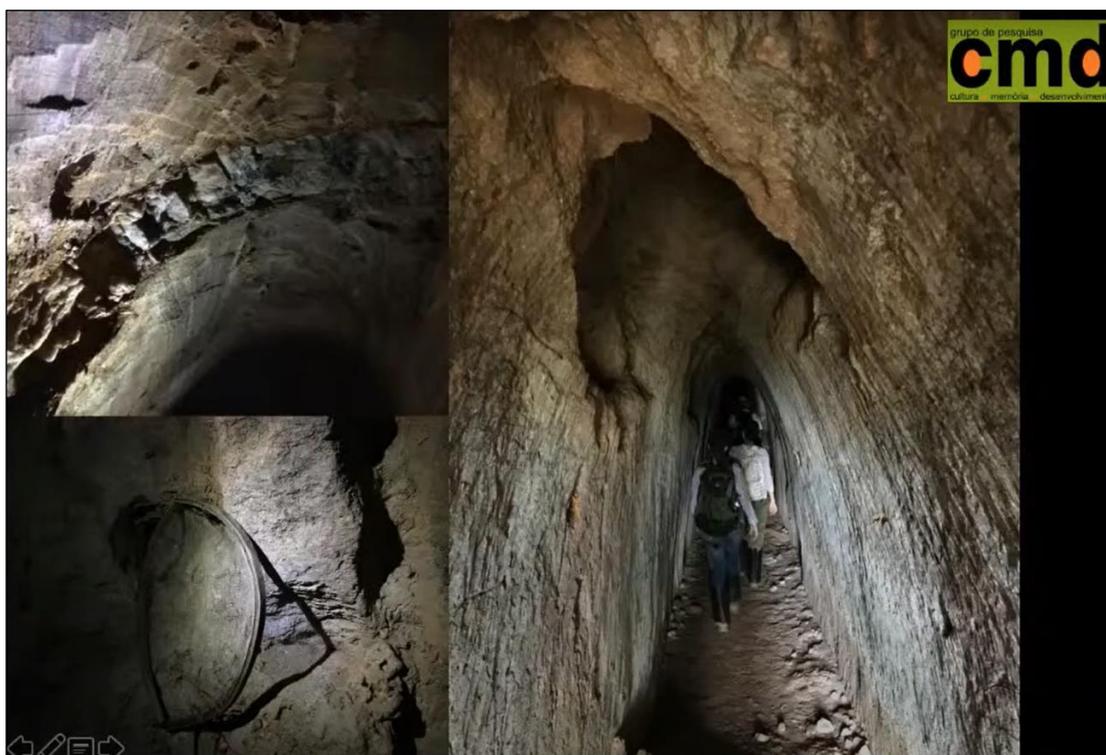


Figura 82 - Antigo túnel de mineração ainda usado de forma clandestina pela mineração doméstica no Sítio Arqueológico. Fonte: Arcuri, Márcia (2021) – Seminário CMD 2021

Apesar do uso das ruínas para cumprir a função de habitar, podemos dizer que os moradores estariam, ao construírem sobre estas mesmas ruínas, de fato, retomando a função histórica de moradia às ruínas? Isto, mesmo que se apropriando deste patrimônio para fins que desconsideram seu valor histórico? São projetos em disputa de uso do território, diante da memória coletiva: seja moradia, propriedade privada, parque ou Monumento.

Ambas as pesquisas das professoras do departamento de Museologia da UFOP se integram ao já citado Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários (LAPACOM). As pesquisas nos oferecem a perspectiva de como se dá a patrimonialização do sítio arqueológico para os moradores dos bairros de seus arredores, demonstrando a relação de pertencimento e identidade com o Sítio Arqueológico no cotidiano e na prática de vida comunitária.

A este ponto de vista do morador, seria interessante contrapor o ponto de vista do turista de Ouro Preto, que visita o Sítio Arqueológico, atraído pelo desejo de conhecer um local fora do circuito tradicional turístico da cidade, como igrejas e museus. Em uma rápida pesquisa realizada no endereço de local do “Parque Municipal Arqueológico do Morro da Queimada” no Google, encontramos atualmente 82 distintas avaliações espontâneas de turistas ou moradores da cidade que visitaram o espaço. Apesar do lugar ter mudado de denominação de Parque para Monumento em 2022, não há uma atualização ainda no perfil do endereço na internet. Há desde comentários elogiosos e outros muito críticos em relação a falta de infraestrutura para visitação das ruínas e trilhas do Sítio Arqueológico. Alguns comentários relatam uma experiência positiva relacionada a vista do lugar ou a proximidade com um espaço natural, indicando como um bom local para praticar esportes (ciclismo, caminhada e corrida) ou mesmo para meditação. Outros comentários críticos apontam que há sujeira, mato grande e descarte de lixo dentre as ruínas oriundos de visitas de turistas e ouro pretanos.



Marcelo Mortimer – Local Guide:

“Esse é um dos sites arqueológicos mais importantes de Ouro Preto e mesmo do Brasil colônia. São inúmeras ruínas de casas, minas, reservatórios de água e belíssimos currais de pedra, enfim um povoamento grande que era o Arraial do Ouro Podre. É imperdível. Mas é um arremedo de parque, já que não há a menor sinalização para as trilhas ou identificação das ruínas. Aconselho a ir com alguém que conheça o local, pois é cheio de sarilhos (respiradouros a minas, buracos enormes no chão) e outros perigos”.

Juliana Ricardino – Local Guide:

“Não perca tempo, o acesso é péssimo e de arqueológico só o nome...”

Figura 83 - Fonte: Pesquisa Google com nome do Parque Arqueológico Morro da Queimada.

Os comentários destacados expressam as potencialidades turísticas do local, por um lado, e por outro, a precariedade e insatisfações da visita turística no então Parque Arqueológico, diante da falta de uma política de turismo para a área, além dos riscos da visita não guiada por um não conhecedor do território.

Neste aspecto, Ulpiano Bezerra de Menezes (2012), em um artigo já citado anteriormente, distingue bem as diferentes relações e usos do habitante e do turista. Trata-se de opor a cotidianidade do habitante e a fugacidade do turista. Para o autor, no ponto de vista do habitante, o patrimônio é (antes) um bem, uma coisa boa de conhecer, ver, sentir e experimentar como um vínculo pessoal e comunitário. Já para o turista, o patrimônio cultural é um bem cultural para ser visto, no instante guiado pela visita, uma representação que torna anacrônicos as práticas anteriores, através da relação descomprometida e distraída que estabelece. Como sintetiza o autor mais adiante no texto, a oposição entre o uso do bem cultural, qualificadamente existencial do habitante, em relação ao “uso cultural” dos turistas (Menezes, 2012, pag. 29 – aspas do autor).

Um bom exemplo de “uso cultural” turístico e seguro na área está nos arredores do então Parque/ Monumento. A visitação à chamada “Mina Jeje”⁸³ ocorre com grande facilidade, ao nível da rua, em um túnel de uma antiga mina de ouro, e evidencia claramente o potencial turístico do sítio arqueológico.



Figura 84 - Visão exterior do acesso abaixo da rua na Mina Jeje em Ouro preto – Foto Autor

⁸³ Segundo os guias do local, a mina Jeje funciona na antiga garagem de um morador em terreno arrendado para a finalidade. Fonte e mais informações sobre a Mina Jeje: <https://mina-jeje.negocio.site/>

A antiga mina de ouro Mina *Jeje* está localizada entre duas ruas e casas habitadas, na Rua Chico rei, logo abaixo da Rua Conselheiro Quintiliano, exatamente no caminho que leva a entrada do então Parque/ Monumento, onde transitam ônibus e carros com destino a cidade vizinha de Mariana. Cobra-se, atualmente, sessenta Reais por pessoa para uma visita guiada da mina. A visita, além de fácil acesso, é feita com capacetes de proteção em grupos de dez pessoas, percorrem-se em quinze minutos cerca de cinquenta metros dentro da mina. Segundo os guias da visitação, no caminho há ferramentas utilizadas por negros escravizados e outros objetos. Ouve-se na voz do guia um discurso pré-elaborado de valorização da cultura africana e do trabalho dos escravizados. O guia destaca técnicas de mineração utilizadas, já conhecidas e praticadas pelos africanos antes se serem escravizados, como onde encontrar o ouro por meio de linhas de quartzo, formas de sustentação física da mina, e técnicas de sobrevivência por longos períodos frente à baixa oxigenação no local.

Há outros locais com visitação a minas na região do Sítio Arqueológico Morro da Queimada, como o museu privado Palácio *D'ouro*⁸⁴, na Rua Conselheiro Quintiliano, inaugurado em 2022 após 14 anos de reformas de restauração, também de fácil acesso aos turistas. Há no local um casarão do século XVIII, com 11 cômodos, que funciona como museu, antiquário e café, possuindo no jardim uma mina aberta à visitação denominada, “Paschoal da Silva Guimarães”. A visitação guiada e pré-agendada dura cerca de uma hora e meia a um custo de cem reais. Em visita guiada, realizada ao local do “Palácio D’ouro” podemos perceber claramente a intenção de associar o espaço ao Sítio Arqueológico do Morro da Queimada, inclusive, colocando o casarão como moradia construída pelo português Paschoal da Silva Guimarães, em parte do território onde estavam suas minas de ouro, com a intenção de protegê-las. A descrição do local na rede social Instagram apresenta Paschoal como “o grande protagonista por trás da história do Palácio... onde temos o Morro da Queimada. Em nosso roteiro de visitação conseguimos entender esse processo de forma bem didática”.

⁸⁴ O Palácio D’ouro desde 2008 pertence a chamada “Família Toledo”, conhecida em Ouro Preto pela prática de coleção de antiguidades e comercialização em antiquários locais, como o Antiquário Toledo – Fonte: <https://palacioudouro.com.br/>



Figura 85 - Foto do Casarão do Palácio D'Ouro - Fonte: Instagram Palácio D'ouro

Na visitação ao Palácio D'ouro, podemos perceber que na visita guiada, não há a mesma preocupação que a visitação à Mina *Jeje* em valorizar o conhecimento e o trabalho dos escravizados negros, apesar de serem apresentados objetos do período e dois espaços denominados como senzala, um interno junto a cozinha e outro externo. Vale dizer que há em outros bairros diferentes minas de ouro abertas à visitação turística na cidade de Ouro Preto⁸⁵, havendo na região um tipo de atividade turística reconhecida com esta finalidade há bastante tempo.

Se a memória das ruínas como do Morro da Queimada depende de relatos orais, o que ocorre é que as instituições do patrimônio têm capacidade de estabelecer novos patrimônios atuando sobre uso do bem cultural qualificadamente existencial do habitante, gerando novas concepções patrimoniais, provocando iniciativas locais ou modificando aquelas existentes na relação com o lugar patrimonializado. Os usos turísticos e privados da Mina *Jeje* e do Palácio *D'ouro* são expressão desta modificação relacional no território do Morro da Queimada. Se retomarmos aqui a diferença de relações e usos do habitante e do turista de Ulpiano Bezerra de Menezes (2012), expressa na oposição entre o uso do bem cultural qualificadamente existencial do habitante em relação ao “uso cultural” dos turistas, fica claro a necessidade de investir nas relações e usos do habitante e não apenas do turista.

Atuando sobre novas concepções patrimoniais, porém com um uso do bem cultural qualificadamente existencial, a chamada museologia social promove a identidade local e estabelece novos vínculos com os bens patrimoniais existentes. A dissertação de mestrado

⁸⁵ Minas de ouro de outros bairros disponíveis à visitação turística são a Mina 13 de Maio, Mina do Bijoca, Mina Chico Rei, Mina *du* Veloso, Mina Santa Rita e Minas do Palácio Velho – Fonte: Pref. de Ouro Preto.

de Larissa Venâncio (2022)⁸⁶ pesquisou a relação de afeto construída pelos processos da Museologia Social, junto aos moradores de bairros limítrofes, nos arredores do Parque / Monumento Arqueológico. A pesquisa demonstra como o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, projeto idealizado e desenvolvido desde 2005 pela professora de Museologia da UFOP, Yara Mattos, também integrante do LAPACOM, se articula como um museu de território da paisagem cultural de todos os cinco bairros. Para isto, são considerados não apenas as ruínas e capelas históricas do lugar, mas a culinária, artesanatos locais e festividades religiosas (Venancio, 2022, pag. 41).

O Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, registrado como Ponto de Memória⁸⁷ junto ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), desenvolve, desde então, oficinas de sensibilização, passeios guiados pelas ruínas e eventos. A atuação do Ecomuseu enquanto uma organização comunitária autogerida tem possibilitado a ampliação do diálogo e do engajamento da população dos bairros dos arredores do Parque / Monumento em seu processo de patrimonialização. Como já apontado no capítulo anterior, o Ecomuseu se torna mais um dos sujeitos atuantes e produtores de discursos sobre a patrimonialização do Sítio, e canal de diálogo direto com a população local dos bairros.

José Reginaldo Gonçalves (2015) em seu artigo intitulado, *O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição*, afirma que “do ponto de vista do Estado e suas políticas de patrimônio, “identificar” (aspas do autor) um grupo e seu patrimônio, é o mesmo que exercer positivamente sua função enquanto agência do poder”. Nesse sentido, para o autor a patrimonialização traz em si uma ambiguidade: “por um lado é a forma pela qual um grupo se afirma publicamente, por outro, é o modo pelo qual o Estado exerce seu controle sobre a sociedade” (Gonçalves, 2015, pag. 213).

Se podemos dizer que a patrimonialização do Sítio Arqueológico promoveu valor patrimonial e identificação entre moradores de bairros limítrofes em seu território por meio das ações de museologia social e arqueologia comunitária, por outro lado, constituiu uma

⁸⁶ A Dissertação de Larissa Venâncio Ecomuseu da Serra de Ouro Preto (MG): *O Afeto como Processo Museológico entre Comunidade, Patrimônio e Território* – Mestrado em Ambiente Construído Patrimônio Sustentável – Escola de Arquitetura e Urbanismo – UFMG, 2022.

⁸⁷ O Programa Ponto de Memória existe desde 2009 é gerido pelo IBRAM e tem como objetivo promover ações de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por coletivos culturais e entidades culturais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira – Fonte: IBRAM / Minc.

instância de mediação e controle da população local na relação com os governos e órgãos de patrimônio, fundamental na viabilização do lugar como lugar de memória.

O Lugar de memória constitui um novo fato com o lugar da vida social de um grupo. Neste sentido, o estabelecimento de lugares de memória não apenas muda a maneira de experimentar o tempo, mas também a forma de reconhecimento e mediação do patrimônio cultural, transformando um território de meio de memória para lugar de memória. Quando finalmente o sítio arqueológico passa a ser patrimonializado como Parque, o território que se confundia com a paisagem da cidade de Ouro Preto e com o lugar de moradia dos habitantes do bairro, passa a ter novo status no cotidiano destes habitantes, assim como também para os turistas da cidade. Ainda que não haja limites para o arqueológico, apenas para o patrimonial.

As mudanças de concepção das políticas de memória para o lugar do sítio arqueológico, na relação com o restante da cidade ao longo do processo sócio-histórico de patrimonialização, constituíram também mudanças da própria concepção social de ruína aplicada ao cotidiano dos moradores. Fica claro, que apesar do distanciamento e deslocamento histórico, os habitantes dos arredores das ruínas, a partir do seu próprio presente, podem também contar suas histórias para nós. Eles também são sujeitos que contam a história das ruínas e o reconhecimento de seu território como lugar de memória oferece legitimidade como tal.

A concepção social da ruína agora associada ao lugar de memória dos moradores também precisa estar associada às distintas relações e apropriações das ruínas, em usos e práticas dos moradores dentro de um mesmo território. Nesse sentido, ao incluirmos na patrimonialização do Sítio Arqueológico o ponto de vista dos moradores dos bairros de seus arredores, podemos considera-los também como habitantes das ruínas. O ponto de vista de quem vive ao lado, ou mesmo, dentro de um patrimônio cultural participa de maneira indissociável da construção de seu valor público, como bem cultural, constituindo relações sociais e simbólicas entre o passado, o presente e o futuro do lugar.

2.5 - O aprendizado coletivo e a potência das ruínas

O capítulo dois, ao agregar camadas ao tempo e espaço do lugar do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada, aprofunda a análise das diferentes temporalidades de seu processo sócio-histórico de patrimonialização e transformação em lugar de memória. Trata-se da patrimonialização de um bem cultural em novas dimensões de seu processo sócio-histórico: por um lado, a produção de conhecimento (técnico-institucional, social e cultural) e, por outro, o aprendizado coletivo sobre memória do bem, enquanto um lugar com uma política de memória específica para este lugar.

É importante notar que, ao mesmo tempo, o capítulo exerce o papel de revisar a bibliografia sobre patrimônio cultural no Brasil, em diálogo com o desenvolvimento institucional do IPHAN e de suas concepções patrimoniais, o objeto da pesquisa e seu processo sócio-histórico. Além disso, foi possível no tópico sobre a perspectiva dos moradores dos arredores do lugar, ampliar o diálogo acadêmico com a produção de pesquisas em Museologia Social e Arqueologia Pública do Departamento de Museologia da UFOP acerca do Sítio Arqueológico.

Ao longo capítulo, pudemos ver o patrimônio cultural como uma forma de produção de conhecimento e aprendizado coletivos, um conhecimento socialmente criado, afirmado, difundido, aprendido e atualizado entre diferentes gerações, como um conceito e uma forma de memória coletiva dos espaços sociais. Vimos como diferentes gerações convivem e trocam experiências e aprendizados, no processo de construção do conhecimento e aprendizado coletivo da patrimonialização em um largo período de tempo. Tal como um instrumento de orientação da vida sócio-histórica no tempo e no espaço, ao compararmos diferentes concepções de patrimônio, foi possível visualizar seu processo sócio-histórico enquanto categoria de pensamento em diferentes contextos, que nos revelam como e quando se patrimonializa. Assim, os patrimônios são como sintomas de nossas experiências do tempo, com variações históricas e geográficas, formas diversas de se experimentar o tempo (Hartog, 2003 *apud* Gonçalves, 2015, pag. 216), uma forma de conhecimento e memória coletiva, historicamente situado, contextualizado no tempo e no espaço de uma sociedade.

No processo sócio-histórico de constituição como patrimônio do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada é possível percebermos diferentes formas de mediação, contínuas e descontínuas, de sistemas de relações sociais e simbólicas entre o passado, o presente e o

futuro. Uma determinada geração de sujeitos em comparação a outra, compartilharia subjetividades distintas sobre o processo que se objetiva na seleção de patrimônios culturais. É também na convivência e na troca de experiências e aprendizados, é que ocorre o processo de construção do conhecimento e aprendizado coletivo da patrimonialização, em um largo período de tempo.

Vale lembrar que os movimentos patrimoniais foram o produto de escolhas, seleções, decisões, julgamentos, e seu objeto da preservação nunca seriam um objeto total, mas uma seleção limitada e intencional (Abreu, 2010, pag. 194). Há sentidos subjetivos na ação de patrimonialização cultural. Sentidos que expressam autorias e valores que colocam um bem cultural como importantes destinos de causas profissionais. Os sujeitos responsáveis pela patrimonialização são, na maioria das vezes, representantes institucionais dos institutos de patrimônio, gestores públicos, acadêmicos, políticos e lideranças comunitárias. Sua ação é orientada por valores e subjetividades comuns compartilhadas, como o chamado valor histórico, estético ou artístico de um bem, porém em pontos de vista distintos da negociação da patrimonialização. Para um determinado sujeito o chamado valor histórico pode ter mais peso que o valor artístico, ou, outro bem equivalente na mesma área pode ser mais importante ou representativo.

Recordo também, como chama atenção Marisa Veloso (2018, pag. 65), que reconhecer um bem patrimonializado é enuncia-lo de maneira distinta, se não é praticado o ato de enunciar o patrimônio ele não ganha importância. Nesse sentido, a historicidade do conhecimento objetivado pela patrimonialização expressa sentidos, valores e atributos utilizados por diferentes gerações no reconhecimento deste patrimônio cultural, que coloca um determinado bem cultural em relação a outros, e sujeito a um institucionalidade estatal.

Há algo de novo na ruína

A historicidade do conhecimento criado pela patrimonialização pode ser sintetizada na noção de que a patrimonialização ocorre em camadas arqueológicas sobrepostas, misturadas e remexidas ao longo do tempo. São sentidos, valores e atributos em mudança e transformação utilizados por diferentes gerações no reconhecimento, ou não, do que chamam, ou não, de patrimônio cultural.

Na atualidade, o Patrimônio Cultural pode ser visto como uma forma de contação de histórias do passado no presente, na forma de narrativas e interpretações num processo que envolve tanto os governos e instituições locais, como moradores locais e especialistas como autores deste conhecimento e aprendizado coletivo, em meio a processos sociais e contextos favoráveis, ou não, ao efetivo reconhecimento como patrimônio cultural.

A patrimonialização do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada só se torna possível e viável, agregado aos argumentos do primeiro capítulo, a partir do desenvolvimento da concepção de olhar o lugar como lugar de memória. Trata-se de um lugar de memória enquanto lugar de memória coletiva, resultado de um processo sócio-histórico, um processo sobre o passado de um lugar, que precisa, por sua vez, ser afirmado e atualizado constantemente a partir de diferentes passados em um determinado processo social presente. É o entendimento da história na forma de memória coletiva que transforma lugares do passado como ruínas em lugares de memória. Era preciso trazer novidade às ruínas e vê-las de uma outra forma. Afinal, não apenas no passado, mas é na potência que as ruínas podem realizar-se como bem patrimonial.

Fica evidente que a cidade de Ouro Preto, desde o início das políticas de patrimonialização, tem sido tomada como Patrimônio nacional, mas pouco como patrimônio local pertencente à um lugar cotidiano com lugares de memória. Era preciso ter uma vontade de memória. Portanto, a transformação do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada em lugar de memória é a atualização e transformação de um território na memória local de Ouro Preto em sua relação de pertencimento com a cidade.

Como “Espaço de Recordação” o Sítio Arqueológico do Morro da Queimada é um local que se notabiliza pela descontinuidade, pelo fato de determinada história colonial não ter seguido adiante, interrompida de modo violento, que deixa marca até os dias de hoje no nome do lugar. Uma descontinuidade e interrupção fica cristalizada nas ruínas e restos, sem estabelecer qualquer ligação com a vida local do presente, que prosseguiu e avançou para além das ruínas.

Na transição de meio de memória para lugar de memória, um movimento histórico buscou parar o tempo e ao mesmo tempo o esquecimento das ruínas. Ao imortalizar a morte das ruínas, materializar o imaterial, a “noção de perda” como uma categoria que permeia os discursos do patrimônio sobre Sítio Arqueológico (Gonçalves, 2015, pag. 215). Não há memória espontânea sobre Morro da Queimada, é preciso “criar arquivos, manter

aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, porque essas operações não são naturais” (Nora, 1993, pag. 13). As ruínas mesmo sendo abandonadas ou destruídas sua história ainda não acabou. Tal como um local honorífico as ruínas são a sobra do que não existe mais ou não valem mais, assim para que se perpetuem e ganhem novo valor, é preciso que se continue a contar uma história que substituam as ruínas desmontadas, perdidas, como um meio de memória perdido. As ruínas, devido sua condição material mais exposta ao risco e ao imprevisto, são carentes de explicações porque seus significados precisam ser assegurados e complementados pelas histórias que se contam por meio de tradições orais. (Assman, 2011, pag. 328), ou seja, é preciso materializar o imaterial do que já não existe mais materialmente. Neste processo, como já dito, o estabelecimento de lugares de memória muda a maneira de experimentar o tempo e a forma de reconhecimento e mediação do patrimônio cultural, transformando um território, passando de meio de memória para lugar de memória.

A territorialidade das ruínas na paisagem de Ouro Preto se dá também pela transformação em lugar de memória, territorializando a paisagem cultural. A paisagem cultural modifica a visão que se têm do território, dando novo sentido ao lugar, e o lugar de memória traz uma dimensão territorializante à paisagem. Por sua vez, se o lugar de memória dá forma à imaterialidade das ruínas, como vimos, o imaterial das ruínas ganha relevância, contribuindo para superar de vez qualquer restrição em relação a importância estética do lugar. Além disso, a noção de patrimônio imaterial permite incorporar na materialidade das ruínas os saberes e práticas de uso e apropriação sociais relacionados ao lugar na memória local. Ao ampliarmos a noção de patrimônio cultural podemos dar maior margem ao conflito ou controvérsia de pontos de vista, assim como de posições distintas no processo de patrimonialização.

Neste sentido, é importante reafirmar que a constituição de um Patrimônio Cultural contém em si uma patrimonialização, um processo sócio-histórico de construção de conhecimento e aprendizado coletivos do presente sobre o passado de um lugar, construído de geração em geração, de maneira contínua e descontínua, com mudanças de concepção e atualizações necessárias em cada uma delas; Nessa constatação, é que o tempo do processo sócio-histórico da patrimonialização do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada pode ser acompanhado, lado a lado, com o processo de formação, desenvolvimento institucional e de novas políticas de memória do IPHAN, ao mesmo tempo que seus processos e mudanças

institucionais dialogam com as temporalidades da Patrimonialização do Sítio Arqueológico, a ponto de se confundir como um microcosmo com a própria história da instituição.

Vimos que a patrimonialização é um processo de construção de memória que também constitui memórias, cuja dinâmica é pouco visível na maneira como se conta a história dos lugares patrimonializados. Ao clarearmos estas memórias demonstramos como elas influenciam diretamente a política de patrimonialização do lugar ao longo de diferentes governos e momentos políticos do país. A atuação de diferentes gerações com discursos e ações sobre as ruínas são parte deste processo sócio-histórico descontínuo de patrimonialização. Isto, desde a passagem de distintas gerações até identificação de processos e mudanças institucionais, que dialogam com as temporalidades da linha do tempo apresentadas no capítulo anterior (1937 – 2022), como novas concepções e conceitos de patrimônio cultural sendo criados, difundidos e incorporados à Instituição. São encontrados projetos e motivações geradoras ora de apagamento e destruição, ora de apropriação e transformação, ora de reconhecimento e legitimação do Sítio Arqueológico como um patrimônio cultural a ser integrado à cidade patrimônio de Ouro Preto.

Toda esta história institucional contada até aqui nos ajuda a compreender como uma patrimonialização se constrói contando histórias, histórias sobre um passado no presente ou para dar sentido ao presente a partir de um passado contado e recontado. São diferentes gerações de técnicos, concepções e momentos institucionais do IPHAN atravessados também por distintas concepções e conjunturas de mobilização do patrimônio cultural como questão pública.

Por sua vez, a patrimonialização do lugar passou a se tornar possível a partir das transformações e concepções de políticas de memória criadas, difundidas e incorporadas à Instituição por diferentes gerações, que viabilizaram a patrimonialização do lugar a partir de novas mentalidades, expressões e formas de olhar o lugar do Sítio Arqueológico na cidade.

Na primeira fase, o ponto de vista estético predominante secundarizou o valor histórico das ruínas do Morro da Queimada, que ficam associadas apenas a dimensão da perda e destruição, um passado sem futuro, um não-patrimônio em oposição a um passado nomeado e definido como legítimo. Pouco a pouco, o IPHAN abandona a predominância estética e artística para valorizar a relevância histórica e coletiva nas eleições do que deve ser ou não patrimonializado, dando espaço a novas concepções de memória coletiva. Seja na “desmonumentalização” da visão de patrimônio cultural, na visão integrada do

patrimônio cultural com a vida cotidiana, social e urbana, no desenvolvimento da noção de patrimônio imaterial de forma relacional e indissociável ao material, ou ainda na noção de paisagem cultural que amplia e integra determinantemente o patrimônio cultural à paisagem, inclusive das cidades. São mudanças de concepção das políticas de memória institucionais e para o lugar que correspondem a mudanças da própria concepção de ruína aplicada ao longo do tempo, o que culmina como lugar de memória.

Portanto, a patrimonialização do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada atravessa, e é ao mesmo tempo atravessado pelo desenvolvimento local e nacional das políticas patrimoniais. Atravessamento que pode ser expresso nas novas nomeações ou categorizações da área do Sítio Arqueológico, seja como Sítio em geral, Parque ou Monumento.

Os Habitantes das ruínas

São distintos momentos de mudança das relações e contradições do lugar de memória da área com a memória coletiva do restante da cidade, que demonstram também como se dá patrimonialização do Sítio Arqueológico para os moradores dos bairros de seus arredores.

As ruínas são parte dos objetos e modos de vida dos habitantes do Morro da Queimada, mas não podemos pressupor que são parte necessariamente de sua identidade com seu território de moradia. De fato, para compreender o ponto de vista dos moradores sobre o Sítio Arqueológico é importante entendê-lo não como um parque ou monumento, mas como um território. Não dá para descolar a exceção patrimônio do ordinário no qual se inscreve e diferencia. É em um território contíguo e sem fronteiras é que ocorrem os sentidos, usos e apropriações dos habitantes, e é desta forma é também ocorre a patrimonialização do Sítio Arqueológico para os moradores dos bairros de seus arredores. Há muitas ligações da vida dos bairros dos arredores com a “vida das ruínas” através de relações, usos, ressignificados e apropriações pelos moradores.

Vimos que não havia limite pré-estabelecido para com o Sítio Arqueológico até do momento em que o IPHAN, com seu poder de controle e polícia, passa a proteger, reprimindo ocasionalmente, ainda que sem delimitar. Torna-se clandestino para a população se apropriar das ruínas e de seu espaço na tensão entre o direito à moradia e o direito a

memória e ao patrimônio, o que reflete, até os dias de hoje, a relação das condições de moradia em Ouro Preto com seu patrimônio cultural instituído.

Nem sempre é considerado pelas políticas de patrimônio que suas instituições têm capacidade de estabelecer novos patrimônios, atuando sobre uso do bem cultural do habitante, provocando iniciativas locais ou modificando aquelas existentes na relação com o lugar patrimonializado. É necessário considerar que uma área ou território valorizado como patrimônio cultural cria efeitos na dinâmica espacial do lugar e na relação com outras regiões de uma cidade patrimonializada.

Nesse sentido, o Lugar de memória constitui um novo fato com o lugar da vida social de um grupo. A patrimonialização do Sítio Arqueológico promoveu valor patrimonial e identificação comunitária para o território dos bairros limítrofes por meio das ações de museologia social e arqueologia comunitária, o que constituiu também uma instância de mediação e controle de moradores locais na relação com os governos e órgãos de patrimônio fundamental na viabilização do lugar como lugar de memória.

A despeito do distanciamento e deslocamento histórico, os habitantes dos arredores das ruínas, a partir do seu próprio presente agora podem também contar suas histórias para nós. Os moradores dos bairros dos arredores do Sítio também são habitantes das ruínas, constituindo relações sociais e simbólicas entre o passado, o presente e o futuro do lugar. O que chamamos de uma “concepção social da ruína” está associada ao lugar de memória dos moradores, às distintas relações e apropriações das ruínas em usos e práticas dos moradores dentro de um mesmo território. A novidade levada às ruínas estaria na forma de lembrá-las e imaginá-las. Assim, a patrimonialização do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada se torna possível e viável com novas mentalidades e visões de mundo sobre o lugar que o configuram como lugar de memó

“O saber não é feito para compreender, é feito para cortar”

(Foucault, 1979, p. 28)

Capítulo 3 – Ruínas em longa duração: Atlas, Anacronia, memória e apagamento

Como podemos contar esta história? A história da ruína?

Este terceiro e último capítulo tem natureza reflexiva, porque se constitui em uma digressão sobre o método utilizado até aqui, como se olhássemos no final da viagem o caminho percorrido. Pode parecer uma revisão bibliográfica fora de lugar, quando na verdade não é. Trata-se de uma leitura bibliográfica com tudo o que foi até aqui escrito, portanto, a relação com os outros capítulos não é gratuita. Falo aqui de um método que corresponde a analisar teoricamente, a partir da sociologia, este mesmo objeto de pesquisa estudado e construído por meio dos dois capítulos anteriores. Um objeto construído e em constante movimento, escorregadio e fluido, um processo chamado desde o início de patrimonialização.

Com este propósito, o capítulo busca dialogar as respectivas teorias sociológica e filosófica de Nobert Elias e Didi-Huberman com os autores dos estudos da memória e da imagem, como Aby Warburg, Aleida Assman e Etienne Samain, e do campo do patrimônio cultural, como Regina Abreu e José Reginaldo Gonçalves, visando aprofundar teoricamente o entendimento do processo sócio-histórico da patrimonialização e na desconstrução da categoria patrimônio. Ao final de tudo, o capítulo culmina com a contribuição original da proposição de um “lugar de ruína”, na tentativa de jogar luzes nas especificidades da ruína como patrimônio, sem perder de vista o Morro da Queimada.

Apesar do recorte de tempo adotado nesta pesquisa (1937-2022), fica evidente que esta história só pode ser contada em movimento. Na trilha deste caminho, o terceiro capítulo ambiciona questionar e problematizar na longa duração (Elias) como podemos consolidar esta história enquanto processo em movimento. E nesta análise de longa duração, o pensamento de Elias atua como uma espinha dorsal. Nenhuma patrimonialização é óbvia, ela é sempre processo, processo é movimento. Caminhamos assim no capítulo três não apenas para analisar mais uma vez o processo sócio-histórico de patrimonialização do Morro da Queimada, mas através dele discutir e tensionar ao limite e em movimento o conceito de

patrimônio na longa duração. Ou seja, há um movimento na longa duração do patrimônio cultural.

As interdependências sociofuncionais ora entre técnicos e poderes públicos, ora incluindo novos sujeitos como a universidade e moradores locais, toma em cada tempo uma forma de patrimonialização do lugar, formando uma figuração, por sua vez, expressa em mentalidades e imaginários nas quais o que, como e para quem se preserva muda ao longo do processo sócio-histórico.

Seguindo o capítulo, será possível perceber como o anacronismo contribui para exprimir os aspectos críticos do desenvolvimento temporal, e somente podemos consolidar esta história na longa duração (Elias) de maneira anacrônica (Warburg), a fim de comportar seus atravessamentos, mudanças, permanências, descontinuidades e continuidades em imaginários, mentalidades, políticas e concepções de patrimônio que a envolvem. Poderemos assim compreender na anacronia, o patrimônio em seu processo como um símbolo socialmente composto e aprendido de maneira intergeracional, cuja figuração muda ao longo do tempo através da mudança de interdependências (Elias), e, portanto, o que é ou não patrimônio muda na longa duração.

Próximo ao final do capítulo, chama-se a atenção como a grande maioria dos bens patrimonializados no Brasil não possuem ruínas oficialmente como objetos do patrimônio cultural, ou a grande maioria não é nomeado como tal. Ao final, a ruína será apresentada como síntese anacrônica do processo de patrimonialização, exatamente por se colocar na encruzilhada, dialética, nem somente material ou imaterial, entre a preservação e a destruição, inacabada e potente ao que pode ser ou se tornar, o que gera a proposição da noção do “lugar de ruína”. Será a ruína imagem ou fantasma no atravessamento ao longo do tempo como na biblioteca Warburg? Pode existir uma política de memória específica para ruínas?

3.1 - Ruínas em longa duração: mesma matéria e lugar, patrimônio e movimento no processo sócio-histórico

Depois de tudo o que já sabemos e do que foi dito até aqui sobre este lugar, afinal, como podemos contar a história deste lugar denominado Sítio Arqueológico do Morro da Queimada. Um lugar de ruínas e arqueologia, impreciso em seus limites, e que por isto mesmo, precisa ser imaginado e representado de distintas formas ao longo do tempo. Ou seja, a antiga Vila Rica, Sítio, área de expansão da cidade, Parque e Monumento. De fato, seu processo sócio-histórico de patrimonialização é consequência disso.

E se pensarmos de maneira mais simples, como podemos contar a história do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada aos futuros turistas sem recorrermos somente a seu passado colonial? Como contar esta história com seus habitantes? Como vimos esta é uma longa história, descontínua e inacabada, esta é uma história de longa duração de um lugar lembrado e apagado ao longo do tempo.

Após dois capítulos lineares que ora se sobrepõem, ora se confundem nesta história de patrimonialização, encontramos não o que foi patrimonializado, mas como foi e vem sendo patrimonializado, em continuidades e discontinuidades que se atravessam no tempo. Nesse caminho, a sociologia e o conceito de longa duração de Norbert Elias, juntamente com outros decorrentes como o de interdependências sociofuncionais, figuração e equilíbrio de tensões, nos ajudarão a iluminar esta rota de reconstrução sócio-histórica com caminhos tortuosos, incertos e labirínticos como as ruas e vielas de Ouro Preto. Na sequência deste tópico, tais conceitos serão apresentados e articulados com capítulos anteriores, assim como com a patrimonialização em estudo.

A obra de Elias entendida enquanto uma crítica à teoria do conhecimento herdada das matrizes cartesianas e kantianas, é uma crítica a um conhecimento estático e mecânico, e, portanto, a patrimonialização vista enquanto uma forma de conhecimento também não pode ser estudada de maneira estática e mecânica. Apesar do recorte de tempo adotado nesta pesquisa (1937-2022), fica evidente que esta história só pode ser contada em movimento. Nesse sentido, o terceiro capítulo ambiciona questionar e problematizar na longa duração (Elias), como podemos consolidar esta história enquanto processo em movimento. O conceito de Longa duração de Elias nos oferece a possibilidade de revisitar o processo sócio-histórico, amarrando semelhanças e diferenças, contrapondo continuidades e discontinuidades no longo prazo e em movimento. Se refletirmos sobre o patrimônio cultural

como parte das estruturas sociais, nesta perspectiva é preciso sempre lembrar, como vimos até aqui, que elas são produzidas por seres humanos não apenas no passado, mas, sobretudo, no presente.

Em outra obra, o autor conceitua o que chama de processo ao falar do “processo de civilização”, e nesta conceituação o que chamamos aqui de **Sociologia de longa duração** fica bem evidente como:

“Um dado estado de coisas ao ser analisado como um processo – que precisa ser verificado com cuidado, confirmado ou rejeitado com base numa apreciação de longo prazo e, sobretudo, na compreensão resultante da reconstrução do não-saber, ou seja, da posição na qual as pessoas se encontravam no passado e se encontram parcialmente ainda hoje.” (Elias, 2006, pag.38)

Será preciso desconstruir o patrimônio cultural “na compreensão resultante da reconstrução do não-saber” para entendê-lo? Creio que é o que fizemos até aqui nesta tese, numa apreciação de longo prazo, desconstruímos o patrimônio. E esta desconstrução foi operada comparando momentos sócio-históricos antigos e recentes, distintos pela própria noção de Patrimônio Cultural de seu tempo, a ponto de não abarcar o Sítio Arqueológico do Morro da Queimada como no início das políticas de patrimônio no Brasil.

Ao falar de longa duração, Elias se refere, a um só tempo, a processos biológicos e processos sociais, sendo o primeiro transmitido geneticamente, já o segundo pela transmissão de conhecimento e aprendizado especificamente social, por meio de uma continuidade intergeracional (aspecto abordado no segundo capítulo). Esta continuidade, tanto em seus aspectos econômicos como de autorregulação por parte dos indivíduos, necessita de uma transmissão de conhecimento com o auxílio de símbolos linguísticos (Elias, 2006, pag.38). Para o autor, trata-se de um processo civilizador que corresponde a um percurso de aprendizagem involuntária, pelo qual passa a humanidade em que não há um fim à vista, e está relacionada à autorregulação para sobrevivência do ser humano. Portanto, sem se autorregular seria inviável a convivência humana. Aqui cabe lembrar o entendimento da patrimonialização como uma forma de aprendizado coletivo, e por que não, entende-la também como uma forma de autorregulação social da memória e do passado no presente.

No entanto, Elias (2006, pag. 36 e 37) ressalta que numa sociedade as mudanças no sentido da civilização ou descivilização podem suceder umas às outras de forma variada.

Assim, um ponto interessante é que Elias também chama atenção para os processos biológicos como irreversíveis, enquanto os de desenvolvimento social, ao contrário, são reversíveis ou podem ser revertidos (Elias, 2006, Pag. 33). Ou seja, mudanças, transformações e revezes são parte deste processo sócio-histórico, assim bens culturais que são considerados patrimônio em um tempo podem não ser em outro.

Portanto, Nbert Elias traz alguns ricos elementos teóricos que nos ajudam a compreender o patrimônio cultural como um processo social de longo prazo no tempo, em movimento como um processo de longa duração. De fato, é preciso reconhecer que o pensamento e a sociologia de Nbert Elias são fonte de inspiração e conhecimento para todo o desenvolvimento desta tese, e o conceito de longa duração além de uma forma de análise do objeto ao longo do tempo, concluímos, consistir também na melhor maneira de compreender e consolidar esta pesquisa.

A propósito de abordarmos o tempo, Elias (1998, pag. 13) questiona na obra *Sobre o Tempo*, com que objetivo as sociedades necessitam determinar o tempo? A partir desta pergunta, o autor destaca que “as posições e as sequências de acontecimentos que ocorrem no fluxo ininterrupto do devir sucedem e não se deixam justapor nem comparar diretamente”. Portanto, uma história assim como uma linha de tempo é criada para explicar as mudanças e compará-las na passagem de tempo (Elias, 1998, pag. 13). De fato, é o que fizemos até aqui ao estabelecer uma linha do tempo desta patrimonialização.

De tal modo, “a ideia de tempo permite transmitir de um ser humano para outros imagens mnêmicas que dão lugar a uma experiência, mas que não podem ser percebidos pelos sentidos não perceptivos” Elias (1998, pag 13). Nestes termos, podemos tomar o patrimônio cultural como uma ideia de tempo? Uma ideia de tempo transmitida como imagem mnêmica entre gerações na forma de uma experiência? A partir disso, vale dizer que as configurações e transformações de concepção do patrimônio cultural ao longo do tempo são partes das mudanças da percepção do tempo como uma sequência de acontecimentos. Na mesma obra, ao tentar explicar a expressão tempo, Elias (1998, pag. 13) explicita que ela “remete a esse relacionamento de posições ou segmentos pertencentes a duas ou mais sequências de acontecimentos em evolução contínua”. De fato, Elias (1998) acreditava em uma forma de progresso da humanidade.

Por sua vez, na obra *Introdução à Sociologia* (1980), Nbert Elias defende uma reorientação da sociologia. Trata-se de uma obra tardia e posterior a outras mais importantes

tal como *O Processo Civilizador*, publicada originalmente em 1939, e por isto de caráter prospectivo. Nesta obra, Elias defende uma reorientação do discurso sociológico, ao considerar que estamos impregnados pela necessidade causal, determinismos, leis científicas e pela cientificação do pensamento (Elias, 2011, p.21). Dessa forma, Elias afirma que o papel da sociologia na construção do conhecimento é se voltar à compreensão das forças sociais ao longo do tempo, de modo que se afaste de um modelo mítico e autocentrado do conhecimento. Para o autor, não podemos nem analisar sujeitos que existem por si mesmo, nem considerar um social totalizante, evitando o tradicional dilema da sociologia: “aqui o indivíduo, ali a sociedade” (Aspas do autor, [Elias, 2006, pag. 26 e 27]). Nesse sentido, há uma visão autocentrada da sociedade quando reificamos e desumanizamos as estruturas sociais e tratando-as para além dos indivíduos, ou seja, como entidades extra-humanas (Barbosa, 2015, pag. 391).

Se o patrimônio cultural de cada período sócio-histórico, pode ser compreendido através das mudanças e interdependências das forças sociais em movimento ao longo do tempo, ele pode ser entendido como uma formação social constituída e constituinte das estruturas e relações sociais dos sujeitos de cada período, isto visto de forma processual, sem que se estabeleçam causalidades diretas.

Para Mírian Sepúlveda (2003, pag.89), Elias tem o mérito de ter construído de forma inovadora, em 1930, um modelo de interpretação sociológica baseado nos conceitos fundamentais já assinalados de figuração⁸⁸, interdependência sociofuncionais e equilíbrio de tensões. Para a autora, podemos entender a figuração como uma formação social de fronteiras variáveis (ou seja, variam no tempo e no espaço), marcada por laços de interdependência mantidos pelos indivíduos, que limitam a liberdade de cada um. A interdependência, por sua vez, são cadeias de dependências recíprocas que podem ser situadas tanto nas transformações históricas quanto nas interações sociais, em nível macro quanto micro, historicamente constituídas. Já o equilíbrio de tensões corresponderia a uma relação entre sujeitos de forma conflituosa e instável, daí a necessidade permanente de se alcançar o equilíbrio entre as tensões (Sepúlveda, 2003, pag. 89). Como destaca Elias, apenas os seres humanos formam figurações uns com os outros (Elias, 2006, pag. 25).

⁸⁸ A autora fala em configuração, conforme a tradução portuguesa da obra de Elias, mas optei por utilizar figuração pelo fato de ser o termo utilizado em outras obras de Elias com tradução brasileira (Elias, 2006).

Na longa duração, “as cadeias de interdependência alargam-se e tornam-se mais diferenciadas; tornam-se conseqüentemente mais opacas e mais incontroláveis” (Elias, 1980, p.73). Quando falamos de institucionalidades como do IPHAN, as políticas de patrimônio e suas burocracias (em termos weberianos), isto pode ficar mais evidente. Portanto, na chamada teoria figuracional de Elias, para se compreender o comportamento, as ações dos indivíduos em sociedade, é preciso considerar as relações de interdependência entre os seres humanos, de como estas vão constituindo, se articulando, de como vão formando as figurações uns com os outros. É na interdependência e mútua interpenetração de seres humanos, antes de todas as institucionalidades e burocracias, é que se dá a patrimonialização num determinado tempo e espaço.

Dessa maneira, “o conceito de figuração serve, portanto, de simples instrumento conceitual que tem em vista afrouxar o constrangimento social de falarmos e pensarmos como se o ‘indivíduo’ e a ‘sociedade’ fossem antagônicos e diferentes” (aspas do autor [Elias, 2011, p.141]). Assim, Elias preza por uma compreensão mais palpável da dinâmica das interconexões sociais, na defesa de uma sociologia pragmática, de modo a obter um novo olhar acerca da história da civilização, uma visão da história e das diferenças de poder, partindo da premissa de que os padrões de interdependência são mutáveis”. É exatamente na mudança dos padrões de interdependência é que ocorre a mudança das concepções de patrimônio cultural ao longo do tempo.

A propósito, na introdução de *A Sociedade de Corte*, outra importante obra de Nobeit Elias (2001), o historiador Roger Chartier expõe sua leitura dos conceitos de Elias enquanto um método que “busca saber de que modo e por que os indivíduos estão ligados entre si, constituindo, assim, figurações dinâmicas específicas... e a tarefa do sociólogo é identificar e compreender as diferentes formações sociais que se sucederam ao longo dos séculos” (Chartier *apud* Elias, 2001, pag. 13 e 15).

Neste ponto de vista, podemos ressaltar que um processo de patrimonialização liga indivíduos ou sujeitos e suas institucionalidades (governos, associações, universidades, etc.) dentro de um processo impessoal e interdependente na forma de uma figuração específica. Ao analisarmos as diferentes interdependências ao longo do tempo, por meio da longa duração, expõe-se o processo de patrimonialização em diferentes figurações. O que importa não é o patrimônio em si, mas as relações, interdependências e equilíbrio de tensões estabelecidas a partir e com o patrimônio em diferentes tempos.

Aplicando o que foi dito acima na patrimonialização do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada, podemos dizer que a interdependência sociofuncional ora entre técnicos e poderes públicos, ora incluindo novos sujeitos como a universidade e moradores locais, geraram uma patrimonialização do lugar na forma de uma figuração, esta, por sua vez, expressa em cada tempo em mentalidades e imaginários nas quais o que, como e para quem se preserva o Sítio foi mudando ao longo do processo sócio-histórico aqui estudado. Assim cada mentalidade em seu tempo corresponderia a uma concepção de patrimônio cultural nos diferentes tempos da patrimonialização do Sítio Arqueológico.

Por sua vez, para falarmos de equilíbrio de tensões, não se trata apenas de expor os conflitos próprios de cada formação social em dado momento histórico, como já fizemos nos capítulos anteriores, mas destacar e compreender as redes de posições posicionadas ocupadas; (Elias, 2001, Pag, 16). Ao longo do capítulo 1, é possível perceber os impasses e diferenças de pontos de vista em cada momento da linha do tempo de 1937 a 2022, já no capítulo 2 percebemos como as mudanças institucionais podem corresponder a mudanças de mentalidade e concepções das políticas patrimoniais. Falta-nos destacar e compreender as redes de posições posicionadas ocupadas dentro do movimento de patrimonialização, ao longo do tempo, para consolidar esta história enquanto processo em movimento. Os seres humanos planejam e agem participantes de um processo social na condição de pluralidades de indivíduos dependentes uns dos outros e “que agem uns com os outros ou uns contra os outros”. (Elias, 2006, Pag. 31).

Nesse sentido, o equilíbrio de tensões teria um papel na percepção da mudança social. Quando não há equilíbrio entre forças antagônicas, o modo de perpetuação da formação social pode ser quebrado dando lugar a uma nova figuração, ou seja, uma nova concepção de patrimônio cultural. Como destaca Nobeit Elias “cada movimento deverá ser explicado por outro movimento e não por uma primeira causa” (Elias, 1980, p.178), ou seja, as mudanças da concepção de patrimônio ao longo do tempo devem ser explicadas na longa duração pelas transformações das concepções e mentalidades tal como um aprendizado coletivo, associadas às transformações nas figurações de interdependências entre os envolvidos. Portanto, fica claro que para aprofundar a leitura e análise da linha do tempo estabelecida, a sociologia de longa duração nos oferece instrumentos mais amplos e complexos para a empreitada aqui proposta.

Já sabemos que o patrimônio é um símbolo socialmente aprendido de maneira intergeracional, cuja figuração muda ao longo do tempo, e, portanto, o que é ou não patrimônio. Assim, ao compararmos momentos e políticas de memória distintas para um mesmo bem cultural, a contextualização e historicidade do patrimônio cultural pode ser evidenciada nas continuidades e diferenças de sentidos e valores atribuídos ao patrimônio cultural, assim como, nas continuidades e diferenças entre critérios de “verdade”, aprendizados e seleções, que refletem escolhas geracionais.

No entanto, é preciso compreender que “as figurações não têm de modo algum a mesma capacidade de mudança” (Elias, 2011, p.180). Neste sentido, podemos aqui retomar a pergunta já feita no capítulo 1: afinal, por que se patrimonializa o lugar apenas no século XXI? A partir da teoria figuracional aplicada à patrimonialização do Sítio Arqueológico é que podemos supor que apenas uma determinada figuração de interdependência de indivíduos e grupos, num determinado período da linha de tempo (1995 a 2015), é que viabilizou a patrimonização do Morro Queimada. Isto não quer dizer que estamos estabelecendo uma causa e efeito, muito pelo contrário. Quero dizer que somente após um longo período de tempo (desde 1937), na dinâmica das interdependências, mas traduzida no movimento encadeado das relações de poder, formando novas figurações nas redes de posições posicionadas ocupadas dentro da patrimonialização, agregado com a mudança de perspectiva de mentalidades e concepções de patrimônio cultural, é que foi possível a patrimonialização do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada.

Portanto, ao nos voltarmos a linha do tempo da patrimonialização (1937 a 2022) é preciso visualizar não apenas a linearidade temporal, mas distintas figurações formadas a partir de distintas interdependências na linha do tempo da patrimonialização do Morro da Queimada, sobrepostas e atravessadas pelas mudanças institucionais do IPHAN e das políticas patrimoniais. Seguindo no desafio deste capítulo de continuar a desconstruir o conceito de patrimonialização, para compreendê-lo melhor e potencializá-lo, podemos assim, entender um processo de patrimonialização como um encadeamento de figurações, logo, a patrimonialização é ela mesma uma figuração formada na sincronia nas relações de poder posta no decorrer da passagem do tempo histórico, específico e não previsível, que entrelaça indivíduos e instituições numa dinâmica que não segue as mesmas regras necessariamente, estabelecendo-se um padrão mutável no qual não se tem o controle do que irá acontecer. Ou seja, estudando uma patrimonialização em seu movimento, não como um

objeto estático e mecânico, e sim o patrimônio é concebido um processo sociocultural de longa duração.

Nesse sentido, Elias observa que “nenhum ser humano é um começo...as ações individuais brotam de processo sociais já em andamento, com maior ou menor autonomia relativa, frente as ações de seres humanos singulares, seus planos e ações”. (Elias, 2006, Pag. 31). A partir dessa colocação, podemos pensar que o trabalho de criação e desenvolvimento do então SPHAN, de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, deve ser entendido no processo sócio-histórico da instituição, nas interdependências com tantos outros que conformavam a chamada Academia SPHAN⁸⁹. Portanto, tal Academia compreende uma figuração específica de toda uma trama, a um só tempo, composta de círculos intelectuais, quadros funcionais e instituições. Ou seja, as iniciativas e ações individuais de patrimonialização por mais meritórias que possam ser, estão e se realizam coletivamente dentro de processos sociais e históricos, com a ressalva de que “não são absolutamente independentes dos seres humanos e das ações humanas”, já que, “se os seres humanos parassem de planejar e agir, então não haveria mais nenhum processo social”. (ELIAS, 2006, Pag. 31).

Ampliando a dimensão de coletividade dos processos sociais para o âmbito geracional, Nobert Elias especifica na obra *Escritos e Ensaio 1* (pág. 27 e 28), que um processo social se refere às transformações amplas, contínuas, de longa duração, ou seja, não aquém a três gerações – de figurações formadas por seres humanos, ou de seus aspectos, em uma de duas direções opostas (uma em ascensão e a outra em declínio). Aplicando ao caso estudado, podemos situar, por um lado, o processo de aprendizado coletivo geracional, e por outro, visualizar no processo social de longa duração as direções opostas apontadas por Elias, ou seja, a preservação e a destruição situadas entre as contradições, recorrências e descontinuidades, redundâncias, já apontadas no estudo do processo sócio-histórico de patrimonialização do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada.

Vale ressaltar que além da dimensão coletiva, descontínua e contraditória deste processo, há ainda sua dimensão imprevista no movimento da figuração formada pela interdependência de relações de poder entre indivíduos e instituições. Esta dimensão imprevista pode ser percebida na autonomia relativa dos processos sociais baseada “no contínuo entrelaçamento de sensações, pensamentos e ações de diversos seres humanos

⁸⁹ Marisa Veloso aponta que a Academia SPHAN mantinha interlocutores e representantes em quase todos os estados da federação, dentre eles, arquitetos, poetas, bibliotecários, arquivistas, museólogos, restauradores; (Veloso, 2018, pag. 182);

singulares e de grupos humanos”. (ELIAS, 2006, Pag. 31). Cada patrimonialização, entendemos, tem uma dinâmica específica cujas as regras não são as mesmas necessariamente, cada patrimônio é único, ainda que comparável, mas não há um padrão único estabelecido já que não se tem o controle do que irá acontecer neste processo sócio-histórico.

As transformações e mudanças de concepção e mentalidade da patrimonialização, identificadas no Capítulo 2, podem ser colocadas no âmbito da imprevisibilidade da longa duração: Quem poderia prever a “desmonumentalização” da visão de patrimônio cultural que passaria ser visto como um bem cultural em sentido antropológico? Já o desenvolvimento de uma visão integrada do patrimônio cultural com a vida cotidiana, social e urbana, assim o desenvolvimento da noção de paisagem cultural são transformações crescentes no processo, que podem ser associadas a entrada e participação de novos indivíduos e/ou instituições na trama de interdependências e equilíbrios de tensões da patrimonialização.

Por sua vez, o desenvolvimento da noção de patrimônio imaterial, que de forma indissociável ao patrimônio material, assim como novos conceitos como a noção de lugar de memória, constituem transformações não previstas, mas constituintes e constituidoras da figuração de interdependências em novas mentalidades sobre o passado no presente. Assim, podemos dizer que se patrimônio é processo e presente do passado, ele é mudança, transformação e movimento da memória, não evolução. No entanto, nenhuma patrimonialização é óbvia ou previsível porque ela é sempre processo, em contínuo movimento, sem uma direção clara e previsível.

Se na fundação das políticas patrimoniais no Brasil, o passado colonial era tratado como apropriação de um projeto futuro, há claramente uma visão de tempo estático neste ponto de vista, no entanto, podemos perceber a interdependência entre intelectuais e gestores públicos na chamada Academia SPHAN e os arquitetos modernistas a ponto de constituir uma figuração específica que irá projetar a nova capital do país no governo Juscelino Kubitschek. Com as premissas eliasianas, podemos dizer que esta mesma figuração influenciaria, entre prós e contras, o movimento em longa duração das novas figurações de políticas patrimoniais na interdependência entre as gerações, técnicos, intelectuais e outros sujeitos que viriam a participar desta concertação relacional.

Outro aspecto a ser destacado, a partir da noção de figuração, é apreender o Patrimônio Cultural como uma contação de histórias do passado no presente na forma de narrativas e interpretações considerando indivíduos, instituições e suas autorias uns em relação aos outros, e, portanto, em figuração e interdependentes, e não a patrimonialização vista como um processo exterior a estes. Ainda que o patrimônio material possa ser percebido pelos sentidos perceptivos (Elias, 1998, pag. 13), a passagem de tempo que ele representa pode ser tomada na forma de uma contação de história. São as instituições e /ou indivíduos interrelacionados que de fato roteirizam o passado dos lugares, construindo cenários para criar uma memória coletiva presente compartilhada destes espaços de maneira interdependente, contextuais, múltiplos e que mudam ao longo do tempo. Por isso, reconhecer um patrimônio representa tomar partido de um ponto de vista da história dos lugares, tendo em vista que lugares podem ser reconhecidos ou esquecidos por contextos, instituições e /ou indivíduos distintos.

Enfim, a figuração de interdependências, em termos metodológicos, nos permite avançar sociologicamente na análise do patrimônio cultural, enquanto processo e movimento contínuo de patrimonialização em longa duração a ponto de que:

“Flutuamos, por assim dizer, entre o considerarmos o estado de repouso como sendo algo normal e o movimento como um caso especial. Chegaremos a uma melhor compreensão das matérias-primas com que lida a sociologia, se não nos abstrairmos do seu movimento e do seu caráter processual e usarmos conceitos que captem a natureza processual das sociedades em todos os seus diferentes aspectos, como uma estrutura de referência para a investigação em qualquer situação social dada” (Elias, 2011, p. 126).

3.2 - Atlas e ruína: imaginando entre dois elementos anacrônicos na Longa Duração

Para avançar a partir de conceitos que captem a natureza processual das sociedades em todos os seus diferentes aspectos, a longa duração se coloca como uma estrutura de referência para a investigação em qualquer situação social dada (Elias, 2011, p. 126). Neste novo tópico, ainda manteremos a noção de longa duração como uma espinha dorsal nesta análise, em diálogo com Didi-Huberman e autores dos estudos da memória e do campo do patrimônio cultural para revisitar mais uma vez, porém de maneira diferente, o processo sócio-histórico visto de maneira anacrônica.

Seguindo no propósito de desconstruir o conceito de patrimônio cultural na longa duração, a partir deste ponto adotaremos outro aspecto estruturante, o desmonte da linearidade e da cronologia histórica a que normalmente a patrimonialização está associada, porque somente podemos consolidar esta história na longa duração de maneira retrospectiva. Para isto, assumiremos uma perspectiva anacrônica sobre a patrimonialização utilizando-se da ideia de atlas, isto, a fim de comportar seus atravessamentos, mudanças, permanências, descontinuidades e continuidades em imaginários, mentalidades, políticas e concepções de patrimônio.

Um bom formato de conhecimento anacrônico é um gênero de livro chamado atlas, comum nas bibliotecas, e mais incomum hoje nos tempos da internet, capaz de consolidar e sintetizar de maneira não linear o tempo e o espaço de lugares, territórios e países. Para Didi Huberman (2018, pag 17), “não se lê um atlas como se lê um romance, um livro de história ou um argumento filosófico, da primeira à última página”, portanto seu uso pode ser acionado a todo tempo e espaço. Para o autor, um atlas começa de modo “arbitrário ou problemático, bem diferente do início de uma história ou da premissa de um argumento”. Afinal, quando começa a história do Morro da Queimada? No ponto em que estabelecemos que começamos a contá-la: na descoberta das minas de ouro, na Revolta de Felipe dos Santos, na expansão da cidade colonial, na criação das políticas de patrimonialização ou a partir do crescimento urbano contemporâneo de Ouro Preto. A partir da anacronia é possível também estabelecer anacronias no tempo e no espaço da ruína.

Além disso, quanto ao seu objetivo um atlas frequentemente remete à ocorrência de uma nova região, de um novo campo do saber a ser explorado, de modo que um atlas nunca

possui uma forma que se poderia dizer definitiva, portanto, além de seu uso a todo tempo e espaço, ele pode ser acrescido ou modificado, já que não há um sentido de eternidade ou permanência em um atlas (Huberman, 2018, pag 17). Assim, um Atlas pode ser um formato instigante para análise de uma patrimonialização⁹⁰, rompendo com um pressuposto sentido de eternidade intrínseco ao patrimônio cultural. Afinal, em geral discutimos como manter, preservar e restaurar, mas não discutimos a duração do patrimônio cultural.

Quanto a sua forma, um atlas não necessariamente é feito de páginas, podendo ser construído antes com mesas ou pranchas, onde estão dispostas imagens (Huberman, 2018, pag 17). Para o autor, são dois gestos aparentemente dissociados, que utilizamos para consultar um atlas: primeiro, o buscamos com um fim preciso, mas depois “não o abandonamos forçosamente, continuando a percorrer suas bifurcações em todos os sentidos”. Assim, podemos folhear vagando e devagar, “deixando divagar nossa vontade de saber, de imagem em imagem e de prancha em prancha”, deambulando de forma errática, sem intenção precisa, durante um tempo. Podemos deambular da mesma forma adentrando as ruínas do Morro da Queimada? Ao visitar as ruínas podemos buscar uma estrutura de pedras específica, enquanto outras se revelam e se escondem, fazendo-nos divagar na busca de uma totalidade. Trata-se de um duplo uso e paradoxal do atlas que pode revela-lo ao mesmo tempo “perigoso e até explosivo, embora inesgotavelmente generoso” (Huberman, 2018, pag 17). Seriam as ruínas tão generosas quanto um atlas?

O atlas, portanto, nos levaria a um olhar anacrônico, descontínuo e descomprometido, mas que permite o reconhecimento de lacunas, descontinuidades e incompletudes do desenvolvimento temporal linear. Este reconhecimento leva-nos a tomar como base que o anacronismo contribui para exprimir os aspectos críticos do desenvolvimento temporal (Huberman, 2018, pag 44). A partir disso, cabe-nos perguntar, podemos fazer um atlas do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada? Como poderíamos fazer um atlas para contar a história deste lugar?

Por sua vez, o patrimônio cultural visto como um atlas é uma forma de conhecimento e saber que precisa ser atualizado em um determinado presente, porque cada período de seu tempo não constitui apenas distintos passados, mas diferentes presentes do passado do lugar.

⁹⁰ Se o atlas é um formato instigante para análise de uma patrimonialização, poderíamos refletir porque o título e a proposta desta tese correspondem ao estudo da biografia de uma patrimonialização e não um atlas desta patrimonialização. A opção pela biografia se deve ao fato de o termo refletir melhor o sentido de processo sócio-histórico que a pesquisa busca analisar, garantindo mais dinamicidade e movimento ao estudo da patrimonialização, o que não exclui a possibilidade de se realizar um atlas da mesma patrimonialização;

Estes diferentes presentes do passado precisam ser montados, relacionados e articulados como se estivéssemos lendo um atlas. Como podemos montar e relacionar os diferentes presentes do passado em um atlas do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada? Há uma processualidade intrínseca ao atlas. O processo de um atlas contribui nesta pesquisa tanto para explicar a anacronia em seus tempos heterogêneos quanto seu movimento.

Em uma entrevista, Huberman (2010-11)⁹¹, de maneira mais simples, diz que um atlas é “*working in process*” (trabalho em processo), um trabalho de montagem que une tempos distintos, ou seja, estabelece um nexos entre imagens e a imaginação, e as distintas ordens da montagem mudam o sentido e os nexos do processo de construção do conhecimento. Portanto, ainda que não seja o objetivo desta tese elaborar um atlas, a ideia de atlas permite e estimula caminhos para montar e relacionar analiticamente, em um trabalho em processo, os diferentes presentes do passado do Sítio Arqueológico e sua patrimonialização em anacronia.

3.2.1 - O *Atlas* Warburg como conhecimento da historicidade da memória pela imaginação

O *Atlas* Warburg é o principal e talvez mais conhecido Atlas, trabalho de Aby Warburg (1866-1929), um historiador das artes e antropólogo, primogênito de uma família de banqueiros judeu-alemã de Hamburgo. Não afeito a vida capitalista de sua família, Aby Warburg teve como paixão, e podemos dizer, obsessão, a construção de uma biblioteca que reuniu até o final de sua vida mais de 70 mil volumes⁹². Em sua Biblioteca, denominada por ele de *Mnemosyne*, ele montou, a partir de 1924 com sua assistente Gertrud Bing⁹³, a construção de um atlas de imagens com a finalidade de construir, segundo ele mesmo, “uma história da arte sem palavras” ou “uma história de fantasmas para pessoas adultas” (Samain, 2012, pag. pag. 51-52).

⁹¹ Didi Huberman – Entrevista para a exposição do Museo Reina Sofia – “Como levar o mundo nas costas?” <https://www.museoreinasofia.es/exposiciones/atlas-como-llevar-mundo-cuestas>

⁹² Visita guiada ao Warburg Institute - <https://www.youtube.com/watch?v=EOgeRjwVTAs>

⁹³ Atualmente, estudiosos da Biblioteca Warburg como Clio Nicastro and Laura Tack, reconhecem o papel efetivo de sua assistente, Gertrud Bing, alemã nascida em 1892 em Hamburg, doutorou-se em 1921 sob orientação de Ernst Cassirer. Gertrud conhece Warburg em 1924 a partir de quando passa a colaborar com ele durante seus anos finais de vida, quando seu Atlas começa ter uma forma mais substancial. Fonte: HKW - <https://www.youtube.com/watch?v=vlcJQ8g-GVQ>

Segundo Etienne Samain (2012), Aby Warburg é considerado o pai da iconologia, entendida como o esforço descritivo para a compreensão de uma pintura, seja na busca de conhecer o projeto estético do artista, as condições sociais da época e de produção, como o patrocinador ou destinatário da obra (Samain, 2012, pag. 51). Um empreendimento parecido na sua trajetória, e diferenciada em suas proporções ao de Nobert Elias (2005), no livro: *A peregrinação de Waiteau na ilha do Amor*, isto porque Elias busca compreender como uma pintura teve diferentes leituras e usos simbólicos ao longo da história. Creio que se tomarmos uma patrimonialização como uma obra de arte contextualizada ou a criação ou reconhecimento de um ícone social e cultural é possível estabelecermos uma relação instigante com a chamada iconologia.

Para Didi Huberman (2018, pag. 22), o atlas de imagens tal como o *Atlas Warburg* é uma máquina de leitura no sentido Benjaminiano. Para o autor o *Atlas* modificou em profundidade as formas e conteúdos de todas as “ciências da cultura ou humanas” (aspas do autor). Já para Etienne Samain (2012, pag. 60), Warburg colocou a história da arte em movimento, e podemos arriscar dizer, a história da arte em longa duração. Ao trazer movimento ao que parecia estático e linear, Warburg pode nos oferecer um ponto de vista rico para tratarmos do movimento na longa duração da patrimonialização.

A biblioteca *Mnemosyne* se confunde com o Atlas Warburg. Trata-se de uma biblioteca organizada segundo um método de sistema de boa vizinhança (chamada assim por outro assistente de Warburg: Fritz Saxl) em que: “Um livro está em relação a outros, e a região onde está é que vai dizer o problema que se está pesquisando, um uso presumido em quatro categorias: Ação / Imagem / Palavra / Orientação” (Schiavinatto, 2017)

Para Etienne Samain (2012), a biblioteca “*Mnemosyne* é, desse modo, uma espécie de enciclopédia de movimentos em constantes andanças no tempo, de tensões e de outros afetos que se inscrevem e habitam o inconsciente da memória humana coletiva, tal como camadas geológicas” (Samain, 2012, pag. 56). E falar de camadas geológicas é oportuno para relacionarmos com um sítio arqueológico. As imagens da Biblioteca *Mynemosine* têm sincronia, anacronia e longa duração dentro da mesma noção, criando uma constelação. São uma comprovação da transmissão da memória inconsciente.

Por sua vez, Huberman (2013) afirma que Warburg está para a história da arte “como estaria um fantasma não redimido para a casa que habitamos”. Sua obra, que culmina com o fascinante projeto inacabado do *Atlas Mnemosyne*, é complexa e instigante, mas muito difícil

de ser capturada sem correr riscos. Por isso, não espantaria que esse pensador singular tenha se transformado numa obsessão: “Alguém que volta sempre, sobrevive a tudo, reaparece de tempos em tempos, enuncia uma verdade quanto à origem.” (Huberman, 2013, pag., 27).

Neste sentido, a Biblioteca “*Mnemosyne* é todavia mais que uma memória viva do passado passional e patético de parte das culturas humanas. Ela é a memória coletiva de nosso presente e de nosso futuro cultural” (Samain, 2012, pag. 65). A Biblioteca *Mnemosyne* é um instrumento poderoso de síntese em profundidade e longa duração da história humana, no qual a anacronia deve ser entendida como parte constitutiva, e não um erro, como forma de expandir as possibilidades de duração na convivência de tempos heterogêneos. A Biblioteca *Mnemosyne* e o *Atlas* Warburg nos possibilitam vislumbrar como a anacronia pode ser uma fonte inesgotável de conhecimento coletivo, e pode estabelecer uma relação direta com a patrimonialização e seu movimento.

3.2.2 - Warburg e seu método aplicado à patrimonialização: a defesa de uma história anacrônica

Bem, além de se tratar de um atlas, e, portanto, uma forma não linear de organização do tempo e do espaço, a que nos interessa aqui o *Atlas* Warburg? Podemos dizer que nos interessa seu método em sua forma de articulação anacrônica do tempo e do espaço, a partir da imaginação como fonte de conhecimento em longa duração nos termos propriamente Elesianos.

Warburg tem muitos comentadores e sugestões de métodos, o que torna desafiador lidar com o autor, ao mesmo tempo em que suas contribuições são monumentalizadas de forma a tornar distantes suas ideias (Schiavinatto, 2017)⁹⁴. O que haveria em comum entre o atlas e a ruína? Para esta tese, o mais importante é o horizonte que Warburg oferece através de um ponto de vista arqueológico para pensar o método anacrônico, sua concepção de *Atlas* e de movimento na História da Arte que pode ser aplicada a esta história da patrimonialização de um lugar. Trata-se do “movimento pensado simultaneamente como objeto e como

⁹⁴ Aby Warburg e a história da arte atual - Palestra no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc SP – Iara Lis Schiavinatto (2017) - Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ry6BqV15hhs>

método, como sintagma e como paradigma” (Michaud, 2013, pag. 18), ou seja, um método que aplicado a esta pesquisa nos permite expor o movimento da patrimonialização como objeto.

Philippe-Alain Michaud (2013, resenha, pag. 447) destaca, que no início de sua trajetória artística, Warburg considerava como suporte de transmissão de arte, o arquivo, a publicação e o ensino, porém, ao longo do tempo, eles serão pouco a pouco substituídos pela “noção de exposição”. Já para Schiavinatto (2017), Warburg teria uma forma de método expositivo, ou seja, é atribuído a Warburg o costume de projetar um “dispositivo” para se expor uma ideia, o que hoje é obviamente corriqueiro ao usarmos projetores ligados a computadores, sobretudo, em aulas, defesas de teses e congressos acadêmicos.

Uma das formas de traduzir o método Warburg, para Huberman, é a diferenciação entre a mesa e o quadro. O quadro é linear, delimitado, único, “uma obra que se quer definitiva ao olhar da história; um resultado em que tudo foi decidido” (Huberman, 2018, pag. 24 e 68). Já a mesa, objeto doméstico, com diferentes formas, presente e disponível em distintos contextos sociais e histórico, é o suporte de trabalho sempre a ser posta, retomada, modificada, renovada ou rearranjada em encontros ou combinações. “Deposita-se nela e nela se despeja tudo que o plano de trabalho acolhe sem hierarquia; a mesa é um dispositivo em que tudo poderá sempre se repetir” (Huberman, 2018, pag. 24 e 68). A comparação entre o quadro e a mesa aqui é bem oportuna nesta análise. Esta diferenciação ou oposição entre a mesa e o quadro nos ajuda a demonstrar a problemática que colocamos aqui, opondo com clareza e figurativamente o linear ao não linear, sendo assim, a mesa um ótimo suporte para uma análise anacrônica.

O *Atlas Warburg* está sempre “sobre a mesa” a se fazer e refazer em multiplicidades, repetições e novas configurações. Huberman (2018, pag. 26) destaca que não se trata nem de sintetizar, nem descrever exaustivamente em um arquivo único e integral, nem de classificar de A à Z, como num dicionário, mas de fazer surgir em tempos distintos, entre três imagens semelhantes, relações íntimas e secretas, correspondências capazes de constituir um conhecimento transversal a partir da complexidade histórica (uma árvore genealógica), geográfica (um mapa) e imaginária (os animais do zodíaco). E a patrimonialização, assim como o campo do patrimônio cultural, necessita ser visto como um conhecimento transversal para visualizar seu movimento e suas nuances processuais. Quais elementos precisamos relacionar na montagem do movimento anacrônico da

patrimonialização? Já sabemos que a patrimonialização não pode ser restrita ao quadro: linear, delimitado, único, mas necessita ser colocada sobre a mesa, a fim de que seja modificada, renovada ou rearranjada em encontros ou combinações de um plano de trabalho, que acolhe sem hierarquia todos os envolvidos no processo: a memória e o esquecimento, o contínuo e o descontínuo, técnicas e diferentes sujeitos, desacordos e mudanças de mentalidades.

Enfim, para rompermos com cronologias por meio da anacronia, ganhos e perdas (na retórica da perda), causas e efeitos, na longa duração: “Contra toda a pureza epistêmica, o atlas introduz no saber a dimensão sensível, o diverso, o caráter lacunar de cada imagem. Contra toda pureza estética, ele introduz o múltiplo, o diverso, o hibridismo de toda montagem” (Huberman, 2018, pag. 19). Portanto, o atlas inclui o movimento em duplo sentido, entre a memória e o esquecimento, o contínuo e o descontínuo da patrimonialização. O que o atlas faz então é explodir os quadros (Huberman, 2018, pag. 19). Portanto, aqui seria oportuno questionar: como podemos explodir os quadros da patrimonialização? Através da imaginação, assumindo a patrimonialização sobre a mesa como uma montagem na anacronia.

Por outro lado, é preciso reconhecer a dimensão política da imaginação: “a imaginação é política... reciprocamente, a política em momento ou outro, se acompanha da faculdade de imaginar” (Hurbeman, 2011, pag 61). Neste sentido, coube a Warburg ter sido pioneiro em mostrar “o papel constitutivo das sobrevivências na própria dinâmica da imaginação ocidental, mais ainda das funções políticas de quem os agenciamentos memorialísticos se revelam portadores” (Hurbeman, 2011, pag. 62). Na política da patrimonialização caberia perguntar, quem está a imaginar? Para quem?

Nessa direção, podemos dizer que se a imaginação é política, uma patrimonialização precisa ser movida pela capacidade de imaginar dentro das políticas de memória, a ponto de reconhecer como um bem patrimonial foi, é, e continuará sendo atravessado por diferentes governos, políticas e institucionalidades no tempo e no espaço, tal como os capítulos anteriores desta pesquisa. Esta capacidade de imaginar a política de patrimonialização nos permite reconhecer a anacronia constituinte do seu processo de aliar lembranças e esquecimentos na montagem de uma memória. Neste momento, a maneira como Ulpiano de Menezes (1999) traduz o significado da descoberta da anacronia e da explosão de quadros, no sentido warburguiano, nos parece oportuna. Para o autor ao “Cortar o cordão umbilical

que parecia unir a um passado sem descontinuidade é trauma comparável ao da descoberta, pela criança, de que o mundo já existia antes dela” (Menezes, 1999, pag. 15).

Podemos aqui retomar a defesa por Elias (Elias, 1980, p. 126) de uma sociologia que abarque o movimento, e seu caráter processual das sociedades em todos os seus diferentes aspectos, construindo conceitos que realmente traduzam a natureza processual das sociedades, tal como “uma estrutura de referência para análise em qualquer situação social dada”. À longa duração, igualmente à anacronia, seria reconhecida potencialidades complementares que estabelecem uma forma de apreender as formas sociais, independente da escala, sejam “evoluções históricas, criadoras ou destruidoras dessas figurações sucessivas” como afirma Roger Chartier na “Introdução” de *A Sociedade de Corte*, de Elias (2001, pag. 16). Portanto, a anacronia e a longa duração convergem nessa direção, e, em diálogo com a disciplina da história, podem constituir um método de análise sócio-histórica dos processos sociais de patrimonialização. A anacronia e a longa duração são um alimento à imaginação sociológica.

Por outro lado, a anacronia parece se opor brutalmente a cronologia histórica, como se as etapas cronológicas apresentadas no primeiro capítulo desta tese não pudessem ser compatíveis com a descontinuidade. Se no primeiro capítulo busquei contar a história da patrimonialização do Morro da Queimada de maneira linear, as descontinuidades estão presentes e participam entre as contradições, recorrências e redundâncias. Poderiam estar no mesmo ambiente a mesa e o quadro do método Warburg? Creio que sim, a anacronia modifica a noção de linearidade histórica trazendo novas perspectivas e possibilidades críticas para análise da patrimonialização de um lugar.

O anacronismo modificaria completamente a face das coisas segundo o valor de uso que queremos lhe dar, a ponto de evidenciar uma nova objetividade histórica, mas pode também nos fazer incorrer no risco de cair num delírio de interpretações subjetivas (Huberman, 2015, pag. 38). Este seria um risco a ser enfrentado tendo a anacronia como método. O anacronismo revelaria imediatamente nossa manipulação, nosso tato do tempo, por outro lado, evidencia a historicidade, o ponto de vista e autoria na montagem do conhecimento, entre indivíduos e instituições interrelacionados no processo.

Huberman (2015) complementarmente dizendo, “acaba o domínio do verificável” no ponto “onde começa a se exercer a imputação de anacronismo”, assim, estaríamos diante de um tempo “que não é o tempo das datas” (Ranciére *apud* Huberman, 2015, pag. 41). Para o

autor, esse tempo, que não é exatamente o passado: é a memória. Trata-se de decantar o passado de sua exatidão e evidenciar que “a memória é psíquica em seu processo, anacrônica em seu efeito de montagem, reconstrução ou "decantação" do tempo” (Huberman, 2015, pag. 41). Portanto, a memória teria o anacronismo como instrumento, e ele também se torna nosso instrumento de análise para compreender a memória da patrimonialização.

Há aqui uma crítica explícita de Huberman (2015) à história que demonstra sua insuficiência, ainda que necessária, para restabelecer cronologias. “É provável que não haja história interessante senão na montagem, no jogo rítmico, na contradança das cronologias e dos anacronismos” (Huberman, pag. 42). Em seguida, o autor propõe a hipótese de que só há história de anacronismos, ou seja, o objeto cronológico só pode ser pensado “senão em seu contrarritmo anacrônico” (Huberman, pag. 43), ou seja, a montagem situada historicamente da patrimonialização de um lugar pode combinar na contradança: cronologias e anacronismos, o quadro e a mesa. Portanto, podemos dizer que se a história só pode ser anacrônica, a patrimonialização também só pode ser anacrônica, enquanto uma montagem que relaciona diferentes presentes do passado do processo sócio-histórico de um bem cultural ou lugar.

Assim, “o saber histórico deveria aprender a complexificar seus próprios modelos de tempo, atravessar a espessura de memórias múltiplas, retecer as fibras de tempos heterogêneos” (Huberman, 2011, pag. 43) Portanto, não podemos ser coniventes ou aceitar simplesmente a dimensão rememorativa da história, suas efemérides, centenários e cerimônias políticas, sem aceitar, ao mesmo tempo, sua origem no inconsciente e sua dimensão anacrônica. Aqui a imaginação em sua dimensão política pode contribuir muito na desconstrução rememorativa do patrimônio cultural.

O atlas é uma forma de reconstrução do saber histórico capaz de estabelecer um outro modelo de tempo, dialogando criticamente com as contradições entre memória e história por meio da imaginação. “O Atlas é uma forma visual do saber, uma forma sábia do ver” que contrasta com formas canônicas baseadas em explicações e causas, desconstruindo ideais de unicidade, especificidade, pureza, conhecimento integral, inventando com isto “zonas intersticiais de exploração” diante do risco do sensível e da disparidade (Huberman, 2018, pag. 18 e 19). O atlas é uma forma dinâmica e em movimento capaz de abarcar e montar a patrimonialização de forma anacrônica, uma montagem capaz de relacionar diferentes

disciplinas do campo do patrimônio cultural com diferentes presentes heterogêneos do passado de um bem cultural ou lugar.

Se a anacronia e a longa duração são um alimento à imaginação sociológica, no campo da sociologia, não podemos falar em imaginação sem falar de Wright Mills (2009) e seu conceito de imaginação sociológica. O próprio autor parte do questionamento: “Como surgem as ideias? Como a imaginação é estimulada a reunir todas as imagens e fatos, tornar as imagens pertinentes e emprestar sentido aos fatos?” (Mills, 2009, pag. 41). Para Mills, trata-se da capacidade de passar de uma perspectiva para outra, alargando a própria imaginação na tentativa de combinar ideias e notas distintas, “uma combinação de ideias que ninguém supunha que fossem combináveis” (Mills, 2009, pag. 41). De tal modo, a imaginação sociológica possibilita a partir da leitura, estabelecer uma relação original ou inusitada entre elementos, ou a comparação entre opostos ou extremos, ou mesmo a imaginação através da comparação histórica, e porque não, anacrônica. Podemos perceber que o processo imaginativo de Mills não é incompatível com a anacronia.

Relacionar um atlas e uma ruína permite estabelecer uma relação original ou inusitada entre elementos. Ambos são ambos objetos anacrônicos e em movimento. Um atlas de ruínas seria uma forma de gerar conhecimento anacrônico pela imaginação. O atlas é movido à imaginação e anacronia. A “Imaginação: palavra perigosa(...) não tem nada a ver com fantasia(...) é um conhecimento transversal (...) por sua potência intrínseca de montagem que consiste em descobrir laços que a observação direta é incapaz de discernir” (Huberman, 2018, pag. 20). O atlas é uma forma de superar a observação direta na qual a cronologia está restrita, para chegarmos ao estudo anacrônico da patrimonialização por meio da imaginação. A imaginação na sociologia corresponde a uma forma de bagagem construída de vivências, ideias e experiências, podendo ser até uma forma de projetar o futuro (Mills, 2009). E esta bagagem encontra correspondência ao processo de construção desta tese.

“A imaginação aceita o múltiplo e até goza disso.” (Huberman, 2018, pag. 20). Nesse sentido, um atlas não lê para pegar o sentido de uma coisa específica, neste caso, a ruína, mas para ligar essa coisa, imediatamente, a muitas outras, imaginativamente, com dois sentidos de leitura, um denotativo em busca de mensagens e um ao mesmo tempo conotativo e imaginativo em busca de montagens” (Huberman, 2018, pag 21). Quais as mensagens do processo sócio-histórico aqui estudado? Quais as montagens e elementos possíveis para relacionar com as ruínas?

A anacronia e a longa duração de um atlas são um alimento à imaginação sobre as ruínas. Um atlas de ruínas seria uma forma de gerar conhecimento múltiplo pela imaginação de tempos anacrônicos e movimentos na longa duração. Portanto, um atlas das ruínas do Morro da Queimada teria o potencial de gerar conhecimento na forma de relações e montagens múltiplas com seu processo de patrimonialização. Através da anacronia podemos não apenas marcar, mas colocar em relação através de um atlas as descontinuidades presentes entre as contradições, recorrências, redundâncias da patrimonialização do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada. Pegamos o sentido de uma coisa específica, as ruínas, e ligamos essa coisa, imediatamente, a muitas outras, imaginativamente como sintomas do tempo. O capítulo segundo realiza antecipadamente isto ao relacionar as ruínas do Morro da Queimada com situações, contextos e as políticas de patrimônio na cidade de Ouro Preto e como todo.

Ao falarmos de sintomas do tempo, é preciso questionar então o sentido que a palavra “sintoma” implica (aspas do autor [Huberman, 2015, pag. 43]). Para o autor, uma palavra complexa e difícil de apreender, já que “ela não designa uma coisa isolada, nem mesmo um processo que poderíamos reduzir a um ou dois vetores, ou a um número preciso de componentes”. Dessa maneira, um sintoma está sempre em relação a algo ou algum processo, ou seja, em movimento, por isto é oportuno colocá-lo no contexto de figurações de interdependências nos termos de Elias para analisar esta patrimonialização.

Por outro lado, um sintoma nunca sobrevém no momento certo, ele surge sempre a contratempo, tal como uma antiga doença que volta a importunar nosso presente (Huberman, 2015, pag. 43). Quais os sintomas da patrimonialização? Podemos identificar como sintomas, a contratempo, as descontinuidades na patrimonialização do Morro da Queimada? Quando relacionados anacronicamente, os sintomas às descontinuidades presentes entre as contradições, recorrências, redundâncias da patrimonialização do Sítio Arqueológico, analisadas no primeiro capítulo, podemos identificar o que Huberman (2015) chama de “sintoma-tempo”: “(...) que interrompe o curso da história cronológica”. Porém, o autor destaca que se há algo que o sintoma contraria, ele também sustenta (Huberman, 2015, pag. 43), ou seja, na contradição o sintoma evidencia uma relação direta entre a linearidade e o não linear, a cronologia e a anacronia, o que contribui para colocarmos a mesa e o quadro de Warburg em um mesmo espaço de análise.

No plano da continuidade histórica, afirma-se frequentemente o caráter crítico de uma história que “coloca problemas” e, num mesmo lance, rompe a linearidade da narrativa histórica. O sintoma-tempo deveria, então, ser pensado sob o ângulo de um “inconsciente da história”. Deixando o ponto de vista do passado como fato objetivo, para o passado visto como fato “de memória, isto é, como fato em movimento, fato psíquico e material” (aspas do autor, [Huberman, 2015, pag. 44 e 116]). E por que não falar aqui de um inconsciente da história das ruínas? Trata-se de um “inconsciente do tempo” que chega, até os dias de hoje, por meio de seus rastros materiais: “vestígios, restos da história, contrapontos e contrarritmos, “quedas” ou “irrupções”, sintomas ou mal-estares, sínopes ou anacronismos na continuidade dos “fatos do passado” (aspas do autor, [Huberman, pag. 117]) Torna-se oportuno aqui relacionar o que Michel Foucault (2008) descreve em *Arqueologia do Saber*, chamadas de “emergências distintas” (aspas do autor), algo como que deslocadas, como limiares heterogêneos nos quais a história de um mesmo objeto pode apresentar uma “cronologia (que não é nem regular, nem homogênea)” (Huberman, 2015, pag. 44). É a história de um objeto ou lugar Morro da Queimada, cuja cronologia se apresenta dessa maneira, conciliando o múltiplo e até o contraditório como a anacronia.

A questão do anacronismo é crucial num “debate do qual ela parece desenhar cada linha de fratura”. E as ruínas são de fato fraturadas. Assim, não há porque rejeitar o anacronismo, já que este só exprime os aspectos críticos do próprio desenvolvimento temporal, ou seja, o anacronismo tem a potência de exprimir o aspecto altamente complexo e sintomal das mudanças (Huberman, 2015, pag. 43 e 44), e falamos aqui de mudanças de mentalidade sobre a patrimonialização na longa duração do processo sócio-histórico analisado. A partir disso, podemos dizer que o desenvolvimento temporal das ruínas é anacrônico, fraturado, marcado e modificado por sintomas a contratempo de sua patrimonialização, que expressam os aspectos críticos e específicos deste próprio desenvolvimento temporal. Em síntese, não apenas a história só pode ser anacrônica, mas só há história de sintomas (Huberman, 2015, pag. 43 e 44), e podemos estender afirmando que também a patrimonialização também só pode ser anacrônica e analisada em seus sintomas no tempo e espaço.

Tanto o atlas quanto a ruína são objetos anacrônicos na longa duração. Cabe-nos imaginar na relação inesperada entre os dois uma forma de que um contribua para explicar o outro. Há algo visível e invisível quando se vê com a imaginação. Qual o visível e invisível

das ruínas e o que estes sintomas do tempo nos contam? Cabe retomar a pergunta: como poderíamos fazer um atlas do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada? Ainda que não o faremos propriamente, a pergunta ainda serve como um bom ponto de chegada desta reflexão.

O atlas é uma forma e um método de colocar imaginativamente a patrimonialização das ruínas, enquanto processo linear e anacrônico em uma mesa, e não somente em um quadro, para análise na longa duração, relacionando dois elementos aparentemente desconexos: um atlas e ruínas. Assim, um atlas da patrimonialização do Morro da Queimada poderia ser uma ferramenta para imaginarmos anacronicamente e criticamente entre a história de Ouro Preto, a memória e esquecimento das ruínas, a continuidade e descontinuidade de sua patrimonialização em distintos presentes do passado. Como o atlas pode nos ajudar a ler as ruínas através do tempo? Para não falar apenas do passado, qual o presente futuro destas ruínas? Enfim, para falar de um presente futuro das ruínas a imaginação é fundamental:

“Se a imaginação – esse mecanismo produtor de imagens para o pensamento - nos mostra o modo pela qual o Outrora encontra, aí, o nosso Agora para se liberarem constelações ricas de Futuro, então podemos compreender a que ponto esse encontro dos tempos é decisivo, essa colisão de um presente ativo com seu passado reminescente” (Huberman, 2011, pag 61).

Conseguimos falar e imaginar as ruínas do Morro da Queimada sem as mostrarmos em fotos e mapas? O que define uma ruína enquanto ruína? O presente futuro das ruínas é muito mais vivo e potente do que se costuma esperar. Por exemplo, a contínua reconstrução em novas casas utilizando as ruínas já desmontadas implica plasticidade, maleabilidade e mudança das formas, mas que ali ainda continuam presentes.

As ruínas do Morro da Queimada existem não apenas pelo que são ou restaram materialmente, mas pelo que foram ou existiram imaginativamente, desmontadas e remontadas com outras formas. Seguimos imaginando sob a mesa um atlas do processo sócio histórico de patrimonialização do Morro da Queimada. Na parede um quadro do mesmo processo equivale à linha do tempo apresentada no primeiro capítulo. Ambos podem estar no mesmo ambiente, a mesa e o quadro, se complementando, porém, como distintas formas de produção de conhecimento.

Se o atlas é um tipo de mapa, porém um mapa não usual, porque é um mapa feito apenas de imagens. O Sítio Arqueológico é em geral representado por mapas, mas não ainda

por um mapa feito apenas de imagens. A Imaginação é colocada em imagens. Se um atlas é um trabalho de montagem, que une tempos distintos, ele pode ter a forma ideal para demonstrar a anacronia da ruína.

O atlas e a ruína são objetos anacrônicos na longa duração. Por sua vez, retomando a longa duração de Elias, ela revisita o processo histórico, amarra, contrapõe continuidades e descontinuidades no longo prazo, também em um trabalho de montagem anacrônico. Tanto a longa duração quanto o atlas têm a capacidade e a potencialidade de vislumbrar e projetar a anacronia da ruína. O anacronismo no atlas e na longa duração contribuem para exprimir os aspectos críticos do desenvolvimento temporal da ruína (Huberman, 2018, pag. 44). A cronologia da ruína não dá conta sozinha de sua história, a ruína e o patrimonialização necessitam da anacronia.

Não seria a concessão de títulos de patrimônio da humanidade uma tentativa de ligação entre objetos e pontos espaciais totalmente distantes, e aparentemente sem qualquer vínculo, mas igualmente importantes, tal como as imagens e imaginários num *Atlas* de Warburg? O título de patrimônio da humanidade de Ouro Preto, a primeira a receber em 1980 o reconhecimento no Brasil, colocou a cidade no atlas da memória do patrimônio?

Há ainda o depoimento conhecido de D. Pedro II, por ocasião de uma de suas visitas à cidade ainda imperial de Ouro Preto, registrado em seu diário de 18 de abril de 1881, quando passa pela região do Morro da Queimada, “impressionado com os remanescentes em pedra do antigo arraial minerador” (Bueno, 2019). “Antes de chegar a esta cidade passei pela antiga Vila Rica, muralhas arruinadas que lembram-me Pompéia” (Oliveira, 2018). A comparação anacrônica trazida sobre a fala D. Pedro II faz um pareamento e cria uma similitude, válida ou não, entre os dois patrimônios, de maneira que um legitima o outro, o mais antigo e reconhecido, as ruínas de Pompéia, legitimariam o segundo, as ruínas do Morro da Queimada.

Vamos aqui de encontro a mais uma colocação de Huberman (2015, pag. 46) quando defende que “é preciso compreender que em cada objeto histórico todos os tempos se encontram, entram em colisão, ou ainda se fundem plasticamente uns nos outros, bifurcam ou se confundem uns com outros”. Uma noção muito adequada para pensar a arqueologia do Morro da Queimada assim como desenvolver um entendimento sobre suas ruínas e seu lugar frente ao processo sócio-histórico aqui estudado. Para compreender a patrimonialização de um bem cultural é preciso compreender sua preservação juntamente

com seus riscos, contradições e destruições. Analisar a patrimonialização do Morro da Queimada como um atlas é um método de estudo de caso, na forma de um pragmatismo sociológico eliasiano, para articular na longa duração, descontinuidade e anacronia à sua patrimonialização inacabada, como forma de entender seu movimento, valor, uso e sentido em diferentes tempos da história de Ouro Preto.

3.3 – Ruínas e políticas de patrimônio no Brasil: uma definição e um bem ainda pouco patrimonializado

A pesquisadora espanhola, Esther Almarcha Núñez-Herrador (2020, pag.165), no artigo intitulado “La elocuencia de las ruínas”, afirma que: “Las ruinas han estado y están muy presentes en el entorno de los seres humanos. Su presencia en determinados momentos y lugares ha formado parte del discurso político, social y cultural, así como su eliminación u ocultación”. As ruínas podem evocar uma aproximação com a natureza e um caráter mítico do local: ela própria torna-se o objeto da recordação, e não o que ocorreu lá anteriormente, diferente das lápides e sepulturas, que seriam ruínas mudas, indicadores de presenças ausentes (Assman, 2011, pag. 344).

Nos campos da arquitetura e conservação, não há consenso para a definição de ruína. Para alguns autores o conceito de ruína “varia entre o estado de arruinamento das obras e a ruína como objeto consistente e tal conceituação dita o caminho para a intervenção” (Lima, L.H.A., 2019, pag. 63). Para outros, um conceito de ruína é visto como algo complexo de definir por implicar muitos aspectos como “o grau de descaracterização, a condição de uso, a idade das edificações, o distanciamento temporal e as causas do arruinamento”, e ressalta, isto, se considerarmos a ruína “como um estado de degeneração (independentemente da idade da edificação)” (parênteses do autor, [Rodrigues, 2017, pag. 10]).

Na tradição das políticas de patrimônio e memória no Brasil, as ruínas parecem ser tratadas como “monumentos de segunda ordem” ou “arruinadas” de antemão, confundindo-se com a paisagem, ou vistas somente como instrumentos de delimitação de sua extensão arqueológica. De fato, a grande maioria dos bens patrimonializados no Brasil não possuem ruínas oficialmente como objetos do patrimônio cultural, ou, a grande maioria não é nomeado como tal, seja porque em algum momento se privilegiou contar a história do patrimônio cultural mais preservado e as ruínas eram vistas como o oposto disso, ou porque, as ruínas, de fato, foram destruídas materialmente ou apagadas na memória coletiva do país com raras exceções.

Algumas exceções correspondem às ruínas de sítios arqueológicos como em São Miguel das Missões, herança das missões Jesuíticas⁹⁵, tombadas em 1938 como patrimônio

⁹⁵ As Missões Jesuíticas Guaranis, como um sistema de bens culturais transfronteiriços envolvendo o Brasil e a Argentina, compõem um conjunto de cinco sítios arqueológicos remanescentes dos povoados implantados em território originalmente ocupado por indígenas, durante o processo de evangelização das Companhia de

nacional, sendo dois anos depois criado o Museu das Missões, destinado ao recolhimento e à guarda da estatuária da Igreja de São Miguel. Outra exceção são as ruínas de fortes militares portugueses existentes em regiões costeiras, e mantidas pelas Fundação Cultural do Exército Brasileiro⁹⁶, a maioria no Rio de Janeiro, e que apesar de instituições museológicas parecem ter uma política patrimonial própria. Ou ainda os poucos sítios arqueológicos urbanos edificados preservados como o Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, construído em 1811. Principal porto de entrada de escravizados negros africanos no Brasil e nas Américas, o Cais do Valongo⁹⁷, foi redescoberto durante as obras das Olimpíadas de 2016 naquela cidade, passando a integrar em 1º de março de 2017 a Lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).



Figura 86 - Igreja de São Miguel das Missões (RS) e o Cais do Valongo (RJ) - Foto: Portal Iphan

Outro exemplo pioneiro são as ruínas da cidade de Alcântara, no estado do Maranhão⁹⁸, localizado à esquerda da Baía de São Marcos, próxima à capital São Luís, tombadas e restauradas pelo IPHAN em 1948, numa cidade “também considerada em

Jesus nas colônias da coroa espanhola na América, nos séculos XVII e XVIII. Fonte: Portal IPHAN - <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/39>

⁹⁶ A FUNCEB - Fundação Cultural Exército Brasileiro foi criada em 2000 em parceria com o Ministério da Cultura e empresas brasileiras com a finalidade de criar uma Política Cultural do Exército brasileiro e promover a manutenção de fortes, fortalezas, sítios históricos, bibliotecas, documentos, museus, monumentos, armas, equipamentos e obras de arte de instalações geridas pelo Exército. <https://www.funceb.org.br/fortes-e-fortalezas>

⁹⁷ O Brasil recebeu perto de quatro milhões de escravizados, durante os mais de três séculos de duração do regime escravagista. Pelo Cais do Valongo, na região portuária da cidade, passou cerca de um milhão de africanos escravizados em cerca de 40 anos, o que o tornou o maior porto receptor de escravos do mundo. Quantos não teriam sido levados para as Minas Gerais, Ouro Preto e as minas do Morro da Queimada. Fonte: Portal Iphan - <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605>

⁹⁸ Em 2004, o Iphan passou a considerar o patrimônio de Alcântara como de valor cultural, histórico, artístico, paisagístico, urbano e arqueológico. O conjunto se manteve preservado devido ao isolamento da cidade, a partir da segunda metade do século XIX, em razão da decadência do comércio dos produtos agrícolas. Fonte: Portal IPHAN - <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/345/>

ruínas”, buscando estabilizar a condição estrutural em que estavam e criando vitalidade no em torno do espaço, na forma de um parque de ruínas. A cidade de Alcântara, propriamente dita, mantinha suas características urbanas e arquitetônicas do século XVIII e recebeu o título de Cidade Monumento Nacional em 1948. Segundo o IPHAN, na área tombada encontram-se, cerca de quatrocentos imóveis da arquitetura colonial luso-brasileira, consolidado durante todo o século XVII, construído por uma aristocracia rural agroexportadora de algodão que viveu um longo período de grande ascensão com a prosperidade econômica de todo o Estado do Maranhão. Compõem o patrimônio de Alcântara diversas igrejas antigas, um forte do século XVIII e palacetes em ruínas, que demonstram a acentuada influência europeia exercida pelo contato dos filhos das famílias ricas com a cidade de Coimbra (Portugal), durante seu período áureo.



Figura 87 - Cidade de Alcântara – Maranhão – Fonte: website Do Norte ao Norte (2016)

Retornando à Ouro Preto, podemos dizer que é comum aos diferentes períodos, olhar as ruínas do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada como um documento histórico, mas ainda assim, por mais material que seja este documento histórico, já vimos que ele não carrega seus sentidos em si mesmo, não é estático ou imutável, muda pela ação da própria paisagem ou pela ação humana. A paisagem camufla e esconde as ruínas do Morro com a vegetação e musgos sobre as pedras, enquanto a ação humana, que primeiro as construiu com mãos escravizadas mineradoras, na contemporaneidade as desmonta e reconstrói para

fazer uma nova morada ao minerador livre, porém assalariado. O sentido das ruínas é a casa e o lugar de trabalho. A seguir, apresento uma foto das referidas ruínas, em contraste anacrônico com a seguinte, datada entre 1923 e 1948, realizada pelo fotógrafo Ouro-pretano Luiz Fontana⁹⁹.



Figura 88 - Ruínas do Morro da Queimada, primeira metade do século XX
- Fonte: Arquivo Público de Ouro Preto



Figura 89 - Moinho de vento das ruínas do Morro da Queimada, primeira metade do século XXI
- Fonte: LAPACOM/UFOP – Foto realizada com drone.

⁹⁹ Luiz Fontana é um Ouro-pretano, filho de imigrantes italianos que chegaram à cidade em 1895. Autodidata, fotografou Ouro Preto entre 1923-48, data de seus negativos fotográficos. Seu acervo hoje pertence ao Arquivo Municipal de Ouro Preto. Fonte: <https://ouopreto.mg.gov.br/luizfontana/>

Outra forma de ação humana sobre as ruínas ao longo das décadas veio carregada de institucionalidade e descontinuidade. Institucionalidade que corresponde a preocupação de diferentes instituições públicas e técnicos sobre a preservação do lugar enquanto documento histórico, porém dissociado da vida ordinária da população local pela maior parte dos períodos da linha do tempo aqui estudada. E descontinuidade que corresponde a omissão e ausência do Poder Público, alternado com a indefinição de políticas de memória e patrimonialização para o lugar.

É como se a patrimonialização de ruínas ocorresse em camadas arqueológicas sobrepostas, misturadas e remexidas ao longo do tempo. Já vimos que era preciso trazer novidade às ruínas e vê-las de uma outra forma. Afinal, não apenas no passado, mas é na potência que as ruínas podem realizar-se como bem patrimonial. O que define uma ruína enquanto ruína na patrimonialização? Como imaginar um presente futuro para ruínas?

3.4 – Patrimonialização, ruína, memória e esquecimento: proposta de uma concepção sócio-histórica de ruína

Uma boa e abrangente concepção de ruína aparece na série de televisão “Monumentos”, produzida pelo SESC TV¹⁰⁰: “Quando a memória e a imaginação ocupam mais espaço do que a matéria temos uma ruína. Na trama da paisagem, a ruína surge para lembrar que algo foi, já foi vestígio, de alguma coisa que tentamos ler” (Pastorelo, 2022). Neste sentido, a ruína precisa ser descrita, lida, interpretada, e sentidos lhe são atribuídos no contexto e momento sócio-histórico em que sua apropriação acontece.

Se a ruína é anacrônica, a noção de lugar de memória, já apresentada no capítulo anterior, pode ser associada sem especificidades a uma concepção anacrônica? Podemos dizer que o lugar de memória, já estabelece uma memória, ainda que com a noção de perda, no contrarritmo do tempo. E quando o lugar de memória inclui ruínas em seu lugar no espaço? Quais suas especificidades?

Para Pierre Nora (1993), o lugar de memória “só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica”. Portanto, o lugar de memória também demanda nossa imaginação. Ele pertenceria a dois domínios, “simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência, e, ao mesmo tempo sobressaindo da mais abstrata elaboração” (Nora, 1993, pag. 21). Nas ruínas do Morro da Queimada, o natural e o artificial construído se confundem, são simples ao se constituírem de “pedra tosca”, mas ambíguas em termos de seu processo sócio-histórico descontínuo, estando abertas a mais abstrata contação de histórias, usos e apropriações.

Já para Aleida Assman (2011), os lugares de memória, são muito úteis na fixação dos eventos, existindo também os locais honoríficos, locais onde, em algum momento, houve uma história e hoje só restam ruínas, vestígios, e tais lugares são visitados como parte da formação cultural (Assman, 2011, Pag.328) Como já dito, a transformação do Sítio Arqueológico em lugar de memória é a atualização e transformação de um território na memória local de Ouro Preto, em sua relação de pertencimento com a cidade. Mas somente o lugar de memória dá conta de expressar e contar esta história?

¹⁰⁰ Canal de televisão e streaming do Serviço Social do Comércio de São Paulo – SESC – SP, Série disponível online em: <https://sesctv.org.br/programas-e-series/monumentos/>

Podemos deambular da mesma forma que um atlas adentrando as ruínas do Morro da Queimada. Visitar as ruínas do Morro da Queimada se torna como o processo de acessar um atlas, “primeiro o buscamos com um fim preciso”, ver suas pedras, procurar estruturas mais preservadas, ver uma vista da cidade, mas depois “não o abandonamos forçosamente, continuando a percorrer suas bifurcações em todos os sentidos”. (baseado em Huberman, 2018, pag. 17).

Ainda que cada mentalidade em seu tempo seja constituída pela figuração de interdependências, podemos dizer que diferentes concepções patrimoniais sobre o Morro da Queimada não apenas correspondem a diferentes momentos históricos, mas podem estar presentes e ser concorrentes num mesmo momento histórico, seja linear ou anacrônico. Isto porque as ideias do passado não simplesmente desaparecem em um novo presente, representam o diálogo e o aprendizado entre diferentes gerações. Os sintomas são expressão desta concorrência de mentalidades, num equilíbrio de tensões articulado entre as figurações de interdependências. Este equilíbrio de tensões quando quebrado, geram transformações e fraturas no processo sócio-histórico. Podemos associar os sintomas e tais transformações aos traumas e rupturas que as ruínas evocam. Um decisivo deslocamento de poder pode ser percebido em processos sociais mais longos tal como a ruptura de um estágio para outro (Elias, 2006, Pag. 28).

Aleida Assman (2011) considera que os traumas vividos por sujeitos são escritas do corpo e, ainda que aparentemente ausentes, são permanentes e deixam rastros, marcas, e aqui acrescento, porque não, ruínas? Já sabemos que o lugar de memória do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada corresponde a um espaço em ruínas cujas memórias estão fragmentadas, pela natureza inacabada do lugar, descontínuas por sua “diferença evidente entre passado e presente”. Para a autora, o trauma é a impossibilidade da narração e representação, já que “trauma e símbolo enfrentam-se em um regime de exclusividade mútua, impetuosidade física e senso construtivo parecem ser os polos entre os quais nossas recordações se movimentam” (Assman, 2011, p.283). E o que é marcado a fogo, com o fogo do Morro da Queimada, cuja marca está no nome, evidencia o que ficou na memória. É como permanecem as marcas: “Marca-se a fogo, e com isso alguma coisa ficará na memória; só o que não termina, o que dói fica na memória.” (Nietzsche *apud* Assman, 2011, p.263).

Assim, podemos questionar: somente o lugar de memória dá conta de expressar e contar esta história? Há um trauma nas ruínas do Morro da Queimada? A impossibilidade de

narração da história das ruínas do Morro representaria o sintoma do trauma. Retomamos aqui a hipótese anacrônica já apontada no capítulo anterior: há um rompimento comum com o Morro da Queimada tanto no Barroco do século XVIII quanto no Modernismo do século XX. Tal como um sintoma-tempo, pode ser estabelecido um paralelo entre o momento em que Barroco católico e colonial, representado pela Coroa Portuguesa em 1720, coloca fogo em repressão contra à Vila do Ouro Podre ou Vila do Pascoal, e o momento na primeira metade do século XX, quando as ruínas do mesmo Morro da Queimada, são deixadas de lado pelos modernistas que idealizaram o SPHAN, na relação com a cidade monumentalizada de Ouro Preto, por muitas décadas a partir da criação da instituição em 1937.

Na sequência, outra forma de aparição do sintoma, pode ser percebido na descontinuidade de políticas patrimoniais destinadas ao Sítio Arqueológico. Representada pela ideia de microcosmo que aqui qualificamos como “descontinuado”, a patrimonialização do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada ao ser analisada no capítulo anterior como uma espécie de microcosmo do desenvolvimento das políticas patrimoniais no Brasil e das políticas de patrimônio cultural em Ouro Preto, demonstra como o lugar atravessa, e é ao mesmo tempo atravessado, pelo desenvolvimento local e nacional das políticas patrimoniais. Como já dito, uma história institucional que nos ajuda a compreender como uma patrimonialização se constrói contando histórias sobre um passado no presente, com reconhecimentos e apagamentos, para dar sentido ao presente a partir de um passado contado e recontado.

Afinal, o discurso institucional também provoca destruição. Reginaldo Gonçalves (1996), chama-nos atenção que um discurso de preservação vigorosamente oposto a um processo de destruição “é o mesmo que, paradoxalmente, o produz”. Isto, porque estão baseados numa continuidade e totalidade construídas sobre a mentalidade de cada período:

“no mesmo movimento produzem-se, transformados em coleções e patrimônio culturais, os objetos que estão sendo destruídos e dispersados... concebidos nos termos de uma imaginária e originária unidade, onde estariam presentes atributos tais como coerência, continuidade, totalidade e autenticidade(...)” (Gonçalves, 1996, pag 23).

Muito da memória é esquecimento: vimos, trata-se de um processo social de lembrar e esquecer. Trata-se de sintomas-tempo que refletem como o esquecimento e o apagamento se tornaram a gênese da política de memória de longa duração da política de memória do Morro da Queimada. Como já dito no início deste capítulo, um lugar de ruínas e arqueologia, é impreciso em seus limites, e que por isto mesmo, precisa ser imaginado e representado de distintas formas ao longo do tempo. Onde se define o que é patrimônio cultural, ainda pode haver muita arqueologia, não só dentro como nos arredores. E de fato, “o ponto de vista arqueológico desmonta as certezas cronológicas” (Huberman, 2018, pag. 71).

As ruínas comparadas ao atlas são como uma floresta labiríntica que depende de nossa imaginação, no qual se busca um tesouro que está em toda a parte. Cada visita ao local pode ser tão inútil ou fecunda como a leitura do atlas (Huberman, 2018, pag 87). A dialética entre história e memória é uma das contradições que envolve a ruína. A história como linearidade e a memória como não-linear, descontínua e sujeita ao esquecimento (Sepúlveda, 2003, pag.90). Se memória não é o tempo das datas, não é exatamente o passado, é o passado sem qualquer exatidão, "decantação" do tempo (aspas do autor, [Huberman, 2015, pag. 41]), tal como se decantam as ruínas no tempo e no espaço. Estaria a memória mais próxima das ruínas do que da história? Como poderiam ser lidas as ruínas diante das anacronias no tempo e no espaço da ruína? Poderíamos ter uma política de memória específica para ruínas?

Se é quando a memória e a imaginação ocupam mais espaço que a matéria é que vislumbramos uma ruína (Pastorelo, 2022), aqui a potência de imaginarmos a ruína ganha espaço. Seria a ruína, como sugere Assman (2011, Pag. 344) um objeto de recordação em si mesmo? Avançando e ousando um pouco mais, podemos a partir do lugar de memória e da oposição entre história e memória, elaborar através de um esforço de imaginação uma concepção de “lugar de ruína”? Com o propósito de responder esta pergunta, articulamos, a seguir, os pensamentos de autores do campo do patrimônio cultural, como Regina Abreu e Reginaldo Gonçalves na tentativa de imaginar e criar esta concepção.

Para Regina Abreu (2012), “a ação patrimonial teve como marca fundante a noção de que o objeto da preservação e da restauração não seria nunca um objeto total, mas uma seleção limitada e intencional”. Ela destaca que este movimento possibilita com que todos os chamados patrimônios expressassem também ruínas. Desse modo, a autora considera que é preciso chamar a atenção para o fato “de que como ruínas, os bens tombados ocultam também diversas ocupações e usos sociais”, que podemos traduzir aqui como o próprio

processo sócio-histórico oculto de transformação em patrimônio cultural dos lugares. Regina Abreu (2012) cita como exemplo um palácio tombado construído para uma dinastia de reis, que depois foi sede de governo, e depois museu, seguido por um período de decadência, para depois ser revitalizado, e tornar-se uma biblioteca ou um centro cultural. Para a autora, em cada momento, oculta-se o processo ao selecionar um aspecto dentre memórias múltiplas. Oculta-se a conjugação de dois movimentos: o da lembrança e o do esquecimento, deixando implícitos os apagamentos, os silenciamentos, os deslizamentos de sentidos. Algo muito próximo à análise que desenvolvemos sobre a patrimonialização em questão. Portanto, não há apenas um discurso de preservação oposto a um processo de destruição (Gonçalves, 1996, pag. 23), mas todo o movimento de patrimonialização seria também um movimento de apagamento (Abreu, 2012, pag. 194), neste sentido, entre o destruir e o apagar, o reconhecer e valorizar.

Por sua vez, Reginaldo Gonçalves (2015), em um texto mais recente: *O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição*, vai na mesma direção para reafirmar uma crítica não apenas do discurso tradicional de preservação, mas também da própria concepção praticada de lugar de memória, enquanto um excesso ou abuso da memória frente ao discurso de perda, na forma de “alguma nostalgia desejosa de repor as coisas em seus lugares” (Ricouer, 2007, pag. 157). O autor reconhece nos esforços coletivos contemporâneos de proteger e preservar os bens culturais tidos como ameaçados, o discurso de que há um agente externo, fora dos limites do discurso patrimonial, que ameaça os bens materiais e imateriais visados por esse discurso. Podem ser ameaças naturais (intempéries e catástrofes) ou sociais e históricas (guerras, atentados, o simples abandono dos bens culturais, frente a indiferença da população ou dos governantes) – sendo que este último se aplica bem ao caso aqui estudado. A visão é sempre como uma espécie de inimigo externo a ser combatido. Em seguida, Reginaldo questiona: “em que medida esse inimigo não convive internamente com as próprias práticas da preservação, não somente enquanto ameaça, mas simultaneamente como fonte de criação” (Gonçalves, 2015, pag. 220-21). Ou seja, em que medida as perdas não são consequências das concepções e descontinuidades da própria política de patrimônio cultural, algo que pudemos constatar no segundo capítulo.

Por fim, Reginaldo Gonçalves (2015, pag. 222 e 223) destaca que a chamada “perda” (aspas do autor) não pode ser assumida como um dado, o que leva consequentemente a concentrar os esforços no que chama de trabalho positivo da preservação, associado a um

determinado “regime de historicidade” (Hartog, 2003, *apud* Gonçalves, 2015), de um determinado modo de narrar e construir o passado (Gonçalves, 2004, *apud* Gonçalves, 2015). E ressalta que é necessário que no mesmo ato da preservação observemos o que é destruído ou esquecido, e ressalva que não necessariamente a preservação, mas muitas vezes a destruição de objetos e espaços materiais pode ser o elemento gerador de identidades e memórias (Gonçalves, 2015, pag. 221). Esta é uma noção que nos ajuda a incorporar o aspecto de destruição de ruínas assim como as descontinuidades da política patrimonial como parte do movimento da patrimonialização.

Portanto, a partir da leitura de Regina Abreu (2012) e de Reginaldo Gonçalves (2015), podemos perceber como a noção de “lugar de ruína” tem a capacidade de explicitar o próprio movimento de patrimonialização, assumindo-o anacronicamente também como um movimento de apagamento, e não somente o seu contrário, como o lugar de memória propõe.

Afinal, o que define uma ruína enquanto ruína? Afinal, o que define a ruína enquanto lugar de ruína na longa duração? A ruína surge para lembrar que algo foi e já se foi. Já foi vestígio, de alguma coisa que tentamos ler (Pastorelo, 2022). A ruína é um documento anacrônico, camada, imagem e sentido de potência na paisagem. A ruína se coloca no movimento porque se coloca na contradição entre o destruir e o por vir. Ver e não ser visto. Isso, é antes de tudo, patrimônio cultural vivo, e por isso é necessário patrimonializar a ruína no movimento entre o destruir e o por vir.

Dessa forma, a noção de “lugar de ruína” explicita através da ruína a patrimonialização em sua inevitável incompletude, que é ao mesmo tempo, marca essencial do movimento de toda patrimonialização. O “lugar de ruína” é explicitamente material e imaterial, já que enquanto patrimônio cultural não é em si patrimônio enquanto matéria, mas o que se fala, conta e representa a partir deste patrimônio, portanto, o imaterial sobre o material (Menezes, 2012). Não basta nomear como ruínas, é preciso estabelecer o que as ruínas vão representar. Pompeia? Antiga Vila Rica? A memória das técnicas de mineração antigas? Os negros escravizados? Representações e imaginários que vão e vem como imagens do lugar. Assim, “a ruína é como uma escultura ao contrário, ao invés de retirar a matéria para encontrar a forma, precisamos adicioná-la completá-la, com a imaginação e a memória” (Pastorelo, 2022).

Portanto, o “lugar de ruína”, se coloca anacronicamente no meio, frente a oposição entre reconhecimentos e apagamentos, enquanto parte de um processo social que estaria entre a decisão de patrimonializar ou não patrimonializar lugares como o Morro da Queimada. O “lugar de ruína” explicita assim como o que é patrimônio cultural, ou não, muda ao longo de tempos heterogêneos, em um processo que inclui oposições, disputas e mudanças de poder (Elias, 2006, Pag. 29).

Vale relembrar aqui a concepção de Elias que afirma ser inerente a um processo sócio-histórico a condição de bipolaridade. Para Elias (2006), “os instrumentos conceituais para determinação e investigação de processos sociais são pares conceituais como integração e desintegração, engajamento e distanciamento, civilização e descivilização, ascensão e declínio”. (Elias, 2006, Pag. 28). Conservar ou destruir, patrimonializar ou não patrimonializar, vistos num processo sócio-histórico são conceitos bipolares, já que diferentemente do processo biológico de evolução, os processos sociais são reversíveis, total ou parcialmente (Elias, 2006, Pag. 28). A análise de um processo sócio-histórico em longa duração de uma patrimonialização precisa considerar, enfim, o que é socialmente considerado patrimônio e ao mesmo tempo incluir e excluir o não patrimônio, ou seja, “é necessário que no mesmo ato da preservação observemos o que é destruído ou esquecido” (Gonçalves, 2015, pag. 221).

Este movimento dialético e anacrônico das ruínas, entre o destruir e o por vir, pode ser percebido pelos sintomas de descontinuidade na forma de um paradoxo visual da aparição – “um sintoma aparece, um sintoma sobrevêm – e, a esse título, ele interrompe o curso normal das coisas, segundo uma lei, tão soberana quanto subterrânea, que resiste à observação trivial. O que a imagem-sintoma interrompe não é senão o curso da representação” (Huberman, 2015, pag. 44). A representação interrompida seria aqui a própria patrimonialização interrompida, um aparecer no reconhecimento interrompido. A ruína entre o destruir e o por vir, oculta-se pelo mato em camuflagem ou aparece no reconhecimento. Um patrimônio arqueológico, por natureza, já é um patrimônio composto por camadas de tempo e espaço da sociedade em que existem, camadas que não apenas se sobrepõe, mas se mesclam e se confundem, para compor um presente do passado anacrônico na memória do lugar.

Vale relembrar que o processo de produção de conhecimento e aprendizado coletivo sobre memória do lugar do Sítio Arqueológico, até sua constituição como um lugar de

memória, são constituídos de um conhecimento e aprendizado coletivos que não acontecem no tempo apenas linearmente, mas também de maneira não linear e descontínua. Trata-se de um processo que precisa, por sua vez, ser afirmado e atualizado constantemente no presente a partir de diferentes passados descontínuos, seja para ser reconhecido no presente do passado, seja para ser mantido e promovido para um futuro imaginado no presente. Por se tratar de um processo sócio-histórico, a patrimonialização requer a historicização e o empreendimento analítico sociológico.

Já sabemos que o atlas e a ruína são objetos anacrônicos na longa duração e ao imaginarmos, na relação inesperada entre os dois, uma forma de explicar um ao outro, há algo visível e invisível quando se vê com a imaginação. Qual o visível e invisível das ruínas e o que seus sintomas do tempo nos contam? Se o “lugar de ruína” é explicitamente material e imaterial, o sintoma-tempo a ele associado deveria ser pensado sob o ângulo de um inconsciente da história (Huberman, 2015, pag. 44), e por que não um inconsciente da história das ruínas?

Através do inconsciente das ruínas é possível imaginar as ruínas enquanto imagem, o que aproxima o que chamamos de “lugar de ruína” ao que Regina Abreu (2012, pag. 20 e 21) considera como outra síntese da própria noção seminal de patrimônio cultural. Para a autora, as origens da noção de patrimônio cultural estão na percepção de “um bem público para ser visto”, em referência a uma citação de Victor Hugo (1832) que já aparece no segundo capítulo da tese. Relembro aqui, para ele haveria dois aspectos importantes em edifícios a serem preservados: sua utilidade e sua beleza, no entanto, enquanto no aspecto utilitário o prédio pertencia ao proprietário, no aspecto da beleza o prédio pertencia a todos (Hugo *apud* Abreu, 2010, pag.192). Dessa maneira a “centralidade da noção de patrimônio que se afirmou durante os séculos XIX e XX caminhou lado a lado com o paradigma oculocêntrico da sociedade moderna: o sentido da visualidade terá a primazia sobre os demais” (Abreu, 2012, pag.21). Na mesma direção, José Reginaldo Gonçalves fala em patrimônio para ser visto, ao tratar o patrimônio como uma alegoria visual em dois sentidos: “pelo uso de meios visuais; mas, também porque, enquanto alegoria, ele ilustra e reproduz o princípio epistemológico do conhecimento como um produto do olho.” (Gonçalves, 1996, pag. 84). Assim, as ruínas também seriam para serem vistas, porém com uma parcela maior de dimensão inconsciente da imaginação.

Se o “lugar de ruína” se coloca anacronicamente no meio frente a oposição entre reconhecimentos e apagamentos, preservar e destruir, no inconsciente da história, a ruína assim como patrimônio pode ser vista enquanto imagem. As ruínas teriam sua dimensão de imagem, seja enquanto patrimônio para ser visto ou alegoria, e por meio de sua dimensão inconsciente da imaginação, até mesmo pode ser um fantasma que atravessa os tempos, isto nos termos de Warburg. Em referência a Benjamin, “as ruínas testemunham a maneira pela qual a história se desloca para dentro do cenário”, (Benjamin, 1963 *apud* Assman, 2011, pag. 334). Ao tornar cenário, portanto, é para ser visto e imaginado enquanto a vida continua.

Poderíamos até arriscar em estabelecer um paralelo entre a patrimonialização, a ruína e a imagem fotográfica. Para Susan Sontag, toda fotografia é geradora de ruína se for guardada tempo suficiente (2003). Existiria assim uma relação possível no tempo entre a ruína e a imagem fotográfica. Parafraseando com adaptações a citação de Ronaldo Entler (2009, pag. 44): desejamos que a imagem funcione como memória objetiva (talvez como o patrimônio e a ruína), explicando o momento que lhe deu origem e, enquanto não pudermos explicar, nós o guardamos e catalogamos (ou mantemos e preservamos) na esperança de que um dia ela (a imagem ou o patrimônio) possa entregar efetivamente aquilo que tem a dizer. Mas o que a imagem (ou o patrimônio e a ruína) tem a dizer? Ronaldo Entler argumenta que um documento como a fotografia (e como o patrimônio e a ruína) oferece poucas garantias de uma compreensão e leitura precisa, porque o discurso da fotografia (ou do patrimônio e da ruína) é poroso, permeável às intenções, usos, contextos e memórias que a confrontam. (Entler, 2009, pag. 44). Do “lugar de ruína”, tal como a imagem fotográfica, cabe-nos imaginar, interpelar, criar e interpretar frente às intenções, usos, contextos e memórias que o confrontam anacronicamente.

Ao demonstrarmos a potência da memória e da imaginação, ao ocupar mais espaço que a matéria, vislumbramos uma ruína (Pastorelo, 2022). A ruína não é objeto de recordação ou perda em si mesmo, é necessário que a partir da noção de patrimônio (anacrônico, para ser visto ou alegórico, nem material nem imaterial), além do lugar de memória, e da oposição entre história e memória, imaginemos uma concepção de “lugar de ruína”. Uma concepção capaz de criar políticas de memória para as ruínas no Brasil. Porém cabe-nos perguntar, se há presente e passado nas ruínas, qual o futuro das ruínas? Seriam os “lugares de ruína” fantasmas ou cápsulas do tempo?

A ruína é o tempo que dura, atravessa os tempos no espaço, ainda vinculada com algo que aconteceu, e mesmo que se modificando, com e como a paisagem. Um passado que se perdeu e se encontra em pegadas e resquícios. As ruínas como as fotografias são um rastro. Torna-se claro que o se arruína não é apenas algo do passado, que foi interrompido, parcialmente destruído ou que desapareceu. O que se arruína é o que poderia ter sido se perdurasse, teria se tornado se resistisse. “As ruínas podem ser rastros de possibilidades, ruínas de algo que pode se realizar, são em certa medida ruínas do futuro, para o futuro” (Pastorello, 2022). Em Ouro Preto, caberia aqui perguntar às ruínas, não apenas onde é o Morro da Queimada, mas quando e como é o Morro da Queimada.

A ruína pode e precisa ser atualizada através da imaginação anacronicamente. Após esta digressão aqui apresentada, podemos terminar dizendo que a imaginação sociológica encontra a imaginação literária, não para confrontá-la, mas para a ela se agregar. Recorremos ao poeta para imaginar as ruínas, poeta que a frente de seu tempo já imaginava as ruínas na forma de poesia. Carlos Drummond de Andrade (1952) em sua obra *Passeios na Ilha*, mais precisamente no texto: *Divagações sobre a Vida* escreveu sobre o Morro da Queimada, lugar que, como vimos, teve a oportunidade de visitar com Rodrigo de Melo Franco de Andrade em 1951:

“A imaginação histórica reconstituirá, por certo (...)o cenário onde se localizou um fato econômico, seguido de uma tragédia política. Mas essa será apenas um ponto de partida para a imaginação literária, de pungente meditação sobre a poesia das ruínas. Descanse o leitor, não a faremos. (...) (Drummond de Andrade, 1952)¹⁰¹

¹⁰¹ *Passeios na ilha* é o segundo livro em prosa de Carlos Drummond de Andrade, reunião de colunas de jornal, o poeta se dedica aos seus contemporâneos — Manuel Bandeira, João Alphonsus de Guimaraens e Henriqueta Lisboa, entre outros — em ensaios sobre cultura e vida literária. No texto inaugural, “Divagações sobre as ilhas”, Drummond faz uma ode ao que seria a distância ideal entre a ilha e o continente, “não muito longe do litoral, que o litoral faz falta; nem tão perto, também, que de lá possa eu aspirar a fumaça e a graxa do porto”. A passagem sintetiza os dilemas de um cronista que, por um lado, busca refúgio do mundo conturbado e, por outro, está atento a tudo aquilo que o cerca, num brilhante e obstinado exercício de reflexão - Fonte: Posfácio de Sérgio Alcides (adaptado) - Companhia das Letras.

“Como não pensar em ruínas, diante do dilaceramento político e social que vivemos, assombrados pela catástrofe? Tema caro ao imaginário fotográfico, as ruínas se impõem como protagonistas e chaves de interpretação do contexto urbano desde o século 19. Não apenas porque foram recorrentemente retratadas, mas também porque nenhuma arte foi tão decisiva para sacralizar a crença no futuro como a fotografia”.

Giselle Beiguelman (2019)¹⁰².

¹⁰² Giselle Beiguelman é artista e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU – USP). É autora dos livros *Futuros Possíveis: arte, museus e arquivos digitais* (2014), entre outros. Entre seus projetos recentes, destacam-se *Odiolândia* (2017), *Memória da Amnésia* (2015) e a curadoria de *Arquinterface: a cidade expandida pelas redes* (2015). É colunista do site da ZUM e do Programa Ouvir Imagens na Rádio USP.

Conclusão: as ruínas em movimento na longa duração do patrimônio cultural

O estudo de um processo sócio-histórico de longa duração tem a capacidade de nos mostrar em extensão e profundidade, como os processos sociais atravessam gerações, sujeitos, instituições, lugares e ruínas. Por meio do estudo apresentado, pudemos visualizar como o histórico e o sociológico são parte do mesmo processo de mudanças e dinâmicas de uma sociedade, e podem ser articulados no estudo de um processo sócio-histórico (Elias, 2006, pag. 209).

Uma patrimonialização é um processo multidimensional, complexo e contextual, inserido em um processo sócio-histórico, contínuo ou descontínuo, de construção e manutenção do reconhecimento institucional e social de um bem cultural, como parte integrante da memória coletiva cotidiana, no presente do passado de um lugar, ou, de um imaginário representativo de uma dada sociedade ou grupo social.

Trata-se de um objeto construído e em constante movimento, escorregadio e fluido, um processo chamado desde o início desta escrita de patrimonialização, que vem nesta tese, desconstruir e questionar o que geralmente chamamos de patrimônio cultural como algo único e acabado, para compreendê-lo melhor em seu movimento processual e potencializá-lo. Fica evidente que aquilo que chamamos de patrimonialização não pode ser confundido com um objeto estático ou material. Precisa ser visto e analisado como um processo dinâmico, num largo período de tempo, nem somente material ou imaterial, imaginado coletivamente, e colocado entre a preservação e a destruição, que inclusive, como um processo sócio-histórico, está sujeito a transformação e a reversibilidade. Nenhuma patrimonialização é óbvia, ela é sempre processo, processo é movimento. Reiterando algo já dito, discutimos como manter, preservar e restaurar, mas não discutimos a duração do patrimônio cultural.

A patrimonialização do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada é um estudo de caso situado e específico, porém, a análise de seu processo oferece a possibilidade de compreender em perspectiva, mudanças de mentalidade e transformações sociais e culturais acerca do patrimônio cultural no Brasil, que vão além do caso estudado. Assim, como a patrimonialização ocorre em camadas arqueológicas sobrepostas, misturadas e remexidas ao

longo do tempo, esta tese foi desenvolvida em camadas para analisar o processo sócio-histórico estudado, orientado pelos desafios colocados na introdução deste trabalho. Relembro aqui as questões que buscamos responder: Por que a patrimonialização acontece só depois de tanto tempo? Como podemos tentar compreender uma patrimonialização tardia ou inacabada? Como contar a história de uma patrimonialização por um largo período de tempo? Como pode ser descrita e analisada em diferentes temporalidades a patrimonialização do Sítio Arqueológico? Quais as bases sociológicas para analisar uma patrimonialização como um processo social ao longo do tempo?

Seguindo o primeiro desafio posto, o capítulo um apresentou e contextualizou a problemática da patrimonialização do Sítio Arqueológico, expondo a complexidade do lugar em diferentes temporalidades e relações espaciais, que o afetam de distintas maneiras, seja na relação com a vizinhança imediata, a cidade de Ouro Preto ou as políticas de patrimônio cultural e memória a ele destinadas. Nesse primeiro capítulo, pudemos vislumbrar como a cronologia pode ser montada e utilizada para entender uma patrimonialização ao longo do tempo, e compreender o que, de fato, gerou um reconhecimento efetivo e tardio do Sítio Arqueológico como patrimônio cultural de Ouro Preto. Vimos que a deflagração da patrimonialização do Morro da Queimada se deu, por um lado, com o contexto favorável de 2000 a 2008, decorrente de um processo social de mudanças, na perspectiva da técnica e das políticas da patrimonialização do território, e por outro, a mobilização institucional, técnica, política e comunitária pelo reconhecimento, de fato, do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada como patrimônio cultural de Ouro Preto. Isto, marcado pela audiência pública de 2005, juntamente com a caminhada coletiva nas ruínas, que culminaria com a criação do então Parque em 2008.

Ainda nesse capítulo, pudemos analisar um processo de desenvolvimento de políticas de patrimonialização sob nova perspectiva, que corresponde a passagem de ações pontuais e voltadas a monumentos localizados ou centrais na cidade, para ações de conjunto que consideram o território, a paisagem e a memória comunitária como parte da preservação patrimonial, gerando novas políticas de memória para o Sítio Arqueológico. Neste período, do ponto de vista das políticas de patrimonialização, passa-se de uma visão mais arquitetural e artística de preservação para uma visão de conjunto, mais territorial, comunitária e paisagística.

Apesar de todos os avanços nas políticas de memória para o Sítio Arqueológico do Morro da Queimada, ainda existe muita dificuldade em definir um modelo de proteção e preservação efetivo entre as instituições e demais sujeitos envolvidos no conselho gestor do então Parque, renomeado como Monumento. Isto, tem gerado descontinuidades tais como a falta de políticas investimento e de manutenção constantes para a área. Não era clara ainda nesse capítulo qual a política de memória existe de fato para as ruínas do Morro da Queimada. Também não está totalmente evidenciado de que maneira a forma como vemos as ruínas afetaram sua patrimonialização ao longo do tempo, ou seja, como uma mudança da forma de olhar e relacionar o sítio Arqueológico do Morro da Queimada com a cidade de Ouro Preto afetou a patrimonialização do lugar.

Seguindo o trajeto de contar esta história, o segundo capítulo tentou selecionar, dentre a vasta e multidisciplinar bibliografia de referências do campo do Patrimônio Cultural, referências na relação com objeto de pesquisa estudado e construído ao longo do tempo e espaço, o que incluiu também a relação com a construção da institucionalidade do IPHAN e a história da política de patrimônio no Brasil, através das transformações das políticas de patrimônio cultural e memória no largo período de tempo estudado.

No segundo capítulo também pudemos compreender como as mentalidades e institucionalidades afetaram mais a patrimonialização do Morro da Queimada do que qualquer outro fator externo em seu processo de constituição, demonstrando as transformações da própria política de patrimônio cultural no Brasil ao longo do tempo. De fato, o que acontece antes transforma aquilo que acontece depois em uma sociedade, mas é preciso reconhecer que a maneira como “depois” olhamos para o que aconteceu “antes” também transforma o passado no presente. Portanto, o patrimônio cultural é uma forma de conhecimento e saber, e este saber precisa ser atualizado em um determinado presente. Assim, cada período de tempo não constitui apenas distintos passados, mas diferentes presentes do passado do lugar.

Por sua vez, ao ressaltar as mentalidades e institucionalidades de cada período, visualizamos como o chamado microcosmo da patrimonialização do Morro da Queimada demonstra as transformações de mentalidade das políticas patrimoniais no Brasil a nível federal e a nível municipal, evidenciando que tanto em uma cidade amplamente patrimonializada como Ouro Preto como em outros municípios, lembrar e esquecer um lugar a ser patrimonializado representa definir escalas de prioridade para a capacidade de ação

limitada de governos municipais, por vezes omissos, mas também com recursos escassos e limitados.

Por fim, no terceiro capítulo pudemos regressar aos capítulos anteriores à luz da teoria da Longa Duração e da figuração de interdependências de Norbert Elias, do método do *Atlas Warburg* e da defesa do estudo histórico anacrônico de Didi-Huberman. Dessa forma, foi possível analisar teoricamente, a partir da sociologia, este mesmo objeto de pesquisa estudado e construído, e ainda colocando em diálogo autores dos estudos da memória e do campo do Patrimônio Cultural com a teoria sociológica, visando aprofundar teoricamente o entendimento do processo sócio-histórico da patrimonialização estudada.

Constatamos que é na interdependência e articulação entre seres humanos, antes de todas as institucionalidades e burocracias, é que se dá a patrimonialização num determinado tempo e espaço. Nesse sentido, vimos como as diferentes interdependências sociofuncionais tomam em cada tempo uma forma de patrimonialização do lugar, formando uma figuração, por sua vez, expressa em mentalidades e imaginários nas quais o que, como e para quem se preserva muda ao longo do processo sócio-histórico. É exatamente na mudança dos padrões de interdependência é que ocorre a mudança das concepções de patrimônio cultural ao longo do tempo.

Neste ponto de vista, podemos ressaltar que um processo de patrimonialização liga indivíduos ou sujeitos e suas institucionalidades (governos, associações, universidades, etc.) dentro de um processo impessoal e interdependente na forma de uma figuração específica. São as instituições e /ou indivíduos interrelacionados que, de fato, roteirizam o passado dos lugares, construindo cenários para criar uma memória coletiva presente compartilhada destes espaços, de maneira interdependente, contextuais, múltiplos e que mudam ao longo do tempo. Por isso, reconhecer um patrimônio representa tomar partido de um ponto de vista da história dos lugares, tendo em vista que lugares podem ser reconhecidos ou esquecidos por contextos, instituições e /ou indivíduos distintos.

Aplicado à patrimonialização estudada, pudemos perceber como a interdependência sociofuncional, ora entre técnicos e poderes públicos, ora incluindo novos sujeitos como a universidade e moradores locais, geraram uma patrimonialização do lugar na forma de uma figuração de interdependências, expressa em cada tempo em mentalidades e imaginários nas quais o que, como e para quem se preserva o Sítio Arqueológico foi mudando ao longo do

processo sócio-histórico aqui estudado. Assim, cada mentalidade corresponderia a uma concepção de patrimônio cultural nos diferentes tempos da patrimonialização do lugar.

A figuração de interdependências, de acordo com as premissas eliasianas, em termos metodológicos, nos permite avançar sociologicamente na análise do patrimônio cultural enquanto processo e movimento contínuo de patrimonialização. Ao analisarmos as diferentes interdependências ao longo do tempo, por meio da longa duração, expõe-se o processo de patrimonialização em diferentes figurações. O que importa não é o patrimônio em si, mas as relações, interdependências e equilíbrio de tensões estabelecidas a partir e com o patrimônio em diferentes tempos. Portanto, a patrimonialização é uma figuração formada na sincronia das relações de poder, posta no decorrer da passagem do tempo histórico, específico e não previsível, numa dinâmica que não segue as mesmas regras necessariamente, estabelecendo-se um padrão mutável no qual não se tem o controle do que irá acontecer.

Em seguida, vimos como um atlas pode ser um formato instigante para a análise de uma patrimonialização, rompendo com um pressuposto “sentido de eternidade” intrínseco ao patrimônio cultural. O atlas, como uma montagem, é capaz de relacionar transversalmente diferentes disciplinas do campo do patrimônio cultural, com diferentes presentes heterogêneos do passado de um bem cultural ou lugar. Por sua vez, o patrimônio cultural visto como um atlas também é uma forma de conhecimento e saber que precisa ser atualizado em um determinado presente do passado do lugar. O anacronismo do atlas revelaria imediatamente nossa manipulação, nosso tato do tempo, por outro lado, evidencia a historicidade, o ponto de vista e autoria na montagem do conhecimento, entre indivíduos e instituições interrelacionados no processo.

Vimos que o que o atlas faz é explodir os quadros da patrimonialização (Didi-Huberman, 2018, pag. 19). Ao explodir é através da imaginação em sua dimensão política que seguimos, assumindo a patrimonialização sobre a mesa como uma montagem na anacronia. Portanto, uma patrimonialização precisa ser movida pela capacidade de imaginar dentro das políticas de memória, a ponto de reconhecer como um bem patrimonial foi, é, e continuará sendo atravessado por diferentes governos, políticas e institucionalidades no tempo e no espaço. A elaboração de um atlas como método anacrônico pode ser uma metodologia de estudo frutífera de patrimonializações no geral.

Vale reafirmar que se a história só pode ser anacrônica, a patrimonialização também só pode ser anacrônica, enquanto uma montagem que relaciona diferentes presentes do passado do processo sócio-histórico de um bem cultural ou lugar. Nesse sentido, o capítulo terceiro coloca a potencialidade da anacronia como forma de analisar e evidenciar aspectos críticos como descontinuidades, movimentos, recorrências e mudanças em processos sócio-históricos de patrimonialização estudados, ao invés de negá-los e trata-los como um erro ou exteriores ao processo. E por fim, coloca a anacronia em evidencia na operação de montagem que há em toda patrimonialização. O atlas e a ruína são objetos anacrônicos na longa duração.

Logo, esta tese não somente discute e rediscute o processo sócio-histórico de patrimonialização do Morro da Queimada, mas tensiona ao limite o conceito de patrimônio cultural, em movimento, na longa duração. Ao fim, a patrimonialização se apresenta como um objeto construído e em constante movimento que precisa ser compreendida na anacronia do patrimônio em processo, como um símbolo socialmente composto e aprendido de maneira intergeracional, cuja figuração muda ao longo do tempo através da mudança de interdependências, e, portanto, o que é ou não patrimônio está em movimento e muda na longa duração. Assim sendo, a análise de um processo sócio-histórico em longa duração de uma patrimonialização precisa considerar o que é socialmente considerado patrimônio e ao mesmo tempo incluir e excluir o não patrimônio, ou seja, “o que é destruído ou esquecido” (Gonçalves, 2015, pag. 221).

Ao fim e ao cabo de tudo, a ruína é revelada como a síntese anacrônica da patrimonialização e da noção de patrimônio (anacrônico, para ser visto ou alegórico). A ruína não é objeto de recordação ou perda em si mesmo. A ruína é expressão do movimento e da dialética entre preservar e destruir existente em toda patrimonialização. Isto, por se colocar na encruzilhada, dialética, além do lugar de memória e da oposição entre história e memória, nem somente material ou imaterial, inacabada e potente ao que pode ser ou se tornar, o que fundamenta a proposição da noção do “lugar de ruína”.

O “lugar de ruína” se coloca anacronicamente no meio, frente a oposição entre reconhecimentos e apagamentos, no inconsciente da história das ruínas, como rastro material, contraponto e contrarritmo, sintoma e anacronismo. A ruína é patrimônio cultural vivo, não é em si patrimônio enquanto matéria, mas o que se fala, conta e representa a partir deste patrimônio, e por isso é necessário patrimonializar a ruína no movimento entre o

destruir e o por vir. Qual a política de memória e patrimonialização pode ser construída para as ruínas no Brasil? A proposta de “lugar de ruína” pode contribuir como inspiração para esta política? Imaginando as ruínas enquanto imagem existiria assim uma relação possível no tempo entre a ruína e a imagem fotográfica?

“Assim a ruína me ensinou a ruminar”

(Shakespeare, soneto 64 apud Assman, 2011, pag. 365)

FIM

A ruína não é o fim, é só o recomeço do começo, sem fim, nem meio (autor)

Referências

- ABREU, Regina. Colecionando museus como ruínas: percursos e experiências de memória no contexto de ações patrimoniais ILHA v. 14. n. I, p. 17-35, jan./jun. 2012.
- ABREU, Regina. Museus, ruínas e paisagens: patrimonialização e disputas de sentidos. In: Guimaraens, Maria da Conceição Alves de. (Org.). Museografia e Arquitetura de Museus. 1ed. Rio de Janeiro: UFRJ, FAU, PROARQ, v. 1, p. 190-212. 2010.
- ABREU, Regina. Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. Seminários Temáticos Arte e Cultura Popular – Museu Casa do Pontal – Arte Popular Brasileira Museu Casa do Pontal, Rio de Janeiro. Edição, p. 54-63, 2006/2007.
- ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. Conceito de Gentrificação – Enciclopédia de Antropologia da Universidade de São Paulo - USP - acesso em 30 de novembro de 2023 - Disponível em <https://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao>
- ANDRADE, Oswald de. A utopia antropofágica: Manifesto Antropofágico, 4ª Edição, São Paulo, Globo, 2011.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Brasil: monumentos históricos e arqueológicos; com contribuição de Maria Tarcila Ferreira Guedes, Augusto Carlos da Silva Telles e outros; organização de Maria Beatriz Setubal Rezende da Silva, publicação original de 1952, Rio de Janeiro: IPHAN/ DAF/COPEDOC, 2012.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Rodrigo e seus tempos. Rio de Janeiro, Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória. 1986.
- ANTUNES, Arnaldo e GIL, Gilberto As coisas não têm paz (letra musical), trecho publicado no catálogo de Exposição do Centro Cultural Banco do Brasil CBBB - BH - Estúdio Drift - Curadoria Marcelo Dantas e Alfons Hug – 2023.
- ARCURI, Marcia e MATTOS, Yara e outros. Patrimônio e Arqueologia Comunitária no Morro Da Queimada: desafios para a gestão compartilhada. IV Seminário de Preservação do Patrimônio Arqueológico. Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, Pag. 3, outubro de 2016.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento; SIMÃO, Azis. Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. 1987. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-26012022-172054/>

ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Renato Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil. In; Corrêa, Elyane Lins; AZEVEDO, Paulo Ormindo David de (org). Estado e sociedade na preservação do patrimônio. Salvador: EDUFBA; IAB, p. 19-53, 2013.

BANDEIRA, Manuel. Guia de Ouro Preto. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 116p, 1963.

BARBOSA, Renata Peres. Resenha da obra: ELIAS, Norbert. Introdução à Sociologia. Braga, Portugal: Editora Pax Limitada, 1980. Educação: Teoria e Prática/ Rio Claro/ Vol. 25, n.48/ p. 390-395/ mai-ago. 2015.

BAXANDALL, M. Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Introdução, Cap. 1 – pag. 45 a 79.

BEIGUELMAN, Giselle. O futuro das ruínas na era do esquecimento programado. Revista Zum, Revista de Fotografia. 20 de maio de 2019. Acesso em 20 de junho de 2024. Disponível em: <https://revistazum.com.br/colunistas/futuro-das-ruinas/>

BENJAMIN, Walter. Origem do drama trágico alemão. Francoforte, 1963 - versão alemã - Citado por Assman, 2011.

BENJAMIN, Walter. Passagens. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOURDIEU, Pierre. A Distinção: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2017.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92) — 1a ed. — São Paulo - Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. The Rules of Art: genesis and structure of the literary field, 1996.

BRAGA. Emanuel Oliveira Braga. Dicionário do Patrimônio Cultural IPHAN - verbete Gentrificação - disponível em: Portal Iphan – Sem data.

BUENO, Fernanda e Dangelo A Paisagem Vista Através do Primeiro Plano Urbano para Ouro Preto/MG. Aproximaciones contemporáneas al paisaje urbano / María Angeles Layuno Rosas (ed. lit.), Alejandro Acosta Collazo (ed. lit.), 2021, págs. 691-704 - Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8565948>

BUENO, Fernanda. A Paisagem de Ouro Preto como Espacialização no Tempo: a experiência e a vivência do Morro da Queimada. Tese de Doutorado – Volume 1 e 2. Escola de Arquitetura e Urbanismo – UFMG, 2019.

BUENO, Fernanda. BERG, Isabela. PEREIRA, Marília. SILVA, Ana Flávia – O Caso do Antigo Hotel Pilão Em Ouro Preto: Uma Análise Sobre A Problemática da Reconstrução. Anais do 1º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil, 2017.

CANCLINI, Néstor. A Sociedade sem Relato - Antropologia e Estética da Iminência, EDUSP, São Paulo, Cap 2. Pag. 65 a 77, 2016.

CARELLI, Vincent, FERREIRA, Patricia (Keretxu), ORTEGA, Ariel Duarte, DE CARVALHO, Ernesto Ignacio. Edição: Tita (Tatiana Soares De Almeida) - Tava, A Casa de Pedra (2012, Colorido, Filme, 78 min) Vídeo nas Aldeias, Idioma MBYÁ-GUARANI - Obs: O filme também possui versão curta (20 min.). Sinopse A interpretação mítico religiosa dos Mbya-Guarani sobre as reduções jesuíticas do século XVII no Brasil, Paraguai e Argentina. Disponível em: <https://vimeo.com/ondemand/tavacasadepedra>

CARSALADE, Flavio de lemos. A Pedra e o Tempo: arquitetura como patrimônio cultural, Editora da UFMG, Cap. 4. Pag. 149, 2014.

CASTRIOTA, Barci Leonardo. Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, Cap. II, p. 81-109, 2009.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Cap. V e VI, p. 175-232. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CHUVA, Marcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002 - Revista do Patrimônio Artístico Nacional -- Iphan 1937–2017 - Ogs. Andrey Rosenthal Schlee. Nº 35, 2017.

CHUVA, Marcia. Forjar patrimônio em campo: deslocamentos e missões no Brasil e na África. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 29, no 57, p. 29-48, janeiro-abril 2016. Artigo Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862016000100003>

CHUVA, Marcia. Por uma história da noção de Patrimônio cultural no Brasil. Revista do Patrimônio Artístico Nacional – Portal IPHAN, Pag. 147-65. 2012 - Artigo Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2%20-%20CHUVA.pdf>

CHUVA, Márcia. Os Arquitetos da Memória: sociogênese de práticas de preservação do patrimônio Cultural no Brasil nos anos 1930-40. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, Cap. 1. Pag. 29 a 57, 2009.

CLIO, Nicastro and TACK, Laura. Gertrud Bing und Aby Warburg - A conversation between Clio Nicastro and Laura Tack. Sharing the Denkraum. HKW – Haus der Kulturen der Welt - 9 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vlcJQ8g-GVQ> - Acesso em: 01 de maio de 2024.

COSTA, Everaldo Batista. A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial São Paulo, Humanitas, FAPESP, 2010.

DE LIMA, Kleverson Teodoro. Ouro Preto: da Cidade-Memória à Cidade-Monumento (1897-1937) - Tese de Doutorado - Programa de PósGraduação em História FAFICH – UFMG, 2015.

DIAS, Welbia Carla. Boletim SPHAN/próMemória. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

DIDI-HUBERMAN. Georges. Diante do tempo - História da arte e anacronismo das imagens. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2015.

DIDI-HUBERMAN. Georges. A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2013.

DIDI-HUBERMAN. Georges. Atlas ou o gaio saber inquieto - O olho da história, III. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2018.

DIDI-HUBERMAN. Georges. Entrevista para a exposição “Como levar o mundo nas costas? - Museo Reina Sofía - 26 novembro de 2010 a 28 março de 2011— - acesso em 01 de março de /2024. Disponível em: <https://www.museoreinasofia.es/exposiciones/atlas-como-llevar-mundo-cuestas>

DIDI-HUBERMAN. Georges. Sobrevivência dos vaga-lumes. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011.

DOSSE, François. O desafio biográfico. Escrever uma vida. São Paulo, Editora da USP, Pag. 137-139, 2015.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. Passeios na Ilha. 1o Edição: Editora Organização Simões, 1952.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. Sentimento do mundo. Editora Record, Rio de Janeiro 1940.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. Revista de Antropofagia– No meio do caminho, Revista de Antropofagia, Número 3, pág. 1, São Paulo, SP. Poema escrito em Belo Horizonte, julho de 1928. Fonte: <https://ims.com.br/por-dentro-acervos/ha-90-anos-no-caminho-poeta/>

DURAND, José Carlos. “Le Corbusier no Brasil: Negociação política e renovação arquitetônica”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, no 16, ano 06, 1991.

DURKHEIM, Emile. As Formas Elementares da Vida Religiosa. Martins Fontes, 2003.

DURKHEIM, Emile. As Regras do Método Sociológico. Editora Martin Claret, 2001.

ELIAS, Norbert. Escritos e Ensaios. Federico Neiburg e Leopoldo Waizbort (orgs.). Escritos & ensaios. Vol. 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, Norbert. Introdução à Sociologia. Lisboa, Portugal: Edições 70, Limitada, 2011.

ELIAS, Norbert. O Processo civilizador. Volume 1: Uma história dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, Norbert. O Processo civilizador. Volume 2: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, Norbert. A Peregrinação de Waiteau na Ilha do Amor. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

ELIAS, Norbert. A Sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. Sobre o Tempo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ENTLER, Ronaldo. Memórias fixadas, sentidos itinerantes. republicado em Chris Marker - Bricouler Multimídia - Catálogo CCBB 2009.

FERREIRA, Maria Raquel Alves Ferreira. A gestão do patrimônio arqueológico pelo estado brasileiro: O caso do sítio arqueológico do Morro da Queimada, Ouro Preto-MG. Dissertação de Mestrado – Escola de Arquitetura e Urbanismo – UFMG, 2011.

FONSECA, Marco, SOBREIRA, Frederico Sobreira. RAINHO, M Estela e OLIVEIRA, Marcus - Unbridled Development of Urban Space and its Implications for the Preservation of Landmarks: The Morro da Queimada Archaeological Site, Ouro Preto, Brazil - International Journal and Policies Planning. Volume 18, Issue 6, December 2001, Pages 381-389 – Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0264-2751\(01\)00030-0](https://doi.org/10.1016/S0264-2751(01)00030-0)

FONSECA, Maria Cecília Londres. “Para Além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural”. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. São Paulo: Ed DP&A, p. 56-76, 2003.

FONSECA, Maria Cecília Londres. 8º Ciclo | Uma breve trajetória do patrimônio cultural brasileiro: políticas, atores, perspectivas Canal Academia Brasileira de Letras - ABL - 11 de outubro de 2018. Disponível em: <https://youtu.be/3I1NJqtgHC0>

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc - IPHAN, 2005.

FOUCAULT, Michel. Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. História da loucura na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 2019.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder Rio de Janeiro, Graal, 1979.

GALVÃO, Anna Beatriz e ALMEIDA, Luiz Fernando de. Catálogo da Exposição Construção do Patrimônio – Caixa Cultural Rio de Janeiro. Realização: Instituto Pedra. Curadoria: Luiz Fernando de Almeida. São Paulo, 2017.

GONÇALVES, José Reginaldo. A Retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, pág. 68, Rio de Janeiro, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição - Estudos Históricos, vol. 28, no 55, p. 211-228, Rio de Janeiro, janeiro-junho de 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio como categoria de pensamento In Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Regina Abre e Mario Chagas (Orgs.), Lamparina, Pag. 25 a 33, Rio de Janeiro, 2009.

GONDIM, Vânia Lima. Manancial Missioneiro: ancestralidade indígena e processos museológicos em São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Lisboa – Portugal, 2023.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Levantamento Visual do Patrimônio Arqueológico do Morro da Queimada - Ouro Preto/MG. Laboratório de Arqueologia da FAFICH - UFMG, Belo Horizonte, dezembro de 2004.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Projeto Parque Arqueológico Morro da Queimada: delimitação do Patrimônio Arqueológico - Ouro Preto/MG. Laboratório de Arqueologia da FAFICH - UFMG, Belo Horizonte, abril de 2014.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2003.

HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. Revista de História, São Paulo, n. 148, p. 9–34, 2003.

JUNQUEIRA FONSECA, Rodolfo. A linha do tempo da patrimonialização entre a memória e o apagamento de um Parque Arqueológico em Ouro Preto. Minas Gerais - Brasil. In: XXII Curso de Verão - Centro de Estudos Ibéricos - CEI, 2022. Sociedade e memória dos territórios - Coleção Iberografias - Volume 43 - 1.ª edição, p. 59-100, Âncora Editora, Lisboa Portugal, 2022.

KALBERG, Stephen. Max Weber - Uma Introdução. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

LEITE, Rogério Proença de Souza. Espaço público e política dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo – Campinas, Unicamp, Tese de Doutorado em Ciências Sociais, SP, 2001.

LEITE, Rogério Proença. Localizando o espaço público: Gentrification e cultura urbana, Revista Crítica de Ciências Sociais, 83, págs. 35-54, 2008.

LIMA, L.H.A. et al. Como preservar ruínas? Um debate acerca de conceitos e abordagens para a conservação. Oculum Ensaios, v.16, n.1, p.63-81, 2019.

MACHADO, Simone e ALVES, Kerley. O turismo em Ouro Preto - Minas Gerais, Brasil - na perspectiva dos moradores Revista Turismo e Sociedade – UFPR - Curitiba, v. 6, n. 3, p. 552-573, julho de 2013 - Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/tes.v6i3.30888>

MAGALHÃES, Aloisio. E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985 (citado por GONÇALVES, 2012).

MANNHEIM, Karl. Sociologia da cultura. São Paulo: Perspectiva, p. 69-139, 2008.

MANNHEIM, Karl. Sociologia do conhecimento. Porto/Portugal: RésEditora, sd., v. 2. p. 115-174, 1951.

MARTINS, José Clerton de Oliveira. Patrimônio Cultural: Sujeito, Memória e Sentido para o Lugar. In Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial / Org. Adson Rodrigo S. Pinheiro (Série Cadernos do Patrimônio Cultural; v.1), Fortaleza: Secultfor: IPHAN, 210p.: il, 2015.

MATTOS, Y.; PRIOSTI, O. M.; MARTINS, M. T. R. Diálogo, Sentido e Significado no Ecomuseu da Serra de Ouro Preto. In: Anais do IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários, Belém, 2012.

MATTOS, Yara. Projeto do Ecomuseu da Serra De Ouro Preto/MG: Morros da Queimada, Santana, São João, São Sebastião e Piedade – FIOCRUZ, 2008 - Acesso em 01 de março de 2018 - Disponível em: <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/Ecomuseu.pdf>

MATTOS, Yara. Exposição oral - 7º Encontro Paulista de Museus - Painel 2: Territórios e Públicos - os desafios dos museus - Ecomuseu do Morro da Queimada - Acesso em 01 de março de 2018 - Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EYMOPT0oLZY>

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas. Org. Zélia Lopes da Silva, São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência magna - I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação, Weber Sutti. - Brasília, DF: IPHAN, 2012.

MICELI, Sergio. O processo de “construção institucional” na área da cultura federal (anos 70) Estado e Cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984.

MICHAUD, Philippe-Alain. Aby Warburg e a imagem em movimento - Prólogo. Editora, Contraponto. Rio de Janeiro, 2013.

MILLS, Wright C. Sobre o Artesanato Intelectual e outros ensaios. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2009.

MOTTA, Antônio. Verbete Patrimônio - Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa / org. Livio Sansone e Cláudio Alves Furtado - Salvador: EDUFBA, 2014.

MOTTA, Lia. O SPHAN em Ouro Preto. Uma história de conceitos e critérios. Revista do IPHAN Nº 22 ANO 1987.

NASCIMENTO, Flávia B.; SCIFONI, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção do patrimônio cultural: a experiência do Vale do Ribeira-SP. Revista CPC, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out 2010.

NIEMEYER, Oscar. Minha Arquitetura, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2000.

NORA, Pierre. Entre história e memória a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

NÚÑEZ-HERRADOR, Esther Almarcha. La elocuencia de las ruinas. N. 9, pp. 165 – 181 - Grupo Confluencias, 2020-grin-29109. Universidad de Castilla-La Mancha, Espanha, junho de 2020.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu de. Morro da Queimada – “A Pompéia brasileira” - IPHAN - Ouro Preto - sem data. Acesso em 04 novembro de 2018 - Disponível em: <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/publicacoes.php>

OLIVEIRA, Benedito Tadeu de. O Parque Arqueológico do Morro da Queimada em Ouro Preto, MG. Acesso em 04 novembro de 2018 - Disponível em: <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/publicacoes.php>

OLIVEIRA, Leandro Duque de & SOBREIRA, Frederico Garcia. Crescimento urbano de Ouro Preto-MG entre 1950 e 2004 e atuais tendências - Revista Brasileira de Cartografia, Rio de Janeiro, N0 67/4, p. 867-876, Jul/Ago/2015.

PASTORELO, Paulo. - Série de Televisão Monumentos – Episódio: Ruína (27 min) - Brasil, 2022 - Direção: Paulo Pastorelo. SESCTV. Disponível em: <https://sesctv.org.br/programas-e-series/monumentos/>

PEREIRA, Matheus. Lúcio Costa e sua influência no Patrimônio Histórico Nacional e no IPHAN- 27 Fev. 2018. ArchDaily Brasil. Acessado em 31 Ago 2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/889783/lucio-costa-e-sua-influencia-no-patrimonio-historico-nacional-e-no-iphan>

QUINTANA, Mario. Poesia completa: em um volume / organização Tania Franco Carvalhal - Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.

RICOUER, P. A Memória, a história, o esquecimento. Campinas, Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Angela Rosch. A Problemática da Ruína: das teorias da preservação Patrimonial do Século XIX ao Restauro Crítico. Rev. CPC, São Paulo, n.24, p.9-34, ago./dez. 2017.

RODRIGUES, J. Casa de Moradia do Brasil Antigo. Pag 160. Revista do IPHAN N° 09 Ano 1945 - Acesso em 15 de maio de 2022 – Disponível em: portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat09_m.pdf

ROMEIRO, Adriana e BOTELHO, Angela Vianna. Dicionário Histórico das Minas Gerais - Período Colonial. Verbete Sedição de Vila Rica. Editora Autêntica, 3º Edição, revista e ampliada. Belo Horizonte, 2013.

SAMAIN, Etienne. Ady Warburg. Mnemosyne. Constelação de culturas e ampolheta de memórias. In SAMAIN, Etienne (Org.). Como pensam as imagens. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo. Revista Projeto, n. 86, São Paulo, p. 59-63, 1986.

SAPORETTI, C. M. A gestão de Renato Soeiro na Direção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (1967-1979). 1. ed. Appris, v. 1. 109p, 2021.

SCHAMA, Simon. Paisagem e memória. São Paulo: Companhia das Letras, 645p, 1996.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. Palestra “Aby Warburg e a história da arte atual” - Palestra realizada durante o seminário “Por uma história da arte: crítica, estética e política” em junho de 2017 no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo. Canal de Youtube Sesc São Paulo - Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ry6BqV15hhs> - São Paulo - SP, 2017.

SCIFONI, Simone. Dicionário do Patrimônio Cultural IPHAN - verbete Paisagem Cultural - disponível em: Portal IPHAN – Sem data.

SCOTT, John (Org.). Sociologia: conceitos-chave. Verbetes: Habitus. Pag. 98. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.

SEPÚLVEDA, Myrian. Memória coletiva e Teoria Social, São Paulo, Anna Blume, 2003.

SILBERMAN, Neil. Desafios para o Patrimônio Cultural: em busca de novas práticas. Pág.11 Jundiá, Paco Editorial, 2016

SIMMEL, George. A natureza sociológica do conflito. In: E. Morais (Org.). Simmel: sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1983.

SOBRAL, Gabriela. Educação patrimonial e ampliação do conceito de patrimônio cultural: uma perspectiva a partir do prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – Boletim do Observatório da Diversidade Cultural – Volume 5 / nº 3 – Out-dez. 2021

SONTAG, Susan. Diante dos outros. Companhia das Letras, São Paulo, 2003.

TEIXEIRA, Ricardo dos Santos; MORAES, F. B. O Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana e suas inter-relações com a história do planejamento urbano e regional no Brasil. In: XV Encontro da ANPUR - Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2013, Recife. Anais do XV ENANPUR, 2013.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. Um depoimento sobre a trajetória institucional do Iphan (1952/2000) In ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Brasil: monumentos históricos e arqueológicos; organização de Maria Beatriz Setubal Rezende da Silva, publicação original de 1952, Rio de Janeiro: IPHAN/ DAF/COPEDOC, 2012.

THIESSE, Annie Marie - Ficções nacionais: as identidades criadoras. Anos 90, Porto Alegre, n.15, pág. 07, 2001-02. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6609/3932>

TORELLY, LUIZ P. P. Notas sobre a Evolução do Conceito de Patrimônio Cultural. Fórum Patrimônio – Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável – V. 5, N.2, Belo Horizonte 2012.

TORRES, Rute Guimarães. O Pico do Itacolomi na construção histórica da paisagem e da identidade de Minas Gerais - Temporalidades – Revista de História, ISSN 1984-6150, Edição 29, v. 11, n. 2, Jan./Abr. 2019.

UZZELL, D. Interpreting our heritage: a theoretical interpretation In Contemporary Issues in Heritage and Environmental Interpretation. The Stationery Office, London, Pag. 11-25, 1998 apud SILBERMAN, Neil. Desafios para o Patrimônio Cultural: em busca de novas práticas. Pág.15. Jundiaí, Paco Editorial, 2016

VELHO, Gilberto. Antropologia e Patrimônio Cultural. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural. Número 20, 1984.

VELHO, Gilberto. Individualismo e Cultura. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Jorge Zahar Editor. pag. 15 a 34, 2002.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, Negociação e Conflito - Revista mana 12, pag. 237-248, 2006.

VELHO, Gilberto. Projeto e Metamorfose. Antropologia das Sociedades Complexas. Jorge Zahar Editor. pag.97-105, 1999.

VELOSO, Marisa. O tecido do tempo: patrimônio cultural no Brasil e a academia Sphan – a relação entre o modernismo e o barroco. Pag. 31-35. Brasília. Editora da UnB, 2018.

VELOSO, Marisa. Palestra Patrimônio barroco e modernismo - Canal Youtube PPGSOL - UnB, 07 de abril 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k-N9Qa3UUNU>

VENÂNCIO, Larissa Gonçalves. Ecomuseu na Serra de Ouro Preto (MG) [manuscrito]: o afeto como processo museológico entre comunidade, patrimônio e território- Dissertação - Mestrado em Ambiente Construído Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura e Urbanismo - UFMG. - 2022.

VESENTINI, Carlos Alberto. A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: Hucitec, 1997.

VIANA, Leticia. Dicionário do Patrimônio Cultural IPHAN - verbete Patrimônio Imaterial- disponível em: Portal Iphan – Sem data.

WARBURG, Aby. História de Fantasmas para gente grande. Companhia das Letras, 2015.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Volume 1. Editora da UnB. Brasília, 2000.

WUNENBURGUER, Jean-Jacques. O Imaginário. Pag. 53 – 66. Edições Loyola, SP, 2007.

Referências de publicações institucionais

ACERVO JOSÉ GÓES – Arquivo Público de Belo Horizonte – Acesso em 25 de outubro de 2022, disponível em <https://www.pbh.gov.br/cultura/arquivo/fotogoes.html>

ACERVO LUIZ FONTANA - Arquivo Público Municipal de Ouro Preto - Disponível em: <https://ouopreto.mg.gov.br/luizfontana/> - Acesso em 17 de setembro de 2023.

ÂNGELO OSWALDO – Biografia - Academia Mineira de Letras – Acesso em 12 de março de 2023 – disponível em: <https://academiamineiradeletras.org.br/academicos/angelo-oswaldo-de-araujo-santos/>

BOLETIM SPHAN PRÓ-MEMÓRIA 21, Carta Geotécnica: o mapeamento de Ouro Preto está concluído. janeiro a fevereiro de 1983 – Acervo IPHAN-DF

BOLETIM SPHAN PRÓ-MEMÓRIA 21, Ouro Preto: estudo aponta soluções para problemas viários. março a abril de 1983 – Acervo IPHAN-DF

BRASIL CHEGA À MARCA DE 700 MIL MORTES POR COVID-19, Ministério da Saúde – Brasil. Acesso em 20 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19>

BRASÍLIA (DF) - PATRIMÔNIO MUNDIAL - Patrimônio Mundial Cultural e Natural – Página do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/31>

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, Ata da primeira audiência pública para discussão de medidas de preservação do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada - 21 de março de 2001 – Local: Bairro Morro de São João - Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, Ata de Audiência de aprovação para criação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada na Câmara Municipal de Ouro Preto – 12 de dezembro de 2008 - – Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, Ata de audiência de retomada da criação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada - 24 de fevereiro de 2005 - Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, Ata de audiência pública exclusiva sobre a criação dos Parques do Morro da Queimada e da Andorinhas – 25 de março de 2003 – Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, Ata de audiência pública sobre a mudança de categoria de parque para monumento - 09 de maio de 2019 – Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto.

CELINA ALBANO – Pesquisa de currículos e biografia - acesso em 20 de fevereiro de 2024 - Fontes disponíveis em: <https://www.escavador.com/sobre/1053411/maria-celina-pinto-albano> <https://sbsociologia.com.br/project/maria-celina-pinto-albano/>

FORTES E FORTALEZAS - FUNCEB - Fundação Cultural Exército Brasileiro — Quem somos - Disponível em: <https://www.funceb.org.br/fortes-e-fortalezas> e <https://www.funceb.org.br/quemsomos-funceb> - acesso em 20 de maio 2024.

FUNDAÇÃO GORCEIX – Portal Institucional – Acesso em 15 de março de 2022 - <https://site.gorceix.org.br/conheca-a-fundacao-gorceix>

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana. Belo Horizonte: (Relatório Síntese), Fundação João Pinheiro, 1975.

IBGE – BIBLIOTECA - Formação administrativa do município de Ouro Preto – Minas Gerais – Detalhes Ouro Preto - Acesso em 20 de maio 2024 – Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=31572>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ouro Preto/MG. Informações sobre a formação administrativa do município. IBGE, 2013. - Acesso em 17 de setembro 2023. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/ouropreto.pdf>

IPHAN – MG - Carta de pedido de ajuda do IPHAN-MG à delegacia de polícia de Ouro Preto no controle do espaço das ruínas do Morro da Queimada em 1976 - Documento original e transcrição de trechos do documento ao lado – Fonte: Arquivo IPHAN-MG.

IPHAN - Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN - Acesso em 20 de maio 2024 - Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pep>

IPHAN 80 ANOS DE TOMBAMENTOS - 1936-2016 Apresentação de PowerPoint (iphan.gov.br) - Acesso em 20 de junho 2024 Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/IPHAN%20Balanco%2080%20anos%20de%20Tombamentos.pdf>

IPHAN, ALCÂNTARA (MA) História - Monumentos e Espaços Públicos Tombados - Acesso em 20 de maio 2024 - Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/345/>

IPHAN, Cais do Valongo (RJ) - História - Monumentos e Espaços Públicos Tombados - Acesso em 20 de maio de 2024 - Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605>

IPHAN, SALVEMOS OURO PRETO: a campanha em benefício de Ouro Preto, 1949-1950 / Pesquisa e texto de Juliana Sorgine (colaboração de Lia Motta e Bettina Grieco) - Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

IPHAN, SÃO MIGUEL DAS MISSÕES (RS) - História - Monumentos e Espaços Públicos Tombados - Acesso em 20 de maio 2024 - Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/39>

MINISTÉRIO DO TURISMO - Conheça 23 Patrimônios da Humanidade que ficam no Brasil – Acesso em 30 de março de 2023 – Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/patrimonios-da-humanidade-no-brasil-23-lugares-que-todo-mundo-deveria-conhecer>

PARQUE ARQUEOLÓGICO DO MORRO DA QUEIMADA - Fiocruz - Acesso em 04 novembro de 2019 - Disponível em: <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/>

PARQUE VALE DOS CONTOS - Notícia: Monumenta inaugura parque público em Ouro Preto (IPHAN) - Acesso em 04 novembro de 2023 – Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2047/monumenta-inaugura-parque-publico-em-ouro-preto-mg>

PORTAL PERIÓDICOS CAPES – pesquisa: Ouro Preto - Acesso em 09 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/>

PROGRAMA MONUMENTA - Salvaguarda do patrimônio – Ouro Preto-MG. Brasília, DF: IPHAN, 2008. 96 p.: il.; 15 cm. (Preservação e Desenvolvimento; 12)

PROGRAMA PONTOS DE MEMÓRIA - Acesso em 20 de maio 2024 <https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria>

REVISTA DO IPHAN Nº 01 ANO 1937 (Pagina 96) - Acesso em 15 de maio de 2022 – Disponível em: [Revistas do IPHAN - DocReader Web \(docvirt.com\)](#)

REVISTA DO IPHAN Nº 09 ANO 1945 (Pagina 160) - Acesso em 15 de maio de 2022 – Disponível em: portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat09_m.pdf

RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE - Biografia – Portal IPHAN, acesso em 10 de abril de 2023 – disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/173>

SALIC WEB – Base de dados de projetos incentivados - Lei federal de incentivo à Cultura - Ministério da Cultura – MINC - Acesso em 20 de fevereiro de 2024, Disponível em: <https://salic.cultura.gov.br/>

SESI-OUROPRETO – Serviço Social da Indústria, sede de Ouro Preto, Portal institucional - Acesso em 02 de fevereiro de 2022 – Disponível em: <https://m.fiemg.com.br/dev~SistemaFiemg/produto/centro-cultural-sesiminas-ouro-preto>

SILVA, Fernando. O fim da pandemia? - Três anos e três meses após a emergência global, respiramos um pouco mais aliviados com esperanças de um novo mundo - 12 de maio de 2023 – Acesso em 25 de agosto de 2023 – disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/o-fim-da-pandemia/>

UFBA - Universidade Federal da Bahia, Cronologia do Urbanismo (2002-16) – Pesquisa Cronologia do Pensamento Urbanístico – Laboratório Urbano do PPG-AU da FAUFBA – Universidade Federal da Bahia - CNPq – Acesso em 09 de janeiro de 2020. Disponível: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/>

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto, História da UFOP. Acesso em 30 de janeiro de 2020 - Disponível em: <https://ufop.br/historia-da-ufop>

CAPELA NOSSA SENHORA DA PIERADE, Ouro Preto- Fonte: Ipatrimonio – Patrimônio Cultural Brasileiro (Beta) Website com dados sobre patrimônio - <https://www.ipatrimonio.org/ouro-preto-capela-de-nossa-senhora-da-piedade/>

Referencias de portais de imprensa e da internet

BORTOLOTI, Marcelo. Demolição de prédios históricos foi motivada por arquitetos modernistas - Revista Época - Março de 2015 - Acesso em 04 de fevereiro de 2022 - Disponível em: <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/03/bdemolicao-de-predios-historicosb-foi-motivada-por-arquitetos-modernistas.html>

BRACHER, Bilma. Ouro Preto: deslizamento destrói casarão Baeta Neves - Casarão histórico do século XVIII desaba – Portal UAI - 13 de janeiro de 2022. Acesso em 04 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://blimabracher.uai.com.br/agenda-cultural/agenda-ouropreto/ouro-preto-deslizamento-destroi-casarao-baeta-neves/>

DIAB, César e PORTES, Raphaella. Ouro Preto-MG teve ato contra Bolsonaro, Mourão e Zema, na manhã de 18/07/2020. Fonte Jornal voz Ativa, Ouro Preto, 18 de julho de 2020. Acesso em 09 de agosto de 2021, Disponível em: <https://jornalvozativa.com/brasil-mundo/ouro-preto-mg-teve-ato-contrabolsonaro-mourao-e-zema-na-manha-de-18-07-2020/>

GALVÃO, Paulo. Jornal Estado de Minas – Efeito da covid 19, Ouro Preto sofre com impactos financeiros – 20 de maio de 2020 – Acesso em 15 de março de 2022 - Fonte: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/05/20/interna_gerais,1148914/efeito-da-covid-19-ouro-preto-sofre-com-impactos-financeiros.shtml

GOUVEIA, Juliane, Entrevista sobre Nova Museologia – Museu da vida – Fiocruz. Acesso em 20 de agosto de 2022 - Disponível em: <https://www.museudavida.fiocruz.br/index.php/noticias/1757-conta-ai-mestre-nova-museologia-museu-da-vida-e-museu-da-mare>

GUIMARÃES, Thiago. Unesco impõe ações em defesa de Ouro Preto. – Agência FOLHA Belo Horizonte. Acervo Jornal Folha de S. Paulo / UOL – 13 de agosto de 2003 - Acesso em 04 de fevereiro de 2023 - Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1308200330.htm>

JUNQUEIRA, Patrícia. Blog Arquiteture-se UFOP – postado em novembro de 2014 - Acesso em 02 de fevereiro de 2022 – Disponível em: <https://arquiteture-se-ufop.blogspot.com/2014/11/o-processo-de-favelizacao-do-morro-da.html>

MACHADO, Nívia. Mobilização de moradores controla incêndio próximo à casas em Ouro Preto - Jornal Estado de Minas – 16 de setembro de 2021 – Acesso em 02 fevereiro de 2022 –Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/09/16/interna_gerais,1306212/mobilizacao-de-moradores-controla-incendio-proximo-a-casas-em-ouro-preto.shtml

MANSUR, Rafaela. Veja fotos do interior e saiba mais sobre o casarão destruído após deslizamento em Ouro Preto - Registro mais antigo sobre o terreno do Solar Baeta Neves indica que ele foi adquirido em 1890, g1 Minas — Belo Horizonte - 13/01/2022 - Acesso em 20 de junho de 2023 - Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/01/13/casarao-destruido-apos-deslizamento-de-terra-foi-a-primeira-construcao-de-estilo-neocolonial-de-ouro-preto-fotos.ghtml>

NEVES, William - Um incêndio que manchou a história de Ouro Preto – Postado em 23/08/2021 – Disponível em: https://lamparinaufop.wordpress.com/2021/08/23/_trashed-3__trashed/

OURO PRETO RECEBE NOVA SINALIZAÇÃO · Notícia em Segurança · Jornal O Liberal · Ouro Preto, Mariana e Itabirito – MG – 09 de julho de 2015 - Disponível em: <http://antigo.jornaloliberal.net/noticia/ouro-preto-recebe-nova-sinalizacao/>

O GLOBO - Criado para divulgar dados sobre Covid, consórcio de veículos de imprensa chega ao fim - 28 de janeiro de 2023 - acesso em 20 de março de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2023/01/criado-para-divulgar-dados-sobre-covid-consorcio-de-veiculos-de-imprensa-chega-ao-fim.ghtml>

PARQUE HORTO DOS CONTOS - Revitalizado, Parque Horto dos Contos está pronto para ser reaberto - Acesso em 01 de fevereiro de 2024 - Disponível em: <https://ouropreto.com.br/noticia/2981/revitalizado-parque-horto-dos-contos-esta-pronto-para-ser-reaberto>

PEREIRA, Geraldo Santos. Ouro Preto (1959, PB, filme, 13min) - INCE - Instituto Nacional de Cinema Educativo, Roteiro: Sylvio Vasconcellos, Direção: Geraldo Santos Pereira, Fotografia: Ruy Santos Música: Camargo Guarnieri, Remasterização: Alexandre Jardim, CTAV - Sinopse: Um olhar geográfico, artístico e arquitetônico sobre a cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MGgjZOFGQWg>

PERUCCI, Aline. Após 14 anos em reforma Palácio Douro é reaberto em Ouro Preto – Jornal Correio Brasiliense, 17 de novembro de 2022 – Acesso em 01 de fevereiro de 2024 - Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/brasil/2022/11/5052443-apos-14-anos-em-reforma-palacio-douro-e-reaberto-em-ouro-preto.html>

QUEIROZ, Luis e ALBUQUERQUE, Elka. Blog Do Norte ao Norte – Alcântara: A cidade que parou no tempo – 2016 - Acesso em 20 de maio 2024. Disponível em: <https://www.donorteaonorte.com.br/post/alc%C3%A2ntara-a-cidade-que-parou-no-tempo>

SETE, Rafael. Charges do Sete – julho de 2016, Belo Horizonte, MG - Acesso em 20 de maio 2024. Disponível em: <http://charges.rafaelsete.com.br/2016/07/>

SOUZ, Ane. Capela de São Sebastião - Ouro Preto - Turismo Ouro Preto - Foto Ane Souza - Acesso em 10 de maio 2023. Disponível em: <https://turismo.ouopreto.mg.gov.br/atrativo/785>

WERNECK, Gustavo. Ouro Preto celebra os 40 anos do título de patrimônio mundial da humanidade - Jornal Estado de Minas – 15 de fevereiro de 2020 – Acesso em 02 fevereiro de 2022 – Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/02/15/interna_gerais,1122055/ouro-preto-celebra-os-40-anos-do-titulo-de-patrimonio-mundial.shtml

Legislações citadas e utilizadas como referência

Constituição Federal de 1988, artigo 216, Brasília, Senado Federal, 2016.

Plano Diretor de Ouro Preto - Lei Complementar de Nº 29 de 28 de dezembro de 2006 - Disponível em: <https://planodiretor.ouopreto.mg.gov.br/legislacao>

PL 149 / 2018 - Altera Lei 465 de 2008 transformando o Parque em Monumento Natural - Câmara de Vereadores de Ouro Preto – Ouro Preto – MG.

Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Cidades Históricas, Patrimônio Desenvolvimento e Cidadania. Ministério da Cultura Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2009

Lei Complementar - Nº. 534 de 14 de dezembro de 2009 - Disponível em: <https://www.ouopreto.mg.gov.br/planodiretor/legislacao>

Lei de Uso e Ocupação do Solo de Ouro Preto - Lei Complementar Nº 93 De 20 de janeiro de 2011 - Disponível em: <https://www.ouopreto.mg.gov.br/planodiretor/legislacao>

Lei Municipal 465/2008 - Cria o Parque Arqueológico do Morro da Queimada - Câmara de Vereadores de Ouro Preto – Ouro Preto – MG.

Lei Municipal nº 305. Cria o Parque Municipal Cachoeira das Andorinhas. Ouro Preto, 1968,

Lei Municipal nº 69 - cria em 2005 o Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas do Município de Ouro Preto, acrescenta dispositivos e dá outras providências. Ouro Preto, 2005.

Legislação do Patrimônio Arqueológico (Histórico)- IPHAN, publicado em 21 de fevereiro de 2022 e atualizado em 23 de março de 2022 - Acesso em 22 de junho de 2024 - Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/legislacao>

Lista de Siglas

ALAS - Associação Latino Americana de Sociologia
ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais
APCBH - Arquivo Público de Belo Horizonte
AUGM - Associação de Universidades do Grupo de Montevideú
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLACSO - Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais
CMD – Grupo de Pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento (Coord: Edson Farias)
CMOP - Câmara Municipal de Ouro Preto
CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural
CPDOC-FGV (RJ) - Centro de Pesquisa e Doc. de História Contemporânea do Brasil
DPHAN - Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FAOP – Fundação de Arte de Ouro Preto
FAP-DF – Fundação Apoio à Pesquisa do Distrito Federal
FBN – Fundação Biblioteca Nacional
FCRB – Fundação Casa Rui Barbosa
FEOP - Fundação Educativa de Ouro Preto
FGV (RJ) – Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro)
FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
FUNARTE - Fundação Nacional de Artes
IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil
IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural.
IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus
ICOM - Conselho Internacional de Museus
ICOMOS - International Council Monuments and Sites

ICS / UnB – Instituto de Ciências Sociais da UnB

IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico

IFMG - Instituto Federal de Minas Gerais.

INBI-SU - Inventário Nacional de Bens Imóveis: Sítios Urbanos Tombados.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISA Forum Sociology – International Sociology Association Forum

LAPACOM - Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários da UFOP

MEC – Ministério da Educação e Cultura (Brasil)

MINC – Ministério da Cultura (Brasil)

MP-MG – Ministério Público de Minas Gerais

NUPEGS – PUC / Minas - Núcleo de Pesquisas em Ética e Gestão Social

ODC – Observatório da Diversidade Cultural

OEI – Organização do Estados Ibero-americanos

OMS - Organização Mundial de Saúde

PCH - Programa das Cidades Históricas

PEP - Programa de Especialização em Patrimônio

PPGSOL / UnB – Programa de Pós-Graduação em Sociologia / Universidade de Brasília

PUC-Minas – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

RBA/ABA – Reunião Brasileira de Antropologia – Assoc. Brasileira de Antropologia

SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia

SESC – SP - Serviço Social do Comércio de São Paulo

SESIMINAS – Serviço Social da Indústria de Minas Gerais

SINASEFE - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUS / MS – Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde (Brasil)

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

Lista de Figuras

FIGURA 1- DETALHE DO MESMO MAPA COM A INDICAÇÃO “RUÍNAS DE VILA RICA.....	29
FIGURA 2 - MAPA DE OURO PRETO DATADO DE 1900, PLANTA DAS LAVRAS DE TASSARAS E ADJACENTES SITUADAS NA ANTIGA VILA RICA, PERTENCENTES ÀS SOCIEDADES - FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DE OURO PRETO.....	30
FIGURA 3 - RUÍNAS DE MUROS E CASAS DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO – FOTO: AUTOR.....	31
FIGURA 4 - PICO DO ITACOLOMI COM RUÍNA VISTO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO – FOTO: ANE SOUZ.....	31
FIGURA 5 - MOINHO DE VENTO DAS RUÍNAS DO MORRO DA QUEIMADA. - FONTE: LAPACOM/UFOP – DRONE.	32
FIGURA 6 - MAPA DE OURO PRETO, 1888 - FONTE: ACERVO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO	33
FIGURA 7 - TÚNEL DE MINERAÇÃO INTEGRANTE DE RUÍNA DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO, ACESSÍVEL PELA ESTRADA LOCAL	35
FIGURA 8 - DELIMITAÇÃO ORIGINAL DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO MORRO DA QUEIMADA EM RELAÇÃO A PÇA TIRADENTES, ABAIXO À ESQUERDA – OURO PRETO – MG – FONTE: GOOGLE, ELABORAÇÃO LAPACOM – MUSEOLOGIA – UFOP.	35
FIGURA 9 - PLACA TURÍSTICA NA ENTRADA DE OURO PRETO INDICA O PARQUE ARQUEOLÓGICO DO MORRO DA QUEIMADA E OS BAIROS DE MORRO SÃO JOÃO E MORRO SANTANA – FOTO: AUTOR.....	36
FIGURA 10 - CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO E CAPELA SÃO JOÃO BATISTA – FOTO: AUTOR	36
FIGURA 11 - RUÍNA DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO LOCALIZADA PRÓXIMA À IGREJA SÃO JOÃO BATISTA – FOTO: AUTOR.....	37
FIGURA 12 - FOTO DE RUÍNA DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DENTRO DO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO.....	38
FIGURA 13 - DETALHE DE FOTO DE RUÍNA DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DENTRO DO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO	38
FIGURA 14 - FOTO DE OUTRA RUÍNA DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DENTRO DO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO	39
FIGURA 15 - SÍTIO ARQUEOLÓGICO MORRO DA QUEIMADA EM RELAÇÃO AOS BAIROS DA SERRA DE OURO PRETO LOGO ACIMA – OURO PRETO – MG – FONTE: LAPACOM – MUSEOLOGIA – UFOP.....	39
FIGURA 16 - CAPELA DA PIEDADE – FOTO: ANE SOUZ.....	40
FIGURA 17 - ENTRADA DO BAIRRO MORRO DA QUEIMADA COM CENTRO ANTIGO DE OURO PRETO NO HORIZONTE	41
FIGURA 18 - BAIRRO MORRO DA QUEIMADA COM CENTRO ANTIGO DE OURO PRETO NO HORIZONTE – FOTO: AUTOR.....	41
FIGURA 19 - UMA DAS ENTRADAS NA DELIMITAÇÃO DO PARQUE ARQUEOLÓGICO ATRAVÉS DO BAIRRO MORRO DA QUEIMADA – FOTO: (BUENO, 2019)	42
FIGURA 20 -- EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA DE OURO PRETO ENTRE 1698 E 1940, MARCADA COM ÁREA DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO MORRO DA QUEIMADA. FONTE: OLIVEIRA (2010), ORIGINAL: INSTITUTO DE GESTÃO DE ÁGUAS DE MINAS GERAIS – IGA, 1995 – MARCAÇÃO MINHA.	43
FIGURA 21 - PRAÇA DA LIBERDADE, BELO HORIZONTE (1905) - FONTE: APCBH/COLEÇÃO JOSÉ GÓES.....	49
FIGURA 22 - FONTE: EXPANSÃO URBANA DE OURO PRETO EM 1937 (PEREIRA COSTA E GIMMLER NETTO, 2015, P. 91) RETIRADO DE BUENO E DANGELO (2021) - DESTAQUE MEU SERRA DE OURO PRETO COM OS BAIROS SÃO SEBASTIÃO, SÃO JOÃO E SANTANA.	50

FIGURA 23 - RODRIGO DE MELO FRANCO E CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, SOBRE AS RUÍNAS DO MORRO DA QUEIMADA.....	52
FIGURA 24 - FOTO EM DESTAQUE DO ACERVO IPHAN - MG – RUÍNAS DO MORRO DA QUEIMADA - OURO PRETO – 1951	53
FIGURA 25 - FOTOS: CONJUNTO DE FOTOS DO ACERVO IPHAN - MG – RUÍNAS DO MORRO DA QUEIMADA....	54
FIGURA 26 - FOTOS: ACERVO IPHAN - MG – RUÍNAS DO MORRO DA QUEIMADA - OURO PRETO (MORRO PASCOAL DA SILVA) – 1951 – FOTO AUTOR.....	55
FIGURA 27 - FOTO: PROVAVELMENTE MORRO DA QUEIMADA, ACERVO VIANA DE LIMA (FONTE: BUENO, 2019).	56
FIGURA 28 - CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE ASSENTADO EM ESCADARIA DE IGREJA EM OURO PRETO – ACERVO FUNDAÇÃO CASA RUI BARBOSA / ARQUIVO MUSEU DE LITERATURA BRASILEIRA – RIO DE JANEIRO – RJ.....	57
FIGURA 29 - FONTE: CARTOGRAFIA DE OURO PRETO EM 1979.....	59
FIGURA 30 - CARTA DE PEDIDO DE AJUDA DO IPHAN-MG À DELEGACIA DE POLÍCIA DE OURO PRETO NO CONTROLE DO ESPAÇO DAS RUÍNAS DO MORRO DA QUEIMADA EM 1976 - DOCUMENTO ORIGINAL E TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS DO DOCUMENTO AO LADO – FONTE: IPHAN-MG.	60
FIGURA 31 - CASARÃO BAETA NEVES COM DESLIZAMENTO DE TERRA AO FUNDO DURANTE FORTES CHUVAS EM 1979.....	61
FIGURA 32 - TRECHO DE REPORTAGEM DO BOLETIM SPHAN PRÓ-MEMÓRIA 21 – MAR./ABR. DE 1983.....	62
FIGURA 33 - BOLETIM SPHAN PRÓ-MEMÓRIA 21 – JAN./FEV.1983 – ACERVO IPHAN-DF	63
FIGURA 34 - TRECHO E FOTOGRAFIA DO BOLETIM SPHAN PRÓ-MEMÓRIA 21 – MAR./ABR. 1983 – ACERVO IPHAN-DF.....	64
FIGURA 35 - EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA ENTRE 1950 – 2004 DO CHAMADO NÚCLEO HISTÓRICO, MARCADA COM ÁREA DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO MORRO DA QUEIMADA. FONTE: OLIVEIRA (2010). – DESTAQUE MEU.	65
FIGURA 36 - FOTO: CASA CONSTRUÍDA COM BASE DE PEDRAS DAS RUÍNAS DO MORRO DA QUEIMADA - ACERVO IPHAN - MG – LEVANTAMENTO VISUAL DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO MORRO DA QUEIMADA (2004) – LAB. DE ARQUEOLOGIA – UFMG.....	68
FIGURA 37 - FOTO: MURO CONSTRUÍDO COM BASE DE PEDRAS DAS RUÍNAS DO MORRO DA QUEIMADA - ACERVO IPHAN - MG – LEVANTAMENTO VISUAL DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO MORRO DA QUEIMADA (2004).....	69
FIGURA 38 - FOTOS: BLOG ARQUITETURE-SE UFOP – POSTAGEM: PATRÍCIA JUNQUEIRA – NOVEMBRO DE 2014.	69
FIGURA 39 - EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO URBANA NO MORRO DA QUEIMADA (1990 E 1998).....	70
FIGURA 40 - ACERVO IPHAN – MG.....	70
FIGURA 41 - DESTAQUE DE ATA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DE MEDIDAS DE PRESERVAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO MORRO DA QUEIMADA - 21 DE MARÇO DE 2001 – FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO	72
FIGURA 42 - DESTAQUE DE ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA EXCLUSIVA SOBRE A CRIAÇÃO DOS PARQUES DO MORRO DA QUEIMADA E DA ANDORINHAS - 25 DE MARÇO DE 2003 – FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO	76
FIGURA 43 – FOTOS DO INCÊNDIO NO HOTEL PILÃO – FOTOS DE EDUARDO TROPIA, 14 DE ABRIL DE 2003.	78
FIGURA 44- ACERVO JORNAL FOLHA DE S. PAULO / UOL – 13 DE AGOSTO DE 2003 - TRECHO DESTACADO	80
FIGURA 45 - ACERVO JORNAL FOLHA DE S. PAULO / UOL – 14 DE OUTUBRO DE 2004 - TRECHO DESTACADO.	82
FIGURA 46 - FOTOS DA CAMINHADA COLETIVA NAS RUÍNAS– DESTAQUE PARA A ESTRUTURA QUE SE SUPÕE SER UM MOINHO DE VENTO - MARÇO DE 2005 - FOTO: FIOCRUZ.....	85
FIGURA 47 - BAIRROS DO ECOMUSEU - ITINERÁRIOS AFETIVOS - MAPA MENTAL REALIZADO PELA EQUIPE E COMUNIDADES DO ECOMUSEU DA SERRA DE OURO PRETO – FOTO: AUTOR.....	86
FIGURA 48 - FOTOS DA AUDIÊNCIA DE APROVAÇÃO PARA CRIAÇÃO DO PARQUE ARQUEOLÓGICO DO MORRO DA QUEIMADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO – 12 DE DEZEMBRO DE 2008 – FONTE: FIOCRUZ..	88
FIGURA 49 - PLACA DE SINALIZAÇÃO NA ENTRADA DO PARQUE – FONTE: GOOGLE MAPS.....	88
FIGURA 50 - DEMOLIÇÃO DE CASA DENTRO DA ÁREA DO PARQUE – FONTE: FIOCRUZ.....	89

FIGURA 51 - PROJETO ARQUITETÔNICO PARQUE ARQUEOLÓGICO DO MORRO DA QUEIMADA - FONTE: FIOCRUZ - HTTP://MORRODAQUEIMADA.FIOCRUZ.BR/	90
FIGURA 52 - HORTO DOS CONTOS – FONTE: FOTO 1 - JORNAL VOZ ATIVA / FOTO 2 – EDUARDO TROPIA.....	91
FIGURA 53 - DESTAQUE DE TRECHO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 93 DE 20 DE JANEIRO DE 2011	93
FIGURA 54 - IMPRESSÃO DE TELA DO PORTAL: HTTP://MORRODAQUEIMADA.FIOCRUZ.BR/	94
FIGURA 55 - PLACA TURÍSTICA É COLOCADA NA PRAÇA TIRADENTES, EM DIREÇÃO À SAÍDA PARA MARIANA, INDICA O PARQUE ARQUEOLÓGICO DO MORRO DA QUEIMADA E OS BAIROS DE MORRO SÃO JOÃO E MORRO SANTANA – FOTO: AUTOR.....	95
FIGURA 56 - OUTRA PLACA TURÍSTICA É COLOCADA NA PRAÇA TIRADENTES, INDICA O BAIRRO DO MORRO SÃO SEBASTIÃO E PARQUE ARQUEOLÓGICO DO MORRO DA QUEIMADA E O ECOMUSEU DA SERRA DE OURO PRETO – FOTO: AUTOR.....	95
FIGURA 57 - JORNAL ESTADO DE MINAS, 08 DE MAIO DE 2015 – FONTE: PORTAL JORNAL ESTADO DE MINAS. 96	
FIGURA 58- FOTO: AUTOR - RUÍNAS DO PARQUE ARQUEOLÓGICO EM VISITA A CAMPO DE ARQUEOLOGIA COORDENADO PELA PROFA. MÁRCIA ARCURI SUÑER (UFOP) – JUNHO DE 2019	99
FIGURA 59 - CAPA DO PROJETO DE LEI 149 / 2018 EM DISCUSSÃO NA CÂMARA DE VEREADORES DE OURO PRETO, QUE ALTERA LEI 465 DE 2008 CRIADORA DO PARQUE ARQUEOLÓGICO TRANSFORMANDO O PARQUE EM MONUMENTO NATURAL. – FONTE: CMOP	102
FIGURA 60 - DESTAQUE DE ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A MUDANÇA DE CATEGORIA DE PARQUE PARA MONUMENTO	103
FIGURA 61 - JORNAL ESTADO DE MINAS DE 15 DE FEVEREIRO DE 2020 – FONTE: PORTAL JORNAL ESTADO DE MINAS	104
FIGURA 62 - FOTOS DO ATO DE PROTESTO COM PARTE DA PRAÇA TIRADENTES - FOTO – FOTO: FELIPE MUNIZ	105
FIGURA 63 - JORNAL ESTADO DE MINAS DE 16 DE SETEMBRO DE 2021 - FONTE: PORTAL JORNAL ESTADO DE MINAS	106
FIGURA 64 - RUÍNAS APÓS INCÊNDIO DO PARQUE ARQUEOLÓGICO COM PÇA TIRADENTES AO FUNDO – FOTO: AUTOR.....	106
FIGURA 65 - FONTE: PORTAL UAI – BILMA BRACHER - 13 DE JANEIRO DE 2022.	107
FIGURA 66 - ESQUEMA DA LINHA DO TEMPO 1937 A 2022 (ELABORADA PELO AUTOR)	111
FIGURA 67 – RECORTE DE TRECHO DA REVISTA DO IPHAN, Nº 9 – ANO 1945 – FONTE: IPHAN.....	132
FIGURA 68 - RECORTE DO TEXTO DE RAIMUNDO LOPES, REVISTA DO IPHAN, Nº 01 ANO 1937, PAG 78.	135
FIGURA 69 - CAPA E CONTRACAPA DO LIVRO DE RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE, COM IMAGEM DO CHAFARIZ DE SÃO JOSÉ EM OURO PRETO BRASIL: MONUMENTOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS (1952) – INSTITUTO PANAMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA, MÉXICO, DF, REPUBLICADO PELO IPHAN EM 2012.....	137
FIGURA 70 - GRANDE HOTEL DE OURO PRETO, PROJETO DE OSCAR NIEMEYER 1938/40.....	139
FIGURA 71 - RESUMO DOS BENS TOMBADOS – RODRIGO DE MELO FRANCO DE ANDRADE (1952) – ILUSTRAÇÕES, PAG. 193.....	140
FIGURA 72 - MAPA DAS JAZIDAS ARQUEOLÓGICAS–ILUSTRAÇÕES, PÁG. 193.– RODRIGO DE MELO FRANCO - BRASIL: MONUMENTOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS (1952) – INSTITUTO PANAMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA, MÉXICO.	142
FIGURA 73 - AVENIDA CENTRAL, RIO DE JANEIRO, RJ - 1910 – FOTO MARC FERREZ – ÁLBUM DA AVENIDA CENTRAL.....	146
FIGURA 74 - DEMOLIÇÃO DO PALÁCIO MONROE - RIO DE JANEIRO (RJ) – 1976 – FOTOS: ROSSINI PEREZ – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (FBN).	147
FIGURA 75 - RECORTE COM TÍTULO DO ESTUDO DE LIA MOTTA (1987) PUBLICADO PELO IPHAN.....	153
FIGURA 76 - FONTE: WEBSITE CHARGES DO SETE – AUTOR: RAFAEL SETE – JULHO DE 2016.....	160
FIGURA 77 - FONTE: FOLHA DE S. PAULO, 17 DE NOVEMBRO DE 2002.	172
FIGURA 78 - VISTA DA PRAÇA TIRADENTES NO MIRANTE DO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO – FOTO: MINEIROS DA ESTRADA	176
FIGURA 79 - FONTE: BUENO, FERNANDA (2021) – SEMINÁRIO CMD 2021	178
FIGURA 80 - FONTE: ARCURI, MÁRCIA (2021) – SEMINÁRIO CMD 2021	179

FIGURA 81 - OBJETOS RELIGIOSOS DEIXADOS POR MORADORES EM ANTIGOS LOCAIS DE MINERAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO. FONTE: ARCURI, MÁRCIA (2021) – SEMINÁRIO CMD 2021	180
FIGURA 82 - ANTIGO TÚNEL DE MINERAÇÃO AINDA USADO DE FORMA CLANDESTINA PELA MINERAÇÃO DOMÉSTICA NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO. FONTE: ARCURI, MÁRCIA (2021) – SEMINÁRIO CMD 2021	181
FIGURA 83 - FONTE: PESQUISA GOOGLE COM NOME DO PARQUE ARQUEOLÓGICO MORRO DA QUEIMADA....	182
FIGURA 84 - VISÃO EXTERIOR DO ACESSO ABAIXO DA RUA NA MINA JEJE EM OURO PRETO – FOTO AUTOR...	183
FIGURA 85 - FOTO DO CASARÃO DO PALÁCIO D’OURO - FONTE: INSTAGRAM PALÁCIO D’OURO	185
FIGURA 86 - IGREJA DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES (RS) E O CAIS DO VALONGO (RJ) - FOTO: PORTAL IPHAN	224
FIGURA 87 - CIDADE DE ALCÂNTARA – MARANHÃO – FONTE: WEBSITE DO NORTE AO NORTE (2016)	225
FIGURA 88 - RUÍNAS DO MORRO DA QUEIMADA, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.....	226
FIGURA 89 - MOINHO DE VENTO DAS RUÍNAS DO MORRO DA QUEIMADA, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XXI	226